GABRIELA APARECIDA DOS SANTOS

"Lança presa ao chão": guerreiros, redes de poder e a construção de Gaza
(travessias entre a África do Sul, Moçambique, Suazilândia e Zimbábue,
século XIX)

Versão corrigida

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez

De acordo:

09.08.2017

São Paulo
2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

"Lança presa ao chão": guerreiros, redes de poder e a construção de Gaza
(travessias entre a África do Sul, Moçambique, Suazilândia e Zimbábue,
século XIX)

Versão corrigida

Gabriela Aparecida dos Santos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para a obtenção do título de Doutora em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S237" Santos, Gabriela Aparecida dos
"Lança presa ao chão": guerreiros, redes de poder e a construção de Gaza (travessias entre a África do Sul, Moçambique, Suazilândia e Zimbábue, século XIX) / Gabriela Aparecida dos Santos ; orientadora Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez. - São Paulo, 2017. 358 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Guerreiros. 2. África do Sul. 3. Moçambique. 4. Suazilândia. 5. Zimbábue. I. Hernandez, Leila Maria Gonçalves Leite, orient. II. Título.

Nome: SANTOS, Gabriela Aparecida dos

Título: "*Lança presa ao chão*": guerreiros, redes de poder e a construção de Gaza (travessias entre a África do Sul, Moçambique, Suazilândia e Zimbábue, século XIX)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para a obtenção do título de Doutora em História.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez

Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Cortez Wissenbach

Prof.^a Dr.^a Marina de Mello e Souza

Prof.^a Dr.^a Marta Denise da Rosa Jardim

Prof.^a Dr.^a Raquel Gryszczenko Alves Gomes

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, especialmente, à Leila Hernandez, minha orientadora. Em 2001, as suas aulas mudaram o curso da minha vida. Desde então e a cada novo encontro, sinto o mesmo frio na barriga pela imensa admiração, acrescida da alegria pelo carinho, apoio e incentivo infinitos que recebi ao longo de todos esses anos e pela confiança em sua orientação sempre tão cuidadosa e atenta.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), número de processo 2012/20813-3, agradeço com profundo reconhecimento todo o apoio financeiro que permitiu a realização desta pesquisa, assim como à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Núcleo de Apoio à Pesquisa Brasil África, da Universidade de São Paulo (NAP-USP).

Professores muito queridos acompanharam e auxiliaram na pesquisa com suas sensibilidades, sugestões e conhecimentos preciosos: tive a sorte de ter Maria Cristina Wissenbach e Marta Jardim no exame de qualificação e ainda hoje leio e releio as anotações daquele dia como um roteiro de estudo e pesquisa. Sinto muita gratidão.

Em Moçambique, reencontrei a professora Olga Iglésias depois de muitos anos e a sua presença continua amorosa e ilimitada de ricas experiências... foi com muita alegria que sentei ao seu lado no Arquivo Histórico de Moçambique, consultando caixas e assistindo aos seminários.

Com a mesma alegria e admiração conheci o professor Gerhard Liesegang, também em Moçambique. Há muitos e muitos anos, ele vem se dedicando ao estudo de Gaza e seus textos são incrivelmente detalhados e renovados. Nem

consigo descrever como me senti feliz em encontrá-lo! A sua disposição em ajudar está no número enorme de alunos que vem orientando pelo Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, na doação de entrevistas que reuniu durante o seu doutorado ao Arquivo Histórico de Moçambique e por toda a bibliografia que me passou em cópia, assim como documentação, sugestões e esclarecimentos.

Às professoras Marina de Mello e Souza e Patrícia Santos Teixeira, que vêm acompanhando a pesquisa desde o mestrado, agradeço todo incentivo e sorriso acolhedor e aberto, sempre que as encontro.

Em Moçambique, gostaria de agradecer a todos do Arquivo Histórico de Moçambique em meio à minha admiração pelo cuidadoso trabalho de conservação e organização. Gratidão, em especial, a Joel das Neves Tembe, Sérgio Maúngue, Maria Deolinda Chamango, Edite Pindela, Alberto Calbe, Ana Mucojuane e Lúdia Furvela, companhia tão afetuosa. A ela devo, em particular, a entrevista muito especial que pude fazer com o seu pai João Mucavele e com o seu tio Júlio Banze.

Ainda em Moçambique, agradeço a Vera Morgado, Sabrina Balsalobre, Andreia Miranda e aos seus irmãos Jade, Luciana e Bruno, tão queridos; à Carla, à Lisa, à Joana e ao Dôver, pela acolhida e amizade; e à Fernanda Gallo e ao Maurício de Oliveira, brasileiros que tive a alegria e a felicidade de conhecer em Moçambique e de dividir as muitas horas de pesquisa no Arquivo Histórico.

Na África do Sul, a todos da Biblioteca Central e do *Archives and Special Collections*, da University of South Africa, em particular a Ammi Ryke, extremamente atenciosa, gentil e que tanto me ajudou durante a consulta aos manuscritos de Henri Junod. Ainda em Pretória, ao querido Fred que tornou a estadia quase uma extensão de minha própria casa.

Em Joanesburg, a todos da *William Cullen Library* e, em Pietermaritzburg, a Zamaguni Gumede, do *Pietermaritzburg Archives Repository*. A sua amorosidade, atenção e profundo conhecimento sobre a documentação tornaram as minhas semanas de pesquisa uma fonte de alegria especial enquanto estive no arquivo. Agradeço também a Pieter Nel, diretor assistente desse mesmo arquivo.

Em Durban, a Mbali Zuluma, da *Killie Campbell Africana Library*, que me ajudou na pesquisa e no acesso a um livro em *afrikaans* que há muito procurava; à Joanne, da *Ike's Book*; e ao Daniel, por toda atenção e carinho.

Agradeço também aos amigos e companheiros de pesquisa: Juliana Bevilacqua, Ângela Fileno, Washington Nascimento, Rafael Galante, Juliana Magalhães, Ivana Pansera e à também querida Lia Laranjeira, que tanto me ajudou nas viagens a Moçambique. A Regiane Augusto, a minha gratidão pelo incentivo à pesquisa e para que eu iniciasse o doutorado; a Elaine Ribeiro, que tanto me encanta com a sua dedicação e energia; a Helena Wakim, paciente e atenciosa, sempre me ajudando amorosamente com as tantas dúvidas do caminho. A todos a minha profunda admiração por suas pesquisas e escritos.

À Ana, ao Sandro e à Eli da copiadora na História, a minha gratidão por tanta e infinita ajuda desde a graduação. A Cinthia Rumiko, o companheirismo em cuidar de cada detalhe da elaboração dos mapas. A Arlete Bannwart Vieira, a leitura cuidadosa do texto, com seu conhecimento e seu coração amoroso. A todos da Biblioteca Florestan Fernandes na Universidade de São Paulo, o meu agradecimento por todo o apoio e suporte à pesquisa.

A outros tantos amigos muito especiais, que enchem a minha vida com palavras e abraços de incentivo e acolhimento: Diago, Nilda, Jaqueline Almeida, Fernando Guerreiro, Beth Leites, Cristina Cardoso, Francesca Dell'Olio, Maria

Cinto, Gustavo Reis, Lucas Custódio, Gabriel Castanho e Camila Souza. À minha querida d. Ana, a minha gratidão por estar há tantos anos na minha vida, preenchendo-a com carinho, cuidados e amor.

Ao Emílio, meu amigo sempre querido (*in memorian*).

A todos da minha família, em seus esforços amorosos para que eu seguisse os meus estudos: minha mãe Valéria e os meus avós Brasilina e Sebastião (*in memorian*); minhas tias Rosaly, Rosemary e Helena; e meus primos Glauco e Ricardo. Minha profunda gratidão por toda a ajuda em meu caminho.

À minha família (e presentes) de vida, com todo amor, a minha gratidão pelo apoio e incentivo infinitos: Alzenira, Marcelo, Joselha, Guilherme, Tomázia, Kátia, Rosa, Anderson, Marcelle... e Mariáh.

A duas pessoas a quem amo profundamente e sem as quais, definitivamente, não teria seguido: a Rosemarie Pagaime, toda a gratidão que couber em minha alma. A Jackson, meu amor de vida, incansavelmente disposto a destrinchar escritas de documentos, em me ajudar a carregar quilos de livros de um canto a outro de Moçambique e da África do Sul... por estar comigo em Mandlakazi. Todo o meu amor.

SANTOS, Gabriela Aparecida dos. "*Lança presa ao chão*": guerreiros, redes de poder e a construção de Gaza (travessias entre a África do Sul, Moçambique, Suazilândia e Zimbábue, século XIX). 2017. 358f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

Esta tese se dedica a investigar o papel dos guerreiros (identificados e reconhecidos como "nguni") nas redes de poder de Gaza, formado no sul do atual Moçambique ao longo do século XIX. Associados ao *inkosi* e integrados a desenvolvimentos de longo alcance, os guerreiros transpunham fronteiras em perspectiva de comunicação, atribuindo com a sua movimentação dimensões de reciprocidade ou interdição, enunciadas em aproximação ritualizada. Na historiografia, a referência ao guerreiro se alinha em relação a dois eixos principais de análise, apresentados muitas vezes de forma associada. O primeiro, descreve o comportamento agressivo como supostamente inerente ao homem "africano primitivo", em uma redução do social ao natural, que retém o guerreiro na atemporalidade de sua própria selvageria. No segundo, a perspectiva econômica se sobrepõe como fundamento analítico, apresentando a violência como o resultado da combinação entre escassez de recursos e fraqueza das forças produtivas. Afastando-se da interpretação da violência como um impulso humano simples e universal e do paradigma "*que se concentra na luta pela reprodução e na competição por sobrevivência e status*", como observou o historiador Jon Abbink, esta tese busca recompor as relações sociais de força, poder e dominação que moldavam a potencialidade do ato violento, ao tempo em que os guerreiros interconectavam histórias e influíam em seus cursos, com sua movimentação e interação múltiplas.

Palavras-chave: guerreiros; Gaza; África do Sul; Moçambique; Zimbábue; Suazilândia; século XIX; história da África.

ABSTRACT

SANTOS, Gabriela Aparecida dos. *"Throw prisoner to the ground": warriors, networks of power and the construction of Gaza (crossings between South Africa, Mozambique, Swaziland and Zimbabwe, 19th century)*. 2017. 358f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

This thesis is dedicated to investigating the role of warriors (identified and recognized as "nguni") in the Gaza power networks, formed in the south of present-day Mozambique during the 19th century. Associated with the *inkosi* and integrated with long-range developments, the warriors crossed borders in perspective of communication, attributing with their movement dimensions of reciprocity or interdiction, enunciated in a ritualized approach. In historiography, the reference to the warrior aligns in relation to two main axes of analysis, often presented in a related manner. The first describes aggressive behavior as supposedly inherent in "primitive African" man, in a reduction from social to natural, which retains the warrior in the timelessness of his own savagery. In the second, the economic perspective overlaps as an analytical foundation, presenting violence as the result of a combination of scarce resources and weak productive factors. Moving away from the interpretation of violence as a simple and universal human impulse and from the paradigm "*which focuses on the struggle for reproduction and competition for survival and status*", as the historian Jon Abbink remarked, this thesis aims to recompose the social relations of power, and domination that shaped the potentiality of the violent act, at a time when warriors interconnected histories and influenced their courses with their multiple movements and interactions.

Keywords: warriors; Gaza; South Africa; Mozambique; Zimbabwe; Swaziland; XIX century; History of Africa.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Continente africano	38
Mapa 2. Sul do continente africano, com Cabo da Boa Esperança, Baía de Maputo e Estuário do Espírito Santo, em destaque	41
Mapa 3. Área entre o rio Thukela e a Baía de Maputo, de transformações e recomposições impulsionadas pelo processo conhecido como <i>mfecane</i>	51
Mapa 4. Rio Tembe, no sul do território do atual Moçambique, onde Manicusse e o seu grupo foram vistos em outubro de 1822	54
Mapa 5. Os múltiplos pontos de contato de Manicusse e seus guerreiros com poderes africanos (Inguana, Savanguana, Cumbana, Moamba, Mpfumu, Matola e Tembe) e povoações de presença portuguesa (Sofala, Ilha de Chiloane, Inhambane e Lourenço Marques) entre os anos de 1822 e 1840	89
Mapa 6. A área de Zoutpansberg entre os anos de 1848 e 1869	105
Mapa 7. Território da atual Suazilândia, com as áreas dos Montes Libombos, Baía de Kosi, rio Phongolo e Shiselweni, associadas pelas fontes orais à origem dos " <i>bakamswati</i> , 'o povo de Mswati [II]'"	120
Mapa 8. uMgungundlovu (a povoação principal de Dingana) e a área entre os rios Thukela e Mzimvubu reivindicada por Piet Retief, em destaque	127
Mapa 9. Montes Matobo, em destaque, no território do atual Zimbábue	146
Mapa 10. Colônia de Natal entre os anos de 1840 e 1879, em destaque	172
Mapa 11. Percursos das colunas militares britânicas e locais de algumas das	

batalhas da guerra anglo-zulu no ano de 1879 212

Mapa 12. As treze áreas em que foi dividido o território de Cetshwayo (após a sua prisão em 1879), com os nomes dos chefes designados 220

Mapa 13. Nova divisão do território de Cetshwayo, com a faixa central que lhe foi designada (ano de 1883) 226

Mapa 14. A região do Bilene (no caminho entre as vilas de Inhambane e Lourenço Marques), para onde se transferiu Gungunhana no ano de 1889, partindo de Mossurize
245

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
 CAPÍTULO 1. Entre os rios Mzimkhulu, Phongolo e o sul da Baía de Maputo (c.1750-1820)	 39
1.1. Novos enquadramentos historiográficos	43
1.2. Os <i>amabutho</i> e a ascensão dos centros de poder <i>Mthethwa</i> , <i>Ndwandwe</i> e <i>Mabudu</i>	45
1.3. A grande guerra entre <i>Mthethwa</i> e <i>Ndwandwe</i> e o início das migrações	52
1.4. Olhares da alteridade: entre " <i>hottentots</i> ", " <i>kaffers</i> ", " <i>zoolos</i> " e " <i>vatwas</i> "	55
1.5. " <i>Nguni</i> " como possibilidade de afirmação identitária	58
1.6. A " <i>aparência guerreira</i> " e a construção de símbolos identitários	61
 CAPÍTULO 2. Para além das fronteiras: os guerreiros e as novas conexões nos caminhos da expansão	 65
2.1. " <i>Armados de rodellas e zagaías e jurando pelo seo Rei Manecussa</i> ": os " <i>manhambozes</i> "	75
2.2. Em terras de Inguana e Savanguana: a dinâmica do contato	82
2.3. " <i>Fumar u'm regullo</i> ": expressão e projeção de poder	90
2.4. Cruzando caminhos, atravessando territórios: confrontando " <i>dois pelotões de vátuas formados em batalha</i> "	97
 CAPÍTULO 3. "...Reinar, observando as nuvens..."	 114
3.1. A história recontada dos " <i>bakamswati</i> ": compondo linhagens " <i>ao norte da Baía de Delagoa</i> "	117

3.2. Novos conflitos, antigas tensões: a expansão <i>trekking</i> em direção a Natal ...	122
3.3. Alinhamentos ambivalentes em movimentos incertos: a morte de Sobuza em 1839	128
3.4. De volta aos tempos de Manicusse: enfrentando, com Sobhuza, as ofensivas de Shaka	131
3.5. Ressignificando vínculos: " <i>o casamento do Maueva com uma filha do rei Mswazi</i> "	142
3.6. " <i>Observando seu exército numeroso</i> " por entre múltiplos contatos	149
CAPÍTULO 4. "<i>Busquem... busquem-no e venham com ele para aqui!</i>"	153
4.1. Armas a Mawewe, pedras a Muzila: novas recomposições em incessante " <i>ordem de combate</i> "	163
4.2. A " <i>grande cerimonia solemne da purificação dos guerreiros</i> "	167
4.3. Viagem às terras de Muzila: " <i>que ficássemos onde estávamos, até que pudesse nos receber</i> "	170
4.4. Umzungulu e Dubule, mensageiros de Muzila	177
4.5. Longos (e omitidos) trechos de um (des)encontro	183
4.6. Do outro lado da " <i>Baía de Delagoa</i> ": Theophilus Shepstone e a Colônia de Natal	187
4.7. Traduções impróprias, memórias submersas	192
4.8. Entre a " <i>glória</i> " e o " <i>i-Zembe</i> ", guerreiros à espera de purificação final	197
CAPÍTULO 5. "<i>Uyanghena wusiva lomhlope, athi sohlangana makhosi, bathande kubusa!</i>" [<i>"Está a entrar a pena branca, diz que vão se encontrar os reis, que gostam de governar!"</i>]	201
5.1. Mensagem de Cetshwayo a Muzila, " <i>pouco antes da guerra contra os</i>	

<i>brancos"</i>	201
5.2. Vínculos antigos em nova insígnia de guerra	205
5.3. Entre " <i>guerreiros Abagasas</i> " a caminho de Lobengula e chefe de guerra à espera de pólvora: missionários peregrinos em um mundo de intersecções	212
5.4. " <i>Fui orientado por meu Chefe a perguntar como os povos zulu e do Transvaal estão agora com o Governo inglês</i> "	219
5.5. Morte revivida em passagem de poder: entrega de pássaros brancos " <i>aos seus comandantes</i> "	226
5.6. Sobre " <i>a invasão que acabavam de fazer, da Zululandia</i> ": ressoando ameaças de guerra	232
5.7. Nascido à época da morte de Manicusse e crescido " <i>como soldado melhor de Nghunghunyani, e do Vanguni</i> "	235
5.8. " <i>Vamos subir... Ah, subiram... Viram de lá pessoas... Tinham ngundu</i> "	243
5.9. " <i>Que sejam repelidos todos que se dirigirem às nossas linhas</i> "	250
5.10. Rotas cruzadas em territórios confederados: antigos e significativos vínculos como um eco de tempos já passados	260
5.11. " <i>E viam-se distintamente os altos penachos nas cabeças, rodella no braço esquerdo, brandindo no direito as zagaias</i> "	266
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 276
FONTES EM ARQUIVOS	280
FONTES IMPRESSAS	283
BIBLIOGRAFIA	295
ANEXO 1	333
ANEXO 2	338

A poucos minutos da *Killie Campbell Africana Library*, em Durban, na África do Sul, há uma pequena livraria - a *Ike's Books and Collectables*. Vende, sobretudo, livros usados e raros sobre história da África e ocupa o primeiro pavimento de um antigo prédio, onde funciona também um restaurante de comida italiana, no térreo. Em julho de 2016, viajei a Pietermaritzburg (a uma hora de Durban) para consultar um conjunto de documentos sobre os guerreiros que ali haviam estado em agosto de 1870, enviados por Muzila (o *inkosi* das terras de Gaza, entre 1862 e 1884) como uma representação ao governo da então Colônia britânica de Natal.

Antes de viajar à África do Sul, eu vinha pesquisando sobre a formação do centro de poder swazi com o qual um dos irmãos de Muzila havia estabelecido contato, novamente por meio dos guerreiros e apesar das centenas de quilômetros sempre percorridas a pé. Estava, por isso, na *Ike's Books* à procura de um livro específico - *The Hlubi Chieftdom in Zululand-Natal* - quando esbarrei com um muito pequenino, fragilizado pelo excesso de umidade e apenas *MLIMO* no título. Enquanto percorria os olhos pelas páginas, identifiquei uma série de "palavras-chave" vinculadas ao meu projeto de pesquisa sobre os "guerreiros de Gaza no sul de Moçambique" e trouxe *MLIMO* para casa.¹

Escrevendo já o último capítulo, esse livro me ajudou a reconstituir um dos vínculos de Gungunhana (sucessor de Muzila) com o território onde é hoje o Zimbábue. Por alguns dias, estive concentrada na passagem sobre guerreiros "*do rei de Gaza*" que acompanhavam uma noiva "*para demonstrar a sua importância*" e então percebi, ao pé da página, uma marca em carimbo azul: "*A. K. M. DOCRAT*".

¹ MZIKI [Archibald Andrew Campbell]. *Mlimo: the rise and fall of the Matabele*. Pietermaritzburg: The Natal Witness, 1926.

Folhee o livro, tentando entender o que significava aquele timbre e contudo ele se encontrava somente ali, como uma (segunda) testemunha bisbilhotando casamentos alheios.

"A. K. M. DOCRAT" é uma abreviação de Abdul Khalek Mohamed Docrat (1915-2003), um indiano que lutou durante toda a sua vida contra o segregacionismo e o regime do *apartheid*, na África do Sul. Detido sucessivas vezes entre as décadas de 1950 e 1960, Docrat foi, afinal, banido pelo governo sul-africano e forçado à prisão domiciliar. Sob cerrada vigilância, era-lhe autorizada uma saída restrita e diária de duas horas, as quais Docrat usava para se manter financeiramente, vendendo os livros que possuía.²

Talvez *Mlimo*, com o carimbo de "A. K. M. DOCRAT", tenha percorrido outro caminho até chegar à *Ike's Books* e, ainda assim, é significativo que um livro tratando da guerra contra as imposições da *British South African Company*, em 1896 (após a ocupação de parte do território que é hoje o Zimbábue), estivesse com alguém que lutava, do mesmo modo, contra prescrições compulsórias. Não apenas porque lidavam ambos com confrontos, mas porque se esforçavam em construir narrativas alternativas, buscando ressignificar experiências vividas.

Em *Mlimo*, a história pessoal contada é constantemente amplificada por deslocamentos e novos contatos do personagem que dá nome ao livro, como era também a existência de Docrat, nascido no distrito indiano de Surat, de onde muitos já haviam saído, na década de 1870, para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar em Durban. Na década de 1940, a geração de recém-chegados (como

² CAPTAIN-HASTHIBEER, Raylene. AKM Docrat Collection donated to UKZN Documentation Centre. *UKZNdaba online newsletter*. Disponível em: <http://ndaba-online.ukzn.ac.za/UkzndabaStory/160/akm-docrat-collection-donated-to-ukzn-documentation-centre/#>. Acesso em 23 de abril de 2017.

Docrat), marchava nas campanhas de resistência pacífica à legislação sul-africana racista, e, em 1960, juntava recortes de jornais, panfletos e escritos de muitos que eram presos sem julgamento, ao mesmo tempo em que vendia livros para sobreviver.

A região para onde se mudou Docrat, na década de 1930, vindo da Índia, era a mesma que *Mlimo* havia deixado um século antes, seguindo para terras ao norte até o atual Zimbábue, delineando outros e renovados vínculos e acompanhando o aproximar de guerreiros "*do rei de Gaza*", vindos igualmente de quilômetros muito distantes.

Em um continente de movimentos incessantes, o projeto de pesquisa repousava sobre certo pressuposto de imobilismo, porque se propunha a investigar o papel dos guerreiros (que em certos contextos se identificavam e eram reconhecidos como "nguni") nas redes de poder do que viria a ser conhecido como Gaza no século XIX, restringindo-os ao sul do atual Moçambique. Pensava-se em recuperar, desde o princípio, o processo que, ao norte de Durban, havia gerado a partida de Manicusse (o pai de Muzila), nos anos de 1820, mas, passado esse primeiro momento, o foco se concentraria nas terras em que, nas décadas seguintes, viria a se constituir esse centro de poder.

Em Moçambique, as referências ao poder de Gaza são ainda muito vivas, manifestas em expressões como "*changana*", designando (segundo a entonação, como me ensinou o senhor João Mucavele, numa entrevista em julho de 2013) "*aqueles que eram considerados de Soshangana*" (o nome pelo qual era chamado Manicusse em seus primeiros anos); e "*mabuindela*", aquele que ia à frente e abria passagem aos regimentos, comunicando signos guerreiros em seu

comportamento.³ O impacto dessa presença guerreira, convergindo para a fonte ancestral e soberana de poder que era o *inkosi*, produziu, igualmente, lembranças de graves confrontos com chefes em ascensão, guardadas no acervo de Fontes Orais do Arquivo Histórico de Moçambique e dispersas no caminho de sua passagem.⁴

Esses desenvolvimentos se integravam, entretanto, a outros de longo alcance e por meio de trânsitos que interconectavam múltiplas histórias e influíam em seus cursos. Associados ao *inkosi*, os guerreiros transpunham fronteiras em perspectiva de comunicação, atribuindo, com a sua movimentação, dimensões de reciprocidade ou interdição, enunciadas em aproximação ritualizada.

Não obstante os homens se conformarem como guerreiros ainda muito jovens, o estado de guerra não era uma condição permanente porque comportava o ato violento em expressão de morte e, com ela, a possibilidade de auto-aniquilamento até a cerimônia de purificação depurar e reconduzir o vínculo criado com aquele de quem se tirava a vida. Uma vez que confluíam em força para o *inkosi*, ecoando nos chefes de regimentos, os contatos amplificavam a linha entre a vida e a morte e redimensionavam a existência do guerreiro, atribuindo-lhe uma agência não em essência, mas historicamente construída.

Na historiografia, a referência ao guerreiro se alinha, no entanto, em relação a dois eixos principais de análise, apresentados, muitas vezes, de forma associada.

³ Entrevista com João Mucavele. Cidade de Maputo, Província de mesmo nome, Moçambique. Julho de 2013.

⁴ Cf. por exemplo *Entrevista com Dingane*. Entrevistador: Dr. Gerhard Liesegang; António Rola; Mucojuane Mainga Vicente (AHM). Editor: Arquivo Histórico de Moçambique. Projecto de Recolha de Fontes Orais. Transcritor/Tradutor(es): Mucojuane Mainga Vicente. Local: Jantigue - Mandlakazi - Gaza. Data: 25 de maio de 1980. Língua: tsonga. Material: manuscrito. Págs.14. Cass. nº. 51. Faces A TT nº. GZ001 - Arquivo Histórico de Moçambique. Colecção de Fontes Orais da História. Fundo Gaza. Caixa 01. Gz.001 a Gz.009.

O primeiro descreve o comportamento agressivo como supostamente inerente ao homem "africano primitivo", em uma redução do social ao natural, que retém o guerreiro na atemporalidade de sua própria selvageria. Expressivos nesse sentido são os estudos de António Rita-Ferreira, que nasceu em Portugal em 1922 e ocupou os cargos de chefe de posto e administrador de circunscrição em Moçambique, entre 1947 e 1959. A sua produção é rica em detalhes sobre a história das populações da região, mas, integrado à estrutura administrativo-jurídica do colonialismo português, o seu olhar distingue, sobretudo, a diferença como sinônimo de inferioridade, determinada por uma alegada tendência à agressividade.⁵ Para o autor, essa disposição seria exacerbada pela "*ânsia do saque*" e pelas "*fortes sugestões mágicas de invencibilidade que, em danças e cantos coletivos, excitavam o furor bélico*" e precediam as "*constantes guerras*" e "*ataques intensivos de populações indefesas*". Nessa espécie de catarse social, "*velhos, mulheres e crianças que não pudessem acompanhar os atacantes*" eram mortos, ao mesmo tempo em que se confiscava todo alimento e gado que lhes pertenciam.⁶

Assumindo uma percepção muito próxima daquela que os colonialistas do século XIX expressavam - de africanos em constantes guerras uns com os outros até a ação normatizadora do europeu conduzir a novos modos de viver -, essa análise se aproxima do referencial racial e do determinismo biológico de modo a sustentar um etnocentrismo que mantém a evolução como paradigma.⁷

No segundo eixo, a perspectiva econômica se sobrepõe como fundamento analítico, apresentando a violência como o resultado da combinação entre escassez

⁵ RITA-FERREIRA, António. *Etno-história e cultura tradicional do grupo angune (nguni)*. Lourenço Marques: Memórias do Instituto de Investigações Científicas de Moçambique, 1974, p.212.

⁶ Ibidem, p.187; 212; Idem. "As invasões vangunes e o Império de Gaza". In: *Povos de Moçambique: História e Cultura*. Porto: Afrontamento, s.d., p.357; 345.

⁷ Ibidem, p.357.

de recursos e fraqueza das forças produtivas, com o mais forte se sobrepondo aos demais grupos e formalizando a exploração na expropriação contínua de bens.

Os volumes de *História de Moçambique* que o Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane publicou entre 1982 e 1983 expressam bem essa perspectiva. Elaborados em um contexto marcado pelos desdobramentos das lutas de independência e pelo projeto de construção de nação e identidade nacional moçambicanas - conduzido pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e contestado pela Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO)⁸ -, a interpretação de história que perpassa o trabalho é concebida a partir das relações econômico-políticas e tributária da ideologia marxista-leninista do partido no poder.⁹

Projetando-as em retrospecto, as sociedades africanas do passado estariam, assim, igualmente divididas em "*classes sociais*" que mantinham a "*exploração do homem pelo homem*" na forma de estruturas políticas como a do "*Estado de Gaza*". Nesse ponto, os guerreiros assumiam uma função central porque seriam eles os que, coercitivamente, extrairiam os tributos dos "*povos dominados*" destinados à "*aristocracia nguni*" e também a si próprios, já que por "*não disp[orem] de um sistema autônomo de abastecimento*" viveriam "*à custa da população dos territórios por onde passavam, exigindo delas tudo aquilo de que necessitavam*".¹⁰

Um dos problemas nessas vertentes (que continuam a orientar observações sobre os guerreiros, mesmo em estudos mais recentes) é que a agência está determinada desde o princípio: ela não se altera, qualquer que seja a interação; não se modifica ao longo do tempo, e não há qualquer sentido que ultrapasse o

⁸ GEFFRAY, Christian. *A causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento, 1991, p.14-17.

⁹ SERRA, Carlos (coord.). *História de Moçambique*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane/Tempo, 1982, vol. 01; 1983, vol. 02.

¹⁰ Ibidem, vol. 01, p.10; 109-116.

eterno presente de se sobrepôr pela força e de se apropriar do que não lhe pertence.

A ênfase sobre um impulso violento contido e onipresente, determinando sobreposição e destruição, não é, entretanto, exclusiva da produção com referência aos guerreiros dos *inkosis* de Gaza. Muito desse acento marca, da mesma forma, os primeiros estudos que se dedicaram a analisar o processo que provocou o deslocamento de grupos como aqueles de Manicusse e de Mlimo e que se tornou conhecido como *mfecane*.

Partindo das narrativas de observadores letrados, produzidas entre o final do século XIX e início do XX,¹¹ a historiografia colonial sul-africana de língua inglesa construiu sobre o *mfecane* a versão de uma onda de violência excepcional, atribuída às alegadas forças perturbadoras que emanavam da ascensão do centro de poder zulu e de Shaka kaSenzangakhona, em especial, entre os anos de 1820 e 1830, a romper um equilíbrio anterior e a varrer em guerras e mortes as regiões não colonizadas do sudeste e centro africanos.¹² Em 1928, o historiador Eric

¹¹ Considerando a vasta literatura desse período, é possível destacar BRYANT, Alfred Thomas. *Olden times in Zululand and Natal containing earlier political history of the Eastern-Nguni clans*. Cape Town: Struik, 1929; CASALIS, Eugène. *Les Bassoutos, ou vingt-trois années d'études et d'observations au Sud de l'Afrique*. Paris: Société des missions évangéliques, 1859; ELLENBERGER, David Frédéric. *History of the Basuto, ancient and modern*. Londres: Caxton, 1912; MALCOLM, Daniel McKinnon; STUART, James (eds.). *The diary of Henry Francis Fynn (1803-1861)*. Pietermaritzburg: Shuter & Shooter, 1950; ORPEN, Joseph Millerd. *History of the Basutos of South Africa*. Cape Town: Saul Solomon and Co., 1857; STUART, James. *The history of the Zulu rebellion*. Londres: Macmillan and Co., 1913; THEAL, George McCall. *History of South Africa (1795-1834)*. Londres: S. Sonnenschein & Co., 1891. Cf. também a análise crítica dessas obras em RICHNER, Jürg Emil. *The historiographical development of the concept "mfecane" and the writing of early Southern African history, from the 1820s to 1920s*. Grahamstown, 2005. Dissertação - Rhodes University.

¹² "A escrita da história concebida em termos disciplinares, ou seja, a produção da história profissional - não necessariamente pelos historiadores treinados em academia ou historiadores em tempo integral, mas por pesquisas que viram a sua tarefa como um exercício acadêmico e autônomo - começou na África do Sul entre o final do século XIX e início do XX, com os trabalhos de George McCall Theal, George Cory, e Eric Walker. Muito preocupadas com o surgimento da sociedade colonial, essas obras trataram as populações africanas como periféricas para a história colonial. Apesar das poucas referências à história africana, esses primeiros historiadores foram responsáveis por fixarem na historiografia representações muito particulares e específicas da sociedade africana. [Christopher] Saunders insiste, com razão, no entanto, que há diferenças importantes entre esses escritores, quanto ao tratamento de Shaka e seu tempo, que resistem à sua designação como típicos teóricos do *mfecane*,

Walker, da Universidade de Cape Town, formalizou o uso do termo *mfecane* para descrever o processo como um "*crushing*",¹³ um "esmagamento" crescente e abrangente de populações.

De acordo com o historiador Julian Cobbing, da Universidade de Rhodes,

a palavra *mfecane* é de origem xhosa e surgiu nas tradições escritas na década de 1820, ao longo da "fronteira oriental", que é a região entre os rios Fish e Umzimvubu, atualmente Ciskei e sul do Transkei. A tradução de Walker de "*esmagamento*", apesar da repetição subsequente generalizada, é quase certamente um erro. Formas do século XIX como "*fetcani*", "*infanicama*", "*imfet-canie*", "*Il-Fitcanie*", "*fickanees*", e outros, indicam que *mfecane* deriva do xhosa "*ukufaca*" que significa "*ser fraco; emagrecido pela fome*". A associação primária com fome deve ser ressaltada. Todas as variações contêm o "c" de click, que o sotho sul não possui. A inferência linguística é que a versão sotho sul, *lifaqane*, deriva do xhosa original e não o contrário. O entrelaçamento do xhosa e do sotho no sul dos Montes Drakensberg e a expansão de ambos à região entre o Caledon e o Kei sugerem que as variantes podem ter existido em estreita proximidade. Nenhuma variante existe entre os dialetos do nguni ao norte, por exemplo no zulu.¹⁴

Na década de 1960, a historiografia africanista sucedeu à colonialista, mas os mapas ainda representavam a violência do *mfecane* como um tracejado de extensão indefinida em direção ao leste a partir de Highveld, uma região montanhosa ao norte do rio Vaal.¹⁵ Em 1966, em um contexto no qual novas publicações buscavam reavaliar o desenvolvimento do poder zulu e a ascensão de

nomeadamente diferenças em seus pontos de vista sobre as causas e consequências do *mfecane* e em suas análises sobre a relação entre o *mfecane* e a história da colonização. No entanto, esses escritores compartilham algumas características gerais. Eles tendem a se concentrar nos detalhes da ascensão de Shaka ao poder, sua organização do exército zulu, a instilação de perfeita obediência de seus seguidores e suas inovações militares. Shaka era geralmente descrito como agressivo e cruel, e seu reinado visto como um período de grande destruição e devastação". HAMILTON, Carolyn. *Terrific majesty: the powers of Shaka Zulu and the limits of historical invention*. Cambridge: Harvard University Press, 1998, p.16. (tradução livre)

¹³ WALKER, Eric A. *A history of Southern Africa*. Londres: Longmans, Green & Co., 1928. Por extensão, "*crushing*" assume também o sentido de algo "*muito difícil de lidar e que faz perder a esperança e a confiança*". LONGMAN *Dictionary of contemporary English: the living dictionary*. Harlow: Pearson, 2003, p.379. (tradução livre)

¹⁴ COBBING, Julian. *The case against the mfecane*. Seminar Paper. University of Witwatersrand, 1984, p.03. (tradução livre)

¹⁵ ETHERINGTON, Norman. A tempest in a teapot? Nineteenth century contests for land in South Africa's Caledon Valley and the invention of the *mfecane*. *The Journal of African History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, vol. 45, p.06.

Shaka para além da imagem sistematizada e normativa anterior,¹⁶ o professor John Omer-Cooper, sediado na Universidade de Ibadan, na Nigéria, reformulou o conceito, interpretando-o como uma resposta criativa e construtiva às mudanças regionais.¹⁷ Até a década de 1980, os autores repetiam a leitura de Omer-Cooper, sem contestar, contudo, a validade do *mfecane* enquanto conceito de explicação histórica.¹⁸

O questionamento surgiria com as análises de Julian Cobbing que o reavaliou como parte de um discurso racista, estruturado pelos historiadores coloniais de modo a absolver o capitalismo das responsabilidades pelas violentas convulsões sociais no sudeste da África Oriental na primeira metade do século XIX. Para ele, os escritores anteriores haviam tratado o *mfecane* como algo separado da história colonial da África do Sul, apresentando a ascensão do centro de poder zulu e de Shaka como processos autogerados e responsáveis, em particular, pelas fissuras sociais que, em cadeia, haviam se espalhado pelo sudeste do continente.¹⁹

Substituindo o entendimento tradicional do *mfecane* pela consideração de que as sociedades africanas não geravam, de forma isolada e por conta própria, a violência regional, Cobbing buscou situar as transformações em relação ao comércio português costeiro de escravos que se desenvolvia da Baía de Maputo para Inhambane desde o final do século XVIII. Em sua leitura, o crescimento dessa

¹⁶ Cf. WILSON, Monica. *Divine kings and the "breath of men"*. Cambridge: Cambridge University Press, 1959; THOMPSON, Leonard. *African societies in Southern Africa*. Londres: Heinemann, 1969; e GLUCKMAN, Max. The individual in a social framework: the rise of king Shaka of Zululand. *Journal of African Studies*. Los Angeles: University of California Press, 1974, nº 02, p.113-144.

¹⁷ OMER-COOPER, John D. *The Zulu aftermath: a nineteenth century revolution in Bantu Africa*. Londres: Longmans, Green & Co., 1966.

¹⁸ RICHNER, op. cit., p.03.

¹⁹ "Essa abordagem corresponde ao padrão dos textos históricos da África do Sul, nos quais brancos e negros são pluralisticamente tratados em capítulos ou livros separados e onde as interações são geralmente ignoradas". COBBING, Julian. The *mfecane* as alibi: thoughts on Dithakong and Mbolompo. *The Journal of African History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, vol. 29, p.488. (tradução livre)

atividade havia feito com que os africanos recorressem a centros maiores de poder para a sua própria defesa no exato momento em que as demandas por mão de obra, na fronteira oriental da Colônia do Cabo, estimulavam a invasão destrutiva por grupos de cavaleiros armados de origem griqua e a guerra contra os chefes xhosa.²⁰ Os europeus, ligados a essas atividades, tentaram encobrir o seu envolvimento, afirmando que os africanos eram os únicos instigadores da violência e, por isso, Julian Cobbing chamou o *mfecane* de "álibi" para traficantes de escravos e colonos.²¹

A sua posição deu início a um extenso debate sobre o uso do conceito de *mfecane*²² e a sua análise é fundamental para a reflexão sobre a importância da crítica documental e da desconstrução dos discursos, considerando os seus contextos de produção. Ao tomá-lo como um mito racista criado pelo colonialismo

²⁰ Ibidem, p.487-519. Cf. também COBBING (1984), op. cit. e COBBING, Julian. *The myth of the mfecane*. Seminar paper. University of Durban-Westville, 1987.

²¹ "...foi a vitória da voz colonial e o caráter insular da posterior historiografia sul-africana que garantiu a gestação e o desenvolvimento do *mfecane* como um álibi múltiplo. Por um lado, a história dos colonos desenvolveu uma ampla gama de amnésias: do comércio de escravos, das incursões para Mantatees e trabalho 'livre', das desestabilizações dos conquistadores de Natal. Por outro lado, um deslocamento psicológico geral, no qual os negros eram sobrecarregados com a culpa de várias automutilações. A teleologia se tornou tautologia. A primeira camada do álibi estava preocupada com a dissimulação das estratégias de obtenção de trabalho forçado por volta de 1820-1860. No tempo de Theal, Ellenberger e Walker, c.1880-1940, a essa foi sobreposta uma outra que atribuiu a distribuição de terras de 1913 (de fato, um produto de cem anos de conquista europeia) ao holocausto dos negros sobre os negros no período de 1815-1835. (...) A partir da Segunda Guerra Mundial, a importância do álibi passou a recair sobre o natural 'pluralismo' das sociedades negras e como elas próprias se isolaram em proto-bantustões, na era Shaka, deixando aos brancos apenas a tarefa de levantamento e reconhecimento. A violência das remoções forçadas foi evocada, embora com novos eufemismos e mentiras. Os brancos podiam agora, legitimamente, lutar pelo que era, 'por direito', deles". COBBING (1988), op. cit., p.518-519. (tradução livre)

²² Cf. WRIGHT, John B. Political mythology and the making of Natal's *mfecane*. *The Canadian Journal of African Studies*. Toronto: Canadian Association of African Studies, 1989, vol. 23, nº 02, p.272-291; ELDREDGE, Elizabeth A. Sources of conflict in Southern Africa, c.1800-30: the "mfecane" reconsidered. *The Journal of African History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, vol. 33, nº 01, p.01-35; HAMILTON, Carolyn Anne. "The character and objects of Chaka": a reconsideration of the making of Shaka as "mfecane" motor. *The Journal of African History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, vol. 33, nº 01, p.37-63; OMER-COOPER, John D. Has the *mfecane* a future? A response to the Cobbing critique. *Journal of Southern African Studies*. Oxford: Oxford University Press, 1993, vol. 19, nº 02, p.273-294; PEIRES, Jeff B. Paradigm deleted: the materialist interpretation of the *mfecane*. *Journal of Southern African Studies*. Oxford: Oxford University Press, 1993, vol. 19, nº 02, p.295-313; e WRIGHT, John B. *Mfecane* debates. *Southern African Review of Books*. Cape Town: South African Writers, 1995. Disponível em: http://web.uct.ac.za/depts/sarb/X0033_Wright.html. Acesso em 20 de setembro de 2014.

de modo a sustentar os seus próprios interesses, Cobbing afastou a perspectiva "*zulucêntrica*", marcada pelas recorrentes referências às paisagens de guerra e à devastação provocadas por Shaka, para fortalecer a via de explicações alternativas para as profundas mudanças políticas e sociais que ocorreram no sul e sudeste do continente africano desde meados do século XVIII e as quais estavam na origem das movimentações de Manicusse na década de 1820.

O argumento de Julian Cobbing de que um aumento na demanda por escravos na costa estimulou o aparecimento de "*formações defensivas*" como a do centro de poder zulu ganhou, entretanto, pouco apoio, pois o relacionava ao crescimento tardio registrado no período após as guerras da Revolução Francesa, em 1815, quando os novos centros africanos de poder já haviam emergido.²³ Por outro lado, desde a segunda metade da década de 1970, alguns historiadores argumentavam que uma transformação muito mais profunda, de um tipo de sociedade para outro, tinha ocorrido, no sudeste da África, meio século antes da emergência do poder zulu. Se até então a análise focava os detalhes da conquista militar e o papel da liderança individual, as teses desses autores buscavam rastrear

o surgimento de instituições sociais e políticas de um tipo que havia permitido aos líderes políticos exercerem mais autoridade sobre os seus próprios adeptos do que antes e manterem os povos conquistados com muito mais firmeza em uma posição de subordinação. A emergência de centros de poder, nesse contexto, não implicava simplesmente um aumento no tamanho e no grau de militarização das unidades políticas, mas em mudanças

²³ ETHERINGTON (2004), op. cit., p.04.

abrangentes na natureza das relações políticas, sociais, ideológicas e econômicas entre governantes e governados.²⁴

Essas transformações marcaram a região entre os rios Mzimkhulu, Phongolo e o sul da Baía de Maputo, no período entre o final do século XVIII e início do XIX, quando aí viviam as linhagens às quais estavam vinculados Manicusse e Mlimo na origem. O processo, analisado no primeiro capítulo desta tese, induziu a novos alinhamentos de poder, associados à emergência dos *amabutho* - grupos masculinos formados a partir de referencial etário ou territorial, como parte das cerimônias que marcavam a transição da juventude para a idade adulta, incluindo a circuncisão dos jovens reunidos.²⁵

Os guerreiros que acompanhavam Manicusse se ligavam a esse contexto de recomposições, distendendo-as por todo o percurso de seu avanço em direção às terras ao norte da Baía de Maputo, em um entrelaçamento contínuo de experiências, como nos termos sugeridos pelo antropólogo Jean-Loup Amselle:

as sociedades locais, com o seu modo de produção, de redistribuição, etc., longe de serem mônadas replicadas sobre si mesmas, estão integradas em formas gerais abrangentes, que lhes determinam e atribuem um conteúdo específico. É por isso que cada sociedade local deve ser conhecida como o efeito de uma rede de relações que, se não explorada totalmente, não poderá fornecer a chave para o funcionamento de cada elemento...²⁶

²⁴ WRIGHT, John B.; HAMILTON, Carolyn. "Traditions and transformations: the Phongolo-Mzimkhulu region in the late eighteenth and early nineteenth centuries". In: DUMINY, Andrew and GUEST, Bill (eds.). *Natal and Zululand: from earliest times to 1910*. Pietermaritzburg: University of Natal Press/Shuter & Shooter, 1989, p.57. Cf. neste sentido HEDGES, David William. *Trade and politics in Southern Mozambique and Zululand in the eighteenth and early nineteenth centuries*. Londres, 1978. Tese - Universidade de Londres e BONNER, Philip Lewis. "The dynamics of late eighteenth century, early nineteenth century Northern Nguni society - some hypotheses". In: PEIRES, Jeff B. (ed.). *Before and after Shaka: papers in Nguni history*. Grahamstown: Institute of Social and Economic Research of Rhodes University, 1981, p.74-81; BONNER, Philip Lewis. *Kings, commoners and concessionaires: the evolution and dissolution of the nineteenth-century Swazi state*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. (tradução livre)

²⁵ WRIGHT; HAMILTON, op. cit., p.62-63.

²⁶ AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia (dir.). *Au coeur de l'ethnie: ethnies, tribalisme et État en Afrique*. Paris: La Découverte, 1999, p.23. (tradução livre)

Era nessa "*rede de relações*", formada pelas múltiplas interações e em meio ao igual trânsito de populações e governos europeus, que se inseria a agência guerreira e a potencialidade do ato violento.

Em *Meanings of violence: a cross cultural perspective*, o historiador Jon Abbink - se afastando do paradigma darwinista "*que se concentra na luta pela reprodução e na competição por sobrevivência e status*" -, propõe que a violência seja estudada como um fenômeno cultural que, longe de um impulso humano, simples e universal, apresenta aspectos simbólicos e ritualizados e é tão dependente do contexto em que se manifesta quanto moldado por relações sociais de força, poder e dominação:

quando falamos de "significado", não é para avançar em uma visão cultural-relativista sobre o significado (positivo) do desempenho violento para os autores, mas para destacar os contextos em que esse desempenho é definido, transmitindo "mensagens em comunicação".²⁷

Para ele, "*embora enraizada na natureza social dos seres humanos, existem aparentemente certas condições sócio-históricas que tendem a gerar ou estimular a violência*". Recuperando as condições específicas de sua manifestação - nas quais é possível identificar, segundo o autor, ações tendentes a definir identidades e fronteiras entre grupos -, a violência assume, em muitos casos, o efeito de uma força capaz de desconstruir, redefinir ou remodelar uma ordem social.²⁸

Toda a extensão e a complexidade dessas interações desponha, com expressividade, em muitos dos documentos conservados na seção de Fontes Oraís do Arquivo Histórico de Moçambique, em Maputo.

²⁷ ABBINK, Jon. "Violation and violence as cultural phenomena". In: AIJMER, Göran; ABBINK, Jon (ed.). *Meanings of violence: a cross cultural perspective*. Oxford: Berg, 2011, p.XIII-XV. (tradução livre)

²⁸ Ibidem. (tradução livre)

Na década de 1980, poucos anos após a independência de Moçambique, equipes do Arquivo começaram a viajar para recolher "*dos mais velhos*" a "*informação histórica*" que ainda guardavam na memória.²⁹ Esses encontros, em vários pontos do país e em diferentes línguas, ficaram registrados sob a forma de entrevistas em fita cassete, posteriormente transcritas e traduzidas para o português.

No Arquivo, é possível solicitar uma caixa de entrevistas segundo a região de pesquisa e ouvir a fita enquanto se lê a transcrição, dividida em duas colunas: à esquerda, na língua do entrevistado e, ao lado, a correspondência em português.

É um ofício metódico de repassar a gravação e, com paciência, fazer a transcrição dupla. Após alguns dias de pesquisa, naquele arquivo, ouvindo e lendo os registros, notei a recorrência do nome "*Mucojuane Mainga Vicente*" como "*tradutor*" e "*transcritor*" de "*chopi*", "*tsonga*" e "*nguni*". Logo me disseram se tratar de um funcionário muito antigo: segurança do prédio do Arquivo no início e oficialmente "*investigador*" quando lhe descobriram a proficiência. Mucojuane havia já morrido, mas a sua filha, Ana, continuava o trabalho em 2015, na mesa à entrada da sala de consulta.

Mucojuane acompanhou como intérprete muitas das conversas gravadas no sul de Moçambique, ao lado de Gerhard Liesegang, professor da Universidade Eduardo Mondlane. Na sequência da sua tese de doutorado na década de 1960 - "*Contribuições para a história do Império nguni de Gaza, sul de Moçambique (1820-1895)*"³⁰ - o próprio professor Liesegang realizou uma série de entrevistas, cujos

²⁹ COSTA, Inês Nogueira da. Apontamento sobre o Arquivo Histórico de Moçambique. *Arquivo: Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, abril de 1987, vol. 01, nº 01, p.07-08.

³⁰ LIESEGANG, Gerhard Julius. *Beiträge zur geschichte des reiches der Gaza nguni im südlichen Moçambique (1820-1895)*. Colônia, 1967. Tese. Faculdade de Filosofia da Universidade de Colônia.

registros foram doados para o Arquivo Histórico de Moçambique, sendo a de 1969 a mais antiga delas.

Esse conjunto documental fornece vestígios muito importantes, integrando a chegada de Manicusse e o seu grupo de guerreiros ao território atual de Moçambique; a guerra de sucessão entre os seus filhos Mawewe e Muzila e a formação de regimentos. Há, em muitas passagens, referências aos próprios guerreiros, como o pai de Josefa Bila, nascido à época da morte de Manicusse e crescido "*como soldado melhor de Nghunghunyani* [o quarto *inkosi* de Gaza], e do *Vanguni*".³¹

Quando não estava na guerra, segundo Josefa Bila, o seu pai "*ia a pé, para* [trabalhar nas minas de] *diamante* [em] *Kimberley*" (descobertas nos anos finais de 1850), em um fluxo que se revela inclusive em outras bases de documentação, como memórias de investidores e relatórios anuais da *Chamber of Mines* (incluindo Witwatersrand e suas prospecções em ouro, para onde se dirigiam também os guerreiros a partir de 1886).³²

Esses não eram, entretanto, os únicos sentidos possíveis de movimentação dos guerreiros porque ainda outros iam e vinham da região associada à origem de Manicusse e de seu grupo de guerreiros. Em agosto de 1870, Muzila enviou mensageiros ao governo da então Colônia britânica de Natal e até hoje o

(tradução livre)

³¹ *Entrevista com Josefa Bila: entrevista realizada em Machecahomo*. Narrador(es): Josefa Bila. Investigador(es): G. Liesegang; A. Rola; Mucojuane M. Vicente. Intérprete(s): - Local da entrevista: Machecahomo - Chicogolo - Mandlakazi - Gaza. Data: 18 de junho de 1980. Língua(s): tsonga; zulu; português. Edição de: Arquivo Histórico de Moçambique. Local: Maputo. Data: 1980. Material: cassete. Tempo: - Transcritor: Mucojuane Mainga Vicente. Tradutor: Mucojuane Mainga Vicente. T/T nº. GZ010. C. nº 62; 63; 64. C. GZ013; GZ015; GZ106 - Arquivo Histórico de Moçambique. Coleção de Fontes Orais da História. Fundo Gaza. Caixa 02. Gz.10 a Gz.16.

³² MORTON, William James. *South African diamond fields: and the journey to the mines. Paper read at the meeting of the American Geographical Society, March 13, 1877*. New York: American Geographical Society, 1877; Report of Native Labour Commissioner of the Witwatersrand Chamber of Mines for the year 1895. In: WITWATERSRAND Chamber of Mines. South African Republic. *Seventh Annual Report for the year ending 31st December, 1895*. Johannesburg: Argus Printing and Publishing Company, 1896.

Pietermaritzburg Archives Repository guarda o registro do encontro dessa representação com o Secretário para Assuntos Nativos, Theophilus Shepstone, permitindo reconstituir os seus desdobramentos.³³

A aproximação aconteceu na sequência da guerra sucessória entre Muzila e Mawewe e ao tempo em que Shepstone buscava alternativas que garantissem um curso regular e sistemático de mão de obra para as plantações de açúcar no entorno de Durban (incluindo a imigração de indianos, numa rota que incluiria as gerações precedendo a chegada de Docrat).

Em 1879, a orientação de sentido se inverteria e da região, um pouco ao norte de Durban, partiria um emissário para Muzila: não de Shepstone, mas de Cetshwayo, pouco antes da guerra anglo-zulu. Reminiscências desse contato se encontram em outro importante conjunto documental: o material original que compõe a coleção *James Stuart*, sob a guarda da *Killie Campbell Africana Library* e que, a partir de 1976, começou a ser publicado sob a iniciativa dos professores Colin Webb, da Universidade de Natal; e John Wright, da Universidade de Witwatersrand.³⁴

James Stuart era um magistrado residente britânico que, entre 1897 e 1924, entrevistou cerca de duzentos informantes africanos, abordando temas referentes às histórias dos falantes de isiZulu e de outros grupos. As entrevistas foram registradas por escrito, intercalando passagens em inglês e isiZulu e, em muitos casos, recorrendo à combinação de ambas as línguas. De um modo particularmente metódico, Stuart anotou os nomes de seus informantes e daqueles que os

³³ "Statement of Umzungulu and Dubule, messengers from Umzila son of Sotshangane or Manukuza king of the Amahlamini". National Archives of South Africa. Pietermaritzburg Archives Repository. Secretary for Native Affairs. Miscellaneous papers. 1886-1889. Volume I/1/96.

³⁴ WEBB, Colin de Berri; WRIGHT, John Britten. *The James Stuart Archive of recorded oral evidence relating to the history of the Zulu and neighbouring peoples*. Pietermaritzburg: University of Natal Press and Durban: Killie Campbell Africana Library, vol. 01, 1976; vol. 02, 1979; vol. 03, 1982; vol. 04, 1986; vol. 05, 2001; vol. 06, 2014.

acompanhavam, fornecendo o local e a data das entrevistas e referenciando outras fontes que considerasse relevantes.

Em 1879, o emissário de Cetshwayo e Muzila se comunicavam em isiZulu, tal como os guerreiros que, acompanhando a sua filha em casamento, dirigiam-se nesse mesmo ano para Lobengula, no território do atual Zimbábue. Aí vivia Mlimo, saído da região próxima àquela que havia deixado Manicusse e falando, igualmente, isiZulu. Essa compreensão amplificada pelo compartilhamento de uma língua agregava centros africanos de poder e ainda missionários que, uma vez tendo aprendido isiZulu, lançavam-se de um território a outro com a esperança de multiplicar, por vastas extensões, as suas estações missionárias.

Foi assim que, em 1885, o norte-americano Erwin Richards, ligado às missões da *American Board of Commissioners for Foreign Missions*, na Colônia de Natal, encontrou-se com um dos mais antigos "*comandantes em chefe*" de Muzila, nas terras próximas à vila portuguesa de Inhambane e cercado por "*trezentos guerreiros, com todas as suas armaduras de guerra*".³⁵ Muitos desses contatos por atividade missionária e o quanto eram afetados pela agência dos guerreiros se encontram em seus diários de viagem e, no caso específico dos norte-americanos, no *The Missionary Herald*. Essas fontes têm sido digitalizadas e disponibilizadas em plataformas como o archive.org; o catalog.hathitrust.org e pela Biblioteca Nacional da França, em gallica.bnf.fr.

Há também documentos muito importantes conservados na Universidade da África do Sul, em Pretória, especificamente na seção *Archives and Special*

³⁵ The Missionary Herald. Vol. LXXXI. - September, 1885. - Nº IX. East Central African Mission. Baleni visited. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1885*. Boston: Press of Stanley and Usher, 1885, vol. LXXXI, p.358. (tradução livre)

Collections.³⁶ Aí se encontram os manuscritos do missionário suíço Henri-Alexandre Junod que, em 1889, embarcou para Moçambique com a sua esposa, Emily Biolley, estabelecendo-se em Ricatla, a poucos quilômetros da cidade de Lourenço Marques (hoje Maputo).

Nos anos seguintes, Junod manteve contato com a população do entorno e acompanhou a tensão crescente que precedeu a guerra de 1895, durante a qual se enfrentaram as tropas portuguesas e os guerreiros de Gungunhana, filho e sucessor de Muzila. A versão que apresentou para o conflito o colocou sob risco de expulsão de Moçambique pelo governo português, em função das suspeitas de ter fomentado, com outros, "*a insurreição do país*".³⁷ Após alguns anos de retorno à Suíça e transferência para a África do Sul, Junod voltaria a Moçambique, mas não Georges-Louis Liengme, médico missionário e companheiro de Junod que, tendo cuidado dos guerreiros feridos em 1895, seria forçado por interdição portuguesa a deixar a região em definitivo.³⁸

Todo o conjunto desses documentos, assim como o Fundo do século XIX no Arquivo Histórico de Moçambique (e no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, que consultei durante o mestrado), permite recuperar muito da extensão e da complexidade das interações geradas pelos guerreiros, não obstante camadas sobrepostas de "selvageria", apresentando o "africano" como ameaçador na sua diferença, em um século marcado pelo conceito de raça e pela crença de que a humanidade se encontrava dividida em estágios sucessivos de evolução.

³⁶ University of South Africa. Archives and Special Collections. Junod Archives. HA Junod Collection.

³⁷ Henri A. Junod, Missionnaire. Couvet. 21 octobre 1896. *Des causes de la rebellion dans le District de Lourenzo Marques*. 9.5. Mozambique (1894-1920). (tradução livre)

³⁸ Henri A. Junod, Missionnaire. Couvet. 21 octobre 1896. *Des causes de la rebellion dans le District de Lourenzo Marques*. University of South Africa. Archives and Special Collections. Junod Archives. HA Junod Collection. 9.5. Mozambique (1894-1920). Cf. também LIENGME, Georges-Louis. Un potentat africain: Goungounyane et son règne. In: *Bulletin de la Société Neuchateloise de Géographie*. Neuchatel: Attinger Freres, 1901, tomo XIII, p.99-135.

Enquanto buscava recuperar algo dessa agência guerreira e os seus significados, muito desse percurso se cruzava com outros, de modos tão imprevistos como Docrat guardando *Mlimo* (e, com ele, o casamento da filha de Muzila com Lobengula), conforme se esforçava em recompor, também ele, a sua própria história em uma narrativa alternativa àquela que lhe queria impor a política sul-africana segregacionista.

Cada capítulo deste trabalho se concentra, assim, em um contato que se interliga a outras histórias, procurando examinar como cada desdobramento influenciou naquele e nos tempos seguintes e como os guerreiros (e os seus *inkosis*) foram se constituindo nessas relações, tal como o poder de Gaza.

O primeiro capítulo analisa como as transformações, na região entre o rio Mzimkhulu e a Baía de Maputo, entre o final do século XVIII e os primeiros anos do XIX, provocaram reordenamentos de poder e, na sequência, a movimentação de grupos, como o de Manicusse e os seus guerreiros. No segundo, o foco se concentra no caminho de sua expansão, das margens do rio Tembe onde seus guerreiros foram vistos em 1822, até alcançar a região do rio Save, no atual Moçambique. Depois de alguns anos na região, Manicusse retornou para o sul, ao passo que os seus guerreiros se aproximavam de modo progressivo dos chefes de linhagens dominantes, induzindo a vínculos definidos contextualmente e em relação aos signos compartilhados que projetavam as hierarquias de poderes.

O terceiro capítulo trata da ligação de seu filho (e primeiro sucessor) Mawewe com aqueles que se reconheciam como "*bakamswati*, 'o povo de Mswati [II]'", centrados no território hoje conhecido como Suazilândia. O seu casamento com uma filha de Mswati II reconfigurou contatos mais antigos, articulando novos

e amplificados signos de identificação por meio dos guerreiros e reinscrevendo a aquisição de poder em relação às aspirações sucessórias concorrentes.

O capítulo quatro analisa a guerra entre os regimentos de Mawewe e os de seu irmão Muzila, em meio às disputas pela sucessão de Manicusse, pautadas em distintos direitos consuetudinários. O êxito dos guerreiros de Muzila nesse confronto (forçando Mawewe a se retirar para as terras de Mswati II) permitiria ao *inkosi* vitorioso projetar uma ascendência territorialmente mais ampla nos anos seguintes, incluindo a Colônia britânica de Natal.

No quinto e último capítulo, a atenção se concentra sobre os antigos vínculos de origem que se renovaram em insígnias guerreiras pouco antes da guerra anglo-zulu, em 1879, ao mesmo tempo em que uma filha de Muzila era levada para o atual Zimbábue, o que gerou importantes intersecções de poder. Em 1884, com a morte de Muzila, o seu filho Gungunhana assumiu o poder, cercado por guerreiros que o acompanhariam até o desfecho do confronto com as tropas portuguesas em 1895, em um contexto de avanço colonial.

Assim redimensionado no desenvolvimento da pesquisa, o que havia de imobilismo no projeto inicial se flexibilizou para acompanhar as redes de poder construídas pelos guerreiros em suas múltiplas travessias enquanto "*fincavam a lança ao chão*" que chamavam Gaza.³⁹

Por fim, duas questões específicas, relacionadas à escrita e à apresentação dos mapas. Reunidos, os trechos de fonte e bibliografia citados ao longo da tese se encontram (além do português) em isiZulu, inglês, francês, alemão e afrikaans. Se

³⁹ The Missionary Herald. Vol. LXXXI. - September, 1885. - Nº IX. East Central African Mission. Baleni visited. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1885.* Boston: Press of Stanley and Usher, 1885, vol. LXXXI, p.358.

mantidos no original, aqueles que se dedicam aos estudos históricos, em contextos africanos, acompanhariam o texto, mas fiz a opção pela tradução de todas as passagens pensando também naqueles que estão começando as suas pesquisas e não têm, ainda, familiaridade com essas línguas (como eu própria não tinha no início dessa longa jornada com os guerreiros).

A segunda questão diz respeito à apresentação dos mapas, destinados a apoiar a leitura do texto, localizando os diversos pontos mencionados. Ao longo do século XIX as fronteiras eram abertas, sendo os limites atuais o resultado de intrincados processos, alguns deles analisados na tese. As linhas que definem as fronteiras e cada território de hoje foram mantidas, novamente como um esforço em aproximar o leitor do tema.

Espero ter preservado, com a tradução e a elaboração dos mapas, a fluidez e a inteligibilidade do texto, auxiliando aqueles que buscam construir narrativas alternativas e subverter a "*condição subalterna das histórias não-ocidentais*" à proporção em que vivem as suas histórias pessoais, como Docrat.⁴⁰

⁴⁰ COOPER, Frederick. Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África. *Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, jul. de 2008, vol. 15, nº 27, p.22.

Fonte: INNES, Lorraine; WIEGAND, Patrick (orgs.). *Oxford Secondary Atlas for South Africa*. Cape Town: Oxford University Press Southern Africa, 2014, p.37.

Entre os rios Mzimkhulu, Phongolo e o sul da Baía de Maputo

(c. 1750-1820)

"Sua aparência era guerreira e tinha um efeito impressionante porque a linha extensiva movia-se pelas sinuosidades do caminho. Estando a grama molhada, conservavam o especial cuidado de manter os seus escudos mais ao alto, pois a umidade os tornaria inutilizáveis; as lanças anexadas a eles, sendo elevadas, eram vistas, muitas vezes, brilhando ao sol acima do cume do monte".⁴¹⁽¹⁾ Assim, lenta e cuidadosamente, Manicusse⁴² e o seu grupo percorriam os caminhos às margens do rio Tembe, na manhã do dia 11 de outubro de 1822.

O relato consta no primeiro volume do livro *Narrative of voyages to explore the shores of Africa, Arabia and Madagascar*, sobre as pesquisas realizadas na costa leste do continente africano entre os anos de 1822 e 1826, em expedição definida pelo Almirantado e Centro Hidrográfico Britânicos para levantar a hidrografia e a

⁴¹ OWEN, William Fitz William. *Narrative of voyages to explore the shores of Africa, Arabia and Madagascar; performed in H. M. ships Leven and Barracouta, under the direction of Captain W. F. W. Owen, R. N. by command of the Lords Commissioners of the Admiralty*. Londres: Richard Bentley, 1833, vol. 01, p.100. (tradução livre) ⁽¹⁾ A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

⁴² Diferentes grafias de seu nome foram encontradas, entre elas "*Tchintchingahney*", "*Chinchigany*", "*Soshangane*", "*Soshangana*", que predominam nos documentos das décadas de 1820 e 1830, ou "*Manicussi*", "*Manucussa*", "*Manicussa*", "*Manicuça*", nos registros posteriores. De acordo com o missionário Alfred Bryant (1865-1953), a diferença na forma de nomeá-lo pautava-se na origem da fonte, sendo inglesa a primeira e portuguesa a segunda: "...estranho é que nos inúmeros registros portugueses da época o nome de *Soshangane* não ocorre nem uma vez. Eles, invariavelmente, o chamam de '*Manikoos*' ou '*Manikusa*', o que obviamente significa '*Manukuza*', o nome de um de seus grandes ancestrais, após os quais, de acordo com a tradição nguni, ele orgulhosamente chamava a si mesmo". BRYANT (1929), op. cit., p.452. (tradução livre) Entretanto, foram encontrados documentos portugueses com referência à primeira forma, o que permite considerar, a partir da sugestão de Bryant, uma diferenciação não em função da origem do observador, mas no próprio modo de auto-nomeação: em um primeiro momento como chefe de regimentos, "*Soshangana*", e mais adiante, como fonte de poder projetando-se de modo ascendente sobre regiões mais amplas, a lembrança à própria ancestralidade imperecível que o uso de "*Manikusa*" poderia remeter. Em função dessa variabilidade, fez-se a opção por recorrer à forma mais comum empregada na bibliografia recente: "*Manicusse*".

botânica da região, com iguais instruções de recolha de informações sobre as populações, "*suas ocupações, modos de subsistência, &c. a natureza do solo e também as produções do país circundante*".^{43(II)}

Na apresentação da edição, a autoria da obra é atribuída a William Fitz William Owen (1774-1857), capitão da Marinha Real Britânica a quem coube o comando do brigue *Barracouta* e da corveta *Leven*. Mas há, ao longo do texto, indicações constantes à transcrição de extratos de diários e cartas de seus oficiais, do mesmo modo que *Narrative of a voyage of discovery to Africa and Arabia*,⁴⁴ publicado posteriormente, em 1835, reproduz muitos e longos trechos da obra de Owen, mas atribui as anotações originais ao também britânico Thomas Boteler (1797-1829), elevado a primeiro tenente do *Barracouta* durante a viagem.

Muito semelhantes, as respectivas versões sobre a passagem de Manicousse e o seu grupo foram reconhecidas por ambos os autores como tendo sido extraídas dos diários do jovem oficial aspirante Edward Rogier, embora Owen indique também os escritos de John Forbes, botânico designado pela Sociedade Real de Horticultura de Londres para acompanhar a expedição.⁴⁵

Após partirem da Inglaterra, em janeiro de 1822, com paradas na Ilha da Madeira, Cabo Verde, Rio de Janeiro e Cabo da Boa Esperança, os navios seguiram em direção à região da atual Baía de Maputo⁴⁶ a partir de agosto desse mesmo ano.

⁴³ WALKER, P. "Introduction". In: OWEN, op. cit., p.VI-VII. (tradução livre) ^(II) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

⁴⁴ BOTELER, Thomas. *Narrative of a voyage of discovery to Africa and Arabia; performed in his Majesty's ships Leven and Barracouta, from 1821 to 1826. Under the command of Capt. W. F. W. Owen, R. N.* Londres: Richard Bentley, 1835, 02 vols.

⁴⁵ Ibidem, vol. 01, p.51; OWEN, op. cit., p.83.

⁴⁶ Referida, atualmente, como Baía de Maputo, a região aparece na documentação sob formas variadas: "*Baía de Delagoa*", "*Baía de Lourenço Marques*" ou ainda "*Baía de Espírito Santo*". Para a origem histórica das diferentes nominalizações, cf. FERRAZ, Guilherme Ivens. *Descrição da costa de Moçambique de Lourenço Marques ao Bazaruto*. Lisboa: Typographia Universal, 1902, p.03-04. "*No anno de 1502, uma das náus da Armada de Vasco da Gama, do commando de António do Campo, surpreendida por uma tormentosa procella no travez do Cabo das Correntes, foi de corrida para o poente até encontrar abrigo numa espaçosa bahia. Três grandes rios esboçavam na bahia, sendo um*

No final do mês de setembro, enquanto o brigue *Barracouta* explorava a costa leste da Baía de Algoa,⁴⁷ a corveta *Leven* ancorava no estuário do Espírito Santo (ver mapa 2.).⁴⁸

Mapa 2. Sul do continente africano, com Cabo da Boa Esperança, Baía de Maputo e Estuário do Espírito Santo em destaque

Fonte: INNES; WIEGAND, op. cit., p.13.

d'elles (o Espirito Santo) o estuário d'outros três rios, dos quaes o mais central (o Umbelusi) foi chamado Rio da Lagoa, por se suppôr que as suas aguas vinham duma grande lagoa do interior. Perto da fôz do Rio da Lagoa, encontraram os bateis da náu agua doce, que serviu para attestar a aguada de bordo, e d'ahi veio naturalmente importância ao rio e á bahia, que ficou também sendo chamado da Lagoa. Vinte e dois annos mais tarde, Lourenço Marques e António Caldeira, sahidos de Moçambique a bordo dum pangaio em viagem de reconhecimento da Costa para o S., exploraram o Rio dos Reys (Limpopo), o Maputo e o Espirito Santo e, subindo o Rio da Lagoa, verificaram ser errada a supposição de António do Campo a respeito da origem d'este rio. De volta a Moçambique a relatar a sua missão, Lourenço Marques entregou ao Capitão General grande número de pontas de marfim de grande valor, compradas aos habitantes das margens do Maputo e do Lagoa, a troco de contas de vidro e pedaços de cobre. Então o Capitão General, entusiasmado com a riqueza d'aquellas paragens exploradas por Lourenço Marques, deu o nome deste ao Rio da Lagoa, e logo no começo da monção favorável, para lá mandou um navio com algodões e contaria para permuta de marfim com os cafres. (...) Mais tarde, não se sabe quando, nem por quem, a designação de Bahia da Lagoa ou da Âlagôa foi transferida para outra bahia muito mais ao S. (Algoa Bay), mas ainda hoje é universalmente conhecida por Bahia da Lagoa (Delagoa Bay), a bahia que só os portugueses chamam de Lourenço Marques."

⁴⁷ OWEN, op. cit., p.68.

⁴⁸ Ibidem, p.72.

A partir da *Leven*, quatro barcos foram preparados, sob o comando do tenente Alexander Vidal, para o reconhecimento dos rios do estuário do Espírito Santo e, após navegarem pelo rio Matola, iniciaram a exploração do curso do rio Tembe, na tarde do dia 05 de outubro de 1822.⁴⁹ Quatro dias depois, tendo armado algumas barracas nas suas margens, os oficiais receberam a visita de Manicusse, que retornou na noite seguinte, em dois encontros que se revelaram pouco favoráveis aos acampados.

A imagem de uma "*linha extensiva [que] movia-se pelas sinuosidades do caminho*",⁵⁰ como a conduzida por Manicusse, repetiu-se em outros pontos da viagem. Em 05 de novembro de 1822, outro grupo, partindo também da corveta *Leven* e sob o comando do capitão William Cutfield, iniciou a exploração do curso do rio Incomati, passando pelas ilhas Xefina e por territórios densamente povoados, até observar, na manhã do dia 07, um conjunto "*marchando ao longo da margem, em grupos grandes e regulares*", dessa vez sob a liderança de Zwangendaba.^{51(III)}

O movimento incessante desses deslocamentos, fluindo por entre as populações da região e por entre baleeiros, navios negreiros, expedições de reconhecimento do território africano e comerciantes europeus,⁵² distingue com clareza as transformações e as recomposições impulsionadas pelo processo conhecido como *mfecane*.

⁴⁹ De acordo com o professor David Hedges, da Universidade Eduardo Mondlane, "*a Baía de Delagoa era muito maior e, juntamente com o seu estuário interior - chamado Espírito Santo pelos portugueses -, oferecia quilômetros de proteção. (...) Além disso, a comunicação com o interior era possível por meio de rios de grande volume, que se estendiam para o interior*". HEDGES, op. cit., p.108. (tradução livre)

⁵⁰ OWEN, op. cit., p.100.

⁵¹ Ibidem, p.142. (tradução livre) Do mesmo modo que para "*Manicusse*", há para "*Zwangendaba*" (forma predominante na bibliografia mais recente) variadas grafias, entre elas "*Soonkundava*", "*Loonkundava*", "*Soongundava*". (III) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

⁵² Ibidem, p.72; 77; 147-148; 215-219; 256.

1.1. Novos enquadramentos historiográficos

De acordo com David Hedges, professor da Universidade Eduardo Mondlane, entre as sociedades da região, entre o rio Thukela e a Baía de Maputo (ver mapa 3.), no período correspondente aos séculos XVI e XVII (quando o contato comercial com embarcações europeias se tornou mais frequente), o parentesco desempenhava um papel central na dinâmica social, expressando, para além dos vínculos afetivos e mesmo biológicos, as relações de produção que orientavam os direitos dos grupos e dos indivíduos.⁵³ Nas unidades, nas quais se desenvolvia a base da produção econômica, compartilhava-se a crença na descendência a partir de um ancestral patrilinear comum. E, destacando-se com base na antiguidade genealógica de sua ligação com esse ancestral patrilinear, os chefes das linhagens regulavam os campos de produção agrícola e áreas de pastagem, mantendo, dessa forma, o controle sobre os recursos da localidade.⁵⁴

A capacidade de expandir a própria autoridade dependia, entretanto, da habilidade do chefe da linhagem em operar relações de troca com outras linhagens, num contexto no qual os vários níveis de reciprocidade estabeleciam as hierarquias de poder, com o fluxo e o trajeto dos tributos.⁵⁵ Sob a forma de uma ascendência mais vasta, de uma linhagem dominante sobre as demais, encontrava-

⁵³ HEDGES, op. cit., p.64. Cf. também PINHO, Osmundo. A antropologia na África e o lobolo no sul de Moçambique. *Afro-Ásia*. Salvador, nº 43, 2011, p.07.

⁵⁴ "As linhagens foram concebidas como sendo ligadas pela descendência de um único ancestral e ordenadas, hierarquicamente, de acordo com a distância genealógica a partir desta fonte." BONNER (1983), op. cit., p.48-49. William David Hammond-Tooke, professor do Departamento de Antropologia Social da Universidade de Witwatersrand, chama a atenção, entretanto, para o fato de que embora "tenha havido na literatura sobre os nguni uma tendência a se pensar em todas as 'homestead heads' (cujos nomes aparecem na genealogia compartilhada) como formando uma única linhagem, (...) a árvore genealógica não é mais do que uma construção que permite que os membros dos grupos agnáticos definam a sua relação uns com os outros e com os demais agrupamentos relacionados". HAMMOND-TOOKE, William David. Descent groups, chiefdoms and South African historiography. *Journal of Southern African Studies*. Oxfordshire: Taylor & Francis, 1985, vol. 11, nº 02, p.316. (tradução livre)

⁵⁵ HEDGES, op. cit., p.21-22; 64-65.

se a figura do *hósí*.⁵⁶ A extensão da hierarquização das linhagens subordinadas à linhagem dominante e, portanto, à ampliação da extração dos tributos, refletia a capacidade do *hósí* em limitar a autonomia de seus subordinados por meios como a remoção do gado, a qual alterava os padrões de reprodução e produção.

Ligado aos mais velhos da linhagem (considerados mais próximos dos espíritos dos antepassados), ao *hósí* era atribuído o poder de intercessão junto aos ancestrais. A morte, longe de constituir o fim da existência de uma pessoa, marcava a sua transição para uma nova dimensão existencial, em que conservava o seu poder e a sua personalidade. Desse modo, e por meio dos vivos, os espíritos dos antepassados e dos ancestrais exerciam uma influência poderosa sobre a sociedade, guiando e controlando a vida de todos.⁵⁷ Era aos mais velhos da linhagem que os seus desejos e disposições eram revelados e cabia ao *hósí*, "*ponto de junção das linhagens que de si dependem*", a realização de cerimônias que reafirmavam o respeito à sua força, instando a proteção contra doenças e desgraças e, ao mesmo tempo, abundância e fertilidade produtiva.⁵⁸

Ao longo da segunda metade do século XVIII, o renascimento do comércio de marfim na Baía de Maputo, com uma ampliação considerável do volume em comparação aos períodos anteriores, na afluência crescente de embarcações europeias (sobretudo de ingleses e austríacos e, ocasionalmente de holandeses),

⁵⁶ Ibidem, p.65-71. Cf. também HAMMOND-TOOKE, op. cit., p.305-319; BRYANT, Alfred Thomas. *A Zulu-English dictionary with notes on pronunciation, a revised orthography and derivations and cognate words from many languages; including also a vocabulary of Hlonipa words, tribal-names, etc., a synopsis of Zulu grammar and a concise history of the Zulu people from the most ancient times*. Natal: The Mariannhill Mission Press, 1905, p.319; e SITO, Bento. *Dicionário Changana-Português*. Maputo: Texto Editores, 2011, p.90.

⁵⁷ HONWANA, Alcinda Manuel. *Espíritos vivos, tradições modernas: possessão de espíritos e reintegração pós-guerra no sul de Moçambique*. Lisboa: Ela por Ela, 2003, p.14-15.

⁵⁸ MANGANHELE, Agostinho Rafael. *Poder tradicional e sua legitimidade no contexto histórico de Gaza: estudo de caso no distrito de Chibuto (1897-1996)*. Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura da Universidade Eduardo Mondlane. Faculdade de Letras, Departamento de História. Maputo, 1997, p.08; 28-29.

passou a influir, de modo significativo e decisivo, nessa dinâmica de composição das hierarquias de linhagens.⁵⁹ Com o crescimento da demanda por marfim como uma mercadoria de comércio, o seu valor social cresceu rapidamente e o controle sobre o marfim e as rotas de comércio se tornou uma questão fundamental na hierarquização dos poderes.⁶⁰

1.2. Os *amabutho* e a ascensão dos centros de poder *Mthethwa*, *Ndwandwe* e *Mabudu*

Na região entre os rios Thukela e Phongolo, segundo o historiador John Wright, da Universidade de KwaZulu-Natal, as disputas produziram profundas mudanças sociais e políticas, centradas, em particular, na transformação das funções desempenhadas na origem pelos *amabutho* - grupos masculinos formados a partir de referencial etário ou territorial, como parte das cerimônias que marcavam a transição da juventude para a idade adulta na circuncisão dos jovens reunidos.⁶¹ A experiência compartilhada dessa passagem, associando os jovens com um membro da linhagem dominante (também ele sendo circundado), estabelecia o vínculo de interdependência, expresso e direcionado para o desempenho das atividades para os quais eram designados.⁶²

Até a década de 1970, a historiografia relacionava a função dos *amabutho* sobretudo à atividade guerreira promovida pelo centro de poder zulu e à ascensão

⁵⁹ HEDGES, op. cit., p.127-131.

⁶⁰ Em *Trade and politics in Southern Mozambique and Zululand in the eighteenth and early nineteenth centuries*, David Hedges analisa como o comércio na Baía de Maputo já no século XVI influía a grandes distâncias, como no vale do rio Mfolozi, ao sul, próximo aos Montes Drakensberg: "as evidências indicam que mesmo a intermitente presença portuguesa na Baía de Maputo afetou o comércio com o interior ao sul. Em 1554, o grupo de Perestrello observou uma quantidade de marfim próximo ao rio Mfolozi sendo carregada em direção ao norte, para comércio com os europeus. Em 1593, contas identificadas por Lavanha como sendo do tipo utilizado no comércio com Nyaka foram observadas no sul do atual Natal...". Ibidem, p.110. (tradução livre)

⁶¹ WRIGHT; HAMILTON, op. cit., p.62-63.

⁶² HEDGES, op. cit., p.195.

de Shaka que, introduzindo novos métodos de luta, teria convertido os grupos de idade em regimentos com funções militares, aquartelados em tempo integral até que tivessem atingido a idade de 35 ou 40 anos e sujeitos à rigorosa disciplina, de modo a sustentar os combates contra inimigos externos ou dissidentes internos.⁶³ Em última instância, o suporte fornecido por esse sistema regimentar teria dado início às agitações sociais que, como pontuado anteriormente, passaram a ser conhecidas por *mfecane*.

Nos anos seguintes, novas perspectivas se desenvolveram e uma compreensão sobre os *amabutho* avançou no sentido de relacioná-los às múltiplas tarefas às quais estavam vinculados, não apenas à guerreira e restrito a um centro específico de poder, no caso zulu, mas em formações sociais ao sul da Baía de Maputo, em um período anterior à própria ascensão de Shaka e mesmo de seu antecessor, Dingiswayo (c.1770-1818).⁶⁴ Nesse contexto, os *amabutho* emergiam integrados aos mecanismos pelos quais as diferentes linhagens buscavam reproduzir as condições materiais que lhes permitiam exercer posições de domínio

⁶³ Cf. GLUCKMAN, Max. "O reino dos zulus na África do Sul". In: FORTES, M. e EVANS-PRITCHARD, E. *Sistemas políticos africanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981, p.63-115; GLUCKMAN, Max. The rise of a Zulu empire. *Scientific American*. New York: Holtzbrinck Publishing Holdings, 1960, vol. 202, p.157-168; OMER-COOPER (1966), op. cit.; OMER-COOPER, John D. "The Nguni outburst: the African peoples of South Africa, c.1800". In: FLINT, John E. (ed.). *Cambridge History of Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976, vol. 05, p.319-352; e THOMPSON, Leonard. "Co-operation and conflict: the Zulu kingdom and Natal". In: WILSON; THOMPSON, Leonard (eds.). *The Oxford History of South Africa*. Oxford: The Clarendon Press, 1969, vol. 01, p.334-390. De acordo com John Wright, essa visão deve-se à leitura acrítica da obra de Alfred Thomas Bryant (1865-1953), um missionário inglês que, em 1883, seguiu para Natal e, nos anos seguintes, para o Transkei e a "*Colônia Britânica da Zululândia*", onde estabeleceu uma estação missionária. Em 1920, Bryant foi nomeado professor no Centro de Estudos Bantu da Universidade de Witwatersrand. WRIGHT, John B. Pre-Shakan age group formation among the Northern Nguni. *Natalia*. Pietermaritzburg: Natal Society Foundation, 1978, nº 08, p.22-30. Cf. também WRIGHT; HAMILTON, op. cit., p.50.

⁶⁴ Cf. GUY, Jeff. "Ecological factors in the rise of Shaka and the Zulu kingdom". In: ATMORE, Anthony; MARKS, Shula (eds.). *Economy and society in pre-industrial South Africa*. Harlow: Longman, 1980. SLATER, Henry. *Transitions in the political economy of South-East Africa before 1840*. Brighton, 1976. Tese - Universidade de Sussex.

no âmbito da economia política regional, como a participação no comércio de marfim.⁶⁵

De acordo com David Hedges, a eficiência de uma caçada era uma variável que podia ser ampliada por meio de novas disposições da força de trabalho colaborativo dentro das linhagens e, nesse sentido, as alterações nas condições comerciais, na segunda metade do século XVIII, foram acompanhadas por mudanças na organização da força social. Apesar de importante dispositivo de incorporação societária, os grupos etários ou territoriais de circuncisão não constituíam, por si, a principal força social de uma linhagem, mas assim se tornaram quando a formação e a prática na caça e na guerra passaram a ser incluídas nas cerimônias que acompanhavam a circuncisão dos jovens, reunidos e isolados por três ou quatro meses, após as colheitas.⁶⁶

Na sequência dessas mudanças na sua organização e funcionamento, os *amabutho* dilatavam as possibilidades de caças mais bem sucedidas e a posição de dominância de certos chefes de linhagens sobre outros, considerando que uma maior quantidade de marfim viabilizava uma participação mais ativa no comércio que se desenvolvia na baía e, por extensão, a obtenção mais significativa de bens de prestígio importados, empenhados em ampliar a ascendência sobre outras linhagens e o número de dependentes.⁶⁷

Assim, nesse processo em que *"o comércio externo, uma vez iniciado, pode ser visto como tendo posto em marcha um processo de autoreforço de centralização política e estratificação social"*,⁶⁸ as linhagens dominantes passaram a expandir a sua influência de forma gradual, convertendo-se em centros de poder como

⁶⁵ WRIGHT (1978), op. cit., p.24.

⁶⁶ HEDGES, op. cit., p.195-196.

⁶⁷ WRIGHT; HAMILTON, op. cit., p.63; HEDGES, op. cit., p.195-196, 197.

⁶⁸ WRIGHT; HAMILTON, op. cit., p.63. (tradução livre)

Mthethwa, ligado à linhagem *Nyambose* e formado ao norte do rio Mhalathuze; e *Ndwandwe*, relacionado à linhagem *Nxumalo* e entre os rios Phongolo e Mfolozi⁶⁹ e ao qual Manicusse e Zwangendaba estavam ligados na origem.⁷⁰ A dependência crescente em relação ao poder gerado pelos *amabutho* potencializava, por sua vez, essa dinâmica transformadora das relações sociais, projetando novas conquistas de modo a propiciar a aquisição de recursos extras em gado, um bem de grande valor material e simbólico para as sociedades da região e, nesse sentido, usado como recompensa aos regimentos.

A participação no comércio de marfim, na Baía de Maputo, na segunda metade do século XVIII, influiu também nas disputas e fissuras da linhagem *Tembe*, com a ascensão do centro de poder *Mabudu*. De acordo com David Hedges, já para o século XVI existem registros sobre a agência *Tembe* no comércio de marfim e em disputa com outra linhagem, a de *Nyaka*, nos contatos com as embarcações europeias que aportavam na baía.⁷¹ Por volta de 1730, Mangobe (c.1730-1760) era considerado o *hósí* da linhagem *Tembe*, com a sua autoridade se consolidando na área de planície entre os rios Umbeluzi e Maputo. Mesmo aqui, segundo Hedges, os *amabutho* desempenhavam um papel central na hierarquização dos poderes linhageiros.⁷²

Buscando garantir ainda mais controle sobre as terras baixas, Mangobe colocou os seus filhos em posições estratégicas voltadas, sobretudo, para o comércio na região sul da baía, entre eles, Mabudu, designado para as terras de Macassane, na margem direita do rio Maputo. Após a morte de Mangobe e conflitos envolvendo dissensões internas na linhagem, Mabudu (c.1760-1790) assumiu

⁶⁹ Sobre as filiações linhageiras, cf. HEDGES, op. cit., p. 159;162;172; 178-180; 193.

⁷⁰ BRYANT (1929), op. cit., p.447.

⁷¹ HEDGES, op. cit., p.116.

⁷² Ibidem, p.150-152.

como herdeiro de seu poder, expandindo-se para a região entre os rios Maputo e Mkhuze ao oeste e, para o sul, em direção ao rio Phongolo. Nesse contexto, Mabudu controlava as áreas no entorno da Baía de Maputo e mantinha o controle sobre o comércio com os europeus.⁷³

O aumento no valor pago pelo marfim, na década de 1770, elevou a rentabilidade desse comércio, na Baía de Maputo, ampliando as margens sobre os custos de transporte, uma vez que o marfim provinha, sobretudo nessa época, da região ainda mais ao sul de *Mabudu*, entre os rios Phongolo e Thukela, favorecendo, como visto, a ascensão dos poderes *Mthethwa* e *Ndwandwe*. As exportações de marfim, financiadas principalmente por missangas e tecidos, viabilizava, por sua vez, a importação de metal europeu, em peças de cobre ou latão, que essas sociedades empenhavam para a compra de gado, símbolo material de riqueza e de prestígio. Nesse contexto, o comércio na baía impulsionava a circulação de bens, com *Mabudu* utilizando-se desse metal para adquirir, ainda na mesma área mais ao sul, não apenas gado em grande escala, como também de ovinos e escudos.⁷⁴

Ao final do século XVIII, entretanto, a atividade comercial centrada no marfim começou a declinar com os custos de transporte para a Europa elevando-se em função da presença de corsários, que operavam a partir das ilhas Maurício na sequência das guerras revolucionárias francesas, e as iniciativas portuguesas no sentido de firmar um monopólio comercial na Baía de Maputo pressionando ainda mais o comércio.

⁷³ Ibidem, p.121-140; MTHETHWA, Dingani. *The mobilization of history and the quest for the Tembe chieftaincy in Maputaland: 1896-1997*. Durban, 2002. Dissertação - Universidade de Natal, p.48-51; KLOPPER, Roelie J. *The history and the representation of the history of the Maputu Tembe*. Stellenbosh, 2003. Dissertação - Universidade de Stellenbosch, p.35; MAÚNGUE, Sérgio Armando. *Território vivido e o mapa colonial: migração, colonialismo e identidades no sul da Baía de Maputo*. Salvador, 2012. Dissertação - Universidade Federal da Bahia, p.43-50.

⁷⁴ HEDGES, op. cit., p.141-142.

A presença mais sistemática e significativa de baleeiros europeus, a partir da década de 1780, em especial ingleses e norte-americanos, estabeleceu novo impulso aos contatos, ainda que o padrão de envolvimento com a economia africana diferisse consideravelmente daquele projetado pelo comércio de marfim. De acordo com David Hedges, a demanda recaía, nesse caso, sobre os produtos de abastecimento que pudessem supri-los durante a estadia para a caça das baleias realizada em junho e as longas viagens de volta. Embora tenham sido registradas trocas por marfim com membros da guarnição portuguesa, os baleeiros dedicavam-se, sobretudo, às próprias tarefas produtivas, com pouca exploração do potencial comercial junto aos rios da região.⁷⁵

O principal elo econômico entre os africanos e os baleeiros, nesse sentido, foi a venda e a compra de alimentos como a carne, requerida em grande quantidade para salgar e compensar as deficiências decorrentes das viagens. A maior parte dos baleeiros ancorava no principal estuário da área sob ascendência *Tembe*, sendo a costa usada para o processamento das baleias, mas toda a região se mostrava pouco adequada à criação de gado que, mesmo antes do início das exportações, era já considerado escasso e caro. Com o comércio de marfim em declínio e os baleeiros negociando em *Tembe*, *Mabudu* tornou-se um ponto importante de fornecimento de gado que, tal como o marfim, provinha especialmente das sociedades entre os rios Phongolo e Thukela, onde *Mthethwa* e *Ndwandwe* buscavam se firmar como centros de poder dominantes.

⁷⁵ Ibidem, p.146-148.

Mapa 3. Área entre o rio Thukela e a Baía de Maputo, de transformações e recomposições impulsionadas pelo processo conhecido como *mfecane*

Fontes: DUMINY; GUEST, op. cit., p.60; HEDGES, op. cit., p.10.

1.3. A grande guerra entre *Mthethwa* e *Ndwandwe* e o início das migrações

Entre 1794 e 1802, uma estiagem prolongada, conhecida por *mahlatlule*, afetou o sul do continente africano, pressionando as populações e tornando ainda mais acirrada a posse de gado e áreas de pastagem,⁷⁶ ao mesmo tempo em que *Mthethwa* e *Ndwandwe* seguiam ampliando os territórios sob controle, o primeiro "para o interior, até o vale do rio White Mfolozi" e o segundo "para o sul, ultrapassando o rio Mkhuze e avançando em direção ao Black Mfolozi".⁷⁷ De acordo com John Wright, por volta de 1816,

Mthethwa e *Ndwandwe* estavam frente a frente em uma fronteira que se estendia da foz do Mfolozi à área da atual cidade de Vryheid. No ano seguinte, o confronto chegou ao auge quando *Ndwandwe* lançou um ataque contra *Mthethwa*, venceu o seu exército principal, capturou e matou Dingiswayo. *Ndwandwe* estava prestes a dominar toda a região do Phongolo ao Thukela, mas no sul restava um último obstáculo a ser superado - o nascente centro de poder zulu, cujo chefe, Shaka kaSenzangakhona, havia ascendido com a ajuda de *Mthethwa* e, como um primo de Dingiswayo, sido encorajado a criar uma base regional de resistência à *Ndwandwe*. Possivelmente, como parte de uma manobra deliberada para escapar do domínio *Mthethwa*, Shaka reteve o seu exército por ocasião do ataque *Ndwandwe* e quando, por volta de 1818, *Ndwandwe* fez o seu esperado ataque aos zulus, a sua força estava intacta e forte o suficiente para derrotar os invasores.⁷⁸

Com o recuo das forças *Ndwandwe*, a liderança zulu passou rapidamente a incorporar os poderes locais, integrando-os aos *amabutho* sob controle centralizado, com o gado sendo extraído como tributo. Um segundo ataque *Ndwandwe* foi defendido com sucesso e quando, por volta de 1819, lançou a terceira expedição, uma batalha campal, às margens do rio Mhlathuze, impôs a

⁷⁶ Cf. NEWITT, Malyn. Drought in Mozambique, 1823-1831. *Journal of Southern African Studies*. Oxfordshire: Taylor & Francis, 1988, vol. 15, nº 01, p.15-35 e ELDREDGE (1992), op. cit., p.01-35.

⁷⁷ WRIGHT; HAMILTON, op. cit., p.66. (tradução livre)

⁷⁸ Ibidem, p.66-67. (tradução livre)

derrota definitiva: "*ao longo da noite, o centro de poder zulu tinha-se tornado predominante na região Phongolo-Thukela*".⁷⁹

Na decorrente invasão de seu território, "*estilhaços Ndwandwe voaram em todas as direções, alcançando regiões tão distantes quanto os lagos Tanzania e Vitória*",⁸⁰ com chefes de linhagens dominantes, como Manicusse e Zwangendaba, rejeitando submissão ao poder zulu.⁸¹ Em *Narrative of voyages to explore the shores of Africa, Arabia and Madagascar*, consta uma das primeiras referências documentais conhecidas de um encontro com Manicusse nesse contexto. E, como visto, o grupo se encontrava às margens do rio Tembe, na noite do dia 09 de outubro de 1822 (ver mapa 4.).

⁷⁹ Ibidem, p.67. (tradução livre)

⁸⁰ BONNER (1983), op. cit., p.29. (tradução livre)

⁸¹ Para os demais grupos em migração, Cf. LIESEGANG, Gerhard Julius. Nguni migrations between Delagoa Bay and the Zambezi, 1821-1839. *African Historical Studies*. Boston: African Studies Center of Boston University, 1970, vol. 03, nº 02, p.321-322.

Fonte: INSTITUTO Nacional do Desenvolvimento da Educação (ed.). *Atlas Geográfico*. Estocolmo: Esselte, 1986, p.14.

1.4. Olhares da alteridade: entre "*hottentots*", "*kaffers*", "*zoolos*" e "*vatwas*"

De acordo com o registro da expedição britânica de 1822, "*um pouco antes do jantar (...) alguns Hollontontes apareceram a curta distância em seu traje de guerra, armados com escudos e lanças (...) [e] seu jovem chefe [era] Chinchigany [Manicusse]...*".⁸² O termo "*hollontontes*" usado para designá-los aparece em muitas passagens do texto e em uma delas, especificamente, o autor explica que

para o sul de Mapoota existe uma tribo de guerreiros Kaffers, chamados Zoolos, mas Vatwas pelos portugueses, sendo o mesmo que o antigo termo Batwa ou Butwah: o povo de Delagoa os chamam de Hollontontes, sem dúvida uma corrupção de Hottentots posto que vêm do sul, que é considerado o seu país; esse nome surgiu com os holandeses que se estabeleceram no rio English, há cerca de cento e vinte anos...^{83(IV)}

Na associação que é estabelecida no texto, "*zoolos*", "*vatwas*" e "*hottentots*" são tornados sinônimos e filiados a um termo precedente - o de "*kaffers*". De acordo com a professora Gabeba Baderoon, da Universidade de Cape Town, "*kaffir*" é derivado da palavra árabe usada para designar o "*não-crente ou o descrente*", cuja raiz significa "*fechado*", como alguém que tenha fechado o seu coração para a verdade do Islã. Desdobrando-se a partir dessa raiz, "*kaffir*" assumiu o significado mais amplo de "*não-muçulmano*" e Baderoon associa o empréstimo do termo ao contexto específico sul-africano à chegada dos holandeses ao Cabo, em 1658, que seguiam acompanhados de muçulmanos na condição de escravos e servos. O uso da palavra para descrever, de modo geral, as pessoas na África do Sul era, no entanto, anterior à chegada dos muçulmanos nos territórios coloniais, estando

⁸² OWEN, op. cit., p.93. (tradução livre)

⁸³ Ibidem, p.79. (tradução livre) ^(IV) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

presente em documentos do final do século XVI como um modo de se referir às populações da região como "*infiéis e mentirosas*".⁸⁴

Nesse plano mais amplo formado pelos "*cafres*", o autor do relato de 1822 estabelece uma fronteira entre as populações africanas, destacando um grupo específico - o dos "*zoolos*", "*vatwas*" ou "*hollontotes*", de acordo com o ponto em que se localiza aquele que nomeia: para os ingleses, portugueses e holandeses, respectivamente. "*Zoolos*" é definido no próprio texto - "*uma tribo de guerreiros Kaffers*" - e seu significado é estendido para os dois termos seguintes.

De acordo com William Randles, das várias origens possíveis, "*vatwa*" derivaria de "*batwa*", o plural de "*twa*" que, em bantu, designaria as populações entre as quais eram observados "*clicks*" no modo de falar.⁸⁵ Nesse sentido, o significado do termo seria muito próximo ao de "*hollontotes*" que, em holandês, significaria "*gago*", "*uma designação já de si depreciativa para a comunidade sul-africana que era assim referida por se expressar numa língua incompreensível aos colonizadores*".⁸⁶

⁸⁴ BADEROON, Gabeba. The provenance of the term "Kaffir" in South Africa and the notion of beginning. *Annual Review of Islam in Africa*. Cape Town: Centre for Contemporary Islam of University of Cape Town, 2004, p.02.

⁸⁵ RANDLES, William Graham Lister. *L'empire du Monomotapa du XV au XIX siècle*. Paris: Mouton et École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1975, p.36. "*Os fonólogos nomeiam línguas 'com cliques' (...) aquelas em que se observa um tipo de articulação que compreende consoantes 'ejetivas', produzidas pela rarefação do ar entre dois pontos de fechamento dos quais um é sempre velar*". PRADIER, Jean-Marie. Etnocenologia: as encarnações do imaginário. *Revista de Antropologia*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013, vol. 56, nº 02, p.109.

⁸⁶ SILVA, Leonor Sampaio. "Quando a lente trespassa o corpo: representações de africanos na fotografia ocidental (1870-1920)". In: RODRIGUES, José Damião e RODRIGUES, Casimiro (eds.). *Representações de África e dos africanos na história e cultura, séculos XV a XXI*. Ponta Delgada: Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa / Universidade dos Açores, 2011, p.397. "*É preciso dizer que os Hottentots (...) apresentavam uma peculiaridade de linguagem [aos olhos dos marinheiros a bordo das frotas holandesas no século XVI]: as suas línguas estavam cheias de sons aspirados que eles chamavam de clicks e que eram comparados pelos viajantes ao cacarejar de aves com raiva*". FAUVELLE-AYMAR, François. "Chaka et Fynn en un miroir". In: FYNN, Henry Francis. *Chaka: roi des zoulous*. Toulouse: Anacharsis, 2004, p.15. (tradução livre) Cf. também LANNI, Dominique. *Fureur et barbarie: récits de voyageurs chez les Cafres et les Hottentots, 1665-1721*. Paris: Cosmopole, 2003 e FAUVELLE-AYMAR, François. *L'invention du Hottentot: histoire du regard occidental sur les Khoisan (XVe-XIXe*

Na forma em que eram construídos e expressos, "*cafres*", "*zulus*", "*vátuas*" e "*hotentotes*" revelavam os códigos europeus de pensamento, mais do que a realidade social local. Assim, é significativo que no próprio documento haja o reconhecimento de que "*caffraria*", um termo latinizado para se referir, de um modo geral, às populações da região ao sul Baía de Maputo, era "*totalmente desconhecido para os próprios nativos*".⁸⁷

Na busca de tradução das instituições e constructos das sociedades africanas, os escritores do início do século XIX recorriam à própria estrutura de conhecimento e foi apenas por meio do emprego de referenciais pré-existentes de análise e entendimento que foram capazes de atribuir sentido à gama de povos com os quais eram confrontados.⁸⁸ Nesses contatos, a ordem e a razão se encontravam pré-estabelecidas: era a presença europeia a sua fonte a se debater em meio ao "*caos*" e à "*desordem*" de populações "*sem fé*", "*falantes de uma linguagem incompreensível*" e potencialmente "*violentos e selvagens*", posto que guerreiros.

Os esquemas referenciais que assim se estabeleciam buscavam codificar e legitimar as aspirações de expansão econômica⁸⁹ e é importante perceber que os seus significados se alteravam de acordo com o autor e o contexto em que eram empregados. Até mesmo as expressões "*cafres*", "*zulus*", "*vátuas*" e "*hotentotes*" foram redefinidas, remolduradas e ressignificadas ao longo do imperialismo capitalista colonial.⁹⁰

siècle). Paris: Publications de la Sorbonne, 2002.

⁸⁷ OWEN, op. cit., p.69.

⁸⁸ HARRIES, Patrick. The roots of ethnicity: discourse and the politics of language construction in South-East Africa. *African Affairs*. Oxford: Oxford University Press, 1988, vol. 87, n° 346, p.25-52.

⁸⁹ "Introdução: crítica na zona de contato". In: PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999, p.29.

⁹⁰ François Fauvelle-Aymar observa, por exemplo, o uso de "*hotentotes*" e "*cafres*" não como sinônimos, tal qual é apresentado no texto de Owen e, mesmo em documentos escritos por

1.5. "Nguni" como possibilidade de afirmação identitária

De acordo com os professores John Wright e David Hedges, diferente de "hottentots", "kaffers", "zoolos" e "vatwas", a palavra "nguni" (ou "umNguni", "abaNguni", "abeNguni" e cognatos) era conhecida das sociedades africanas entre os rios Mzimkhulu e Phongolo, no início do século XIX, e, em alguns casos, auto-atribuída como um signo de identificação, conotando "*grande antiguidade e autoridade política extensiva*".⁹¹ Nesse espectro, "nguni" era uma designação que se prestava a uma apropriação por grupos dominantes politicamente relacionados, que alegavam direitos de primazia histórica e por comunidades recém-formadas, que buscavam estabelecer uma identidade corporativa para si, no âmbito mais amplo dos conflitos associados à emergência e à consolidação do poder de Shaka.⁹²

Ainda de acordo com John Wright, o registro mais antigo de uso do termo "nguni" data de 1589, quando os sobreviventes da nau São Tomé (que afundou próximo à costa norte da atual província de KwaZulu-Natal, na África do Sul) observaram que a região onde se haviam refugiado era conhecida como a terra dos "virangune" ou "viragune", do qual teria derivado "nguni".⁹³ A denominação foi

portugueses, na primeira metade do século XIX, mas com significados distintos: "*Se as palavras Cafres e Hottentots foram, por algumas décadas, praticamente intercambiáveis para os viajantes e geógrafos, os colonos holandeses estabelecidos no Cabo fizeram a sua escolha: os africanos que vivem perto da colônia são comumente chamados Hottentots. Eles são, tradicionalmente, pastores de gado bovino e ovino, organizados em comunidades de algumas dezenas a centenas de indivíduos, sob a autoridade de um líder que não exerce tanto poder (...). Engolidos por uma Colônia do Cabo em contínua expansão nos séculos XVII e XVIII, enfraquecidos por epidemias, as sociedades [hottentots] se desorganizam (...). A palavra Cafre desapareceu temporariamente, mas voltará a ser usada mais tarde, por volta do século XVIII, com a extensão das fronteiras da Colônia em direção ao norte e ao leste, especialmente, quando os colonos encontram outras culturas. Desta vez, os africanos corresponderão melhor à imagem do negro atlético e guerreiro que começa a surgir no Ocidente. Eles falam uma língua diferente daquela dos Hottentots (...). Assim, nasce, aos olhos dos colonos, dois mundos africanos, separados por um fosso que a história só fará aumentar: à esquerda, os Hottentots, de tez clara, falando os idiomas khoisan [com 'cliques'], rapidamente enfraquecidos e destruídos pela colonização. À direita os Cafres, agricultores negros e orgulhosos, falando línguas bantu, vivendo em sociedades compactas e sedentárias, e capazes de oferecer feroz resistência à colonização.*" FAUVELLE-AYMAR, op. cit., p.15-16. (tradução livre)

⁹¹ WRIGHT; HAMILTON, op. cit., p.54 e HEDGES, op. cit., p.255.

⁹² WRIGHT; HAMILTON, op. cit., p.54-55.

⁹³ WRIGHT, John. "Politic, ideology, and the invention of the 'Nguni'". In: LODGES, Tom (ed.).

ouvida em referência aos primeiros moradores dessas áreas mais baixas em vez de uma unidade política específica e, nesse contexto, parece ter sido limitada a uma parte da costa ao norte do rio Mfolozi e às terras de seu interior imediato.⁹⁴

No século XIX, missionários e comerciantes atribuíram significados múltiplos às versões aproximadas de "*nguni*", ao passo que entre as sociedades ligadas ao centro de poder zulu um específico se firmou, seguindo as fontes orais: o de uma forma auto-laudatória reivindicada por diversas linhagens, até Shaka reservá-la à sua própria. Assim, "*nguni*" passaria a ser empregue de modo a estabelecer uma relação genealógica com o seu conteúdo, ainda que acompanhada de outros, sendo usado não para referenciar as populações do centro de poder zulu, mas a uma alegada antiguidade histórica de sua autoridade política.⁹⁵

Posto que na sua origem "*nguni*" designava certas populações que viviam na costa ao norte do rio Mfolozi, a adoção pela linhagem zulu de Shaka, associando-se aos antigos habitantes da região, buscava reforçar a dominância social pelo apelo à primazia histórica na ocupação da terra.⁹⁶ A hipótese ganharia força observando-se que aqueles que reivindicavam para si o status de "*Nguni*", enquanto originários das planícies e terras baixas, nomeavam como "*Ntungwa/Mntungwa*" as populações julgadas imigrantes, oriundas das regiões altas, ao norte do rio Thukela, atribuindo-lhe uma significação depreciativa.⁹⁷

O termo "*nguni*" deve ser entendido, portanto, não como sinônimo de uma relação étnica supostamente primordial, mas a partir da habilidade dos grupos em

Resistance and ideology in settler societies. Johannesburg: The African Studies Institute of University of the Witwatersrand, 1986, p.96.

⁹⁴ HEDGES, op. cit., p.105.

⁹⁵ WRIGHT (1986), op. cit., p.96-97.

⁹⁶ Ibidem, p.107; HEDGES, op. cit., p.255-257.

⁹⁷ "...*Ntungwa parece ter sido considerado como um estatuto inferior por aqueles que, ao menos no início do século XX, chamavam 'Nguni' a si próprios. Para eles, a palavra Ntungwa/Mntungwa era usada, às vezes, como um insulto*". WRIGHT (1986), op. cit., p.107. (tradução livre)

reivindicar senioridade genealógica e, por extensão, maior autoridade histórica e política. Nenhum grupo *era "nguni"* no sentido de uma "essência" previamente estabelecida ou de um vínculo com um ancestral direto assumido, mas assim se reconhecia a partir dos contatos e das diversas identidades que eram capazes de manipular ao longo do tempo. Segundo os professores Tim Maggs, da Universidade de Cape Town, e Robert Herbert e Thomas Huffman, ambos da Universidade de Witwatersrand, é possível assinalar, entre as populações dessa região, uma filiação linguística com o bantu, responsável por semelhanças marcantes no vocabulário, mas não uma coincidência em termos de unidade fundamental. As sociedades historicamente conhecidas como sul-africanas teriam emergido localmente a partir de comunidades estabelecidas há longo tempo, formadas, entretanto, por grupos de origens diversas e culturas e línguas heterogêneas.⁹⁸

Se, em meio às disputas envolvendo projeção de domínio, a autoafirmação pelas linhagens envolvia o reclamar para si tal descendência,⁹⁹ é possível que aquela à qual Manicusse se encontrava ligado, a de *Mkatshwa*¹⁰⁰ (centrada na região das terras baixas formada pelo curso dos rios Mkhuze e Msunduzi, ao sul das montes Libombos) a reivindicasse sob a mesma forma. E considerando,

⁹⁸ MAGGS, Tim. "The Iron Age farming communities". In: DUMINY; GUEST, op. cit., p.28-48; HERBERT, Robert K.; HUFFMAN, Thomas N. A new perspective on Bantu expansion and classification: linguistic and archaeological evidence fifty years after Doke. *African Studies*. Londres: Routledge, 1993, vol. 52, p.53-76. Cf. também WRIGHT (1986), op. cit., p.96-118.

⁹⁹ "...em tempos de crise social, o processo de manipulação do passado, a fim de legitimar as decisões da liderança, torna-se mais deliberado. Normalmente, as tradições de origem e as genealogias estão entre os primeiros elementos a serem lembrados para serem reformulados de um modo politicamente adequado". WRIGHT (1986), op. cit., p.109-110. Cf. também WRIGHT; HAMILTON, op. cit., p.53-54. (tradução livre)

¹⁰⁰ COELHO, Trindade. *Dezoito annos em África: notas e documentos para a biographia do Conselheiro José d'Almeida*. Lisboa: Typographia de Adolpho de Mendonça, 1898, p.383. Cf. também o relatório enviado pelo alferes de Infantaria, Antonio de Souza Teixeira, ao Governador do Distrito de Inhambane, Antonio Corrêa da Silva Leotte, em 23 de setembro de 1856. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. AHU.DGU. Pasta 17. Documento 04. Jacket 13. De acordo com David Hedges, na posição geográfica em que se encontrava, a linhagem controlava a produção e as rotas de comércio no vale formado pelos rios Phongolo e Mkhuze, assim como a passagem de mercadorias de Baía de Maputo para o interior. HEDGES, op. cit., p.161; 163.

segundo o professor Gerhard Liesegang, da Universidade Eduardo Mondlane, que "Ndwandwe" era, ainda em 1971, uma referência laudatória aos descendentes da linhagem *Mkatshwa* de Manicusse,¹⁰¹ também "nguni" pode ter sido reivindicado como símbolo de poder e operador de identidade e interação social na extensão dos contatos estabelecidos enquanto migrava pelo território do atual Moçambique, na sequência das guerras entre *Mthethwa* e *Ndwandwe*.

1.6. A "aparência guerreira" e a construção de símbolos identitários

Seguindo em direção ao norte de sua região de origem, Manicusse foi visto às margens do rio Tembe e, desde as primeiras referências documentais, destacam-se as observações quanto à sua "aparência guerreira", como em *Narrative of voyages to explore the shores of Africa, Arabia and Madagascar*.¹⁰² Conforme o texto, o primeiro encontro com o grupo aconteceu na noite de 09 de outubro de 1822, logo após o jantar, como sinalizado em passagem anterior. Os britânicos se encontravam às margens do rio Tembe e tratavam com os "nativos" que haviam se aproximado com cestas, trazendo aves e tabaco e cujo "chefe" era da "família Mayetta". A princípio, os "hollontontes" "estavam tímidos e se mantiveram distantes de nós até o povo Temby, que parecia ser seu aliado, os convencerem sobre a nossa disposição amigável".^{103(V)}

Mayetta descendia do ramo mais antigo da linhagem *Tembe* e, atentando para os conflitos envolvendo dissensões internas, após a morte de Mangobe (c.1730-1760), o seu poder como *hósí* se estendia sobre a região à margem esquerda do rio Maputo, cabendo a Makhasane, ligado a *Mabudu*, as terras à

¹⁰¹ LIESEGANG, Gerhard Julius. Notes on the internal structure of the Gaza kingdom of Southern Mozambique (1840-1895). In: PEIRES (1981), op. cit., p.200.

¹⁰² OWEN, op. cit.

¹⁰³ Ibidem, p.93. (V) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

direita.¹⁰⁴ Segundo a passagem, o contato com Manicusse expressava entendimento e confluências, apesar das incertezas que o deslocamento territorial suscitava no grupo - *"eles pareciam ter uma idéia melhor do valor das armas em tempos difíceis do que o povo Temby, pois ao serem pressionados a participar com os seus adornos, eles pertinentemente silenciaram o proponente solicitando ao intérprete que perguntasse se 'um branco, em um país de inimigo, já tinha vendido os seus próprios braços?'"*.^{105(VI)}

Aos britânicos, no entanto, o contato se desdobrou sob a forma de um ataque na madrugada do dia 11:

As nuvens de tique-taques que nublavam os céus tornavam a noite escura e sombria; tudo era abafado na tranquilidade mais profunda quando, a poucos minutos antes da meia-noite, a atenção de um dos sentinelas foi atraída por um objeto branco que apareceu como que subindo e movendo-se, lentamente e em direção a ele, a partir da grama e arbustos; ele, imediatamente, soou o alarme e no mesmo momento recebeu duas zagaiadas na coxa e, enquanto se retirava, foi perfurado por outra na parte de trás que, sendo farpada, permaneceu na carne. O tenente Vidal havia se ocupado em observar as estrelas e estava no ato de substituir os seus instrumentos para retornar quando o grito do sentinela chegou aos seus ouvidos. Ele começou a subir no instante em que um bando de Hollontontes, com os seus escudos e lanças, corria em direção às tendas, proferindo os gritos mais horrendos. A ideia terrível de que as pessoas seriam massacradas enquanto dormiam passou pela sua mente e ele correu para o acampamento com a máxima velocidade, gritando bem alto: "Às armas! Às armas!". Foi o suficiente. O alarme ecoou, todos se levantaram e o grupo assassino foi recebido na entrada das tendas com uma saraivada de balas e pontos de baioneta. O flash constante e o rugido dos mosquetes, com os gritos horríveis dos assaltantes em meio à escuridão, produziam um cenário fantástico. Um gemido ocasional, no entanto, e a queda de alguns logo intimidaram os bárbaros e, depois de uma luta curta, mas desesperada, os gritos de guerra e desafio foram transformados em gritos de terror e consternação, seguidos de uma retirada precipitada sem, contudo, esquecer os feridos, a quem eles retiraram do campo. Não teria sido prudente perseguir-los, pois o seu número não era conhecido, assim como o socorro que tinham à mão, mas o disparo foi mantido por meio dos arbustos,

¹⁰⁴ KLOPPER, op. cit., p.27.

¹⁰⁵ OWEN, op. cit., p.95-96. (tradução livre) ^(VI) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

enquanto eles podiam ser vistos ou ouvidos. (...) A rapidez desse ataque, como se pode supor, criou alguma confusão, mas não a ponto de pôr em questão a coragem do povo ou paralisar os seus esforços, que foram rápidos e decisivos.^{106(VII)}

Na descrição, o roteiro dos eventos está previamente estabelecido, assim como o seu desfecho - apesar do ataque inesperado em um momento vulnerável, em que o acampamento se encontrava em descanso, os homens reagem de imediato e, graças à sua coragem, recuperam o controle da situação com a inversão da ofensiva e a retirada precipitada dos atacantes. Alguns pontos, entretanto, irrompem da mesma narrativa, como a ausência de qualquer tentativa de "pilhagem" pelos atacantes - expressão tão recorrente no documento, sempre que referenciados os "hollontontes" -; a habilidade de manejo de azagaias e escudos envolvendo aproximação corporal e a subsequente reação com armas de fogo que, entretanto, apenas afasta o grupo a uma distância em que suas vozes podiam ser ouvidas e a sua presença sentida: "...[e se] *mantinha a guarda, precaução de nenhuma maneira desnecessária, posto terem sido os selvagens descobertos pelo som de suas vozes reprimidas*".¹⁰⁷

Não obstante a "retirada precipitada" de Manicusse e os seus acompanhantes, as tendas foram desmontadas e o acampamento desfeito, com uma parte dos homens dedicando-se à recolha dos pertences e outra mantida em posição de guarda. E, enquanto recuavam em seus barcos, puderam ver ainda "a linha extensiva [que se] *movia pelas sinuosidades do caminho*" - "estando a grama molhada, conservavam o especial cuidado de manterem os seus escudos mais ao alto,

¹⁰⁶ Ibidem, p.97-98. (tradução livre) ^(VII) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

¹⁰⁷ Ibidem, p.99. (tradução livre)

*pois a umidade os tornaria inutilizáveis; as lanças anexadas a eles, sendo elevadas, eram vistas, muitas vezes, brilhando ao sol acima do cume do monte".*¹⁰⁸

Em um espaço de múltiplas confluências, o grupo de Manicusse agia de modo relacional, manejando de formas diferenciadas os seus signos de reconhecimento e pertença em um espectro de afirmação de força e poder. Ao contato com os britânicos, o movimento de aproximação era expresso em projeção de domínio, ao passo que entre os "Temby" a agência guerreira parece ter evocado poucos receios, exceto o de serem por ela confundidos:

havia agora em cada rosto do povo Temby a mais animada satisfação em nossas demonstrações de amizade das quais eles tinham antes alguma razão para duvidar, posto que um de seus príncipes estava com Chinchigany [Manicusse] e seus Zoolos quando estes atacaram o Sr. Vidal e o seu grupo. Como o lugar estava em território Temby, eles esperavam ser tratados, naturalmente, como inimigos; uma vez removidos esses medos, eles estavam sempre prontos a tirar vantagem da nossa amizade...^{109(VIII)}

¹⁰⁸ Ibidem, p.100. (tradução livre)

¹⁰⁹ Ibidem, p.126. (tradução livre) ^(VIII) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

Para além das fronteiras: os guerreiros e as novas conexões nos caminhos da expansão

Para Mayetta e os "*Temby*", o contato com Manicusse e os seus guerreiros não era novidade. Há algum tempo eles permaneciam na região, circundando os diferentes poderes e imprimindo polivalência às suas hierarquias, de modo que, remetendo a ajustamentos anteriores, podiam ser visto de uma forma talvez menos intimidante do que para Owen e a sua esquadra. Em ofício ao Governador Geral de Moçambique, com data de 11 de julho de 1821, o Governador da então nomeada Baía de Lourenço Marques,¹¹⁰ Caetano da Costa Matoso, informava sobre um ataque ao "*Régulo Capela*" pelo "*Régulo Inhaboza*,¹¹¹ *senhor de humas terras que*

¹¹⁰ "LOURENÇO MARQUES, Toponímia. *A actual cidade do Maputo é a antiga cidade de Lourenço Marques. Coordenada: lat. 25º 58',1 S / long. 32º 35',6 E. Carta Geográfica 1/250.000 (nova)/99. História. 1758 - Nome também dado ao porto e baía de Lourenço Marques. 1781 - Criada a Feitoria de Lourenço Marques, Regimento de 25 de Novembro de 1781. 1782/1787 - Iniciada e concluída a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição em Lourenço Marques. 1876 - Elevação à categoria de Vila pelo Decreto de 19 de Novembro de 1876. 1887 - Elevação à categoria de cidade pelo Decreto de 10 de Novembro de 1887. 1914 - Foral da Câmara Municipal de Lourenço Marques. Portaria 834, de 23 de Julho de 1914". Cf. também "LOURENÇO MARQUES, Toponímia. Foi designação dada ao distrito de Lourenço Marques e que na actualidade constitui a área da província de Maputo. História. 1840 - Por provisão de 8 de Junho de 1840 do Governador Geral da Província de Moçambique foi criado o 4º distrito Militar de Lourenço Marques. 1895 - O Decreto provincial 78/A, de 7 de Dezembro de 1895 no Boletim Oficial 52/1895 indica a divisão administrativa do distrito de Lourenço Marques como segue: 1ª circunscrição civil de Marracuene, com sede em 'Vila Luiza'; 2ª circunscrição civil de Manhiça, com sede na povoação da Manhiça; 3ª circunscrição civil do Sábiè, com sede na povoação do Sábiè; 4ª circunscrição civil do Magude, com sede na povoação de Magude e a 5ª circunscrição do Maputo, com sede em 'Bela Vista'. O distrito de Lourenço Marques tinha uma superfície de 16967,88 km²...". RAFAEL, Saul Dias. *Dicionário Toponímico, Histórico, Geográfico e Etnográfico de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 2001, p.232.*

¹¹¹ De acordo com Paulo Granjo, a expressão "*régulo*" pretendia, originalmente, "*diminuir a carga semântica da palavra 'rei' quando aplicada aos africanos*", designando posições políticas de estatutos díspares. GRANJO, Paulo. *Dragões, régulos e fábricas: espíritos e racionalidade tecnológica na indústria moçambicana. Análise social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2008, vol. 43, nº 187, p.223-249. Essa "diminuição" de estatuto ocorria por referência à presença portuguesa que, nos documentos, é tratada como a fonte suposta de todo poder, sobrepondo-se às populações africanas.

ficção ao sul de Santa Lúcia, que eu ignoro o nome", apoiado numa força de cerca "oito mil homens pouco mais ou menos".¹¹² De acordo com o documento,

a não esperada vinda do inimigo causou hum tal terror panico, a esta gente, que endiscretamente fugirão e so hum neto do Capela por nome Maeta [Mayetta], se opoz a huma culuna do inimigo com tal valor que lhe derrotou, e como morressem muitos de parte a parte neste combate, não quiserão perseguir mais o inimigo, dizendo que não podião vencer.¹¹³

Após esse primeiro enfrentamento,

o dito Maeta [Mayetta], inda no outro dia o quis perseguir, porém não teve forças suficientes para se lhes opor, em razão da sua gente perder o ânimo [e, assim] o inimigo tomou livremente posse das terras, roubando todo o gado, e deitando fogo a algumas casas.¹¹⁴

Ao considerar que *"o inimigo estava de posse daquelle vasto território, e ameaçada a feitoria de ser por elles saqueada"*, o Governador Caetano da Costa Matoso tratou com *"Capela"* sobre *"o modo por que se havia de fazer opor com este inimigo"* e, tendo ele argumentado não ter missanga nem cobre para oferecer, *"respondi eu, que em quanto a missanga, e cobre eu lhe daria, e que elle Capela devia mandar uma embaixada ao inimigo para saber o que pretendia das suas terras"*.

A *"embaixada"* chegou com a resposta de que o grupo *"tinha vindo buscar riqueza, e estavam promptos a evacuar as suas terras, huma vez que elle Capela, lhe mandasse missanga, manilha de pescoço, e de mãos"*. Sendo *"o Capela muito fiel á Coroa Portuguesa, e aquellas terras muito uteis a dita Coroa (...) tratei logo de dar o que o inimigo pedia e por o regulo na posse pacifica das suas terras"*: [de fato] *"o inimigo com effeito retirou-se das terras como tinha prometido, pois elles são fieis*

¹¹² Offício número 11 do Governador da Baía de Lourenço Marques, Caetano da Costa Matoso, para o Governador Geral de Moçambique, João da Costa de Brito Sanches, em 11 de julho de 1821. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. Cota AHM A.3 G.5. Caixa 178. Documento 89. Jacket 01.

¹¹³ Ibidem.

¹¹⁴ Ibidem.

aos seus tratados", embora continuasse "a fazer roubos e mortes, em outras terras", tendo já avisado "que vinha por sitio a fortaleza" novamente.¹¹⁵

Para Gerhard Liesegang, esses regimentos que, apoiando "Inhaboza", atacaram "Capela" pertenciam, provavelmente, a *Ndwandwe* na origem. E recorre, para justificar a hipótese, ao já referido documento atribuído ao capitão Owen, que se deparou com ambos os grupos, de Zwangendaba e de Manicusse, no entorno dessa mesma Baía. Liesegang não exclui a possibilidade de outros grupos os terem precedido, mas reforça que Zwangendaba e Manicusse haviam migrado juntos e estiveram ligados até por volta de 1829.¹¹⁶

No ofício seguinte ao Governador Geral de Moçambique, com data de 28 de julho de 1821, Caetano da Costa Matoso informou sobre novos ataques do "inimigo", que havia tomado "*todas as terras de Matola, e Muamba [Moamba], ainda mais facilmente que tinha tomado as do Capela; pois nestas não achou resistência; e naquellas alguma se lhes opôs*". De acordo com o documento,

o regulo Maxacane fugio para a mesma Ilha que tinha estado o Capela, com a sua família, e quem o quis seguir, ficando as terras por este modo inteiramente despovoadas. [e] Vendo o inimigo que tão facilmente tinha conquistado tantas terras com tão pouca opposição, asentou que devia atacar a fortaleza [de modo que] no dia 22 de julho do prezente anno pelas nove horas da manhã apareceu sobre o monte que demanda a fortaleza huma grande quantidade de negros armados de zagaia, e rodela [escudo redondo de couro para defesa pessoal no combate corpo a corpo], que podião ser em numero mil quinhentos pouco mais ou menos (...). Mande logo uma embaixada ao commandante daquella columna / que era o filho do regulo Inhamboze já mencionado no meo primeiro officio porque me mandasse dizer que motivos o

¹¹⁵ Ofício número 11 do Governador da Baía de Lourenço Marques, Caetano da Costa Matoso, para o Governador Geral de Moçambique, João da Costa de Brito Sanches, em 11 de julho de 1821. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. Cota AHM A.3 G.5. Caixa 178. Documento 89. Jacket 01. "*Jaz o rio de Santa Luzia na altura de 28º 30': he assás grande, muito largo e fundo da bôca para dentro, e demasiadamente arrojado no encher e vasar das marés...*". BOTELHO, Sebastião Xavier. *Memoria estatistica sobre os dominios portugueses na Africa Oriental*. Lisboa: Typographia de José Baptista Morando, 1835, vol. 01, p.76.

¹¹⁶ LIESEGANG (1970), op. cit., p.320-322. Cf. também LIESEGANG, Gerhard Julius. "Mozambique: Nguni/Ngoni incursions from South". In: SHILLINGTON, Kevin (ed.). *Encyclopedia of African history*. New York: Taylor & Francis, 2005, p.1033-1034.

movião a ver aquelle citio; elle respondeu que vinha buscar gado, missanga e cobre por saber que havia disto muita abundancia na fortaleza.¹¹⁷

Caetano da Costa Matoso manifestou sucessivas recusas em negociar - "*eu tornei-lhe a mandar diser que era outra qualidade de gente muito diversa daquella que elle tinha combatido; que eu não fugia, e se elle era capaz podia vir buscar o que pertendia, que eu cá esperava por elle*" -, mas tendo recebido como resposta do "*filho do regulo Inhamboze*" de "*que havia de vir [então] em outra occasião*" e temendo esta "*rapida retirada, pois julguei que hião buscar maiores forças, para melhor me poderem combater*", acabou por ceder. Assim, o dia seguinte transcorreu com idas e vindas das "*embaixadas de parte a parte*" até o ponto em que, afinal, concordaram que "*todas as terras da Matola e Moamba serão tributarias a Feitoria, dando-lhe um dente de todos os elefantes que nellas morressem, e quando elles não quisessem estar por isso, que eu lhe mandasse hum aviso, que elle cá vinhão pô-los em obediência*". Para selar o entendimento, o Governador da Baía deu "*hum presente de missanga, cobre*" ao filho de "*Inhamboze*", assim como para o seu pai que "*dahi a dois dias mandou-me hum vaca branca, em signal de paz, e amisade, despendindo-se de mim que hião para as suas terras*".¹¹⁸

Segundo Gerhard Liesegang, "*Capela*" era o chefe da linhagem *Tembe* à margem esquerda do rio Maputo e, em conformidade com o officio de Costa Matoso, avô de Mayetta. Já "*Maxakane*" descendia da linhagem *Matola* que, tal como *Moamba*, centrava o seu poder na região ao norte da Baía (ver mapa 5.).¹¹⁹ Ao analisar os desdobramentos em curso, é possível observar que a dinâmica nas

¹¹⁷ Offício número 12 do Governador da Baía de Lourenço Marques, Caetano da Costa Matoso, para o Governador Geral de Moçambique, João da Costa de Brito Sanches, em 28 de julho de 1821. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. Cota AHM A.3 G.5. Caixa 178. Documento 123. Jacket 01.

¹¹⁸ Ibidem.

¹¹⁹ LIESEGANG, Gerhard Julius. Lourenço Marques antes de 1895. *Arquivo: Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1987, nº 02, p.19-75.

terras de "*Matola*" e "*Moamba*" em muito se assemelhava à anterior, na qual "*Capela*" havia recorrido ao governador português para a oferta de missanga e cobre em troca da desocupação das terras e do afastamento dos regimentos. Em princípio, a habilidade do grupo em se impor foi referenciada (e associada ao manejo de zagaia e escudos) e, mais uma vez, uma ofensiva inicial testou a capacidade de resistência daqueles que ocupavam a terra e inseriu, em sua presença ostensiva, a disponibilidade de negociação em "*embaixadas*" que, propiciando as condições de enunciação, retornavam com gado, missanga e cobre.

Os signos de riqueza invocados na intermediação relacionavam bens que, por sua natureza, remetiam à troca e à circulação que orientavam a composição dos poderes. Nesse sentido, pelos deslocamentos e contatos sucessivos com hierarquias já estabelecidas, os regimentos de guerreiros, sob Zwangendaba ou Manicusse, projetavam [mais do que a posse sobre o território no entorno da Baía] a associação incontestada com o que era considerado valioso, em um contexto no qual a performance de conquista legitimava a reivindicação sobre a riqueza e a projeção de uma ascendência mais ampla sobre as populações africanas, britânica, e portuguesa.

O entendimento, ao fim da confrontação, com a transferência de gado, missanga e cobre e a concordância quanto às terras da "*Matola*" e "*Moamba*" serem tributárias à feitoria de Lourenço Marques, indicava não apenas um ajustamento (coroadado pelo envio de uma vaca branca por "*Inhamboze*"), mas o compartilhamento de signos de poder que emergiam das populações africanas e perpassavam a garantia de que "*um dente de todos os elefantes que [nessas terras] morressem*" seria enviado. Posto que um bem de comércio, o controle sobre o marfim realocava os poderes e da força que emergia da presença dos guerreiros o

sentido do seu trajeto era redirecionado, de modo que as terras podiam ser, enfim, desocupadas e a sua presença afastada.

A guerra, como portadora de significados atuando no campo das interações sociais, não era, entretanto, uma prática introduzida pelos "*negros da Costa de Natal*", ainda que assim tenha sido alardeada em muitos documentos. *Mabudu* havia centrado o seu poder sobre a formação dos *amabutho* com função de regimento militar ao sul da Baía e mesmo registros anteriores à migração dos grupos de origem *Ndwandwe* indicam que a guerra era um componente importante no processo de construção e definição dos contatos na região.¹²⁰ Nem mesmo as zagaiais parecem ter-se relacionado com as migrações, pois, já em 1820, Caetano da Costa Matoso informava o Governador Geral de Moçambique sobre um soldado "*morto a zagaiadas*" nas terras de "*Capella*".¹²¹

Assim, é preciso considerar que muito da representação sobre a guerra na escrita dos registros se confundia com o discurso sobre o africano e a sua alegada disposição agressiva, influenciando na construção da recorrente imagem de uma "*invazão de hordes cafriaes vindas do sul*" a cometerem "*assaltos*", "*roubos*" e "*ataques*".¹²² A própria sequência cronológica dos documentos revela poucas

¹²⁰ Em 13 de junho de 1819, José Casemiro Rocha, então comandante da Baía de Lourenço Marques, informava ao Governador Geral de Moçambique sobre as exigências do "*Rey Colella*" e do aviso de guerra recebido por não terem sido cumpridas. "*Colella*" era o chefe da linhagem *Moamba* (o mesmo que em 1821 recuaria à aproximação de "*Inhamboze*", apoiado pelos "*negros vátuas*") que, após desentendimentos com a guarnição portuguesa, havia reclamado o envio de "*quatro caixas cheias de fato*", logo convertidas em ameaça de ir "*com guarda à Feitoria*" diante da recusa de José Casemiro Rocha. Ofício número 283 do comandante da Baía de Lourenço Marques, José Casemiro Rocha, para o Governador Geral de Moçambique, em 13 de junho de 1819. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. Cota AHM A.3 G.2. Caixa 162. Documento 78. Jacket 01.

¹²¹ Ofício número 288 do Governador da Baía de Lourenço Marques, Caetano da Costa Matoso, para o Governador Geral de Moçambique, João da Costa de Brito Sanches, em 20 de junho de 1820. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. Cota AHM A.3 G.4. Caixa 169. Documento 116. Jacket 03.

¹²² Ofício número 143 do Governador Geral de Moçambique, Sebastião Xavier Botelho, para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Joaquim José Monteiro Torres, em 15 de março de 1827. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. Cota AHM A.3 G.9. Caixa 207. Documento 127. Jacket 08.

referências a mortes provocadas por essas guerras, ao passo que o acento recai sobre as negociações para as quais abriam caminho.¹²³

Mais do que a introdução da guerra ou do manejo de novas armas, os grupos de origem *Ndwandwe* imprimiam novo ritmo à atividade guerreira, orientando a violência sobre a linha entre o uso ponderado da força letal e o massacre indiscriminado de modo a impulsionar novos contatos e relações sociais. Nesse contexto, é possível que a posição de domínio dos guerreiros de Manicusse, projetando-se também sobre *Matola*, *Moamba* e a guarnição portuguesa em Lourenço Marques, tenha redirecionado a determinação de Mayetta em não aquiescer à nova ascensão [levando em conta que havia se oposto "*a huma culuna do inimigo com tal valor que lhe derrotou*", só abandonando o combate "*em razão da sua gente perder o ânimo*"], fazendo-o examinar com atenção a aproximação de Owen e sua esquadra.

Como *hósí* da linhagem *Tembe*, o acesso aos ingleses podia representar oportunidades de acesso a uma posição privilegiada no comércio exterior e, por extensão, fortalecimento regional, de modo que um reconhecimento entremeado por cestas com aves e tabaco se ajustava melhor às expectativas do que um ataque frontal, à semelhança daquele conduzido por Manicusse.¹²⁴ No mesmo sentido, era

¹²³ Cf. ofícios do Governador da Baía de Lourenço Marques, Caetano da Costa Matoso, para o Governador Geral de Moçambique, João da Costa de Brito Sanches, entre 11 e 28 de julho de 1821. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. Cota AHM A.3 G.5. Caixa 178. Documentos 89 e 123. Jacket 01; ofício número 03 do Governador Interino de Lourenço Marques, Caetano Pratas, para o Governo Provisório, em 17 de dezembro de 1821. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. Cota AHM A.3 G.5. Caixa 182. Documento 73. Jacket 02; ofício número 1 do Governador de Inhambane, Isidro Manuel de Carrazedo, para o Governador Geral de Moçambique, Sebastião Xavier Botelho, em 10 de julho de 1825. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. Cota AHM A.3 G.8. Caixa 197. Documento 34. Jacket 01; e ofício número 143 do Governador Geral de Moçambique, Sebastião Xavier Botelho, para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Joaquim José Monteiro Torres, em 15 de março de 1827. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. Cota AHM A.3 G.9. Caixa 207. Documento 127. Jacket 08.

¹²⁴ "*De fato, os registros de naufragos sugerem que a associação militar ocasional, e especialmente comercial, era muito vantajosa para a linhagem dominante*". HEDGES, op. cit., p.112. (tradução livre)

importante evitar um confronto com os guerreiros naquele momento, esquivando-se de colocar em risco não apenas o frágil equilíbrio de forças conquistado por Costa Matoso, como também a própria aproximação dos ingleses.

Se Mayetta interagira contextualmente, o mesmo acontecia com aqueles que acompanhavam Owen, orientados por uma premissa no contato com as populações que encontravam ao longo da expedição: o crescente interesse britânico na costa leste do continente africano, associado ao desejo de obter uma base que possibilitasse uma posição estratégica na região, facilitando a atividade comercial e as ações contra o tráfico de escravos.¹²⁵ Nas instruções à esquadra, após a chegada à Baía de Maputo, Owen determinava que se indicasse o ponto mais apropriado para ocupação, com referência à sua salubridade e facilidade de navegação.¹²⁶ Movimentando-se pelos territórios de Mayetta, parece ter encontrado aí as condições que buscava, pois, em 1823, recomendava a sua posse, apresentando um documento no qual o *hósí* cedia a "*soberania*" de suas terras ao "*rei da Grã-Bretanha*" e autorizava a instalação de uma força

que protegesse o seu povo não apenas das incursões de nativos guerreiros do interior, mas também dos insultos e contínuas opressões que nações europeias têm praticado sobre nós, particularmente os portugueses, incapazes de nos proporcionar proteção e que, por interferência despótica, apaixonante e irracional, obstruem o nosso comércio com qualquer outra nação.¹²⁷

É pouco provável que Mayetta tenha feito, ele próprio, o registro por escrito do atestado e, assim, pode-se atribuir a Owen ao menos a sua forma. O documento traduz pouco das circunstâncias de sua assinatura e definição de seus termos, mas

¹²⁵ HAIGHT, Mabel Violet Jackson. *European powers and south-east Africa: a study of international relations on the south-east coast of Africa, 1796-1856*. Londres: Longmans, Green & Co., 1942, p.04; 83; 105-108. (tradução livre)

¹²⁶ Ibidem, p.109.

¹²⁷ THEAL, George McCall. *Records of South-Eastern Africa collected in various libraries and archive departments in Europe*. Cape Town: The Government of the Cape Colony, 1903, vol. IX, p.25. (tradução livre)

sobre dois pontos, específicos e interligados, existem evidências suficientes nos treze artigos que o compõem: a cessão unilateral de poder e território e a ameaça permanente vinculada à presença de "*nativos guerreiros do interior*" e "*portugueses*" na região. Nesse sentido, o trecho final reafirma o vínculo indissolúvel entre "*Temby*" e "*Inglaterra*" e marca, ainda uma última vez, a contraparte "*agressora*":

eu declaro estar induzido a fazer essa cessão pelo conselho dos meus chefes e por acreditar que o meu Estado e o meu povo somos fracos para nos defendermos das agressões de ambos, africanos ou europeus (...), tendo escolhido o Rei da Grã-Bretanha como o meu protetor por estar o meu povo tão fortemente ligado ao seu que muitos falam o idioma inglês e porque acredito que o seu poder seja o único estabelecido sobre os princípios da justiça e capaz de proporcionar a proteção que buscamos.¹²⁸

Alinhavado à transferência de posse e direito enunciada, o ideário subjacente no discurso se ajustava bem aos traços ideológicos da campanha pela extinção do tráfico de escravos que a Inglaterra havia assumido para si no início do século XIX, associando iniciativas diplomáticas e patrulhas na costa africana à defesa dos "*princípios de humanidade*" e "*justiça*".¹²⁹ Nesse contexto, a referência à suposta fraqueza de Mayetta em se defender e à alegada incorporação do inglês como idioma projetavam um reconhecimento mútuo de unicidade, reivindicada como signo de ascendência e lançada em conexão aos "*nativos guerreiros do interior*" ou "*portugueses*", unidos situacionalmente em seu potencial "instabilizante" ao vínculo a que se aspirava.

Visto a partir desse prisma, o anseio em se firmar como uma base de poder se encontrava em condições de confronto com a projeção de força dos guerreiros, precipitando o ataque ao acampamento de Owen, na madrugada de 11 de outubro

¹²⁸ Ibidem, p.25-28. (tradução livre)

¹²⁹ ALEXANDRE, Valentim. O liberalismo português e as colónias de África (1820-1839). *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1980, vol. 16, nº 61-62, p.330.

de 1822, da mesma forma que também as autoridades portuguesas, em Moçambique, reagiam à presença dos ingleses na Baía de Maputo, proibindo qualquer negociação direta com as populações africanas¹³⁰ e buscando reaver vínculos e contatos mais antigos, remontando à sua própria chegada à região.

Desde o final do século XV, os navios de Vasco da Gama haviam contornado o Cabo da Boa Esperança, avançando para o leste e fundeando na costa africana, no ponto que chamaram de Natal, antes de seguirem em direção à Índia. Enquanto buscavam se firmar no lucrativo comércio desenvolvido pelos mercadores muçulmanos no Oceano Índico, os portugueses ocuparam Quíloa e Sofala, estabelecendo-se também na ilha de Moçambique.¹³¹

Entre 1540 e 1550, as expedições ao sul apontavam para a possibilidade de marfim negociado a taxas reduzidas e embarcações começaram a ser enviadas, partindo da ilha de Moçambique, entre os meses de novembro e dezembro, em função dos ventos favoráveis nessa época do ano. Entre maio e junho, os navios retornavam à ilha, transportando o marfim que, até por volta de 1620, era intermediado pelo chefe da linhagem *Inhaca*. Fissuras e disputas internas afetaram, no entanto, o comércio e os portugueses se voltaram para *Tembe*, transferindo as atividades da ilha de Inhaca para as de Xefina (ver mapa 5.).

Nas décadas seguintes, os portugueses enfrentaram dificuldades para manter com regularidade o envio de navios comerciais à Baía e então outras frotas, inglesas e holandesas, começaram a acessá-la com mais frequência. Em 1721, a Companhia Holandesa das Índias Orientais (*Vereenigde Oostindische Compagnie*, ou VOC) instalou aí uma feitoria, construindo um forte no ponto da atual cidade de

¹³⁰ HAIGHT, op. cit., p.92-93; 101-103.

¹³¹ BOXER, Charles Ralph. *O império marítimo português, 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, p.48-76.

Maputo, que acabou abandonado em 1730 devido aos altos custos exigidos pela manutenção. Entre 1778 e 1781, ainda outra feitoria (sob iniciativa austríaca) passou a funcionar na baía, até os colonos serem expulsos por uma frente militar portuguesa, destinada a estabelecer um assentamento e a retomar a primazia no contato com as populações e o monopólio sobre o comércio.¹³²

Essa não seria, entretanto, uma condição simples de ser mantida, como indicava a ofensiva de Owen e o seu documento invocando a defesa dos "*Temby*" e justapondo os "*portugueses*" aos "*nativos guerreiros*", do mesmo modo que o binômio por ele sugerido se reverteria ainda em fricção constante, com o deslocamento de Manicusse e os seus guerreiros avançando da Baía para as terras ao norte e forjando, na região, uma rede de signos de poder compartilhados e polivalentes.

2.1. "*Armados de rodellas e zagaias e jurando pelo seo Rei Manecussa*": os "*manhambozes*"

Em 1986, o Arquivo Histórico de Moçambique organizou a publicação de um documento sob o título *A guerra dos reis vátuas do Cabo Natal, do Maxacane da Matola, do Macassane do Maputo e demais reinos vizinhos contra o presídio da Baía de Lourenço Marques*.¹³³ Na cuidadosa introdução que fez para a edição, o professor Gerhard Liesegang observou que se tratava da transcrição da cópia de um manuscrito, "*cujo original se encontra em Lisboa e que descreve, em forma de*

¹³² HEDGES, op. cit., p.119-130.

¹³³ *A GUERRA dos reis vátuas do Cabo Natal, do Maxacane da Matola, do Macassane do Maputo e demais reinos vizinhos contra o Presídio da Baía de Lourenço Marques*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1995.

*diário, acontecimentos que tiveram lugar na antiga cidade de Lourenço Marques, entre 26 de Julho de 1833 e 12 de Julho de 1834".*¹³⁴

Os acontecimentos envolviam a morte, em 1833, do então Governador de Lourenço Marques, Dionísio Antônio Ribeiro, "*executado, talvez a cerca de um quilômetro da fortaleza [por] ordem de Dingane [Dingana kaSenzangakhona (c.1795-1840) irmão e sucessor de Shaka e] rei dos Zulus*".¹³⁵ Ainda de acordo com Liesegang, "*não acreditando na inteligência dos africanos e na sua capacidade de conhecer e defender os seus interesses*", as autoridades portuguesas passaram a procurar as "*'mãos brancas que dirigiam as mãos pretas' para poder manter o mito da superioridade europeia*"¹³⁶ e, assim, uma devassa foi aberta, em 1835, para apurar as responsabilidades pela morte do Governador.¹³⁷

O processo apontou Antonio José Nobre, gerente de uma Casa Comercial em Lourenço Marques,¹³⁸ como "*o author, e promottor de tantos, e tão horríveis crimes*"

¹³⁴ LIESEGANG, Gerhard Julius. "Introdução". In: *A GUERRA*, op. cit., p.04.

¹³⁵ Ibidem, p.09; 13.

¹³⁶ Ibidem, p.09-10.

¹³⁷ Cf. ofício número 70 enviado pelo Governador Geral de Moçambique, Joaquim Pereira Marinho, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, José Lúcio Travassos Valdez (Conde de Bonfim), em 16 de novembro de 1840. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. AHU.DGU. Pasta 06. Documento 02. Jacket 14.

¹³⁸ Sobre a Casa Comercial em Lourenço Marques, cf. LIESEGANG (1995), op. cit., p.17-19: "*Entre 1826 e 1833, a competição em Lourenço Marques foi agudizada pelo facto de, desde 1826, uma casa comercial fundada por um capitão e um comerciante lisboetas, ter obtido o monopólio da exportação de marfim. O gerente da companhia era Vicente Tomás dos Santos, que nasceu em Lisboa em 1793 e morreu em Moçambique em 1859. Ele tinha praticado o comércio triangular de escravos entre Moçambique, Brasil e Lisboa, pelo menos desde 1816. Em 1823, transmitiu a notícia das tentativas britânicas de ocupar a margem sul da Baía de Maputo. Com essa notícia conseguiu impressionar os ministros em Lisboa que lhe concederam, em 1824-1825, o monopólio da exportação de marfim na baía, entre outras regalias. Em 1826, enviou uma primeira expedição de Lisboa para Lourenço Marques, e uma segunda, em 1831, substituindo o pessoal. O pessoal da companhia que vemos actuar em 1831, como Nobre, os Albasinis, os Fornasini em Inhambane, etc., deve ter chegado nesta segunda expedição. Os principais sócios da companhia eram Vicente Tomás dos Santos e Carlos João Baptista Bolelle. (...) O monopólio foi abolido em 1834 ou 1835, e a companhia deve ter suspenso as suas actividades por volta de 1835 em Lourenço Marques, e em Inhambane em 1837 ou 1838. (...) Até 1830 a companhia esteve também envolvida na exportação de escravos, mas depois passou a depender apenas do monopólio do marfim. Se bem que não deva ter acumulado muitos lucros, prejudicava gravemente aqueles que até essa altura tinham tido o maior proveito com a exportação de marfim. Isto deve ter produzido conflitos. A chegada da primeira expedição, em 1826, provocou a demissão do governador, e posteriormente, a Companhia entrou também muitas vezes em choque com os outros governadores. É possível que no período do comércio legal de escravos, que durou até 1830, se tenham*

- "foi [ele] quem *chamou os bárbaros para invadirem aquella possessão nossa para a destruírem e arrazarem, e que não querendo elles assassinar o Governador, elle mesmo o mandára assassinar por dous escravos seus, armando-os e dando-lhe pólvora e balla*".¹³⁹ Conquanto acusado de alta traição e outros crimes, Nobre conseguiu convencer os juízes de sua inocência, sendo absolvido em 1838. Segundo Liesegang, "*parte da sua defesa deve ter sido uma detalhada descrição dos principais acontecimentos e parece que esta descrição foi 'a guerra dos reis dos vátuas' que é aqui publicada*" e embora o documento não indique a autoria, "*todos os indícios apontam (...) António José Nobre [como] o autor desta descrição e que ela foi escrita por volta de 1835-36*".¹⁴⁰

O documento descreve, de forma minuciosa, a relação com os poderes africanos do entorno da feitoria de Lourenço Marques e a sequência dos eventos deflagrados pela aproximação, na madrugada do dia 26 de junho de 1833, da força enviada por "*Dingane, rei dos vátuas*" a pedir "*ao governador Dionísio um avultado saguate*",¹⁴¹ *há muito prometido*". Em meio ao esforço em imputar ao próprio Governador o desfecho trágico de sua vida, devido à falta de habilidade na administração pública e na condução dos contatos com os africanos, e o zelo em se demonstrar cooperante nas iniciativas necessárias à resolução do conflito que se avistava, Antonio Nobre menciona o envio de um patamar à feitoria de Inhambane

estabelecidos compromissos. Com a cessação (temporária) do comércio de escravos, o marfim era o único artigo que podia ser legalmente exportado e os compromissos devem ter sido mais difíceis. Em 1831 e 1833, Santos insistiu no monopólio. A Companhia recusava-se a pagar o marfim com dinheiro, só querendo fazer a permuta com os artigos que tinha nos seus armazéns".

¹³⁹ Cf. ofício número 70 enviado pelo Governador Geral de Moçambique, Joaquim Pereira Marinho, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, José Lúcio Travassos Valdez (Conde de Bonfim), em 16 de novembro de 1840. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. AHU.DGU. Pasta 06. Documento 02. Jacket 14.

¹⁴⁰ A GUERRA, op. cit., p.10.

¹⁴¹ Ibidem, p.31. De acordo com o monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado (1855-1922), que foi também professor de sânscrito da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, "*saguate*" provinha de "*saughāt*", um termo de origem hindi-persa, com sentido de presente ou dádiva, oferecido em ocasiões festivas ou em sinal de homenagem. DALGADO, Sebastião Rodolfo. *Glossário luso-asiático*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919, p.271.

"para comunicar o lamentável estado em que se achava a Feitoria e pedir ao feitor que mandasse, quanto antes, socorros em fazendas e mantimentos, pois nessa época precisávamos de tudo":

Este patamar, de nome Babuchique, partiu acompanhado por dois homens no dia 02 de novembro [de 1833]. Mas no dia 12, os dois homens regressaram e contaram que tinham sido apanhados pela gente do rei Chanchangane [Manicusse] (...) que os deixaram regressar à Feitoria para obter, em determinado prazo, um resgate sem o qual, findo esse prazo, matariam infalivelmente o patamar. O agente da Companhia Comercial [o próprio Antonio Nobre] despachou imediatamente os homens com o resgate a fim de libertar o patamar o qual, poucos dias depois, apareceu na Feitoria despojado da correspondência que levava e de tudo quanto lhe tinha sido dado para comer pelo caminho.¹⁴²

Segundo Antonio Nobre, *"por causa da grande necessidade de fato e de mantimento que se vivia na Feitoria da Companhia"*, outro patamar partiu em direção a Inhambane em 03 de abril de 1834, mas dessa vez já carregado com *"um saguate para o Chanchangane [Manicusse], com grande recomendação de, caso o saguate fosse pequeno, o rei o mandasse dizer por um homem que acompanhava o mesmo, a fim de ser aumentado, não retendo contudo o patamar"*. A 17 de abril, entretanto,

chegou um dos homens que tinham ido acompanhar o *patamar*, que disse ao agente da Companhia Comercial que o Chanchangane [Manicusse] tinha detido o seu outro companheiro e o *patamar* por achar o *sagate* pequeno e apesar de lhe ter sido pedido para deixar o *patamar* continuar o seu caminho. Ele pedia mais 5 maços de missanga. Foi-lhe, portanto, enviado o pedido, causando isto grande demora além de mais despesas. Até ao dia 2 de Maio não houve novidade digna de ser notada e no dia 3 chegaram dois homens do Chanchangane [Manicusse] para informar o agente da Companhia que o *patamar* já tinha seguido para Inhambane.¹⁴³

Entre as margens do rio Tembe, em 1822, e as terras vizinhas à feitoria de Inhambane, em 1833, as referências documentais a Manicusse revelam o percurso de seus deslocamentos. Partindo da região entre os rios Mkhuze e Msunduzi, o seu

¹⁴² A GUERRA, op. cit., p.70.

¹⁴³ Ibidem, p.73-75.

grupo migrou para o sul do atual Moçambique, na década de 1820, mas em um contexto no qual Dingana, sucessor de Shaka, seguia expandindo a sua influência sobre a área entre os rios Maputo e Incomati, Manicusse avançou para o norte, aproximando-se da vila portuguesa de Inhambane por volta de 1834.¹⁴⁴

O patamar enviado por Antonio Nobre encontrou as forças de Manicusse, provavelmente, na esteira desse processo, com a projeção de seu poder incidindo sobre os caminhos sob a forma de interdições e, mais do que *saguates*, tributos condicionando a livre circulação. O autor cita, ainda, que missangas foram enviadas com tal propósito, com a quantidade exata determinada por Manicusse e, examinando os múltiplos contatos que em seu percurso foram sendo estabelecidos, é possível que tenham sido integradas aos mecanismos de ascendência sobre o território.

Alguns meses após a segunda interceptação do patamar de António Nobre, começaram a chegar à ilha de Moçambique, sede do Governo Geral da Província, cartas do Distrito de Inhambane informando sobre os resultados da "*offensiva que moveo o Governador Costa (...) contra o inimigo Manhobozy*", em outubro desse mesmo ano de 1834.¹⁴⁵ O seu conteúdo, marcado por uma escrita urgente, estendeu-se à representação que, em 26 de março do ano seguinte, a Câmara Municipal de Inhambane enviou a Portugal, contando, de novo, sobre os "*infortúnios*" decorrentes dos "*projectos ambiciosos*" do Governador Manuel José da Costa que, comandando um ataque aos "*manhambozes, ou vatuas*", "*arrastou*

¹⁴⁴ Cf. GRANDJEAN, Arthur. L'invasion des zoulou dans le sud-est africain: une page d'histoire inedite. *Bulletin de la Société Neuchateloise de Géographie*. Neuchatel: Paul Attinger, 1899, tomo XI, p.66; 70-77 e BRYANT (1929), op. cit., p.446-456.

¹⁴⁵ Cópias de cartas assinadas em Inhambane e entregues na capital Moçambique pela "*Escuna Brasileira Augusto Cezar*", em 07 de dezembro de 1834. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. AHU.DGU. Pasta 01. Documento 04. Jacket 03.

violentamente a maior parte dos infelizes habitantes" para uma guerra de *"infeliz resultado"*.¹⁴⁶

"Manhobozy", *"manhamboze"* ou *"munhamboze"* é um termo recorrente nas fontes do período entre os anos de 1834 e 1856 e na região entre Lourenço Marques e Inhambane (ver mapa 5.). Mas não há, em relação ao conjunto coletado, nenhuma referência explicativa sobre a origem dessa palavra, embora esteja enfatizada a sua ligação com Manicussa e com a atividade guerreira em passagens como *"...os manhambozes que lá estavam forão recolhidos com a ordem do Manicussa"*¹⁴⁷ e *"[os] munhambozes, armados de rodellas [escudos], zagaias, e com grande arrogância, jurando pelo seo Rei Manecussa, exigião..."*.¹⁴⁸ Nesse sentido, a bibliografia especializada se refere aos *"manhambozes"* como *"guerreiros de Manicussa"*, de modo breve e por associação estabelecida a partir do mesmo conjunto documental.¹⁴⁹

O vínculo estabelecido no documento da Câmara Municipal de Inhambane em *"manhambozes, ou vatuas"* propõe uma procedência compartilhada, observando que *"vátua"* é empregada, nesse período e contexto, em alusão aos grupos vindos da *"costa de Natal"*. Analisando, por sua vez, a composição da palavra *"manhamboze"* é possível construir algumas hipóteses. Avaliando as múltiplas grafias disponíveis de sonoridades semelhantes a *"ma"* ("m-...") e *"nha"*

¹⁴⁶ Representação da Câmara Municipal da Vila de Inhambane enviada ao Governo de Portugal, com data de 26 de março de 1835. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. AHU.DGU. Pasta 02. Documento 04. Jacket 01.

¹⁴⁷ Carta enviada por Diego de Souza Teixeira, primeiro sargento e comandante do Destacamento em Marrombene, ao Governador de Inhambane, Francisco Xavier Ferreira, em 16 de maio de 1850. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca4. Caixa 52.

¹⁴⁸ Relatório enviado por Antonio de Souza Teixeira, alferes de Infantaria, ao Governador do Distrito de Inhambane, Antonio Corrêa da Silva Leotte, com data de 23 de setembro de 1856. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. AHU.DGU. Pasta 17. Documento 04. Jacket 13.

¹⁴⁹ *"...Vatuas Manhambozes (assim eram chamados os de Manikusse) (...). Mesmo lá, eles encontraram um pequeno grupo de 'Monhambozes', guerreiros de Manikusse com lanças e escudos..."*. LIESEGANG (1967), op. cit., p.22-23; 62. (tradução livre)

("nya"...), um radical semelhante a "*mboze*" é encontrado em *A zulu-english dictionary*, do missionário inglês Alfred Bryant (1865-1953), publicado em 1905.¹⁵⁰ Embora essa marcação apareça em poucas entradas, ela está presente nas definições de "*Mboza*" ou "*Mbhoza*", "*um dos regimentos de Cetshwayo*",¹⁵¹ e de "*u-Tulwana*" ou "*Thulwana*", "*o regimento Mboza, ou um de seus membros*".¹⁵² Em ambos os casos, o termo é apresentado em associação a "regimento", em um primeiro momento por extensão a Cetshwayo (que em 1872 assumiu como o sucessor do centro de poder zulu), e, mais adiante, de modo mais amplo e abrangente.

Ao verificar a agência dos "*manhambozes*" por meio da documentação, na coordenação dos movimentos e na gestão dos contatos com os poderes territoriais, o sentido de regimento, na proposição de uma organização subliminar que orienta a ação por invocação a uma ascendência mais ampla, parece se aproximar da dinâmica que a sua presença gerava nas relações sociais. E uma organização pronta para a guerra, segundo a representação que os moradores da vila de Inhambane enviaram para Lisboa, em 26 de março de 1835.

De acordo com o documento, o já referido Governador do Distrito de Inhambane, Manuel José da Costa,

formando projectos ambiciosos a par de dois indivíduos do seu particular conselho, arrastou violentamente a maior parte dos infelizes habitantes desta Villa, em numero muito superior a mil pessoas, a huma guerra na distancia de mais de 40 legoas, sem que tal guerra fosse necessária para manter os inauferíveis direitos de Sua Magestade Fidelíssima, nem o decore da grande Nação, a que temos a honra de pertencer, mas só sim por ambição de huma porção de marfim que os negros manhambozes, ou vatuas, habitantes de vastos territórios possuem em seus próprios

¹⁵⁰ BRYANT (1905), op. cit.

¹⁵¹ Ibidem, p.382. (tradução livre)

¹⁵² Ibidem, p.661. (tradução livre) Cf. também FUZE, Magema M. *The black people and whence they came: a Zulu view*. Pietermaritzburg: University of Natal Press/Durban: Killie Campbell Africana Library, 1979, p.101.

domicílios, sendo o infeliz resoltado de tão cega ambição ficarem todo os combatentes súbditos portugueses envolvidos na cilada que os negros lhes soubérão armar, e perecerem nas suas ímpias mãos ficando por isso esta desgraçada Villa, hoje somente habitada por infelizes viúvas, inocentes órfãos, e alguns indevidos empregados públicos que por efeito do dever de seus cargos, não poderão ser constrangidos a tomar parte naquella temerária expedição...¹⁵³

Relacionando a posse de marfim aos "*manhambozes*", a escrita expressa as expectativas de lucro do Governador e daqueles que o acompanharam. Não apenas pela venda subsequente do marfim desejado, mas de escravos que, supunha-se, seriam obtidos por meio da guerra - "*...na ambição para hir buscar marfim e presioneiros para fazer escravos...*".¹⁵⁴ A ofensiva, entretanto, se chocou com uma resistência de força inesperada e os auspiciosos resultados projetados se converteram, rapidamente, em revés.

2.2. Em terras de Inguana e Savanguana: a dinâmica transformadora do contato

Alguns anos após os eventos relatados, os "*manhambozes*" ainda constavam na correspondência trocada pelas autoridades portuguesas. Em 01 de setembro de 1838, em informe enviado ao Governador do Distrito de Inhambane, o segundo tenente e comandante do Destacamento em Nhamachinga,¹⁵⁵ Antonio Netto, frisava o conserto de uma peça de armamento e, formalizando a intenção de nova ofensiva nas terras próximas, afirmava que "*ouvir dizer o q.' são os Manhambozes*

¹⁵³ Representação da Câmara Municipal da Vila de Inhambane enviada ao Governo de Portugal, com data de 26 de março de 1835. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. AHU.DGU. Pasta 02. Documento 04. Jacket 01.

¹⁵⁴ Cópias de cartas assinadas em Inhambane e entregues na capital Moçambique pela "*Escuna Brasileira Augusto Cezar*", em 07 de dezembro de 1834. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. AHU.DGU. Pasta 01. Documento 04. Jacket 03.

¹⁵⁵ Cf. "*NHAMACHINGA. Geografia. Rio na área da sede do distrito do Barué, província de Manica. Afluente da margem esquerda do rio Nhazônia. Carta Geográfica 1/250.000 (antiga)/17. Coordenada: lat. 18º 11'S / long. 33º 19'E. Carta Geográfica 1/250.000 (nova)/66*". RAFAEL, op. cit., p.518.

he huma couza mas vel-os he outra, as suas avançadas são terríveis e a espingarda para elles he estória porque é muito grande a rapidez de cair no chão..."¹⁵⁶

Se a visão dos "*manhambozes*" causava-lhe grande impressão, a aproximação constantemente anunciada converteu a vida no Destacamento em fonte de sucessivas inquietações. Ao que indica a documentação, grupos de "*manhambozes*" seguiram em contato sistemático com os poderes africanos na região, acampando a curta distância, marcando a sua presença pelos caminhos e, enfim, revelando-se nas terras dos chefes de linhagem. Antonio Netto menciona que os grupos eram compostos por cerca de 70 a 90 "*manhambozes*" e fornece indícios sobre uma movimentação contínua pelas terras, com a permanência de um a dois dias no mesmo ponto antes de se retirarem.

Em comunicação permanente com a sede do governo do Distrito na vila de Inhambane, o Destacamento de Nhamachinga organizou sucessivas "*sortidas*" contra os "*manhambozes*", mas poucos confrontos parecem ter acontecido de fato, apesar da apreensão geral com a presença dos guerreiros. Em 18 de novembro de 1838, o mesmo comandante informava que os "*munhambozes*" se encontravam nas terras de "*Cumbana*"¹⁵⁷ (ver mapa 5.) e que tinha recebido uma mensagem para

¹⁵⁶ Informe enviado por Antonio Netto, segundo tenente e comandante do Destacamento em Nhamachinga, a Antonio Alves d'Azevedo Campos, Governador do Distrito de Inhambane, em 01 de setembro de 1838. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca1. Caixa 30.

¹⁵⁷ Cf. "CUMBANA. Geografia. Região na área do posto administrativo de Cumbana, distrito de Jangamo. Com 961 km² de superfície foi regedoria até 1975. História. A área constituía a 3ª circunscrição civil (a central), com sede provisória em Cumbana, nas terras 'avassaladas' à corôa no distrito de Inhambane, cuja administração superior incumbia ao governador do distrito; compreendia as terras dos régulos e cabos: Mahassana de Kala, Muhovacanze de Cuguana, Chimba de Dambo, Muhuluquele de Mucherre, Nhaguiviga de Mutamba, Sucaméri de Matenga, Coedá de Bambamba e Guissunge de Cumbana. (Portaria 269, de 11 de maio de 1889, no Boletim Oficial 19, de 1899, que aprovou o Código dos Milandos Inhambenenses). Sede na povoação de Jangamo. 1889-1893- Foi área do 'Comando Militar de Cumbana' (Boletim Oficial 2, de 1889, no Boletim Oficial 10, de 1890 e Boletim Oficial 658 no Boletim Oficial de 1893). 1901-...". Cf. também "CUMBANA. Geografia. Vértice geodésico (cota 118m) na área do posto administrativo de Cumbana, distrito de Jangamo, província de Inhambane. Carta Geográfica 1/250.000 (antiga)/38. Coordenada: lat. 24º 10'S / long. 35º 14'E. Carta Geográfica 1/250.000 (nova)/97". Ibidem, p.148-149.

que "*senão metecem com elles pois q.' não querião guerra, pois o querião hera estar alli para huma observação*". Aos seus olhos, entretanto, "*disconfio se á observação. Sera a ver se podem inda soduzir [seduzir] a gente do Macuaqua...*". Em poucos dias o "*inimigo*" se achava também, e "*em grande purção [porção]*", nas terras "*em Mondóllo, em Morramba [Marromba] e em Mocumba [Mucumba]...*".¹⁵⁸

Enquanto os "*manhambozes*" marcavam a sua presença nas terras do entorno da vila de Inhambane, outras forças avançavam, com Manicusse, para o território mais ao norte. De acordo com João Julião da Silva, tenente-coronel de milícias na vila de Sofala, em documento oferecido ao Governador Geral da Província de Moçambique no ano de 1844, Manicusse chegou à região por volta de 1838, acompanhado de "*hum poderoso Exercito*" e travando uma guerra com N'qaba que, originalmente ligado também ao centro de poder *Ndwandwe*, aí se encontrava desde 1827, após os sucessivos deslocamentos pelo atual território de Moçambique desde a "*Costa do Natal*" e na sequência dos conflitos com as forças de *Mthethwa*.¹⁵⁹

Ao se sobrepor às forças de N'qaba, Manicusse se manteve nas proximidades por alguns anos, irradiando o "*seu espírito de Guerras*" sobre os "*Povos destas partes*", "*que desde então para Cá os que estavam armados de Rudella Cometião as mesmas hostilidades aos que erão de Arco e flexas; [e] ate os das nossas terras*", de

¹⁵⁸ Cf. informes enviados pelo segundo tenente e comandante do Destacamento em Nhamachinga, Antonio Netto, ao Governador do Distrito de Inhambane, Antonio Alves d'Azevedo Campos, entre 01 de setembro e 29 de novembro de 1838. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca1. Caixa 30. E também a correspondência do alferes e comandante do Destacamento em Nhamachinga, José Manoel da Costa, com o mesmo Governador, em 04 de novembro de 1838. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca1. Caixa 30.

¹⁵⁹ "Memória sobre Sofalla offerecida ao Ilmo. e Exmo. Snr. Rodrigo Luciano de Abreu de Lima Governador Geral da Provincia de Moçambique por seo author João Julião da Silva. Sofalla 08 de agosto de 1844". In: FELICIANO, José Fialho; NICOLAU, Victor Hugo (ed.). *Memórias de Sofala: etnografia e história das identidades e da violência entre os diferentes poderes no centro de Moçambique (séculos XVIII e XIX)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p.89-90.

acordo com João Julião.¹⁶⁰ No trecho, o inflar "*espírito de Guerras*" é atribuído sobretudo a Manicusse, mas é possível que esse processo tenha se iniciado anteriormente, com a presença de N'qaba pelas terras, e que a chegada de uma força nova, associada à guerra e à capacidade de se firmar territorialmente tenha potencializado a impressão da prática guerreira sobre as populações locais, influenciando na construção das relações sociais sob outras referências.¹⁶¹

As migrações de populações não eram raras na região e a passagem de um grupo podia sugerir novos valores e percepções de mundo forjando, na interação, a transformação de seus próprios signos identitários e a ampliação das categorias de pertencimento. João Julião observou, nesse sentido, que nas terras de Quissanga,

os homens em tempos se Vestião de pelles de Cabras cevadas; porem ao prezente andão nus com a Casca de certa fruta partida ao meio e Cobre somente o Perpucio. Em tempos passados as Armas delles, como as dos Quiteves erão pequenos Arcos, flexas, e Azagaias; porem ao prezente geralmente á imitação dos ditos Vatuas todos são armados de Rodellas [escudos] e Azagaias e fálão o Idioma delles; e tambem tem aprendido a Tatica de Combater. Isso mesmo se pratica já nas nossas Terras; e nossos escravos tem fugido para hirem associar-se com os chamados Majotos: que não são verdadeiros Vatuas, senão gente destas Terras que imitão.¹⁶²

Após o avanço em direção ao território ao norte do rio Save, Manicusse retornou para o sul e estabeleceu-se em Chaimite, à margem esquerda do rio Limpopo¹⁶³ (ver mapa 5.), onde construiu a palhota sagrada dedicada a Mangwa

¹⁶⁰ Ibidem, loc. cit.

¹⁶¹ Em "Memória respectiva á Villa de Sofalla, seo Continente e antiguidades mais notáveis", escrito por volta de 1846, João Julião da Silva observava, ao retomar o relato sobre o ataque de N'qaba à povoação portuguesa em 1836, "*o denodo com que combatem sem se retirar, haja mortes que houver*". "Memória respectiva á villa de Sofalla, seo continente e antiguidades mais notáveis que por lembrança se tirarão de huns antigos fragmentos que quazi corruptos existião no Archivo do Governo da mesma, no anno de 1790 - e do que adqueri das indagações por mim feitas em as muitas viagens nestes sertões por João Julião da Silva". In: FELICIANO; NICOLAU, op. cit., p.181.

¹⁶² "Memória sobre Sofalla offerecida ao Ilmo. e Exmo. S^{nr}. Rodrigo Luciano de Abreu de Lima Governador Geral da Provincia de Moçambique por seo author João Julião da Silva. Sofalla 08 de agosto de 1844". In: FELICIANO; NICOLAU, op. cit., p.82.

¹⁶³ GRANDJEAN (1899), op. cit., p.66; 70-77; BRYANT (1929), op. cit., p.446-456.

Gaza, seu bisavô, elevado à condição de espírito ancestral mítico.¹⁶⁴ Enquanto se firmava na região, a ação dos "verdadeiros Manhobozes" seguia nas terras ao redor da vila de Inhambane.

Segundo uma carta enviada por Antonio de Vasconcellos Carvalho, "*Língua do Estado*" do Destacamento em Jogo,¹⁶⁵ a Antonio Alves de Azevedo Campos, Governador do Distrito de Inhambane, grupos de "*Manhambozes*" se encontravam nas terras de "*Cundulla*", "*Maócha*", "*Inguana*" e "*Savanguana*" em janeiro de 1840. Nas terras destes dois últimos, as notícias informavam ainda que os "*manhambozes*" "*querem q.' o Inguana = Savangana* [Savanguana] *tributem para Manicuça*" e que, nesse sentido, ambos "*vinhão para baixo tributar*" as populações para que remetessem "*ao dito Manicuça*".

Após esse documento, Antonio de Vasconcellos Carvalho voltou a escrever ao Governador do Distrito de Inhambane, dessa vez para comunicar que "*Savanguana*" havia enviado emissários, "*trazendo consigo mais de 300 peças armadas de rudelas, e zagaias*", para reclamarem "*as Terras q.' estão no domínio de*

¹⁶⁴ "A palavra Chayi-Miti (Chaimite), segundo a tradição oral surge com a chegada do Manukusi. A pesquisa realizada mostrou-nos que não há, localmente, consenso sobre a sua origem. Enaltecemos duas versões sobre a origem de Chayimiti: a primeira diz que quando Manukusi chegou à zona, constatou que ela era bastante fértil, propícia para a prática da agricultura e para a criação de gado e assim decidiu ali fixar-se. Entretanto, a zona era uma planície constituída majoritariamente por arbustos. Ordenou o plantio de árvores, dizendo Chayi-Miti - o que significa 'plantai árvores'. Estas árvores eram de grande porte e eram canhoeiros, elas ainda se encontram em pé naquela zona. Uma delas, a maior de todas era o gandzelo - o altar, local onde se fazia o kuphahla - cerimônia de veneração e suplicação dos espíritos. Importa referir que essa cerimônia sempre se realizava quando se partia para uma missão combativa, em ordem de chamar os espíritos dos antepassados que se acreditava poderem acompanhar os guerreiros providenciando-lhes a sorte. (...) A segunda versão sobre a origem do nome Chayimiti, segundo os nossos entrevistados, diz que Chayi-Miti deriva das cerimônias que eram realizadas naquele local e que precediam as operações militares que Manukusi desencadeava...". CHILENGUE, Inácio. *Chayimiti: a prisão de Ngungunyani*. Maputo: Arquivo do Património Cultural - Instituto de Investigação Cultural, 1995, p.08-09.

¹⁶⁵ Cf. "JOGO. Geografia. Região na área da sede do distrito de Govuro, província de Inhambane. Com 42 km² de superfície, foi regedoria até 1975". Cf. também "JOGO. Geografia. Rio de caudal permanente, na área do distrito de Morrumbene, província de Inhambane. Desagua na baía de Inhambane. Tem como afluente na margem direita o rio Maimela. Carta Geográfica 1/250.000 (antiga)/37. Coordenada: lat. 23° 38'S / long. 35° 17'E. Carta Geográfica 1/250.000 (nova)/92"; e "JOGO. Toponímia. Povoação na área do distrito de Morrumbene, província de Inhambane. Carta Geográfica 1/250.000 (antiga)/37. Coordenada: lat. 23° 39'S / long. 35° 16'E. Carta Geográfica 1/250.000 (nova)/92". RAFAEL, op. cit., p.213.

Ferruvella".¹⁶⁶ Alguns meses mais tarde, também Inguana apareceria em um contexto de conflito envolvendo a cobrança de tributos, especificamente sobre as terras de "Macondene": *"Partecipo a Vossa Senhoria que veio o Secretario do Macondene o qual lhe mando para Villa para Vossa Senhoria saber diretamente com elle; eu vou marchar com algumas Praças ir endagar o Secretario de Inguana com cuja ordem foi tributar as terras do Macondene e elle fazendo resistencia mandou fazer fogo ou aseitar prizão"*.¹⁶⁷

De acordo com a documentação, ambos os chefes mantinham uma relação de maior proximidade com os portugueses antes da chegada dos "*munhambozes*". Na primeira carta de Antonio de Vasconcellos Carvalho ao Governador do Distrito de Inhambane, a informação de que "*vinhão para baixo tributar*" é precedida por "*nosso Ingoana [Inguana] e Savanguana*" e sobre a cobrança nas terras de "Macondene" a observação de que ia às terras de "Inguana" para "*endagar (...) com cuja ordem foi tributar*" revela, ao menos de início, certa pressuposição de ascendência.

Sob tal perspectiva, a passagem dos "*munhambozes*" pelas terras parece ter alterado as relações, ressignificando-as em um contexto de contatos e interações. A cobrança de tributos era uma prática das linhagens africanas dominantes e também dos portugueses,¹⁶⁸ como um modo de extração e circulação de bens e

¹⁶⁶ "Quais Terras são os seguintes nomes = Inhambundo, q.' já está em citio mesmo por gente de Savanguana = abitadas = Mahangue = Munhay = Mualane = Inhaongana = Inhualovo". Cf. cartas enviadas pelo "*Língua do Estado*" do Destacamento em Jogo, Antonio de Vasconcellos Carvalho, ao Governador do Distrito de Inhambane, Antonio Alves de Azevedo Campos, entre 11 de janeiro e 17 de fevereiro de 1840. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca1. Caixa 30.

¹⁶⁷ Carta enviada por Caetano dos Santos Pinto, alferes e comandante do Destacamento em Lingalunga, a Antonio Alves de Azevedo Campos, Governador de Inhambane, em 05 de dezembro de 1840. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca1. Caixa 30.

¹⁶⁸ Cf. carta enviada por Fito Augusto d'Ary Picard, tenente e comandante do Destacamento em Cobane, ao "Alferes ás ordens do Governo de Inhambane", em 08 de abril de 1840. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca1. Caixa

como projeção e afirmação de poder. Movimentando-se pela região, os "munhambozes" revolviam as hierarquias, influenciando sobre as cadeias de tributação e sobre as posses de terra - se "Savanguana" era "nosso", agora ele enviava emissários acompanhados de *"peçoas armadas de rudelas, e zagaias"*.

30. "Acuzo a recepção do officio de Vossa Senhoria dattado de 4 do corrente, o qual (da ordem do Illustrissimo Senhor Governador) acompanhava trez soldados, que bastante estimei por talvez melhor cumprir as Instrucções q.' me forão dadas, quanto a obrigar o regulo a dar mantimento, e a distribuição deste, como diz em seu officio, he mui bem indicado, porem era para outro citio, e não para Cobane onde tenho observado que seus habitantes (os que podem) comem de quatro em quatro em dias, por falta do ter que..."

Mapa 5. Os múltiplos pontos de contato de Manicusse e seus guerreiros com poderes africanos (Inguana, Savanguana, Cumbana, Moamba, Mpfumu, Matola e Tembe) e povoações de presença portuguesa (Sofala, Ilha de Chiloane, Inhambane e Lourenço Marques) entre os anos de 1822 e 1840

Fontes: INSTITUTO, op. cit., p.14; LIESEGANG (1967), op. cit., p.22; 67; 127-128; 154; NHAPULO, Telésfero. *Atlas histórico de Moçambique*. Maputo: Plural Editores, 2012, p.09; 29.

2.3. "Fumar u'm regullo": expressão e projeção de poder

À proporção que esses eventos se desdobravam, nas terras de "Inguana" e "Savanguana", os "manhambozes" se encontravam, em novembro de 1846, nas terras de "Chadamele" e no "campo de Nhadimbe terras do Regulo Mucumba" que, reunindo "toda a sua gente, e alguns Manhoboze armados", havia mandado chamar o alferes do Destacamento em Maxixe,¹⁶⁹ Caetano dos Santos Pinto, para lhe dizer "q. entregasse todas terras pertencentes a Maranja, e de Nhamufana athe nas Praias de Manja", declarando, ainda, "q. 'davão o tempo de três dias para eu dar a resposta quando não arrazarião todas [as] terras". Continuando o documento, o alferes respondeu que "não tinha ordem para fazer a entrega das terras", sugerindo "ao do Mucumba q. mandasse o seo secretario, e hum Manhaboze para encontrar e falar com Vossa Senhoria [o Governador de Inhambane]", mas eles replicaram, afirmando "q. não querião, visto alguns Regulos, q. são pertencentes as terras da Coroa obedecerem ao Manicusse sem darem a parte a Vossa Senhoria".¹⁷⁰

¹⁶⁹ Cf. "MAXIXE. Geografia. Vértice geodésico principal (cota 154 m.) na área da cidade da Maxixe, província de Inhambane. Carta Geográfica 1/250.000 (antiga)/37. Coordenada: lat. 23º 51'S / long. 35º 19'E. Carta Geográfica 1/250.000 (nova)/92". Cf. também "MAXIXE. Toponímia. História. O distrito da Maxixe, com sede na cidade da Maxixe, situava-se na área da província de Inhambane. Tinha uma superfície de 278 km² e uma população de 29.138 habitantes, em 1970. Tinha as povoações importantes de Guja e Maxixe. História. 1889 - A área constituía a 2ª. circunscrição civil nas terras 'avassaladas' à Corôa, no distrito de Inhambane, cuja administração superior incumbia ao Governador do distrito. A 2ª. circunscrição ou a do Leste, com a sede provisória no planalto da Maxixe, compreendia as terras dos régulos e cabos Tinga-Tinga do Mongo, Nhabanda de Sahane, Nhambiú de Xicuque, Rumbana de Mange, Nhampata de Xambone, Nhamutitima de Malelene, Muaba de Maxixe, Macuamene de Guifixine, Nhampata da Palha de Mabili, Guiguni de Nhamasinga, Mahangada, Nhangoela, Magola, Bugucha, Mucumba de Tamene, Guitata, Fumamune de Bembe, Mugurruba, Nhamussua, Muguba e Sude de Matembi - Portaria 269 no Boletim Oficial 19/1889. 1891 - Criado o cargo de Administrador das Terras da Maxixe (Machixe) - Portaria de 13 de maio de 1891. Confirmada a nomeação de Alfredo de Oliveira Cruz Coimbra, como 'Administrador das Terras da Maxixe'. 1893 - O Boletim Oficial 39/1893, com notícia da Administração das Terras da Maxixe. 1897/1908 - Mudou de 'Administração' para 'Comando Militar da Maxixe' - Boletim Oficial 48/1897; Boletim Oficial 26/1901 (Machiche) e Boletim Oficial 32/1902. 1908 - Tornou-se a 6ª. circunscrição da Maxixe, do distrito de Inhambane, com sede na povoação de Maxixe...". RAFAEL, op. cit., p.324.

¹⁷⁰ Carta enviada pelo alferes do Destacamento em Maxixe, Caetano dos Santos Pinto, ao Governador de Inhambane, Antonio Paulo de Souza, em 05 de novembro de 1846. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca1. Caixa 30.

A reivindicação de terras aos portugueses pelos chefes da região, quando associados aos "*manhambozes*", não era nova, pois alguns anos antes "*Savanguana*" havia feito a mesma exigência em condições semelhantes. Entretanto aqui a questão reaparece revelando um descrédito ostensivo quanto ao poder que, efetivamente, exerceria o Governador de Inhambane sobre as populações mais próximas da vila, transpondo essa ascendência a Manicusse e projetando, nesse ponto, uma hierarquização dos poderes que se tornará central nos documentos seguintes.

De acordo com as notícias enviadas ao Governador de Inhambane pelo mesmo alferes Caetano dos Santos Pinto, agora no Destacamento em Guitabane, os "*manhambozes*" se encontravam "*nas terras de Guidugu ajuntando gente para vir fumar u'm regullo nas nossas terras*", em janeiro de 1847, guardando a ação apenas em razão "*da força q.' tenho cá*".¹⁷¹ Os documentos não mencionam o nome do "*regullo*", nem informam sobre o significado de "*fumar*" nesse contexto.

Em *A zulu-english dictionary*, do missionário Alfred Bryant, não há radical semelhante, mas no *Dicionário changana-português*, de Bento Siteo, professor da Universidade Eduardo Mondlane, "-FÚMÁ" é apresentado com o sentido de "*governar; reinar*" ou, ainda, "*subordinar, subjugar*",¹⁷² ao passo que os documentos enviados de Cobane, alguns meses mais tarde, informando sobre a persistente

¹⁷¹ Cf. cartas enviadas pelo alferes do Destacamento em Guitabane, Caetano dos Santos Pinto, ao Governador de Inhambane, em 13 e 18 de janeiro de 1847. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca1. Caixa 30.

¹⁷² SITEO, op. cit., p.III; 52. Considerando os múltiplos sentidos de "*changana*" ao longo da história de Moçambique, acompanha-se nesse contexto específico o proposto pelo autor - "*o changana pertence ao grupo de três línguas mutuamente inteligíveis, designado por Tsonga. O Xitshwa e o Ronga também fazem parte deste grupo. Segundo o Recenseamento Geral da População de 1997, o Changana tem 1.423.327 falantes em Moçambique. Cobre as Províncias de Maputo e Gaza e parte de Inhambane, Manica e Sofala. É ainda falado na África do Sul e no Zimbábwe.*"

proximidade dos "*manhambozes*", destacavam a sua tentativa de "*paçar o rio para cá*" para irem "*atrás do Macuaqua a onde elle estiver*".¹⁷³

Ao comentar sobre a ação de "*ladroens salteadores*" do "*rebelde Ingoana* [Inguana]" e outros, em carta assinada em 30 de outubro de 1849, o comandante do Destacamento em Marrombene¹⁷⁴ observou que "*só o Macuáqua he q.' podia fazer alguma fachina com elles*".¹⁷⁵ Posteriormente, em 15 de junho de 1856, o Governador do Distrito de Inhambane, listando áreas sob a posse de Manicusse ao Governador Geral de Moçambique, mencionaria, entre eles, "*as terras do Dovo* [Dove],¹⁷⁶ conquistadas pelo Maquaqua junto com os Portugueses, commandados pelo Tenente Coronel de Milicias Menezes".¹⁷⁷

Ambas as passagens sugerem uma proximidade entre "*Macuáqua/Maquaqua*" e as autoridades portuguesas de Inhambane e embora não seja possível afirmar que o "*régulo*" que os "*manhambozes*" procuravam "*fumar*", no sentido apreciável de "*subordinar*", fosse "*Macuáqua/Maquaqua*", a menção de que estavam no encalço de um chefe que, historicamente, podia ser associado à capacidade de reunir esforços para afastar "*ladroens salteadores*" ou auxiliar na conquista de terras pelos portugueses sugere, como um indício, o movimento

¹⁷³ Carta enviada pelo tenente e comandante do Destacamento em Cobane, Francisco de Salles Montanha, ao Governador de Inhambane, Antonio Paulo de Souza, em 11 de junho de 1847. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca4. Caixa 52.

¹⁷⁴ Cf. "MARROMBENE. Geografia. Pântano na área da sede do distrito de Funhalouro, província de Inhambane. Carta Geográfica 1/250.000 (antiga)/37. Coordenada: lat. 23º 34'S / long. 34º 43'E. Carta Geográfica 1/250.000 (nova)/91". RAFAEL, op. cit., p.304.

¹⁷⁵ Carta enviada pelo tenente e comandante do Destacamento em Marrombene, Francisco de Salles Montanha, ao Governador de Inhambane, Francisco Xavier Ferreira, em 30 de outubro de 1849. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca4. Caixa 52.

¹⁷⁶ Cf. "DOVE. Geografia. Lago na área do distrito do Govuro, província de Inhambane. C/35 - lat. 21º 23'S / long. 34º 38'E. Carta Geográfica 1/250.000 (nova)/81". RAFAEL, op. cit., p.162.

¹⁷⁷ Cópia de carta enviada pelo Governador do Distrito de Inhambane, Antonio Corrêa da Silva Leotte, ao Governador Geral de Moçambique, Vasco Guedes de Carvalho e Menezes, em 15 de junho de 1856. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. AHU.DGU. Pasta 17. Documento 04. Jacket 11.

incessante que os guerreiros de Manicusse realizavam por entre os poderes, como a precedê-lo.

Nesse contexto, os documentos subsequentes informam sobre a aproximação de uma "*inbaxada da gente do Manecussa*", avançando em direção ao "*citio de Mufáte*" até ao ponto em que, ao seu encontro, se dirigiu o alferes Caetano dos Santos Pinto, enviado pelo comandante do Destacamento em Magatuno, Francisco de Salles Montanha. De acordo com a carta que Montanha expediu ao Governador de Inhambane, "*tendo mandado oji o alfferes Pinto a Cobane, a reconhecer e a saber a q.^ vinha a inbaixada*", composta por "*duas peçoas dos Manhaboze*s" acompanhadas do "*secretario*" do chefe da terra,

disserão q.^ são mandados pelos chefes de guerra da gente do Manecuça q.^ se acha acampado nos campos de Cumbana com u'ma ponta de marfim mião para encontrar a Vossa Senhoria a participar-lhe q.^ os ditos chefes de guerra forão mandados pelo Manecuça para matar o Macuaqua e os seus filhos, e como estes não pudessem apanhá-los por se terem refugiados nas nossas terras, por isso são mandados a pedir q.' se entregue o Macuaqua e seus filhos, q.^ o Manecuça não quer q.^ ajão se não dous regolos, Manecuça e Muzungos [os brancos], para assim poderem estar as terras sosegadas. A ditta enbaxada mandei q.^ se conservasse ali atthe a decizão de Vossa Senhoria o q.' fico esperando a determinação de Vossa Senhoria.¹⁷⁸

A "*decisão de Vossa Senhoria*" não consta nos documentos posteriores, mas a disposição de "*Manecuça*" e seus "*chefes de guerra*" lhe deixava poucas opções - entre a entrega de "*Macuaqua e os seus filhos (...) refugiados nas nossas terras*" e o aceite de guerra, como afinal parece ter acontecido, ao se considerar a percepção de conflituosidade nas notícias que informavam sobre a presença contínua e ostensiva dos "*manhamboze*s" em nome de Manicusse. A própria projeção de força na sua afirmação de não querer "*q.^ ajão se não dous regolos*" criava, por si, a tensão

¹⁷⁸ Cf. cartas enviadas pelo tenente ajudante e comandante do Destacamento em Magatuno, Francisco de Salles Montanha, ao Governador de Inhambane, Antonio Paulo de Souza, entre 15 e 21 de junho de 1847. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca4. Caixa 52.

no contato, pelo propósito suposto em deslocar as hierarquias de poder ao estabelecer vínculos novos e pelo lançar de sua própria ascendência sobre as populações, embora o uso de "*régolo*", na tradução da mensagem que era posta, firmasse o espectro máximo ao qual Manicusse poderia alcançar na leitura portuguesa.

Associados, a movimentação precedente dos guerreiros pelas terras e o seu enquadramento no posicionamento de Manicusse representavam, aos olhos das autoridades portuguesas, a hostilidade inata de certos grupos mais próximos do ponto de selvageria primitiva. Mas a ação dos "*manhambozes*", aproximando-se de modo progressivo dos chefes de linhagens dominantes, sugere que a sua atividade guerreira, sem aspirar à destruição dos "adversários", gerava aproximações e vínculos definidos contextualmente e em relação aos signos compartilhados que projetavam as hierarquias de poderes.

Assim, o "*Inguana*" que, em janeiro de 1840, era referido em meio aos informes sobre os grupos de "*Manhambozes*" que se encontravam nas terras de "*Cundulla*", "*Maócha*", "*Inguana*" e "*Savanguana*" para que "*tributem para Manicuça*", reaparece nas correspondências do ano de 1849, dessa vez "*em magotes, sem rodéllas, e só de zagaias, para assim enganarem a pobre gente q.ª se achavão nas machambas*".¹⁷⁹ Embora o uso de "*zagaias*" pelas populações africanas do atual território de Moçambique constasse na documentação mesmo antes das migrações associadas ao processo conhecido por *mfecane*, tal como a prática da guerra, o manejo integrado de "*rodéllas*" e "*zagaias*" emerge nas fontes apenas nas

¹⁷⁹ Carta enviada pelo tenente ajudante e comandante do Destacamento em Marrombene, Francisco de Salles Montanha, ao Governador de Inhambane, em 23 de junho de 1849. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca4. Caixa 52. "*Maxámbá: machamba, campo agrícola; herdade ou quinta*". SITO, op. cit., p.160. De acordo com o dicionário Houaiss, a palavra "*maxamba*" é "*proveniente do suaíle shamba 'terreno cultivado', cujo plural é mashamba*". HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p.1872.

referências que tratam da passagem das populações "*da Costa do Natal*" e a própria observação de que o se revelar "*sem rodéllas, (...) só de zagaiais*" servia "*para (...) enganarem a pobre gente q.^ se achavão nas machambas*" sugere a composição de um traço distintivo que, tornando fluidas as fronteiras entre os diferentes grupos da região, era adotado, também, pelo agora "*rebelde Jugoâna [Inguana]*".¹⁸⁰

Enquanto esse mesmo Inguana chamava "*os Manhobozes para vir[em] estragar as terras da Corôa*",¹⁸¹ "*o régollo Matta, os cabos*"¹⁸² Marroqua e Matapissa" e outros solicitavam "*armas e pólvora, para se defenderem do inimigo*", fornecidas pela feitoria de Inhambane. A tensão de um estado de guerra que se desenhava se intensificou em função das notícias sobre a "*reunião dos régolos chamados pelos manhambozes*" e das que chegavam por "*um secretario do Mapamane*" informando "*q.' a gente de Macingue, q.' lhe pertence, Berrine, Inhalisgúlo, Mailéne, fizeram-se rebeldes, reunindo-se a gente do rebelde Ingoana [Inguana]*", ao mesmo tempo em que outro "*secretario*", agora do "*Forvélla*", anunciava a vinda "*oje pela manhã cedo, nas machanbas, [de] gente de Sanvangoana [Savanguana], a pedir tributo, e q.' avizassem o régolo q.' obedecesse e tirasse oje mesmo tributo, se não a manhã os jurassem por elles q.' vinhão arrazar-lhes as povoações*".¹⁸³

¹⁸⁰ Carta enviada pelo tenente e comandante do Destacamento em Marrombene, Francisco de Salles Montanha, ao Governador Interino de Inhambane, Francisco Xavier Ferreira, em 17 de outubro de 1849. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca4. Caixa 52.

¹⁸¹ Carta enviada pelo tenente e comandante do Destacamento em Marrombene, Caetano dos Santos, ao alferes às ordens do Governo de Inhambane, Joze Antonio da Cunha, em 19 de julho de 1849. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca4. Caixa 52.

¹⁸² "*Cabo*" é um termo recorrente na documentação e embora não tenham sido encontrados a origem e o significado estabelecido nos usos, parece referir-se, por associação, à graduação hierárquica imediata ao soldado no âmbito do Exército. Nesse sentido, é aplicado tanto a europeus quanto africanos, mas nesse caso com um acento mais recorrente quanto à sua função de recolha de tributos junto às populações de povoações próximas aos núcleos de ocupação portuguesa no litoral.

¹⁸³ Cf. cartas enviadas pelo tenente e comandante do Destacamento em Marrombene, Francisco de Salles Montanha, ao Governador de Inhambane, entre 17 de outubro de 1849 e 02 de janeiro de

A guerra foi, enfim, travada em fevereiro de 1850, segundo o alferes Luiz de Souza Cézar:

...oje pellos avizos dos signaes de guerra que ouve pella por parte do cabo Muaba, e acudindo a estes signaes, marchei com 36 praças e alguns mouros as 5óras da manhã, e tendo encontrado os inimigos nas terras de Jogo nossas terras, mandei fazer fogo...

Após o enfrentamento, restaram em campo "*13 rodellas [escudos], e oito zagaías*" - "*traste dos inimigos na ação*" -, que o alferes, em Marrombene, enviou ao Governador de Inhambane. Não há relato de que tenham sido feitos prisioneiros, ao passo que os informes seguintes destacavam a persistente proximidade dos "*inimigos*", "*que agora estão em Maxinha*", e a necessidade de mais uma ofensiva, posto que "*os inimigos dizem que 'já matemos todos os portugueses'*". Com as instruções do Governador desaconselhando-a, a urgência da marcha seria reiterada dias depois, na observação quanto ao "*risco da gente de Macuaqua, negros, caçadores*" (com os quais seguiriam acompanhados) dizerem "*que os portugueses tem medo, com a noticia dos Manhombozes que estão com o Jugoana [Inguana]*".¹⁸⁴

Expressão de força semelhante se fazia também sentir, nessa mesma época, no Distrito de Sofala, de onde partia a correspondência ao Governo Geral de Moçambique informando sobre os "*vátuas do Manicusse*", "*que nos cercão por toda a parte*", e as "*correrias que continuamente fazem nas terras deste Distrito*".¹⁸⁵ A presença impunha limites à ocupação portuguesa, como é possível acompanhar na

1850. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca4. Caixa 52.

¹⁸⁴ Cf. cartas enviadas pelo alferes e comandante do Destacamento em Marrombene, Luiz de Souza Cézar, ao Governador de Inhambane, Francisco Xavier Ferreira, entre 12 de fevereiro e 12 de março de 1850. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca4. Caixa 52.

¹⁸⁵ Cf. cartas enviadas pelo Governador Interino de Sofala, José Maria Teixeira, ao Secretário Geral do Governo de Moçambique, José Francisco Borges, em 10 de agosto de 1850 e pelo Governador de Sofala, Joaquim d'Azevedo Alpoim, ao Governador Geral de Moçambique, Domingos Fortunato de Vale, em 03 de março de 1851. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Sofala - Governo do Distrito. Códice 11-87.

carta de Joaquim Carlos de Andrade, Governador Interino do Distrito de Sofala, ao Governador Geral de Moçambique, Joaquim Pinto de Magalhães, com data de 06 de agosto de 1853:

...o Prazo¹⁸⁶ Chironde¹⁸⁷ em épocas mais remotas foi útil à Fazenda pelo seu rendimento e ate mesmo porque naquelas terras costumão a morrer elefantes porém hoje com o estado lamentável e de miséria a que tem chegado este Distrito pela perseguição dos vatuas do Sul, pode-se dizer que a maior parte das mesmas terras estão evadidas por esta gente e seguindo tributos dos collonos e pondo-os na mais completa perseguição a ponto da maior parte terem abandonado as suas povoações; e a não ser por gentes que foi particularmente os perzentes que particularmente concorrem os moradores desta Villa com o Regulo Manicusse diceste que as terras do Distrito estavam completamente evadidas; foi assim que essa Dellegação resolveu com as formalidades que signado o artigo 4º. do [ilegível] do Regulamento de 20 de março, mandado por em arrendamento o referido Prazo, qe por não haver competidores foi ultimado no lance de Joze Ceserilo, por cento e oito mil reis quantia esta superior ao actual rendimento...¹⁸⁸

2.4. Cruzando caminhos, atravessando territórios: confrontando "*dois* pelotões de vátuas formados em batalha"

Segundo a passagem do texto anterior, a ação dos "*vátuas do Sul*" alterou a relação de posse das terras pelos portugueses, atrelando-a ao pagamento de

¹⁸⁶ De acordo com René Pélissier, "*o sistema dos prazos, posto em prática no início do século XVII (provavelmente seguindo um modelo já aplicado na Índia portuguesa), oferecia à Coroa a possibilidade de 'ocupar' teoricamente a África por intermédio de vassalos 'europeus' aos quais eram concedidas terras dominiais por arrendamento enfiteutico. Sem entrar na análise jurídica da enfiteuse portuguesa, podemos esquematizar e dizer que, em troca de uma renda (foro), as terras e os habitantes que nelas viviam eram, em geral, entregues durante três vidas contra a obrigação de guarnecer o prazo de homens armados, incumbidos de defender a colônia e de manter os fortes da Administração. Tinham ainda de manter os caminhos abertos e de cobrar o imposto (...). Caso único nos anais coloniais: a mulher tinha sempre a prioridade na obtenção de um prazo, e a herdeira era a sua filha mais velha*". PÉLISSIER, René. *História de Moçambique: formação e oposição (1854-1918)*. Lisboa: Estampa, 1994, vol. 01, p.80.

¹⁸⁷ Cf. "*CHIRONDE. Geografia. Rio (na estiagem reduz-se a fundições). Nasce na região Guma (Nhaunge) na área da Sede do distrito de Cheringoma, província de Sofala. Passa para a área do posto administrativo de Chupanga (ex-Lacedônia), distrito de Marromeu. Afluente da margem direita do rio Mungári. Carta Geográfica 1/250.000 (antiga)/32. Coordenada: lat. 18º. 22'S / long. 35º 30'E. Carta Geográfica 1/250.000 (nova)/68*". Cf. também "*CHIRONDA. Geografia. Região nas actuais áreas dos distritos de Cheringoma e Marromeu, província de Sofala. História. 1957 - Foi 'Prazo' no antigo distrito de Sofala, doado a Maria da Maia, associando seu marido*". RAFAEL, op. cit., p.119.

¹⁸⁸ Carta enviada pelo Governador Interino de Sofala, Joaquim Carlos de Andrade, ao Governador Geral de Moçambique, Joaquim Pinto de Magalhães, em 06 de agosto de 1853. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Sofala - Governo do Distrito. Códice 11-87.

"perzentes" [presentes] a Manicusse. A questão seria retomada anos depois, em 1857, com Caetano Piedade e Sá, Governador Interino do Distrito de Sofala, enviando *"uma representação, que os habitantes d'este Districto dirigem á Sua Excellencia o Senhor Governador Geral, pedindo que sejam relevados da décima industrial, e predial, allegando eu [que] para gosarem do socego e livrarem-se dos vexames"* da *"gente do Potentado Manicusse (...) contribuem-lhe por sobescripção [subscrição] porção das fazendas"*.¹⁸⁹

Era esta "gente" de Manicusse que o fazia ser *"temido de todo [o] sertão, e atte dos régulos sujeitos á Coroa Portuguesa, que respeitão-lhe mais que a este Governo"*:

Tal é a importância d'esse Regulo quaze em todo sertão, que uma força de duzentos vátuas, pouco mais ou menos, sub commando de um vem observar em terras de todos Regulos, arrecadam o marfim, e outros tributos, praticando-lhes vexames, e na recolhida deixão-se ficar quatro a seis d'elles, para fazer respeitar o nome do seu regulo, e cohibir os saques e roubos, que commettem outros súbditos seus, e do seu filho, nomeados por Damamussaras = que fazem vida de salteadores.

A força que derivava de sua presença influía de tal modo nas relações sociais que *"ás ordens deste governo tem esse Regulo [Manicusse] posto huma escolta de 8 a 10 negros, sub hum chefe, aos quaes se reúnem mais 60 a 70 individuos delles, que ficando na distancia de 6 a 7 leguas desta Villa não deixão de vexar aos colonos, todavia respeitão este governo e suas ordens"*.¹⁹⁰

O texto introduz uma distinção importante entre os guerreiros e os *"salteadores"*, apesar de marcar a ambos com os signos de *"vexames"*, *"saques"* e *"roubos"*, recorrentes na alteridade historicamente construída: é aos primeiros que

¹⁸⁹ Carta enviada pelo Governador Interino de Sofala, Caetano Piedade e Sá, ao Secretário Geral do Governo de Moçambique, José Barboza Leão, em 04 de agosto de 1857. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Sofala - Governo do Distrito. Códice 11-87.

¹⁹⁰ Relatório enviado pelo Governador Interino de Sofala, Caetano Piedade e Sá, ao Secretário Geral do Governo de Moçambique, José Maria Pereira d'Almeida, em 15 de março de 1858. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Sofala - Governo do Distrito. Códice 11-87.

se invoca na urgência de proteção, destacando-os da suposição de uma ação desenfreada para os situar no campo do uso refletido de sua própria força (embora os chamados "*damamussaras*" pudessem representar, do mesmo modo, a condição de uma violência orientada, mas nesse caso a desafiar a conformação econômica, social e política dominante e a pôr à prova o controle dos recursos, mesmo que por Manicusse). A diferenciação estabelecida reforçava ainda o vínculo de Manicusse com os seus guerreiros, os "*munhambozes*", também na região de Sofala,¹⁹¹ tal como os eventos que marcariam a aproximação entre os portugueses e a "*Collonia Hollandeza em Zoutpansberg*", à qual foi enviada uma delegação presidida pelo padre e vigário de Inhambane, Joaquim de Santa Rita Montanha, em maio de 1855.

Entre os objetivos expressos nas instruções do Governador do Distrito de Inhambane ao missionário constavam

o fazer com que elles venhão aqui commerciar, e mesmo estabelecer alguma caza de commercio; fazer com que mandem intimar o Manicusse, para que abandone as terras do transito, ficando pertencente ao Governo Portuguez, e sujeitos á coroa os Regulos que nellas estiverem (...). [e saber] Igualmente se a Collonia Hollandeza poderá prestar o auxilio de alguma cavallaria (vinte athé trinta homens) para reforçar a tropa que houver de se mandar ao sertão, para obrigar o Manicusse a ser obediente ao Governo Portuguez.¹⁹²

Na triangulação sugerida, o "*Governo Portuguez*" buscava construir um alinhamento que fizesse "*Manicusse*" retrair, propondo um apoio de força comum à "*Collonia Hollandeza de Zoutpansberg*", assim referida por associação aos que chegaram ao Cabo da Boa Esperança após a Companhia Holandesa das Índias

¹⁹¹ "...perguntando-se-lhe que novidades sabia relativas a Munhambozes, disse-nos que os que vinhão de Sofala já tinham cassado...". Relatório enviado pelo alferes de Infantaria, Antonio de Souza Teixeira, ao Governador do Distrito de Inhambane, Antonio Corrêa da Silva Leotte, em 23 de setembro de 1856. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. AHU.DGU. Pasta 17. Documento 04. Jacket 12.

¹⁹² Cópia de carta enviada pelo Governador do Distrito de Inhambane, Antonio Corrêa da Silva Leotte, ao padre e vigário de Inhambane, Joaquim de Santa Rita Montanha, em 21 de novembro de 1855. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. AHU.DGU. Pasta 17. Documento 04. Jacket 05.

Orientais instalar, em 1652, um entreposto destinado a abastecer os navios que cruzavam o Índico, seguindo para Java.¹⁹³ Nas décadas seguintes, o assentamento que cresceu no entorno da estação da Companhia assumiu o desenho de uma colônia na qual os funcionários podiam receber cessões de terrenos próximos e escravos eram importados e colocados para trabalhar na criação de uma infraestrutura. Nesse processo, a ocupação expandiu lenta, mas progressivamente e à medida que chegavam novos colonos de origem holandesa, alemã e francesa, que avançavam em direção às terras das populações africanas.¹⁹⁴

Ainda que a Companhia não manifestasse uma intenção formal de ampliar o domínio para além da área mais próxima, o movimento de expansão sobre qualquer território que os colonos pudessem conquistar e manter era tolerado e títulos de propriedade de terras assim ocupadas eram emitidos, mediante o pagamento de uma pequena taxa anual. De acordo com o historiador Norman Etherington, da Universidade de Western Australia, os primeiros europeus que chegaram ao Cabo chamavam "*burguers*" a si mesmos, ou seja, "*homens da cidade*", ao passo que os seus descendentes, que seguiram mais tarde para além das montanhas que cercavam o ponto inicial da presença europeia no Cabo, eram referidos como "*boers*", uma palavra em holandês para "*agricultor*". Os "*boers*" usavam pesadas carroças rebocadas por bois em seus deslocamentos. Ao final de cada dia, os animais eram soltos para pastagem e, na manhã seguinte, novamente atrelados ao comando de "*trek*" ("*puxar*") - um ritual que acabou por servir de base

¹⁹³ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.221.

¹⁹⁴ ETHERINGTON, Norman. *The Great Treks: the transformation of Southern Africa (1815-1854)*. Londres: Longman, 2001, p.47.

para "*trekboer*" e em associação àqueles que, "*pausada mas implacavelmente, seguiam adiante, confrontando todos que encontravam pelo caminho*".¹⁹⁵

Em setembro de 1795, uma força britânica assumiu o controle da colônia do Cabo, não tanto como resultado de conquista imperial, mas em consequência dos conflitos gerados pelo expansionismo francês durante a Revolução (1789-1799).¹⁹⁶ Após um período de transição e na trilha dos acordos diplomáticos assinados ao fim das guerras napoleônicas, os holandeses cederam oficialmente a colônia do Cabo, em 1814, na Convenção de Londres, e quando, em 1820, o chanceler do Tesouro Público sugeriu ao Parlamento britânico que votasse a liberação de uma verba destinada ao transporte de colonos, em resposta ao desemprego e à agitação social, o Departamento Colonial recebeu a concessão e encaminhou cerca de 4.000 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, para a colônia do Cabo.¹⁹⁷ A partir de então, e como um modo de marcarem uma distinção com relação aos colonos que os haviam precedido, os novos imigrantes passaram a chamá-los "*boer*" em um sentido depreciativo e como sinônimo de "*iletrado*" e "*ignorante*".¹⁹⁸

Entre 1836 e 1838, pequenos grupos começaram a deixar a área de domínio britânico em uma nova "*movimentação trekking*", seguindo para regiões próximas ao rio Vaal e a Porto Natal.¹⁹⁹ Ainda de acordo com Norman Etherington, três diferentes eixos regem, em geral, a estrutura narrativa da historiografia tradicional sobre os "*Treks*".

¹⁹⁵ Ibidem, p.47-48. (tradução livre)

¹⁹⁶ Cf. O'ROURKE, Kevin H. The worldwide economic impact of the French Revolutionary and Napoleonic Wars, 1793-1815. *Journal of Global History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, vol. 01, p.123-149.

¹⁹⁷ ETHERINGTON (2001), op. cit, p.100.

¹⁹⁸ GILIOMEE, Hermann. "The beginnings of Afrikaner ethnic consciousness". In: VAIL, Leroy (ed.). *The creation of tribalism in Southern Africa*. Oakland: University of California Press, 1991, p.23.

¹⁹⁹ ETHERINGTON (2001), op. cit., p.243.

Primeiro, o suposto de uma "*marcha da civilização*", no qual os que deixavam a Colônia do Cabo partiam com rebanhos e bíblias e avançavam sobre terras à custa de sacrifícios próprios em batalhas com inimigos selvagens (e que pode assumir também a versão de uma frente de progresso trazida por Jan Van Riebeeck, o primeiro administrador da Companhia Holandesa das Índias Orientais, mas perdida no contato dos rudes sertanistas com o ambiente e convertida na atrofiada mentalidade dos senhores de escravos calvinistas a fugirem do governo britânico, no século XIX). Em segundo, o de "*crescimento e desenvolvimento de nação*" que pressupõe, em termos paternais, a existência de uma primeira geração (os holandeses vindos com a Companhia no século XVII, transfigurados em filhos do "*wilderness*" africano), seguida por outra (britânica), responsável pela maturação da comunidade e por fazer todas as experiências convergirem para a construção da nação. Por fim, o de "*avanço do modo de produção capitalista*", com os "*treks*" sendo interpretados como uma reação de "*rebeldes*" e "*hostis*" à anexação britânica, fugindo à aproximação das forças capitalistas de mercado livre para o resguardo de um modo de vida pré-industrial.²⁰⁰

Reavaliando os pontos inter-relacionados que atravessam e sustentam as diferentes representações sobre os "*treks*", na década de 1830, Etherington observa que, se a suposta disposição "*antibritânica*" (associada a um desejo de "*se libertarem do jugo do novo governo*") estivesse no centro das motivações, o movimento seria integrado "*em largo número e incluindo todas as classes e partes da Colônia do Cabo e não, quase exclusivamente, pelos colonos mais pobres dos*

²⁰⁰ Idem. "Old wine in new bottles: the persistence of narrative structures in the historiography of the *mfecane* and the Great Trek". In: HAMILTON, Carolyn (ed.). *The mfecane aftermath: reconstructive debates in Southern Africa history*. Johannesburg: Witwatersrand University Press; Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1995, p.36-42.

distritos orientais", "com pouca educação formal e nenhuma propriedade".²⁰¹ Os deslocamentos foram incentivados por setores da sociedade colonial (que projetavam que as terras ocupadas pelos "trekkers" pudessem ser anexadas pelos britânicos) e se havia a aspiração quanto à possibilidade de manterem a posse de escravos na segurança do distanciamento e de participarem de uma economia escravista (tendo influído para que muitos dos grupos se dirigissem para a Baía de Maputo, onde os portugueses mantinham ainda o tráfico), é necessário considerar também a expectativa quanto à ampliação de áreas para a caça voltada à obtenção e à negociação de marfim e, sobretudo, à anexação de terras para as famílias mais pobres e também para especulação.²⁰²

Um dos líderes *trekkers* era Andries Hendrik Potgieter (1792-1852), Comandante Militar da [futura] "*Collonia Hollandeza em Zoutpansberg*" (para a qual seria enviado o padre Joaquim de Santa Rita Montanha) e que, desde maio de 1836, movimentava-se pela região, particularmente interessado no comércio de escravos, marfim e couro que poderia manter com Inhambane e Lourenço Marques. Centrando as suas atividades entre Potchefstroom e as Montanhas Magaliesberg, no início da década de 1840, Potgieter passou a trabalhar com o comerciante português João Albasini. Entre 1845 e 1847, transferiu o seu posto avançado para *Andries Ohrigstad* e, finalmente, por volta de 1848, para "*Zoutpansberg*" (ver mapa 6.).²⁰³ O ponto logo passou a dominar "o comércio de

²⁰¹ Idem (2001), op. cit., p.XXIII; 246; 258-259. (tradução livre)

²⁰² Ibidem, p.247-249; 257-258; ETHERINGTON (1995), op. cit., p.45-49.

²⁰³ Idem (2001), op. cit., p.246-247; 250; 262; 266-267; 295-298. Cf. também GILIOMEE, Hermann. *The Afrikaners: biography of a people*. Cape Town: Tafelberg / Charlottesville: University of Virginia Press, 2003, p.170-171; VAN DER MERWE, Petrus Johannes. *Die Matabeles en die Voortrekkers*. Pretória: Staatsdrukker, 1986, p.427-428; "*Zoutpansberg remonta à aproximação do trekker Andries Hendrik Potgieter e seus seguidores que, partindo de Andries Ohrigstad, fundaram a cidade de Schoemandal ao sul da cadeia montanhosa de mesmo nome. A ocupação de Schoemansdal durou menos de vinte anos...*". BOEYENS, Jan C. A. "'Black ivory': the indenture system and slavery in Zoutpansberg, 1848-1869". In: ELDREDGE, Elizabeth; MORTON, Fred (eds.). *Slavery in South Africa:*

marfim (o maior item de exportação do Transvaal antes da descoberta do ouro"²⁰⁴) e veio a se tornar, também, um eixo central na obtenção de *inboekeling* - "*aprendizes*" no estatuto formal, mas, em muitos casos, crianças e mulheres africanas feitas cativas nas incursões *trekkers*.²⁰⁵

captive labour on the Dutch frontier. Pietermaritzburg: University of Natal Press/Oxford: Westview Press, 1994, p.193. (tradução livre)

²⁰⁴ WAGNER, Roger. Zoutpansberg: some notes on the dynamics of a hunting frontier. *Collected Seminar Papers on the Societies of Southern Africa in the 19th and 20th centuries*. Londres: Institute of Commonwealth Studies, 1976, p.32-36. (tradução livre)

²⁰⁵ DELIUS, Peter. *The land belongs to us: the Pedi polity, the Boers, and the British in the nineteenth-century Transvaal*. Johannesburg: Ravan Press, 1983, p.33-37; 136-147; BOEYENS, op. cit., p.187-214.

como foi por eles nomeada), projetando o exercício de uma autoridade central a partir de Pretória, fundada em 1855.²⁰⁷

De acordo com o historiador Hermann Giliomee, professor na Universidade de Stellenbosch, até a década de 1850 os "*trekkers*" viam a si mesmos como "*emigrantes*" ou "*expatriados*",²⁰⁸ testando a habilidade de seguirem sem a proteção direta do governo no Cabo e adquirindo a percepção de suas reivindicações de terras como uma herança de suas próprias batalhas. As clivagens entre os líderes dos diferentes grupos eram profundas, mas o desejo de se dissociarem da esfera de ação britânica percorria os diferentes assentamentos,²⁰⁹ de modo que, à chegada do padre Joaquim de Santa Rita Montanha a Zoutpansberg, em maio de 1855, João Albasini apresentava-os como "*antigos súditos ingleses*".²¹⁰

²⁰⁷ GILIOME (2003), op. cit., p.173-175; NORONHA, Eduardo de. *O Transvaal e o Estado Livre de Orange*. Lisboa: Companhia Nacional, 1899, p.33-34; SAUNDERS, Christopher; SOUTHEY, Nicholas; SUTTIE, Mary-Lynn. *Historical Dictionary of South Africa*. Lanham: The Scarecrow Press, 2000, p.210. Em seu estudo sobre a movimentação *trekking*, o historiador Norman Etherington desenvolveu uma leitura crítica sobre o uso do termo "*Transvaal*", usado para designar uma das regiões ocupadas na expansão: "*A pequena palavra 'trans', que significa além, surge em todos os lugares: Transorangia, como além do rio Orange, partindo-se da colônia do Cabo; Transkei, como além do rio Kei (e do assentamento branco); Transvaal, como o lado oposto do rio Vaal e do ponto onde a maioria das pessoas brancas costumava viver. (...) Enquanto usamos as palavras antigas, estamos recitando inconscientemente a Cidade do Cabo, como se toda a vida tivesse começado lá. (...) Na tentativa de lutar contra os velhos modos de pensar, essa história não usará as palavras Transkei ou Transvaal...*". Acompanhando a sugestão do autor, a escrita da tese acompanha a forma oficial como a região foi nomeada ao longo de cada década. ETHERINGTON (2001), op. cit., p.04-05. (tradução livre)

²⁰⁸ GILIOME (1991), op. cit., p.22.

²⁰⁹ ETHERINGTON (2001), op. cit., p.290.

²¹⁰ Cópia de carta enviada por João Albasini, em Zoutpansberg, ao Governador do Distrito de Inhambane, Antonio Corrêa da Silva Leotte, em 29 de março de 1856. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. AHU.DGU. Pasta 17. Documento 04. Jacket 06. De acordo com Ilídio Rocha, João Albasini (1812-1888) era um comerciante português, "*filho do capitão de navios António Albasini 'natural e baptizado na freguesia de São Pedro do Lugar de Mizouco, bispado de Coura, na Itália', (...) e de uma senhora originária de família espanhola, mas nascida em Lisboa, de nome Maria da Purificação. (...) Em 1831, João Albasini chega a Lourenço Marques com o pai. (...) António Albasini iria em serviço da Companhia Comercial de Lourenço Marques e Inhambane, como inspector, e seu filho João como empregado da feitoria [da Companhia]. E é aí que começa a sua actividade de caçador e negociante de marfim...*". Na década de 1850, João Albasini se transferiu para Zoutpansberg, onde instalou um consulado de Portugal. "João Albasini". In: ROCHA, Ilídio. *Das terras do Império vátua às praças da República Bôer*. Lisboa: D. Quixote, 1987, p.195-208. Cf. também MARTINS, Ferreira. *João Albasini e a colônia de S. Luís: subsídio para a história da Província de Moçambique e das suas relações com o Transval*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1957, p.14-15; 25-27; 49. "*Nesse ofício do governador-geral [de Moçambique, João Tavares de Almeida] lançou*

É possível que tal disposição reforçasse o sentido de aproximação que Andries Potgieter havia iniciado com as autoridades portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane, também estas interessadas no estabelecimento de vínculos que pudessem representar um fortalecimento regional em relação às pretensões inglesas na Baía de Maputo e ao domínio de Manicusse e os seus guerreiros sobre as terras. De acordo com o padre Joaquim de Santa Rita Montanha, a comissão chegou em Zoutpansberg no dia 06 de julho de 1855,

e tendo achado o Commandante General A. Potquiter [Andries Potgieter] morto por um tiro do inimigo numa guerra de cafres, achei outro commandante General por nome Itophan Shoeman [Stephanus Schoeman], que dizem ser dos mesmos sentimentos, porém á nossa chegada se achava fora reunindo gente para bater o inimigo cafre e vingar a morte do seu antecessor, e outros; e quando recolheu a esta collonia, no fim de oito dias reunio sua gente em audiencia geral, para ouvir a minha commissão, e elle fez as suas perguntas, e perpozições, a que tudo respondi conforme o meu alcance...²¹¹

O contato era intermediado pelo português João Albasini (aliado comercial de Potgieter) que, estando "*bem ao facto dos negócios mercantis (e políticos) destes povos; por isso que a nove annos habito entre estes, e sempre com negocio*", confirmava a intenção "*destes povos, [de] fazerem um contracto de aliança e commercial com o Governo Portuguez*", garantindo as boas disposições do novo comandante em relação à comissão e, sobre o combate a Manicusse em particular, o envio de "*u'm seu secretario [a quem] fizemos sciente*"

que nós holandezes e portuguezes estamos unidos, e que nós queremos os caminhos francos, tanto para nós, como para os

marquês de Sá da Bandeira [ministro da Guerra], em 11 de fevereiro de 1859, o seguinte despacho: 'Aprovo. Comunicar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros'. [E] Assim foi João Albasini definitivamente nomeado vice-cônsul de Portugal na República do Transval, em 8 de Maio de 1861 (Decreto e carta-patente publicados no Boletim Oficial de Moçambique, nº 46, de novembro do mesmo ano".

²¹¹ Cópia de carta assinada pelo padre e vigário de Inhambane, Joaquim de Santa Rita Montanha, e pelo alferes de Infantaria, Antonio de Souza Teixeira, ambos em Zoutpansberg, e enviada ao Governador do Distrito de Inhambane, Antonio Corrêa da Silva Leotte, em 07 de março de 1856. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. AHU.DGU. Pasta 17. Documento 04. Jacket 07.

portuguezes; que sabemos muito bem de todos os roubos que a sua gente faz, que nós fazemos aliança, ou pazes com elle, mas com a condição que a sua gente deixe os caminhos francos para todos os brancos, e que a sua gente deixe de roubar e fazer hostilidades...

Segundo Albasini,

Este contracto de pazes, será athe que o tempo, e as circunstancias nos ensinem o que devemos tractar; segundo o que os dois governos combinarem. A mim me parece que será bom que Vossa Senhoria [o padre e vigário de Inhambane, Joaquim de Santa Rita Montanha, presidente da comissão] desse lado lhe diga o mesmo, para que elle accabe de accreditar que nós estamos unidos, e desta maneira, e segundo as circunstancias se forme u'm plano bem fundado.²¹²

A comissão permaneceu em Zoutpansberg, no entanto, muito mais tempo do que o previsto de início. A intenção era que um grupo acompanhasse a comissão em retorno rápido para Inhambane de modo a dar prosseguimento às negociações, mas, de acordo com Antonio de Souza Teixeira, alferes de Infantaria que compunha a comissão presidida pelo padre Rita Montanha, "*tendo-nos apresentado na caza da Audiencia*" no dia 30 de julho

disse o General que o Povo deliberára não hir agora a Inhambane [a] força Holandeza, porque estando o frio a acabar, receiavão moléstias no caminho, e ser o gado atacado por u'ma mosca venenosa que há no certão; que escolhêssemos se queríamos hir para Lourenço Marques (...) ou então esperar até maio de 1856, época em que nos havião [de] acompanhar a Inhambane.²¹³

Ainda no relatório sobre a viagem que o alferes apresentou ao Governador do Distrito de Inhambane, Antonio Corrêa da Silva Leotte, o padre respondeu que tendo sido enviado "*em consequência do pedido do Comandante General PotRicter* [Andries Potgieter] *para vir tractar com o Governo da Colonia*" e feito "*u'm grande sacrificio e corrido grandes riscos para ahi chegar, não lhe convinha o ir a Lourenço*

²¹² Cópia de carta enviada por João Albasini, em Zoutpansberg, ao Governador do Distrito de Inhambane, Antonio Corrêa da Silva Leotte, em 29 de março de 1856. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. AHU.DGU. Pasta 17. Documento 04. Jacket 06.

²¹³ Relatório enviado pelo alferes de Infantaria, Antonio de Souza Teixeira, ao Governador do Distrito de Inhambane, Antonio Corrêa da Silva Leotte, em 23 de setembro de 1856. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. AHU.DGU. Pasta 17. Documento 04. Jacket 16.

Marques", não só por aí não haver navios para Inhambane e "*o caminho por terra ser pela própria habitação do Manicussa, o que era novo risco*", como por não poder abandonar a tropa que os acompanhava. Que esperar um ano exigiria muitos esforços, "*visto a falta de meios que tínhamos para ali viver*" e, lembrando "*que nós tínhamos vindo a pedido do falecido Comandante General e sob fiança d'elles nos acompanharem para Inhambane*", que "*dessem as Providencias que julgassem acertadas*".

O comandante general reuniu o Conselho nos dias seguintes e, ao final, deliberou pela permanência da comissão, observando que "*ficássemos descançados porque elle comprometia a sua palavra [que] nos havia de acompanhar sem falta no dia 1º. de Junho de 1856, [e que] havia-mos [de] sahir para Inhambane com 400 ou 500 homens a cavallo indo elle Comandante e pessoas*". Com a decisão, ainda segundo o alferes, "*não tivemos remédio senão contentarmos-nos com a sorte, [e] esperar porque era muito imprudente o tentar-mos fazer a viagem sós*". Assim, os meses se passaram.

Completando-se o prazo de um ano, a viagem para Inhambane voltou a ser tema das reuniões na "*caza da audiencia*" de Zoutpansberg, mas "*a cada dia apparecião novos motivos de opposição*", entre eles o de que "*Manicussa tinha postado gente de guerra nos caminhos, esperando por elles*". Em meio a essas apreensões, "*u'ma embaixada de Manecussa por quem se esperava para decidir a hida a Inhambane*" chegou no dia 16, trazendo a mensagem de que

o Manecussa estava por tudo quanto os holandezes quizessem menos o terem communicações com Inhambane; que o Manecussa sabia que a gente de Inhambane tinha vindo solicitar guerra contra elle, que sempre tem sido sua inimiga, [e] que em diferentes épocas lhe tinham morto muita gente, principalmente quando em 1836 elle quis hir para o norte.

O comandante general argumentou que a comissão vinda de

Inhambane não tinham vindo pedir guerra, mas sim a tractar com elle, [e] que assim como o Manicussa precisa ter rellações com Inhambane para haver o necessário para se vestir com suas famílias, tambem elles precisam d'Inhambane para obterem o que lhes falta e que querião hir a Inhambane e havião de hir - ao que o encarregado da embaixada do Manecussa disse que podião hir até cinco pessoas [a] acompanhar a gente de Inhambane porque se fossem mais, podia encontrar com gente de Manicussa e persuadirem-se que era guerra, o que traria talvez dezentelencias.²¹⁴

Stephanus Schoeman seguiu contestando, insistindo que "*havia de hir com a gente que quizesse*", mas, ao final, se formou a modesta comissão de três membros que, com mais "*trinta pessoas a cavallo e tres carretas*", partiram com o padre Rita Montanha e o alferes Antonio de Souza Teixeira em 23 de junho de 1856. Nesse dia, a viagem transcorreu sem novidades, mas já no seguinte o "*Secretario da embaixada do Manecussa*" voltou a aparecer, dizendo-lhes "*que não era conveniente o hir toda aquella força a Inhambane, [e] que se querião hir fossem só cinco, [pois] assim ducidirão*". A partir de então, a comitiva "*holandesa*" foi, progressivamente, desfazendo-se até restarem apenas dois, com os demais retornando para Zoutpansberg.

Mesmo a viagem de ida da comissão portuguesa, de Inhambane para Zoutpansberg, havia sido acompanhada de perto pela "*gente d'este potentado*", em especial os "*manhambozes*": na manhã do dia 31 de maio, retomando a marcha após o descanso no acampamento montado na tarde anterior, o grupo alcançou as "*terras do Regulo Ingoanna [Inguana] súbdito do Manicusse*", onde encontrou "*gente d'este potentado, conhecida pelo nome de Manhomboses, os quaes nos perguntarão se éramos os que hião aos Holandezes*". De acordo com o alferes,

fazendo-nos dezentendidos, respondemos-lhes que hiamos a commerciar no certam [sertão], e que não sabíamos de que holandezes elles nos falavão - (...) perguntarão [depois] que era o que levávamos nos caixotes, disse-se-lhes que missangas, e elles

²¹⁴ Ibidem.

persuadidos que com effeito éramos commerciantes nos deixarão em paz: sabe Deus quantos receios tivemos de já ali termos algum embaraço d'aquella gente...

A despeito do fazer-se "*dezentendido*" e do retirar-se "*em paz*", o grupo seguiu desviando-se dos pontos de onde recebiam notícias sobre a presença dos guerreiros - "*...tendo-nos avizado o dono da povoação que em outro caminho ali perto havia Munhambozes, pedimos-lhe uma guia que nos levasse por onde os não encontrássemos...*". Em 13 de junho, entretanto, deparando-se com uma fonte de água em região de "*mato coberto, onde descansamos para comer*",

ainda bem não éramos sentados, [quando] nos appareceu cinco munhambozes, armados de rodellas [escudos], zagaias - e com grande arrogância, jurando pelo seo Rei Manecussa exigião lhe disséssemos o motivo porque tinha-mos fugido d'elles, deixando d'entrar na povoação onde estavam, que não erão animaes ferozes que comessem gente, que sabião muito bem nós eramos commerciantes, mas que se admiravão muito de virmos correndo; depois de fallarem muito e de se não ter feito cazo d'elles, respondemos-lhes que não fugimos, e que se não entramos na povoação foi por não ser esta a nossa rota - e que se vínhamos de pressa era para chegar ao lugar onde estávamos porque havendo ali agoa queríamos cozinhar, o que elles bem vião nós estarmos fazendo; que nada tínhamos com elles, nem d'elles tínhamos medo - pedirão-nos beber, e nos pedimos-lhes de comer, ao que responderão que não tinham ali nada que nos dessem, o que de certo farião se tivéssemos entrado na povoação...²¹⁵

Confrontado quanto aos objetivos da viagem, o grupo chegou ao seu destino, um ano se passou, mas, principiando-se os preparativos de retorno, o receio de "*gente de guerra nos caminhos, esperando por elles*" emergiu novamente. O aparecimento da "*embaixada de Manecussa por quem se esperava, para decidir a hida a Inhambane*", afirmando "*que o Manecussa sabia que a gente de Inhambane tinha vindo solicitar guerra contra elle*" e, na sequência, do "*Secretario da embaixada do Manecussa*", dizendo-lhes "*que não era conveniente o hir toda aquella força a Inhambane*", sugere que, apesar de aparentemente terem aceitado o

²¹⁵ Ibidem.

argumento de que a comissão ia em direção a Zoutpansberg com o único propósito de comerciar, a habilidade de percepção e de tradução dos comportamentos pelos guerreiros dispostos nos caminhos desvelava os demais propósitos do grupo, informando Manicusse sobre as redes de poder que se construíam na região.

Assim, também a volta foi acompanhada por eles, como é possível entrever nas anotações do mesmo alferes sobre a madrugada do dia 26 de julho:

...antes de amanhecer senti bulha de rodellas [escudos] ao matto, montei a cavallo e dirigi-me para o citio donde ella partia e vi dois pelotões de vatuas formados em batalha - perguntei-lhes o que querião, se nos vinhão atacar que nós estávamos promptos para os receber; d'entre elles sahirão dois secretários do Manicussa que eu conheço, u'm d'Inhambane e outro de quando lá estive, e disserão-me que não nos vinhão hostilizar, mas vinhão digo mas sim q' vinhão nos ver, mandei-os aproximar vierão os dois secretários - e tendo-me perguntado porque não hiamos a povoação do Regulo Maziva, respondi-lhe que não queria torcer caminho - estiverão connosco até ao nascer do Sol em que começamos a marcha, ao meio dia descansados e tornando a marchar a u'ma e meia hora da tarde antes de nascer o sol acampamos no mato...²¹⁶

No trecho, duas questões centrais se destacam e ressaltam a agência dos guerreiros: o modo ritualizado do se aproximar e do se posicionar, mantendo distância (com suas "rodellas" [escudos] e zagaia) e deixando-se observar a despeito da expectativa de conflito, e a contraposição desse revelar-se às referências recorrentes na documentação sobre a dificuldade em encontrá-los.²¹⁷ A

²¹⁶ Ibidem.

²¹⁷ "...no dia 10 do corrente mez [seguir] para as terras de Chamane, aonde estavam os Manhobozem, [mas] quando la marchei não tive encontro com elles..."; "...tenho feito toda deligencia para ver se encontro com elles...". Cartas enviadas pelo alferes do Destacamento em Guitabane, Caetano dos Santos Pinto, ao Governador de Inhambane, Antonio Paulo de Souza, em 13 e 18 de janeiro de 1847. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca1. Caixa 30. "...partecipo a Vossa Senhoria que no dia 24 do corrente, ao toque da alvorada marchei para sima atthe ás terras de Marroquá, com a força do meu comando, (...) [e] tendo sido acompanhado pela gente do régolo Condúla e Mapamane e dos cabos de Marronbone e Quilongo, [cheguei] naquelle sittio pelas 10horas da manhã sem ter encontrado [o] inimigo...". Carta enviada pelo tenente e comandante do Destacamento em Marrombene, Francisco de Salles Montanha, ao Governador Interino de Inhambane, Francisco Xavier Ferreira, em 26 de outubro de 1849. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca4. Caixa 52. "...fiz eu sahir u'm cabo, e soldados atraz daquelles inimigos [mas] não foi possível encontrar". Carta enviada pelo primeiro sargento e comandante do Destacamento em Marrombene,

primeira, remete à "*linha extensiva movendo-se pelas sinuosidades do caminho*" que Owen e a sua esquadra observaram em outubro de 1822²¹⁸ (conciliando a afirmação de força em ataque franco da noite anterior à movimentação silente na manhã seguinte), ao passo que a segunda permite recuperar um significado conjugado à definição de "*Mboza*" ou "*Mbhoza*", além de seu sentido regimental: o de "*ukuti mbo*", a ação de encobrir-se ou cobrir algo, também indicado em *A Zulu-English dictionary...*, de Alfred Bryant.²¹⁹

Atuando e transitando por entre redes e universos culturais de poder, os "*manhambozes*" alternavam-se entre o deixar-se conhecer e o ocultar-se, manejando uma presença latente que, tal como no processo de revelação fotográfica, emergia na transformação da relação entre os componentes. Fazendo, além disso, convergir toda ação para Manicusse, pareciam caminhar apagando os próprios passos, surgindo nos interstícios da documentação, mas deixando reverberar o seu poder.

Diogo de Souza Teixeira, ao Governador de Inhambane, Francisco Xavier Ferreira, em 25 de fevereiro de 1850. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca4. Caixa 52.

²¹⁸ OWEN, op. cit., p.100.

²¹⁹ BRYANT (1905), op. cit., p.381. Cf. também SITO, op. cit., p.163.

"...Reinar, observando as nuvens..."

"A grande novidade agora era o próximo casamento do Maueva com uma filha do rei Mswazi. (...) Já estava no Mswazi uma embaixada do Maueva de mais de três mil vátuas para levar a princesa [e] de Mswazi devia sair também outra grande embaixada, para acompanhar a futura rainha a casa do seu real esposo".²²⁰ Assim, retido em uma das vertentes do rio Incomati, em 27 de junho de 1861, o português Diocleciano Fernandes das Neves, comerciante e caçador de marfim, aguardava a passagem da embaixada, no tempo em suspenso para caçadas e comércios e no caminho interdito ao seu grupo, mas aberto ao trânsito de vínculos e afinidades que centravam a mulher na produção dos poderes relacionados.

O trecho compõe a narrativa da viagem que Diocleciano fez de "*Lourenço Marques à República do Transvaal*", entre 03 de setembro de 1860 e 09 de Julho de 1861. De acordo com o apêndice biográfico da edição, escrito pelo documentalista português Ilídio José da Rocha, Diocleciano nasceu nos arredores de Figueira da Foz, em Portugal, e após a morte do pai decidiu emigrar para Lourenço Marques, "*onde desembarcou em 5 de Outubro de 1855 (...) para exercer o cargo de director da Alfândega. (...) O exercício do lugar trouxe-lhe desgostos*" e, em 1859, abandonou "*o funcionalismo público*" para "*tornar-se negociante de marfim*".²²¹

Ainda segundo Ilídio Rocha, "[Diocleciano] *começa por mandar caçadores na pista dos elefantes, adiantando-lhes pólvora, balas e fazendas, e em Fevereiro de 1860 parte à frente de uma caravana a caçar e a resgatar marfim*", indo "*até às*

²²⁰ NEVES, Diocleciano Fernandes das. "Itinerário de uma viagem à caça dos elefantes". In: ROCHA, Ilídio. *Das terras do Império vátua às praças da República Bôer*. Lisboa: D. Quixote, 1987, p.151.

²²¹ ROCHA, Ilídio José da. "Posfácio. Dois portugueses na história da África Oriental: Diocleciano Fernandes das Neves; João Albasini". In: ROCHA, Ilídio. *Das terras do Império vátua às praças da República Bôer*. Lisboa: D. Quixote, 1987, p.170-172.

terras de Gaza onde se demora até Março". Esta viagem, entretanto, "deu a Diocleciano prejuízos e a certeza de que o negócio para [o] norte estava comprometido",²²² pelas "correrias e extorsões que os cafres do rei Maueva, sucessor do célebre Manicusse, faziam em todos os pontos onde os habitantes de Lourenço Marques exerciam o seu tráfico [de marfim]".²²³

Como rota alternativa, Diocleciano organizou "*o projecto da grande expedição a Zoutpansberg, no Transvaal, onde alguns portugueses já se haviam instalado com êxito*"²²⁴ e partiu acompanhado por "*120 carregadores com gêneros para os holandeses; 30 com fazendas para compra de mantimentos e outras despesas; 3 chefes dos carregadores; 17 caçadores; 68 carregadores dos materiais dos caçadores; 5 da minha bagagem; 4 criados; o meu lugar-tenente, um sublugartenente e 4 carregadores deles*",²²⁵ levando vinte quatro dias até chegar à "*praça do Sr. [João] Albasini*".²²⁶ Nesse ponto, localizado "*a sete léguas e meia [da povoação] de Zoutpansberg*",

os caçadores descansaram dois dias e marcharam no terceiro para a caça dos elefantes. Foram acompanhados por três pretos do Sr. Albasini, que os conduziram às terras do Chiquaraquara no Chinguine. Dei-lhe à despedida oito garrafas de aguardente, prometendo reunir-me a eles (...). Na mesma ocasião despedi para Lourenço Marques os carregadores de fazendas, mandando com eles o Montanhana, que havia de tomar no caminho o marfim que comprara aos régulos Cheluana e Magude. (...) [e] três dias depois da partida dos caçadores, expedi o Tinguene para as terras de Unháe, ao qual entreguei uma porção de fazendas e missangas para comprar marfim.²²⁷

O autor permaneceu "*na praça vinte e cinco dias, a fim de realizar a venda de tecidos próprios do consumo dos holandeses*" e, no dia 02 de novembro de 1860,

²²² Ibidem.

²²³ NEVES (1987), op. cit., p.15.

²²⁴ ROCHA, op. cit., p.178.

²²⁵ NEVES (1987), op. cit., p.26.

²²⁶ Ibidem, p.75.

²²⁷ Ibidem, p.77.

segiu *"para as terras do Chicualacuala", "um dos régulos mais ricos das terras do Chinguine, em virtude do grande território que possuía, e haver nele muitos elefantes [e que] pagava tributo aos holandeses e ao Maueva".* Vendendo *"o resto das fazendas ao Chicualacuala a troco de marfim"* e *"como restavam poucas munições aos caçadores"*, Diocleciano expediu uma ordem, no dia 03 de dezembro desse mesmo ano, para que todos se reunissem e, juntos, se retirassem. Enquanto esperava por alguns caçadores que estavam mais ao longe, contabilizou em *"cinquenta e cinco o número de elefantes"* caçados, tendo o marfim sido remetido *"para a praça do Sr. Albasini"*:

estava desembaraçado para regressar a Lourenço Marques. Era porém perigosíssimo meter-me em marcha, levando comigo todo o marfim. Os bandos do Maueva não cessavam um momento de transitar pelas terras da Moamba, por onde necessariamente tinha de passar. Aumentava ainda a dificuldade da viagem a circunstância do Modai, régulo daquelas terras, haver-se declarado inimigo do governo de Lourenço Marques. Em virtude de tantas contrariedades, resolvi demorar-me na República, até à chegada dos negociantes ingleses, que costumavam ir a Zoutpansberg em Maio, Junho e Julho, expressamente para comprar marfim, aos quais esperava vender o meu.²²⁸

Diocleciano expediu, então, *"os caçadores e carregadores"* para Lourenço Marques *"no dia 3 de Janeiro de 1861"* e *"como precisava estar em Zoutpansberg antes da chegada dos primeiros negociantes ingleses, fui em 5 de Fevereiro a esta vila"*, onde se manteve até 09 de junho, quando iniciou, ele próprio, a viagem de retorno.²²⁹ As trilhas da volta cruzavam, forçosamente, o caminho que *"ia do Mswazi para o Maueva"*, já *"marcado pelo rasto de muita gente"*, como pôde observar na manhã do dia 04 de julho, e por onde passaria ainda a filha de *"Mswazi"* [Mswati II (c.1826-1865)], *"acompanhada por gente da corte do pai"*.²³⁰

²²⁸ Ibidem, p.89.

²²⁹ Ibidem, p.77-89; 121.

²³⁰ Ibidem, p.155; 163.

3.1. A história recontada dos "*bakamswati*": compondo linhagens "*ao norte da Baía de Delagoa*"

De acordo com Philip Bonner, professor da Universidade de Witwatersrand - e seguindo as fontes orais que recolheu no território da atual Suazilândia, ao longo da década de 1980 e em trabalho conjunto com Carolyn Anne Hamilton, da Universidade de Cape Town - aqueles que se identificavam como "*bakamswati*, 'o povo de Mswati [II]'"²³¹ remetiam a sua história à região ao "*norte da Baía de Maputo, em algum momento do século XVII*" e, em especial, a um de seus primeiros e mais antigos chefes, chamado também Mswati [Mswati I (c.1670)],²³² associando-o à linhagem *Dlamini*:

um áspero acerto de contas entre gerações (...) sugere que Mswati [I] detinha o poder no final de 1600. (...) Mswati seguiu para a antiga morada da linhagem *Ngwane* (...) [e] contornando os Montes Libombos, continuou até alcançar Mavaneni, na área de Ngogweni, em Mangwanazi (próximo à Baía de Kosi) [ver mapa 7.]. Nesse ponto, Ludvonga sucedeu Mswati. Ludvonga então gerou Hlubi, Dambuza (mais tarde nomeado Dlamini) e Mamba...²³³

Ao recompor a linha de transmissão de poder a partir de Mswati [I], um dos informantes ouvidos pelo *Swaziland Oral History Project*²³⁴ destacou que, ligados a

²³¹ ZWINOIRA, Robert T. "Some toponyms and ethnonyms of Swaziland". In: *African ethnonyms and toponyms: reports and papers of the meeting of experts organized by Unesco in Paris, 3-7 July 1978*. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organizations (UNESCO), p.24. "Os primeiros europeus, que se moviam para a região partindo de Natal e do Transvaal, corromperam essa expressão para 'swazi', estabelecendo a raiz linguística para o termo anglicizado Suazilândia". (tradução livre)

²³² BONNER, Philip Lewis. "Swazi oral tradition and Northern Nguni historical archaeology". In: SWANEPOEL, Natalie; ESTERHUYSEN, Amanda; BONNER, Philip Lewis (eds.). *Five hundred years rediscovered Southern African precedents and prospects*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 2008, p.244. (tradução livre)

²³³ Ibidem, p.244-245. (tradução livre)

²³⁴ "O projeto se desenvolveu a partir do Arquivo Nacional, em Lobamba. Foi dirigido por Philip L. Bonner, especialista na história da Suazilândia no século XIX e recebeu o apoio da Ford Foundation; De Beers and Anglo-American Chairman's Fund Educational Trust; University of the Witwatersrand; Senate Research Committee; and the Royal Netherlands Government". SWAZILAND Oral History Project; HAMILTON, Carolyn (ed.). *In pursuit of Swaziland's precolonial past: Kulandza Umlandvo*. Manzini: Macmillan Boleswa Publishers, 1990, p.01. (tradução livre)

Ludvonga (c.1685-1715), "*ambos, Hlubi e Dlamini, detinham o sibongo Nkhosi*",²³⁵ indicando que diferentes direitos consuetudinários legitimavam este e aquele à sucessão²³⁶ e inserindo os componentes de conflito que precipitaram "*uma série de disputas até Hlubi e Mamba decidirem partir para as terras no entorno dos Montes Libombos, atravessando o desfiladeiro Ngwavuma*".²³⁷ Confrontados, entretanto, com a ascensão da linhagem *Tembe*²³⁸ alcançando o ponto que pretendiam ocupar, os grupos foram impulsionados a novos deslocamentos e enquanto Mamba avançava mais para o oeste,²³⁹ Hlubi se deslocava para o vale do rio Mkhuze,²⁴⁰ onde a linhagem *Ndwandwe* (à qual Manicusse se filiava na origem) buscava se firmar como um centro de poder dominante.²⁴¹

Com o choque, Hlubi se retirou para o Monte Magudu, "*um local aparentemente não ocupado por Ndwandwe*", onde pôde se assentar por um tempo e enviar reforços a Dlamini, que continuava na região da Baía de Kosi e se encontrava sob o ataque de outro de seus irmãos, Loziyingile.²⁴² Instalado, ao final,

²³⁵ "*Sibonga (pl. tibonga.) - o nome de enaltecimento do clã*"; "*iNkosi - chefe*". KUPER, Hilda. *The Swazi: a South African kingdom*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1986, p.177-178. (tradução livre) Os mesmos sentidos aparecem em "*isi-Bongo*" e "*i-nKosi*" de BRYANT (1905), op. cit., p.319 e 46, respectivamente; assim como em "*Xib'ongo. apelido; clã*" e "*Hósi. 1. rei, monarca. 2. governante*", de SITOE, op. cit., p.375 e 90; e em "*shibongo: ascendência*" e "*hose: rei, chefe*", de VALLE, Ernesto Torre do. *Diccionarios shironga-portuguez e portuguez-shironga*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1906, p.143 e 76. Cf. também. LIENGME, op. cit., p.125.

²³⁶ Para as diferentes versões orais dos direitos de sucessão de Ludvonga, cf. SWAZILAND, op. cit., p.44-51.

²³⁷ BONNER (2008), op. cit., p.245. (tradução livre)

²³⁸ Cf. capítulo 1.

²³⁹ BONNER (2008), op. cit., p.246.

²⁴⁰ "*Quando Hlubi e o seu povo foram viver nos Montes Libombos, seus vizinhos eram os poderosos Tembe, que viviam no entorno da Baía de Delagoa (atual Maputo). (...) Eles estavam com medo de que os poderosos chefes Tembe pudessem atacá-los. [assim] Eles deixaram os Montes Libombos e foram para o sul, para Mkhuze. Em Mkhuze, eles encontraram o povo Ndwandwe*". SWAZILAND, op. cit., p.54. (tradução livre)

²⁴¹ Cf. capítulo 1. A aproximação de Hlubi e o conflito com as forças de *Ndwandwe* constavam ainda na década de 1980 como registro na oralidade das populações da região: "*em um ataque poderoso na confluência dos rios Mkhuze e Nkunzana, guerreiros Ndwandwe se abateram sobre os recém-chegados, liderados por Hlubi. Quando os dois grupos entraram em confronto, as águas dos rios se tornaram escuras, por causa do sangue dos mortos e feridos. A batalha está registrada em uma famosa linha de um poema de enaltecimento Hlubi: 'o sangue dos homens que fizeram Mkhuze se tornar turvo'*". SWAZILAND, op. cit., p.34. (tradução livre)

²⁴² BONNER (2008), op. cit., p.246; SWAZILAND, op. cit., p.45-46. (tradução livre)

nas proximidades dos Montes Libombos com o auxílio de Hlubi, Dlamini se casou com uma filha do chefe da linhagem *Ndwandwe*, interligando os poderes e gerando Ngwane, cujo nome é usado para designar "*o núcleo do que mais tarde se tornaria o swazi*".²⁴³

Herdeiro de Dlamini, Ngwane logo se viu ameaçado pela expansão do poder Tembe e em meio a uma luta prolongada que acabou por forçá-lo "*para além do rio Phongolo, (...) na região da moderna Shiselweni*" (ver mapa 7.) e, conforme se fixava na região, "*é provável que tenha procurado se livrar também do controle Ndwandwe, produzindo tensões que levariam, progressivamente, ao confronto e à guerra*".²⁴⁴ O local surge nos registros orais como associado ao período no qual "*Ngwane se tornou incrivelmente poderoso*"²⁴⁵ e Philip Bonner analisa como a sua ascensão "*espelha outros desenvolvimentos na região*", retomando a análise do professor David Hedges sobre a formação dos centros de poder *Mthethwa*, *Ndwandwe* e *Mabudu*,²⁴⁶ mas observando um grau menor de militarização e centralização em comparação aos demais processos.²⁴⁷

²⁴³ BONNER (1983), op. cit., p.09. (tradução livre)

²⁴⁴ Ibidem, p.11-12. (tradução livre)

²⁴⁵ SWAZILAND, op. cit., p.57. (tradução livre)

²⁴⁶ Cf. capítulo 1.

²⁴⁷ BONNER (1983), op. cit., p.25. Cf. também SWAZILAND, op. cit., p.60. (tradução livre)

Fonte: *INTERMEDIATE Phase Atlas*. Cape Town: Via Afrika Publishers, 2012, p.47.

Ngwane faleceu por volta de 1790 e o seu sucessor, Ndvungunye, permaneceu pouco tempo no poder, vinculado aos efeitos da grande seca

conhecida como *mahlatule*²⁴⁸ e à composição de *amabutho* para novas conquistas.²⁴⁹ Entre 1810 e 1815, o seu filho Sobhuza (c.1780-1839) assumiu em seu lugar, sendo logo obliterado pelos ataques que provinham de *Ndwandwe* e que o pressionaram a se deslocar, continuamente, para as terras mais ao norte.²⁵⁰ Nos anos seguintes, entretanto, a grande guerra com *Mthethwa* enfraqueceu *Ndwandwe* e franqueou o caminho para as alianças com chefes de linhagens como Manicusse, que abandonavam a região entre os rios Phongolo e Mfolozi.²⁵¹

Restabelecendo ainda a autoridade em Shiselweni, Sobhuza manteve o sentido de colonização das terras ao norte. A região se sobressaía como "*uma fortaleza natural*" e, nesse sentido, fornecia uma segurança à recente ascensão do centro de poder zulu no sul, embora o contato tenha se configurado pouco conflituoso, não só pela brevidade dos doze anos de liderança de Shaka (voltado para a retomada do comércio com a Baía de Maputo, a criação de vínculos com a Colônia do Cabo e a submissão das forças de *Ndwandwe*) como também pela diplomacia adotada por Sobhuza que lhe cedeu em casamento duas de suas filhas, ao mesmo tempo em que se tornava seu tributário.²⁵²

²⁴⁸ Cf. capítulo 1.

²⁴⁹ SWAZILAND, op. cit., p.63-64. Cf. também BONNER (1983), op. cit., p.24.

²⁵⁰ Segundo os registros orais, os ataques das forças *Ndwandwe* "*quase destruíram a organização política de Sobhuza na área de Shiselweni*", forçando-o a seguir para o norte e "*deixando a maioria de seus seguidores para trás*": "*a sua capital foi toda queimada e a área passou a ser chamada de 'Shiselweni' (de kushisa - queimar). Ainda hoje, alguns dos Hlope mais velhos que vivem na área se lembram de quando encontraram os umuti [as residências] em cinzas e que eles, como jovens, as usaram para lavrar os campos. Por essa razão, Shiselweni é mencionada, às vezes, como 'Mlotseni' (o lugar das cinzas)*". SWAZILAND, op. cit., p.66. (tradução livre)

²⁵¹ BONNER (1983), op. cit., p.27-29. "*Por volta de 1819, [após a derrota por Shaka], grupos de refugiados Ndwandwe fugiram de suas casas para escapar da armada Zulu. Alguns desses grupos, assim como muitas outras pessoas assustadas, encontraram refúgio em território Ngwane, implorando por terra e proteção a Sobhuza. Ele os aceitou com satisfação, considerando a possibilidade de aumentar a própria força de combate. (...) Muitos membros importantes da família real Ndwandwe vieram para a Suazilândia. Até mesmo Shemane, herdeiro do trono Ndwandwe, veio atrás da proteção de Sobhuza*". SWAZILAND, op. cit., p.80. (tradução livre)

²⁵² BONNER (1983), op. cit., p.30-37. (tradução livre)

Essas aproximações distenderam as ofensivas sobre as terras de Sobhuza e quando, em 1828, Shaka foi assassinado, houve outra breve suspensão de ataques, na qual Dingana, sucessor e inseguro na nova posição, "*procurou obter favores com os guerreiros, dispersando parcialmente os regimentos e lhes permitindo casar*". Segundo Philip Bonner, no entanto, "*o principal vínculo de Shaka em suas terras situava-se no sistema regimental que, uma vez enfraquecido, induzia à emergência de antigas fragmentações*". A disciplina dos regimentos e as campanhas foram assim retomadas e, nesse novo contexto, dois ataques foram conduzidos às terras de Sobhuza, um em 1836 e outro em 1839, ambos já nos seus últimos anos de vida e no momento em que começava a considerar a aproximação de grupos de *trekkers* como uma segurança ao centro de poder zulu.²⁵³

3.2. Novos conflitos, antigas tensões: a expansão *trekking* em direção a Natal

Após as notas da expedição de William Owen amplificarem o interesse de comerciantes ingleses, no Cabo, acerca da costa leste africana,²⁵⁴ Francis George Farewell (1791-1829) partiu na mesma direção, com a intenção de instalar aí um posto permanente.

Sabia-se do poder de Shaka e da necessidade de obter a sua aprovação para qualquer assentamento na região e, por isso, Farewell e Henry Francis Fynn (1803-1861) seguiram ao seu encontro, em 1824. Receberam permissão para negociarem nas terras sob a sua esfera de poder e aqueles que então começaram a se instalar esperavam reverter para si o lucrativo comércio que os portugueses mantinham na

²⁵³ BONNER (1983), op. cit., p.40-45. (tradução livre)

²⁵⁴ MACKEURTAN, Graham. *The cradle days of Natal (1497-1845)*. Londres: Longmans, Green & C^o, 1930, p.97-99.

Baía de Maputo.²⁵⁵ Formalmente, Porto Natal se encontrava fora da jurisdição britânica no início da década de 1830 e os negociantes apelavam para a sua anexação, chamando-o "Colônia de Vitória" (futura monarca do Reino Unido) e depois Durban, em homenagem ao então governador britânico no Cabo [Benjamin D'Urban].²⁵⁶

Quando os *trekkers* chegaram à região, encontraram a relação de Shaka (e, posteriormente, Dingana) com os comerciantes ingleses já muito tensionada. Entre a combinação de fatores, os conflitos envolvendo a posse de terras e atividades não-autorizadas de comércio e caça; a relutância dos colonos no fornecimento de armas de fogo e o aumento do número dos que buscavam se mover do campo de autoridade zulu.²⁵⁷ E Bill Guest, professor da Universidade de KwaZulu-Natal, observa que embora os *trekkers* não a tenha provocado, acabaram por agravá-la, abrindo um novo e conturbado eixo entre africanos e europeus.²⁵⁸

Enquanto Andries Potgieter seguia para o norte, em direção à área de Zoutpansberg, outros líderes se mantinham voltados para a região de Natal, aspirando à fertilidade de suas terras e ao acesso ao porto, como possibilidade de exportarem as suas mercadorias sem o pagamento obrigatório de tarifas aos coletores britânicos, como ocorria no Cabo.²⁵⁹ Assim, no final do ano de 1837, Piet Retief (1780-1838) se encontrava em uMgungundlovu, a povoação de Dingana,

²⁵⁵ BROOKES, Edgar Harry et alii. *A history of Natal*. Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1965, p.17-19; BALLARD, Charles. "Traders, trekkers and colonialists". In: DUMINY; GUEST, op. cit., p.116.

²⁵⁶ Ibidem, p.116; "The historical background (1834-1908). In: GUEST, Bill. *Trek and transition: a history of the Msunduzi and Ncome Museums (incorporating the Voortrekker Complex), 1912-2012*. Pietermaritzburg: the Msunduzi (incorporating the Voortrekker Complex) and Ncome Museums, 2012, p.11; BROOKES, op. cit., p.24-25.

²⁵⁷ "Consequentemente, Porto Natal abrigava agora uma concentração significativa de descontentes políticos e a ameaça que representava já não podia ser menosprezada...". COLENBRANDER, Peter. "The Zulu kingdom, 1828-79". In: DUMINY; GUEST, op. cit., p.87-89. Cf. também BALLARD (1989), op. cit., p.118-121. (tradução livre)

²⁵⁸ GUEST, op. cit., p.11.

²⁵⁹ ETHERINGTON (2001), op. cit., p.262.

disposto a negociar e a obter a cessão de todo o território ao sul, entre os rios Thukela e Mzimvubu (ver mapa 8.).

Como condição, Dingana impôs a reconquista e a devolução do gado tomado por Sekonyela (c.1804-1856) que, como chefe da linhagem *Tlokwa*, havia se instalado no vale do rio Caledon (ao norte do atual Lesotho).²⁶⁰ Retief cumpriu a exigência e, em fevereiro de 1838, retornou a uMgungundlovu, onde foi morto com todos aqueles que o acompanhavam. Imediatamente a esse ataque, Dingana determinou outros, em um aparente esforço para abater a presença *trekker*.²⁶¹

Ao analisar a sucessão de eventos em 1838, o professor Peter Colenbrander, da University of South Africa, observou que "*o comportamento de Dingana em relação a Piet Retief (...) tem moldado, por excelência, as representações históricas (quase) universalmente hostis de Dingana e servido como um símbolo poderoso na consciência afrikaner, evocando ainda fortes emoções*", sendo por isso necessário observar que:

a conduta de Dingana está longe de escapar à censura, mas não deve ser descrita como um ato de incompreensível e louca selvageria e, sim, explicada racionalmente. (...) Entre todos os que o cercavam, Dingana não tinha um informante europeu em que pudesse confiar e recorrer para se informar sobre os estranhos que chegavam de forma tão inesperada em busca de terras. As atividades subsequentes de Piet Retief e dos *trekkers* agravaram, provavelmente, a ansiedade de Dingana. Antes mesmo que Retief cumprisse a sua parte no acordo, os principais grupos de *trekkers* (compreendendo milhares de pessoas) passaram a descer os Montes Drakensberg em direção ao norte de Natal. A aproximação era alarmante por si só, mas a situação se tornou ainda pior quando os *trekkers* começaram a levantar *laagers* - uma espécie de forte móvel - por toda a área e a se apoderar dos grãos das terras vizinhas. Além disso, Dingana tinha conhecimento da destreza desses homens na guerra (montados a cavalos e fortemente armados) e os seus temores aumentaram ao receber uma ameaçadora carta escrita por Retief depois do primeiro encontro, informando sobre o destino daqueles que rompiam negociações. (...) Para completar, na sua segunda (e fatídica)

²⁶⁰ ROSENBERG, Scott; WEISFELDER, Richard F.; FRISBIE-FULTON, Michelle. *Historical dictionary of Lesotho*. Lanham: Scarecrow Press, 2013, p.41; 373-374.

²⁶¹ COLENBRANDER, op. cit., p.89-91. Cf. também ETHERINGTON (2001), op. cit., p.263-266.

reunião com Dingana, Retief (...) decidiu fazer uma demonstração de força, com a descarga de cerca de sessenta atiradores, dispostos em cavalaria. Foi logo após esta exibição que Dingana deu a ordem para o massacre...²⁶²

Em abril de 1838, Andries Potgieter organizou com Piet Uys (1797-1838), outro líder *trekker*, uma ofensiva às forças de Dingana, cujo resultado foi uma derrota, imposta do mesmo modo à ação conjunta formada com os colonos de Natal. Nesse quadro, o porto terminou ocupado por guerreiros, forçando os ingleses a se refugiarem no brigue *Comet*, ancorado em um dos canais próximos.²⁶³ Ao passo desses desdobramentos, os *trekkers* buscavam se reorganizar, fundando e estabelecendo uma base de apoio em Pietermaritzburg, em outubro,²⁶⁴ e unindo-se em torno de Andries Wilhelmus Jacobus Pretorius (1798-1854), sob cujo comando infligiram um pesado revés às frentes de Dingana, na batalha que se tornou conhecida por Ncome (Blood) River, em dezembro desse mesmo ano de 1838.²⁶⁵

Após a vitória, Pretorius manteve o impulso da forte investida, orientando-a para uMgungundlovu e então para leste, na expectativa de capturar Dingana,²⁶⁶ ao mesmo tempo em que lhe definia como termos de "paz" e "conciliação" a devolução do gado que havia sido apreendido, a renúncia a qualquer movimento de guerra e a cessão de todo o território ao sul do rio Thukela, bem como da faixa para o interior.²⁶⁷ O conflito alarmou as autoridades britânicas no Cabo e um destacamento foi enviado a Porto Natal, no intuito de reocupá-lo.

Com o enfraquecimento de Dingana, um de seus irmãos, Mpande kaSenzangakhona, passou a encaminhar um rompimento, aproximando-se dos

²⁶² COLENBRANDER, op. cit., p.92-93. (tradução livre)

²⁶³ BROOKES, op. cit., p.33-34.

²⁶⁴ GUEST, op. cit., p.19.

²⁶⁵ COLENBRANDER, op. cit., p.91; BALLARD (1989), op. cit., p.121-122.

²⁶⁶ GUEST, op. cit., 2012, p.18.

²⁶⁷ COLENBRANDER, op. cit., p.91.

trekkers e formalizando um ajuste no qual fazia a entrega da área reivindicada por Retief, em simultâneo ao seu reconhecimento como sucessor. O acordo fez recuar a iniciativa britânica e, em ato contínuo à sua retirada, os *trekkers* proclamaram a República de Natália, com Pietermaritzburg como sede do novo governo.²⁶⁸

²⁶⁸ GUEST, op. cit., p.18; BALLARD (1989), op. cit., p.118-122. A República de Natália durou, entretanto, poucos anos: em maio de 1843, os britânicos enviaram tropas por mar, anexando-a como "Colônia de Natal" e tomando Pietermaritzburg como a sua capital.

Mapa 8. uMgungundlovu (a povoação principal de Dingana) e a área entre os rios Thukela e Mzimvubu reivindicada por Piet Retief, em destaque

Fonte: DUMINY; GUEST, op. cit., p.92.

Na sequência de sua derrota no rio Ncome, Dingana tentou conquistar (sem sucesso) o sul do território sob o poder de Sobhuza, com o ataque de 1839 já mencionado e de forma que pudesse desocupar o território reclamado pelos *trekkers* e manter um distanciamento que lhe permitisse recuperar a força "*para os futuros e aparentemente inevitáveis conflitos*" com os seus grupos e líderes.²⁶⁹ Quando, enfim, tornou-se manifesta a sua dificuldade em restituir o gado que havia confiscado, Andries Pretorius iniciou uma nova ofensiva, pressionando-o, tal como os regimentos de Mpande (c.1798-1872), e forçando-o em direção ao rio Phongolo, onde foi morto por guerreiros de Sobhuza, em 1840.²⁷⁰

3.3. Alinhamentos ambivalentes em movimentos incertos: a morte de Sobhuza em 1839

A investida de Sobhuza contra Dingana havia sido intermediada na sequência da batalha de Ncome (Blood) River, com o envio de uma embaixada a Pretorius para selar um compromisso de apoio, publicamente reconhecido pelo *Volksraad*, o Conselho de representação dos *trekkers*, com funções legislativa e executiva.²⁷¹ Mas o próprio Sobhuza morreria pouco depois, precipitando os conflitos de sucessão e a conformação de um espaço liminar que revelaria a articulação com os *trekkers* como um alinhamento ambivalente, projetando uma fronteira ao mesmo tempo segura e instabilizante.²⁷²

À morte de seu pai Sobhuza, Mswati [II] contava ainda com cerca de treze anos e, assim, ainda que indicado como sucessor, um conselho de regência foi

²⁶⁹ COLENBRANDER, op. cit., p.91. (tradução livre)

²⁷⁰ GUEST, op. cit., p.18.

²⁷¹ Cf. KAHN, Ellison. The history of the administration of justice in the South African Republic. *South African Law Journal*. Cape Town / Johannesburg: JUTA & C^o, 1958, vol. 75, p.294-317.

²⁷² BONNER (1983), op. cit., p.45.

instituído, composto por Thandile, sua mãe, e por Malambule, um de seus irmãos. Na década de 1840, entretanto, Malambule acabou substituído por outro irmão mais velho de Mswati [II], Somcuba que, encaminhando questões importantes referentes à caça, ao comércio e às terras, tornou-se reconhecidamente influente após negociar a concessão de um domínio aos *trekkers* de *Andries Ohrigstad* (uma vila fundada em agosto de 1845 por Andries Potgieter, a leste do rio Steelpoort).²⁷³

De acordo com Philip Bonner, o comportamento de Somcuba em reuniões de conselho e o apoderamento de cabeças de gado em resoluções de conflitos com linhagens associadas sugeriam a intenção de usurpar de Mswati [II] o seu poder político e ritual. E questiona, nesse ponto, o porquê de tamanho apoio a Somcuba, uma vez que Mswati [II] já havia demonstrado disposição em negociar com os *trekkers* em questões envolvendo terras, mão de obra e uma via de acesso à Baía de Maputo e mesmo disponibilidade de influir em confrontos com outros poderes africanos.²⁷⁴

Em seus deslocamentos, na década de 1830, observa o autor, os *trekkers* avançavam em frentes compactas, combinando alto poder de fogo à instabilidade regional que, associada às guerras entre *Ndwandwe* e *Mthethwa* e à subsequente ascensão do centro de poder zulu, forçava remoções e fissuras e acabava por favorecer expropriações de terra e de trabalho. Fixando-se nas terras, entretanto, os seus assentamentos tendiam à dispersão e a condição inicial se inverteu: eram eles que se encontravam agora fracionados e repartidos, enquanto as populações

²⁷³ Ibidem, p.59-60; 65. Em função do alto número de mortes por malária, *Andries Ohrigstad* foi sendo abandonada, com um grupo seguindo com Potgieter para a área de Zoutpansberg (em Schoemansdal) e outro avançando para as terras mais altas ao sul, onde estabeleceram as bases para a cidade de Lydenburg, em 1849. DELIUS (1983), op. cit., p.30-34.

²⁷⁴ BONNER (1983), op. cit., p.65-66.

africanas se recompunham, com as suas linhagens reorganizando-se e ascendendo em poderes amplificados.

Ainda segundo Bonner, o isolamento e a insegurança projetavam múltiplas interações de pequena escala, induzindo a conexões de dependência com os africanos e acentuando as diferenças entre os próprios grupos *treks*.²⁷⁵ Considerando que também os poderes africanos instrumentalizavam a presença *trekker*, é possível que a própria proximidade entre *Andries Ohrigstad* e as terras de Somcuba tenham favorecido os contatos e os alinhamentos que tornavam progressivamente crítica a relação com Mswati [II].²⁷⁶

Rumores de uma guerra iminente, produzidos com a movimentação das forças de Mswati [II], passaram a agitar, no entanto, as autoridades de Lydenburg ao longo do ano de 1854 e, em resposta aos memorandos recebidos, o *Volksraad* recomendou, enfaticamente, o envio de uma comissão de negociação, ponderando sobre a "*remoção de Somcuba para uma distância menos provocativa*". Assim, um acordo foi, afinal, estabelecido no ano seguinte e em meio às notícias sobre a sua morte - "*o nome de Somcuba então simplesmente desaparece*", nota Philip Bonner, "*e no exato momento em que Mswati [II] aceita ceder novas faixas de terra à República Sul-Africana [Zuid-Afrikaansche Republiek ou ZAR]*".²⁷⁷

Se a Sobhuza (e a Mswati [II], em seus primeiros anos), os desdobramentos da batalha de Ncome [Blood] River e o fim de Dingana apontavam para uma perspectiva de incorporar a força da expansão trekking, o complexo entrelaçamento se fundia agora em inquietudes, impulsionando outras conexões,

²⁷⁵ "Isso não quer dizer que o preconceito racial não tenha persistido: a formação da República Sul-Africana [Zuid-Afrikaansche Republiek ou ZAR] e as atrocidades perpetradas por Potgieter e os seus seguidores expõem a sua força. Mas indica, ao menos, a flexibilização dos comportamentos em situações de fronteira...". Ibidem, p.67. (tradução livre)

²⁷⁶ Ibidem, p.72.

²⁷⁷ Ibidem, p.73-76. (tradução livre)

como com Mawewe, em 1861. De fato, o casamento da filha de Mswati II refigurava contatos mais antigos, de Sobhuza com Manicusse, articulando novos e amplificados signos de identificação e reinscrevendo a aquisição de poder em relação às aspirações concorrentes.

3.4. De volta aos tempos de Manicusse: enfrentando, com Sobhuza, as ofensivas de Shaka

Ao tempo dos ataques de Shaka às terras de Sobhuza, na década de 1820, Manicusse enfrentava ofensiva semelhante. Sobre uma campanha específica, em 1828, há múltiplas referências no material original que compõe a coleção *James Stuart*, sob a guarda da *Killie Campbell Africana Library*, em Durban, na África do Sul.²⁷⁸

James Stuart nasceu em 1868, em Pietermaritzburg, e os primeiros anos de sua vida foram passados nas vilas de Greytown e Ixopo, onde começou a aprender a língua isiZulu. Em função de sua proficiência, logo foi nomeado intérprete e escriturário do Magistrado Residente em Eshowe, na recém-anexada "*Colônia Britânica da Zululândia*", iniciando, assim, a sua carreira na "*administração dos nativos*" em 1888.²⁷⁹

Na década seguinte, Stuart desenvolveu uma perspectiva que desaprovava a política colonial adotada, avaliando que a sociedade "*tradicional*" africana se

²⁷⁸ Uma primeira análise da coleção *James Stuart* foi desenvolvida em resenha e publicada na revista *Topoi*: WEBB, Colin de Berri; WRIGHT, John B. *The James Stuart Archive of recorded oral evidence relating to the history of the Zulu and neighbouring peoples*. Pietermaritzburg: University of Natal Press and Durban: Killie Campbell Africana Library, vol. 06, 2014. Resenha de SANTOS, Gabriela Aparecida dos. "Tempos passados em *James Stuart Archive*: recontando histórias, entrelaçando narrativas". *Topoi. Revista de História*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vol. 17, nº 33, p.648-653, jul. dez. de 2016. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/topoi33/R33_01_648.pdf.

²⁷⁹ WRIGHT, John B. *Making the James Stuart Archive. History in Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, vol. 23, p.334. (tradução livre)

desagregava ao contato com a sociedade branca "*civilizada*", fazendo declinar o poder de chefes que Stuart, tal como outros administradores, viam como sendo um dos principais suportes de mediação. Para ele, o processo era agravado pela má administração dos europeus, devida não à suposta maldade ou obstinação, mas à ignorância em relação aos "*costumes*" africanos. A solução, em sua opinião, seria educar os colonos brancos, sobretudo os mais influentes entre eles, para uma melhor compreensão das instituições africanas.²⁸⁰

James Stuart tomou para si a tarefa e, entre 1897 e 1924, entrevistou cerca de duzentos informantes africanos, abordando temas referentes às histórias dos falantes de isiZulu e de outros grupos. As entrevistas foram registradas por escrito, intercalando passagens em inglês e isiZulu e, em muitos casos, recorrendo à combinação de ambas as línguas. De um modo particularmente meticuloso, Stuart anotou os nomes de seus informantes e daqueles que os acompanhavam, fornecendo o local e data das entrevistas e referenciando outras fontes que considerava relevante.

Após a sua morte, o material resistiu aos ataques aéreos durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), guardado no porão de sua casa no sudeste de Londres. Em 1947, a viúva de James Stuart encaminhou o conjunto para Killie Campbell (1881-1965), conhecida colecionadora de livros em Durban, na expectativa de que pudesse encontrar um editor que se dispusesse a trabalhá-lo. Em 1949, Campbell decidiu, ela própria, comprá-lo e incorporá-lo à biblioteca que mantinha em sua casa e que passou para a custódia da Universidade de Natal em 1965.²⁸¹ Assim conservada na atual *Killie Campbell Africana Library*, a soma de

²⁸⁰ Idem (1996), op. cit., p.335.

²⁸¹ Ibidem.

entrevistas integra o núcleo do *James Stuart Collection*, o qual inclui ainda correspondência pessoal e outros manuscritos.

Em 1970, o professor Colin Webb apresentou à biblioteca um projeto de publicação das entrevistas realizadas por James Stuart, passando a trabalhar com John Wright, selecionado pelo Departamento de História e Ciência Política da Universidade de Natal para a vaga de pesquisador assistente. Em 1976, foi impresso o volume I, seguido dos demais: II (1979); III (1982); IV (1986); V (2001) e, finalmente, o VI em 2014, estando previsto um sétimo, com os "*poemas de enaltecimento*" [izibongo] entoados por interlocutores de Stuart e omitidos na edição dos tomos anteriores.²⁸²

Em 1988, o professor Julian Cobbing, da Universidade de Rhodes, escreveu uma resenha, questionando a validade da coleção como fonte documental, ao destacar o papel de James Stuart na produção do "*conteúdo histórico*" de suas entrevistas, informado por "*fantasias*" de outros escritores de sua época e determinado por uma geração "*que havia internalizado todos os pressupostos de superioridade da civilização branca*" - "*nada do que os informantes lhe contavam, contradizendo o estabelecido pelas autoridades, produzia efeito sobre ele*". Reavivando as "*tradições*" colhidas por James Stuart, os volumes organizados por Colin Webb e John Wright seguiriam ecoando em "*uníssono*" o mesmo esforço, cujo "*enigma central era desvendar a forma como o nativo podia ser despojado de sua terra e posto a trabalhar, administrado, controlado, separado e ordenado, tratado como uma criança, empobrecido e desumanizado*".²⁸³

²⁸² WEBB; WRIGHT (2014), op.cit., p.XI.

²⁸³ COBBING, Julian. A tainted well. The objectives, historical fantasies and working methods of James Stuart. *Journal of Natal and Zulu history*. Pietermaritzburg: University of KwaZulu-Natal Press, 1988, vol. XI, p.119-124; 135. (tradução livre)

De acordo com Carolyn Hamilton, professora da Universidade de Cape Town, Julian Cobbing estava correto ao enfatizar o impacto e a influência das partes envolvidas nas entrevistas, mas equivocado em dois pontos importantes. Para ela (e apesar do interesse recorrente de James Stuart em tópicos como a ascensão de Shaka, direcionando os informantes para o tema), a multiplicidade de pontos de vista e a forma como diferiam de suas próprias versões são "*fortemente sugestivos da integridade de suas técnicas de registro*".²⁸⁴

Do mesmo modo, seria impreciso descrever Stuart como um "*representativo e influente produto de uma desagradável geração*" ou tomá-lo como um administrador racista que supervisionava "*ocupações de terra e cobrança de impostos e arbitrava entre africanos em assuntos de sua própria lei e costume, usurpando as funções e os poderes de alguns dos muitos chefes que ele estava entrevistando*".²⁸⁵ Em sua análise, a autora sublinha a complexidade da carreira de James Stuart, atrelando-a ao desenvolvimento das políticas voltadas para os "*nativos*" e à posição, por vezes ambígua, de seus primeiros formuladores.

Ao examinar o vasto conjunto de manuscritos não publicados, como diários, rascunhos, correspondências e notas pessoais, Hamilton identificou um James Stuart particularmente desencantado com as políticas voltadas para os "*nativos*" (ainda que fortemente atrelado ao discurso de seu próprio tempo) e comprometido em ouvir os "*africanos*":

a questão do contato entre as raças civilizadas e não-civilizadas recebe a sua expressão quase inteiramente dos civilizados. (...) A voz do homem não-civilizado nunca é ouvida. De toda forma, ela não pode ser detectada no meio de toda a Babel atual e muito menos por pessoas que nada conhecem sobre a situação a partir do ponto de vista do nativo. Em uma questão desse tipo, as vozes

²⁸⁴ HAMILTON, Carolyn. *James Stuart and "the establishment of a living source of tradition"*. Seminar paper. University of the Witwatersrand, 1994, p.02; 20-21. (tradução livre)

²⁸⁵ COBBING, Julian apud HAMILTON (1994), op. cit., p.02-03. (tradução livre)

das pessoas diretamente afetadas são, certamente, de grande importância.²⁸⁶

Desde 1897, em Eshowe, James Stuart procurava ouvir essas vozes. Em 1900, após atuar em Ingwavuma e um curto período como cônsul britânico na Suazilândia entre 1898 e 1899, ele estava em Ladysmith, de novo na função de Magistrado, e foi nesse ponto que passou a se encontrar com integrantes da comunidade *kholwa*,²⁸⁷ como John Kumalo, ouvindo e anotando as suas queixas contra o governo e a administração dos "nativos". As reuniões no quarto do hotel em que James Stuart estava hospedado teriam levado Kumalo a comentar sobre a sua originalidade, chamando o local de "*KwaSogekle*" - literalmente, "*o lugar do labirinto*", desenhado pela saliva dos mais velhos reunidos em discussão, enquanto fumavam cânhamo.²⁸⁸

A partir de Ladysmith, James Stuart defenderia o argumento de que a chave da política voltada para os "*nativos*" estava em agregar um maior conhecimento e entendimento das "*instituições e práticas africanas*", tornando-se um "*refrão constante em seus escritos e a força motivadora*" de suas entrevistas. Por esse percurso, Stuart podia defender a superioridade dos europeus e clamar por equidade de oportunidades para os africanos em um mesmo documento: em parte como resultado de sua imersão e habilidade linguística em isiZulu, Stuart intermediava os mundos africanos e europeus enquanto se movia, buscando não

²⁸⁶ *Stuart Papers*, file 42, item XXI - Killie Campbell Africana Library apud HAMILTON (1994), op. cit., p.03. (tradução livre)

²⁸⁷ Grupo formado por falantes de isiZulu convertidos ao cristianismo e ao qual estavam vinculados os líderes dos movimentos que dariam origem ao Inkhata e ao Congresso Nacional Africano. Cf. HOULE, Robert J. *Becoming amakholwa: revival and the formation of group identity on the stations of the American Zulu Mission, 1890-1910*. History and African Studies - Seminar Paper. University of Natal, 2001.

²⁸⁸ HAMILTON (1994), op. cit., p.06-07. (tradução livre)

apenas implementar políticas coloniais, mas modelá-las segundo a compreensão que formava no contato com os seus interlocutores.²⁸⁹

Após a formação da União Sul-Africana, em 1910, o centro das decisões na esfera dos "*assuntos nativos*" deslocou-se, gradualmente, para Pretória e para funcionários menos interessados nos conhecimentos de James Stuart sobre os "*africanos*". Para o editor John Wright, o otimismo de Stuart no sentido de "*educar*" os administradores se dissipou nos anos seguintes à sua nomeação como *Assistant Secretary for Native Affairs*, precipitando o seu pedido de aposentadoria em 1912. Quando terminada a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), ele se envolveu em seu último conjunto de entrevistas, o objetivo parece ter sido menos o de "*iluminar*" os seus pares do que o educar estudantes falantes de isiZulu - "*em uma espécie de anticlímax de seus anos de pesquisa, ele publicou uma seleção de seus testemunhos não em um opus magnum, mas em cinco livros escolares*".²⁹⁰

O entendimento da complexa relação de poderes em que se situava James Stuart permite analisar também as entrevistas como narrativas fluidas (e menos como fonte de fatos fixos e encadeados), cujo conteúdo variava de acordo com as circunstâncias sociais e políticas em que eram enunciadas, com os seus interlocutores compondo elaborados argumentos sobre o passado e o presente.²⁹¹ Nesse contexto, é significativo que nas alusões à campanha que Shaka moveu contra Manicusse, em 1828, ao norte do rio Balule [Elefantes], se faça sempre presente certa reflexão sobre o quão trágico se revelou a decisão de enviar guerreiros que voltavam há pouco de outra ofensiva - vindo a ser assassinado por

²⁸⁹ Ibidem, p.10-23. (tradução livre)

²⁹⁰ WRIGHT (1996), op. cit., p.336-337. (tradução livre)

²⁹¹ Cf. "Preface". In: WEBB, Colin de Berri; WRIGHT, John B. *The James Stuart Archive of recorded oral evidence relating to the history of the Zulu and neighbouring peoples*. Pietermaritzburg: University of Natal Press and Durban: Killie Campbell Africana Library, vol. 05, 2001, p.IX-X; e HAMILTON, Carolyn. Backstory, biography, and the life of the James Stuart Archive. *History in Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, vol. 38, p.326.

seu irmão Dingana durante a ausência quase completa de regimentos de guarda, empenhados na mesma investida - e o quanto se encontravam fracos e doentes aqueles que retornavam, derrotados, como Jantshi kaNongila contou a Stuart, em 17 de fevereiro de 1903.

Jantshi tinha cerca de 55 anos quando foi entrevistado por James Stuart. Seu pai, Nongila, era o responsável pela recolha de informações sigilosas, tendo assistido a Shaka, Dingana e Mpande nessa função e vivido por muitos anos, até a época de Cetshwayo (c.1826-1884):

Foi logo após ter enviado as suas forças contra Manicusse [e sem que pudessem descansar] que Shaka foi condenado à morte. (...) E foi então, no momento em que os seus guerreiros se encontravam afastados, que os seus irmãos o assassinaram. Ao voltarem, [os guerreiros] o encontraram morto, embora também eles retornassem exânimes e atacados pela malária. Meu pai (Nongila) abandonou a guerra contra Manicusse, voltou doente com malária e quase morreu.²⁹²⁽¹⁾

Em 1988, a Killie Campbell Africana Library publicou a coletânea *The praises of Dingana [Izibongo zikaDingana]*, editada por David Rycroft e Bhekabantu Ngcobo, com versões de *izibongo* a Dingana reunidas por James Stuart. De acordo com Rycroft e Ngcobo, "*izibongo*" deriva, como plural, de "*isibongo*", um termo em isiZulu usado para expressar o "nome" de uma linhagem e, mais comumente, uma forma de enaltecer alguém considerado proeminente. A origem se encontra em

-bonga, um verbo significando a ação de louvar, com aplicações secundárias como "agradecer" e "demonstrar respeito e admiração". A forma infinitiva, *ukubonga*, também pode ser empregados como um substantivo, denotando "elogio" ou a sua própria forma declamada. A arte de "*ukubonga*", no caso de apresentações públicas oficiais - e especialmente em épocas

²⁹² "Jantshi kaNongila". In: WEBB, Colin de Berri; WRIGHT, John B. *The James Stuart Archive of recorded oral evidence relating to the history of the Zulu and neighbouring peoples*. Pietermaritzburg: University of Natal Press and Durban: Killie Campbell Africana Library, vol. 01, 1976, p.187. (tradução livre) ⁽¹⁾ A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2. Cf. também, nesse mesmo volume, "Dinya kaZokozwayo". In: Ibidem, p.95; "Makewu" e "Mayinga kaMbekuzana". In: Ibidem (1979), p.163; 249; e "Socwatsha kaPapu". In: Ibidem (2014), p.44.

anteriores - envolvia, com frequência, uma vocalização altamente estilizada, apoiada em trajes distintivos e gestual "teatral".²⁹³

No século XIX, *izibongo* eram recitados em contextos de formalidades variadas e recorrentes à época de Dingana, sem que se formasse um padrão a ser seguido - "*até mesmo nos casos de um mesmo aclamador, cada performance diferia significativamente na ordem e no arranjo do material e no que era acrescido ou omitido, seguindo a inspiração de cada ocasião e conjuntura de sua enunciação*". Era comum que, ao ascender, um chefe trouxesse consigo um *izibongo* pessoal relacionando os seus primeiros feitos e que novos trechos fossem sendo acrescidos ao longo do tempo pelos *izimbongi*, que exerciam tal função como oficial. Os "poemas de enaltecimento" buscavam destacar a excelência e o valor daqueles a quem eram dirigidos, sendo comum que, à vista da batalha, os guerreiros proclamassem os *izibongo* uns dos outros, como incentivo e mecanismo de força e coesão.

Entre 1871 e 1921, James Stuart recolheu versões de *izibongo* a Dingana, recompondo-as em uma principal, detalhada e extensivamente comentada por Rycroft e Ngcobo. O manuscrito original, em isiZulu, se perdeu, mas Stuart havia, ele próprio, recitado esse e outros *izibongo* para a *Zonophone Record Company*, em Londres. Em 1954, a viúva doou as gravações em áudio para a School of Oriental and African Studies da Universidade de Londres e foi a partir da sua transcrição que os editores puderam prepará-lo para a publicação.²⁹⁴

²⁹³ RYCROFT, David K.; NGCOBO, A. Bhekabantu. *The praises of Dingana [Izibongo Zikadingana]*. Durban: Killie Campbell Africana Library / Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1988, p.11-12. (tradução livre)

²⁹⁴ Ibidem, p.XI-XII; 13; 17; 21.

Integrada ao "*isibongo*", entre a décima nona e a vigésima linhas das quatrocentas e trinta que o formam, é possível encontrar a primeira menção a Manicusse [Soshangana]:

*UQambi-lankomo, ukuba zilaklekile,
Ziyakufa umdlebe kwaSoshangana.*

Detached drove of cattle, because the herd has strayed,
And will be poisoned by the *synadenium* tree in Soshangana's
land.

[Separados do rebanho de gado, que se havia desviado,
Serão envenenados por folhas de *synadenium*, nas terras
de Soshangana.]²⁹⁵

Figurativamente, a passagem recupera a campanha de 1828 contra Manicusse: também Dingana havia sido enviado com os regimentos, mas desertando com outro irmão, Mahlangana, retorna para matar Shaka, *desviando o rebanho e deixando para trás os guerreiros em campo, a morrerem envenenados*. Ainda de acordo com os editores, o "*umdlebe*" [em isiZulu] é uma espécie de árvore venenosa, da família das *Euphorbia* e conhecida cientificamente como *Synadenium arborescens*, que se acreditava capaz de induzir à morte a partir do contato com as suas folhas, mas, sobretudo, um modo de marcar a insalubridade do território em que os guerreiros de Shaka lutavam, como um mau presságio dos riscos em curso.²⁹⁶

Uma variante do mesmo sentido ressurge ainda posteriormente (entre as linhas cento e noventa e sete e cento e noventa e nove), no mesmo "*isibongo*":

*Ngqongqo-yem 'khonto ibang' izililo.
INkom' eyabuya yodwa kwaSoshangana,
Ezinye ziyofa umdlebe.*

Cluster-of-spears causing grief.
Cow that came back alone from Soshangana's land,

²⁹⁵ Ibidem, p.71. Versões em isiZulu e inglês (reproduzidas a partir da edição de Rycroft e Ngcobo) e em português, respectivamente. (tradução livre)

²⁹⁶ Ibidem, p.109.

While others would go on to [their] death from the *synadenium*
tree.

[Um conjunto de lanças provocando pesar.
Vaca que retorna sozinha das terras de Soshangana,
Enquanto outros caminham para a morte, com folhas de
synadenium.]²⁹⁷

Mais uma vez, a dissensão é referenciada naquele que *retorna sozinho* e novamente o guerreiro assume a forma do gado que, como símbolo de riqueza e fonte de amplo poder ritual, se esgota ao toque das folhas de *synadenium*. Entrelaçados, os signos invocados nas linhas do "*isibongo*" a Dingana fornecem, como indício, a recomposição da campanha de 1828. Todavia permitem inserir também em uma nova perspectiva o que Jantshi kaNongila contou a Stuart em fevereiro de 1903: é seu pai que, integrando um regimento, se mantém leal a Shaka e segue as suas ordens, ainda que ao custo de avançar sem se recuperar de ofensiva anterior, e é também ele que é projetado para o limiar da vida não em função da guerra, mas do inesperado - tal como o assassinato, as folhas de *synadenium*. É em relação a esse vínculo que Jantshi produz os contextos de significação de sua história e busca realinhar a exaustão dos guerreiros à ambiguidade do assassinato por Dingana, alçado à sucessão do irmão e aclamado no poder ao revogar antigas interdições e suspender temporariamente as frentes de guerra.

A campanha de 1828 se tornou sinônimo da ruína de Shaka, com a ofensiva expressando o avançar de seu próprio aniquilamento, no momento em que procurava expandir o território sob o seu controle.²⁹⁸ Dessa perspectiva, a referência ao revés e ao infortúnio dos guerreiros e ao inelutável efeito das folhas de *synadenium* nas terras de Manicusse expressam também a amplitude de uma

²⁹⁷ Ibidem, p.81.

²⁹⁸ ELDREDGE, Elizabeth. *The creation of the Zulu kingdom (1815-1828): war, Shaka and the consolidation of power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p.265-270.

força que Shaka já não podia enfrentar, mas que ainda Dingana procuraria dominar na retomada das expedições guerreiras após curta interrupção, como afirmação de poder e sucessão em campo de batalha.

Essas investidas aparecem igualmente nas entrevistas de James Stuart²⁹⁹ e Tununu kaNonjiya³⁰⁰ menciona o trecho de uma canção ao tempo de Dingana, muito semelhante a um incentivo de "*ukuGiya*", o movimento ritmado executado por guerreiros:

*uSotshangana ka Zikode a ngahla sine nje,
ayi amaqilikazana, a tat' amanga ku Sotshangana ka Zikode.*

Sotshangana ka Zikode might perform a dance,
ayi, the *amaqilikazana* bring lies from Sotshangana ka Zikode.

[Sotshangana ka Zikode pode executar uma
dança,
ayi, as *amaqilikazana* trazem mentiras de Sotshangana ka
Zikode.]³⁰¹

No comentário à transcrição, os editores acolhem a dança como metáfora para guerra e traduzem *amaqilikazana* por derivação de *iqili*, um termo usado para designar comportamentos que denotavam uma combinação de astúcia e artil.³⁰² Nesse espectro, a menção à habilidade de Manicusse em desempenhar um gestual intimidante, contextualmente tomado como um signo de ascendência e domínio e em meio ao risco de "intrigas" e "falsas verdades", projeta um sentido de choques e

²⁹⁹ Cf. "Ngidi kaMcikaziswa". In: WEBB; WRIGHT (2001), op. cit., p.91; LIESEGANG, Gerhard Julius. Dingane's attack on Lourenço Marques in 1833. *The Journal of African History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969, vol. 10, nº 04, p.565-579; Idem (1970), op. cit., p.321-322.

³⁰⁰ Tununu, que à época de entrevista contava com cerca de 90 anos, nasceu entre 1811 e 1812, no tempo em que Dingana (em conflito com Shaka pela sucessão de Senzangakona) havia sido acolhido por seu pai: "eu o conhecia bem. (...) E veio dele o meu nome. Na época em que nasci havia uma escassez severa de alimentos. Os Izitununu [andarilhos] vagavam com fome por várias partes, carregando ou procurando por comida. Eles sofriam muito. Uma manhã, ouvindo as esposas de meu pai rindo, Dingana, saiu de seu ilawu [palhota ocupada por meninos e homens não casados], perguntando (...) o que estava acontecendo. Contaram-lhe que uma das mulheres havia dado à luz um menino. Esse menino era eu mesmo. Por isso, Dingana me deu o nome de Tununu". WEBB; WRIGHT (2014), op. cit., p.253. (tradução livre) ⁽¹⁾ A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

³⁰¹ Ibidem, p.281. (tradução livre)

³⁰² Ibidem, p.281; 309-310.

confrontos, tal como nos ataques de Dingana às suas terras, na segunda metade da década de 1830.

É possível que a sincronia entre a ofensiva a Manicusse e aquelas a Sobhuza, em 1836 e 1839, tenha prefigurado aproximações e feito confluir vínculos de afiliação expressos em casamentos cruzados. Ambos enfrentavam campanhas de Shaka e Dingana e quando Mswati [II] buscava ainda ascender ao poder, Mpande passou a apoiar Malambule na linha de sucessão, ansiando por um domínio mais efetivo sobre o território swazi que lhe permitisse redirecionar a pressão dos grupos *treks* sobre as suas próprias terras, após a anexação da República de Natália, em 1843.³⁰³

3.5. Ressignificando vínculos: "o casamento do Maueva com uma filha do rei Mswazi"

Em passagem de entrevista realizada em Chilembene (distrito de Chokwé, província de Gaza) em novembro de 1969 (guardada na Coleção de Fontes Orais do Arquivo Histórico de Moçambique), Filimone Mayexane e Moisés Machel mencionam "os avós [de Mawewe], na Suazilândia", no ponto em que tratam da morte e sucessão de Manicusse,³⁰⁴ e Abner Sansão Muthemba, em *Moçambique: 16 anos de historiografia*, detalha o vínculo, atrelando-o ao casamento do *inkosi* com uma filha de Sobhuza, a qual chama Dominga [Dumiya].³⁰⁵ Dessa união,

³⁰³ BONNER (1983), op. cit., p.47-62.

³⁰⁴ *Entrevista com Filimone Mayexane; e Moisés C. Machel*. Investigador(es): Dr. Gerhard Liesegang. Local da entrevista: Madragoa (Chilembene) Limpopo (Chokwe) - Gaza. Data: 22 e 27/11/1969. Língua(s): tsonga. Edição de: AHM. Local: Maputo. Data: 1981. Material: C. Seka-SK70. Tempo: - . Transcritor: Albino Dimene. Tradutor: Albino Dimene. TT nº. GZ017. C. nº 185. C. GZ024 - Arquivo Histórico de Moçambique. Coleção de Fontes Orais da História. Fundo Gaza. Caixa 3. Gz.17 a Gz.29.

³⁰⁵ JOSÉ, Alexandrino Francisco; MENESES, Paula Maria G. (eds.). *Moçambique: 16 anos de historiografia*. Maputo: CEGRAF, 1991, p.144. Sobre Abner Sansão Muthemba, combatente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) tal como seu irmão Mateus Sansão Muthemba, cf. a biografia orientada e conduzida por Alexandrino José e Teresa Cruz e Silva, entre junho e julho de

descenderiam não apenas Mawewe, mas Mahambandle e Nomagaca, que foram reconduzidas à associação com o centro de poder swazi, como esposas de Mswati II.³⁰⁶

Os casamentos interligados revelam a acentuada fluidez e interconexão das sociedades africanas e evidenciam os contornos dos complexos alinhamentos que, forjados contextualmente, amplificavam os poderes, redefinindo os referenciais de afiliação. Se Manicusse compartilhava com Sobhuza e com Mswati II a projeção de força exercida por Shaka, Dingana e Mpande sob a forma de ataques, também em comum era a aproximação dos *trekkers*, entre eles Andries Potgieter, impulsionando o avanço da fronteira colonial.

Ainda em *Andries Ohrigstad*, por volta de 1845 (antes de seguir para Zoutpansberg), Potgieter teria se dirigido para a Baía de Maputo, acompanhado por cerca de 34 homens bem armados e 300 escravos para venda.³⁰⁷ Particularmente interessado em participar do tráfico e do comércio de marfim e couro que poderia manter com Lourenço Marques, Potgieter esperava assegurar, do mesmo modo, uma rota para o mar, o que acabaria por fortalecê-lo como autoridade *trekker* na região ao norte do rio Vaal.³⁰⁸ O caminho, entretanto, era insalubre e arriscado ao transporte em carros de bois em função da presença de

1985, como parte do projeto *Rede clandestina da FRELIMO em Lourenço Marques. Movimento operário em Moçambique. Partido Comunista Português*, desenvolvido pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04329.002.001#!1>. Acesso em 05 de setembro de 2016.

³⁰⁶ MYBURGH, A. C. *The tribes of Barberton District*. Pretoria: The Government Printer, 1949, p.75-76. Cf. também BONNER (1983), op. cit., p.97-98. "A convergência de interesses entre os centros de poder swazi e nguni se tornou evidente nos últimos anos de Manicusse como inkosi. A relação havia sido sempre cordial, exceto por um episódio pontual após a morte de Sobhuza, quando Manicusse tentou estender a sua autoridade sobre o vácuo deixado pelo retraimento da influência swazi na área do rio Sabie. É possível que essa disposição tenha ocasionado um conflito posterior, mas logo os contatos e as aproximações foram sendo restaurados, posto que ambos se encontravam cada vez mais ameaçados pelos portugueses e boers". (tradução livre)

³⁰⁷ ETHERINGTON (2001), op. cit., p.295.

³⁰⁸ VAN DER MERWE, op. cit., p.425-427.

mosca tsé-tsé e em 21 de junho de 1847, Potgieter se encontrava a caminho de Inhambane, à procura de uma saída alternativa para o mar, mais segura e livre de perigos.

De acordo com o historiador e professor da Universidade de Stellenbosch, Petrus Johannes Van der Merwe (que recuperou duas cartas de Potgieter escritas a J. A. Smellekamp, representante de empresa comercial holandesa, contando sobre a viagem), o grupo era composto por 238 homens - *"um número menor do que inicialmente previsto posto que um novo enfrentamento entre as forças de Mpande e Mswati II se tornava ameaçadoramente próxima à vila de Andries Ohrigstad, forçando a permanência de uma guarda destinada à sua proteção"* - e teria avançado, a princípio, sem encontrar grandes problemas. Mas a apenas alguns dias de marcha a Inhambane, Potgieter se deparou com uma frente de guerreiros *"matabeles"* interditando a passagem e foi forçado a recuar, após perder 60 de seus homens no confronto.

Na leitura da expedição, Van der Merwe questiona se os motivos apresentados por Potgieter traduziam, com efeito, as suas intenções, observando que muitos já sabiam na época que as terras baixas entre *Andries Ohrigstad* e Inhambane eram tampouco melhores para o gado. Por isso, vincula os guerreiros como sendo uma força de Mzilikazi (c.1790-1868), a quem Potgieter teria saído para atacar, tendo mantido o real objetivo em segredo em razão das críticas que recebiam as suas ofensivas voltadas para a tomada de terras.³⁰⁹

Mzilikazi pertencia à linhagem *Khumalo*, centrada no vale do rio Black Mfolozi até ser comprimida pelos conflitos entre *Mthethwa* e *Ndwandwe* no final do século XVIII. Com a ascensão do centro de poder zulu, Mzilikazi (chefe da

³⁰⁹ Ibidem, p.306; 354-356. Cf. também DELIUS (1983), op. cit., p.30. (tradução livre)

linhagem após a morte de seu pai Matshobane) se associou a Shaka, mas a partir de 1824-1825 começou a se mover em direção aos Montes Drakensberg e então para o norte do rio Vaal, por volta de 1827-1828, buscando se livrar de sua esfera de ascendência. Ao longo do ano de 1832, movendo-se para o oeste, o grupo se estabeleceu próximo aos Montes Magaliesberg.³¹⁰

Enquanto Mzilikazi se deslocava pela região, as populações falantes de SeSotho passaram a chamar aqueles que o acompanhavam de "*matabeles*" (um termo antigo usado para designar os que tomavam por invasores de suas terras, vindos da costa), embora estes se autoproclamassem "*zulus*". Segundo Norman Etherington, escritores de língua inglesa converteram "*matabele*" para "*ndebele*" no século XIX, criando uma nova designação ao adaptá-la à grafia em isiZulu - e "*acompanhando a sugestão, muitos dos que hoje se consideram seus descendentes chamam ndebeles a si próprios, tal como outros que procuram anunciar, com orgulho, a sua associação com os conquistadores bem-sucedidos*".³¹¹

Nos anos seguintes, Mzilikazi centrou o seu poder na região, estendendo autoridade sobre importantes linhagens dos Montes Magaliesberg à confluência dos rios Crocodilo e Limpopo. Em 1836, começaram a se aproximar os primeiros grupos de *treks*, comandados por Andries Potgieter, movimentando-se pelas terras e estabelecendo assentamentos. Após um primeiro ataque de Mzilikazi, em agosto desse mesmo ano, os *trekkers* se organizaram em torno de um Conselho de Guerra (*Krygsraad*) e infligiram pesadas derrotas aos seus regimentos, em ofensivas que

³¹⁰ RASMUSSEN, R. Kent. *Migrant kingdom: Mzilikazi's Ndebele in South Africa*. Cape Town: Rex Collings / David Philip, 1978, p.94-97; COBBING, Julian. "The Ndebele State". In: PEIRES (1981), op. cit., p.160; ETHERINGTON (2001), op. cit., p.159-168; 243.

³¹¹ ETHERINGTON (2001), op. cit., p.XV-XVI; 08; 22; 75; 87; 165-166 (tradução livre); RASMUSSEN, op. cit., p.161. Cf. também PARSONS, Neil. "Prelude to *Difaqane* in the interior, c.1600-c.1822". In: HAMILTON (1995), op. cit., p.331-333.

palavras".³¹³ Para Norman Etherington, entretanto, Van der Merwe teria interpretado o encontro com os guerreiros vinculando-o, excessivamente, ao eixo central de seu próprio trabalho - a análise do conflito entre as forças de Mzilikazi e Potgieter como um choque de poderes, com reflexos para toda a África Austral -, obliterando a abrangência do termo "*matabeles*" à época, usado para designar grupos africanos de forma generalizada.³¹⁴

Por conseguinte, Etherington reabilita as linhas de Potgieter e as reinsere no contexto territorial do entorno da vila de Inhambane, imersa na ascendência de Manicusse - "*as cartas fazem todo o sentido se o 'matabele' mencionado for identificado como sendo os seus guerreiros. Isso sugere que o verdadeiro objetivo da expedição era uma tentativa de romper a compressão de Manicusse sobre o comércio de escravos e marfim para Inhambane*".³¹⁵ Ao imprimir novo sentido ao confronto, em junho de 1847, Etherington permite alinhá-lo, por sua vez, aos interditos no caminho entre Inhambane e a "*Collonia Hollandeza em Zoutpansberg*", à qual foi enviada a delegação presidida pelo padre e vigário de Inhambane, Joaquim de Santa Rita Montanha, em maio de 1855.

"*O Manecussa estava por tudo quanto os holandeses quizessem menos o terem comunicações com Inhambane*" havia sido a mensagem trazida pela "*embaixada*" esperada para se decidir o retorno da comissão, em meio às apreensões de que "*tinha postado gente de guerra (...) esperando por elles*". Definindo-se em Zoutpansberg aqueles que acompanhariam a volta de Santa Rita Montanha e o alferes Antonio de Souza Teixeira - formando um grupo diminuto, mas ainda assim transpondo o limite de "*até cinco pessoas*" informado pelo

³¹³ VAN DER MERWE, op. cit., p.356. (tradução livre)

³¹⁴ ETHERINGTON (2001), op. cit., p.161-177; 295.

³¹⁵ Ibidem, p.297. (tradução livre)

"encarregado da embaixada", "porque se fossem mais, podia encontrar com gente de Manicussa e persuadirem-se que era guerra, o que traria talvez dezentelencias" - "dois pelotões de vatuas formados em batalha" postaram-se, ao final, fechando-lhes a passagem.³¹⁶

Ressurgindo de modo contínuo, os guerreiros convertiam os caminhos em campos de força, posicionando-se em uma dimensão amplificada, de modo a reorientar os termos de organização do mundo. À sua presença, a comitiva "holandeza" que viajava com o padre e o alferes se desfez progressivamente, enquanto eram assegurados os contatos entre Manicusse, Sobhuza e Mswati II, delineando uma associação de domínios em relação ao ambíguo equilíbrio dos poderes regionais. Um sinal indicativo da confluência de interesses entre os centros de poder swazi e nguni pode ser lido, segundo Philip Bonner, nos rumores que Somcuba fez circular, em setembro de 1849, propagando que Mswati II e Manicusse articulavam um ataque conjunto sobre os *trekkers* - em um reverso antecipado da missão de Santa Rita Montanha a Zoutpansberg, onde buscava saber se a "*Collonia Hollandeza poder[ia] prestar o auxilio de alguma cavallaria (vinte athé trinta homens) para reforçar a tropa que houver de se mandar ao sertão, para obrigar o Manicusse a ser obediente ao Governo Portuguez*".³¹⁷

Nesse contexto, o casamento de Mawewe com uma filha de Mswati II (convertendo-o, ao mesmo tempo, em seu tio, cunhado e sogro) assume a sua plenitude como ação simbólica de aliança, ao atualizar os vínculos de dependência e reciprocidade manipulados por seu pai Manicusse, sob a perspectiva dos

³¹⁶ Relatório enviado pelo alferes de Infantaria, Antonio de Souza Teixeira, ao Governador do Distrito de Inhambane, Antonio Corrêa da Silva Leotte, em 23 de setembro de 1856. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. AHU.DGU. Pasta 17. Documento 04. Jacket 16.

³¹⁷ Cópia de carta enviada pelo Governador do Distrito de Inhambane, Antonio Corrêa da Silva Leotte, ao padre e vigário de Inhambane, Joaquim de Santa Rita Montanha, em 21 de novembro de 1855. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. AHU.DGU. Pasta 17. Documento 04. Jacket 05.

múltiplos contatos e tensões com o centro de poder zulu e o avanço da fronteira colonial.

Em junho de 1861, o caminho principal que ligava as terras de Mawewe às de Mswati II se encontrava, assim, guarnecido de guerreiros para a passagem de sua contraparte swazi. O regresso da "*embaixada*" que havia saído para buscá-la (na expressão do comerciante e caçador português Diocleciano Fernandes das Neves) estava previsto para logo, transportando-a para além de si, em pleno fluxo de contato entre os poderes relacionados. Os significados do vínculo a ser renovado dependiam, entretanto, da movimentação dos guerreiros para que pudessem ser concluídos e, dispostos por todo o percurso, esperavam para acompanhá-la até Mawewe.³¹⁸

Detido em seu retorno a Lourenço Marques, Diocleciano aguardava a passagem da "*embaixada*", mas examinava, também, o melhor trajeto em meio às guerras que Mawewe e Mswati II haviam mandado, cada qual, "*à nação mais poderosa que lhe fosse tributária*", como parte da "*cerimônia*" que selava o casamento.³¹⁹ A ofensiva intensificava a circulação dos guerreiros de Mawewe - que Diocleciano evitou encontrar a todo custo³²⁰ - e é possível que, associada ao casamento, tenha servido como um espaço de enunciação do vínculo estabelecido, assim como da projeção de fortalecimento mútuo, em uma interlocução da guerra como um signo de poder, compartilhado em uma dinâmica relacional por *trekkers*, zulus, portugueses e britânicos.

3.6. "*Observando seu exército numeroso*" por entre múltiplos contatos

³¹⁸ NEVES (1987), op. cit., p.151-163.

³¹⁹ Ibidem, p.151.

³²⁰ Ibidem, p.155-156.

Nos primeiros anos como *inkosi*, Mawewe orientou a formação de novos regimentos, como sugere o relato da viagem do inglês Vincent Whitshed Erskine (1846-1918) em direção à foz do rio Limpopo, publicado no *Journal of the Royal Geographical Society* em 1869.³²¹ Erskine nasceu no Reino Unido em 1846 e chegou à então Colônia britânica de Natal em 1858, começando aí a sua carreira como funcionário público. Em maio de 1868, partindo de Pietermaritzburg, deu início à viagem de exploração e alcançou o ponto final de seu destino em agosto desse mesmo ano.

De acordo com o abade francês François Napoléon Marie Moigno (1804-1884), contemporâneo de Erskine, "*a viagem estava atrelada às notícias dadas por um explorador alemão [Karl Mauch (1837-1875)] que, percorrendo o território entre os rios Limpopo e Zambeze, havia encontrado velhas minas de ouro, fazendo-o crer que a área circundante possuía ricos depósitos do minério*".³²² Uma observação que coincide e estende uma anotação do próprio Erskine, ao assinalar que

esse é o país descrito por antigos geógrafos como a terra de Sofala (ou Ophir) e Monomotapa, e como sendo muito rica em ouro: a quantidade exportada dali pelos portugueses em tempos remotos parece ter atingido milhões por ano, e grandes e ricas cidades são mencionadas como tendo existido ali.^{323(III)}

O texto de Vincent Erskine é repleto de apontamentos geográficos e geológicos e também sobre a relação com os carregadores contratados, com outros exploradores europeus que encontrou durante a viagem e, de particular importância, com os poderes africanos "*ao norte e nordeste de Natal*",

³²¹ ERSKINE, Vincent Whitshed. Journey of exploration to the mouth of the river Limpopo. *Journal of the Royal Geographical Society of London*. Londres: The Royal Geographical Society with the Institute of British Geographers, 1869, vol. 39, p.233-276.

³²² MOIGNO, François Napoléon Marie. *Science Anglaise, son bilan au mois d'aout 1869: réunion a exeter de l'Association Britannique pour l'avancement des sciences*. Paris: Bureau du journal Les Mondes / Chez M. Gauthier-Villars, 1872, p.327. (tradução livre) Cf. também BERNARDO, Luís Miguel. *Histórias da luz e das cores*. Porto: Editora da Universidade do Porto, 2007, p.248.

³²³ ERSKINE (1869), op. cit., p.233-266. (tradução livre) ^(III) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

referenciando nominalmente os "*kraals*"³²⁴ encontrados no caminho. E é seguindo para o "*kraal de Manjobo*", "*comandante das forças dessa região*", que Erskine observa sobre Mawewe ter prescrito a morte de "*todos os homens inaptos para a batalha, em função da idade ou por outro motivo*".^{325(IV)}

Sobre esse ponto, o enquadramento de Vincent Erskine ressoa o "*bárbaro capricho de um selvagem*" que Diocleciano empregou, em seu tempo, para interpretar as "*correries e extorsões*" de Mawewe.³²⁶ Mas enquanto ação orientada, a arregimentação - ainda que sob a forma de uma compressão dramática, real ou figurada (do impacto de uma experiência vivenciada compulsoriamente) - emerge como uma estratégia vinculada à centralidade dos guerreiros no campo das "*interações confrontacionais*",³²⁷ tecido e articulado na relação com os demais grupos que, à semelhança de Mawewe, buscavam se firmar como poderes ascendentes.

"...o Mavévé disse que queria reinar, observando as nuvens. Afinal não se referia, verdadeiramente, às nuvens, mas, sim, ao seu exército numeroso...", assim contava Musindo Nkomo, em maio de 1980, em entrevista realizada em Coolela (distrito de Mandlakazi, província de Gaza), pelo professor Gerhard Liesegang, por

³²⁴ "*Kraal*", termo em língua afrikaans para nomear as povoações de chefes de linhagens e *inkosis*. KRUGER, Alet; GREARSON, Penny (eds.). *Afrikaans-English, English-Afrikaans dictionary: with over 28.000 entries*. Glasgow: Geddes & Grosset, 2014, p.82. "*Umuzi*", em isiZulu. BRYANT (1905), op. cit., p.03; 64. Cf. "*Munti* [ou Muti]" em SITO, op. cit., p.190; 195.

³²⁵ ERSKINE (1869), op. cit., p.247-248. (tradução livre) ^(IV) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2. Cf. também *Estado de Gaza: entrevista realizada em Chola - Coolela - Mandlakazi (Gaza), 26-05-80*. Narrador(es): Musindo Nkomo; Carolina Macamo. Investigador(es): Dr. Gerhard Liesegang; António Rola; Mucojuane Mainga Vicente. Intérprete(s): - Local da entrevista: Chola - Coolela - Mandlakazi - Gaza. Data: 26 de maio de 1980. Língua: Tsonga. Edição de: Arquivo Histórico de Moçambique. Local: Maputo. Data: 26.05.80. Material: 01 cassete. Tempo: +-30min. Transcritor: Mucojuane Mainga Vicente. Págs.26. Tradutor: Mucojuane Mainga Vicente. T/T nº. GZ003. C. nº. 51(B) GZ 001 - Arquivo Histórico de Moçambique. Coleção de Fontes Orais da História. Fundo Gaza. Caixa 01. Gz.001 a Gz.009.

³²⁶ NEVES (1987), op. cit., p.16.

³²⁷ TILLY, Charles. *Contentious performances*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

António Rola e Mucojuane Mainga Vicente, do Arquivo Histórico de Moçambique.³²⁸

Transitando por entre os espaços em composição, os guerreiros decodificavam os contextos de significação, realinhando-os no jogo de forças. Os guerreiros de Mawewe eram ainda os de seu pai Manicusse, lendo os confrontos e posicionamentos dos centros de poder swazi e zulu e dos *trekkers*, britânicos e portugueses e inscrevendo a presença do *inkosi* em vínculos e conexões articulados referencialmente. Definindo os caminhos que podiam ser ou não cruzados, reorientavam os contatos em direção à ascendência de Mawewe e à proeminência ritual que buscava reafirmar a sua autoridade como sucessor.

³²⁸ *Estado de Gaza: entrevista realizada em Cholala - Coolela - Mandlakazi (Gaza), 26-05-80.* Narrador(es): Musindo Nkomo; Carolina Macamo. Investigador(es): Dr. Gerhard Liesegang; António Rola; Mucojuane Mainga Vicente. Intérprete(s): - Local da entrevista: Cholala - Coolela - Mandlakazi - Gaza. Data: 26 de maio de 1980. Língua: Tsonga. Edição de: Arquivo Histórico de Moçambique. Local: Maputo. Data: 26.05.80. Material: 01 cassete. Tempo: +-30min. Transcritor: Mucojuane Mainga Vicente. Págs.26. Tradutor: Mucojuane Mainga Vicente. T/T nº. GZ003. C. nº. 51(B) GZ 001 - Arquivo Histórico de Moçambique. Coleção de Fontes Orais da História. Fundo Gaza. Caixa 01. Gz.001 a Gz.009.

"Busquem... busquem-no e venham com ele para aqui!"

*"Foi o Manukuse que chegou em Chaimite. Chegou e morreu lá. Ficaram Muzila e Mawewe, que eram irmãos, filhos de Manukuse. Morreu Manukuse e eles zangaram-se..."*³²⁹

"...Manukuse deu uma pedra a Muzila e as armas ao Mawewe. O Muzila engoliu a 'pedra'.

• Quem lhe deu?

Foi o Manukuse, sim.

• Manukuse deu 'pedra' a Muzila?

*Sim, para reinar. E armas a este [Mawewe]. Instigava-os..."*³³⁰

Conservada em Moçambique por meio de memórias como as de Ngomakuyu Manave, Filimone Mayexane e Moisés Machel, a sucessão de Manicusse fazia emergir, ainda entre 1969 e 1978, a lembrança do conflito entre Mawewe e Muzila, desencadeado há mais de um século de suas próprias entrevistas.

Na imagem reconstituída do passado, a evocação de dois importantes signos de transmissão de poder - o seixo que, guardado no estômago do *inkosi*, era lançado pela boca no instante de sua morte; e as armas, igualmente repassadas por linha direta de descendência. Entre uma e outra estratégia ressaltada, a

³²⁹ *Entrevista com Ngomakuyu Manave.* Entrevistador: Dr. Gerhard Liesegang. Editor: Dr. Gerhard Liesegang. Local: Alto Shangane - Chibuto - Gaza. Data: 27.01.78. Línguas: tsonga. Material: dactilografado. Págs.08. TT nº. GZ022 - Arquivo Histórico de Moçambique. Coleção de Fontes Orais da História. Fundo Gaza. Caixa 03. Gz.17 a Gz.29.

³³⁰ *Entrevista com Filimone Mayexane; e Moisés C. Machel.* Investigador(es): Dr. Gerhard Liesegang. Local da entrevista: Madragoa (Chilembene) Limpopo (Chokwe) - Gaza. Data: 22 e 27/11/1969. Língua(s): tsonga. Edição de: AHM. Local: Maputo. Data: 1981. Material: C. Seka-SK70. Tempo:- Transcritor: Albino Dimene. Tradutor: Albino Dimene. TT nº. GZ017. C. nº 185. C. GZ024 - Arquivo Histórico de Moçambique. Coleção de Fontes Orais da História. Fundo Gaza. Caixa 03. Gz.17 a Gz.29.

possibilidade de superação dos processos de ruptura associados à morte: pela coragem (substancializada na pedra) - "*diz-se que, tradicionalmente, quando um rei está para morrer vomita uma 'pedrinha'. Esta pedrinha foi também vomitada pelo seu antecessor. Os sucessores também irão engolir a vomitar, assim sucessivamente. (...) esta 'pedrinha' é que dá personalidade e coragem ao rei*"³³¹ - ou pela força (das armas e regimentos), ambas instigadas à projeção e confirmação na guerra.

Em mesmo confronto, bases distintas de direitos consuetudinários: por um lado, Muzila se apoiando na premissa de ascendência de sua mãe como mulher primeira [*i-nkosikazi*³³²] de Manicusse - oriunda das interações estabelecidas no curso da expansão - e, de outro, Mawewe, filho do casamento para o qual haviam todos contribuído e herdeiro legítimo do poder, segundo o princípio orientador de sucessão entre os grupos de origem de seu próprio pai. Em ambos, os signos destacados e associados por Ngomakuyu, Filimone e Moisés à movimentação do *inkosi* nguni pelos territórios: ânimo e destemor, provindo do contato com as populações; projeção de domínio, impulsionado na origem, renovado e integrado ao mesmo contato - agregados a Muzila e Mawewe, em reminiscência de uma vida anterior e como linhas de passado e presente.³³³

Apoiado por antigos conselheiros de seu pai, Mawewe assumiu o poder após a morte de Manicusse, por volta de 1858,³³⁴ reavivando, na sequência, os vínculos com o centro de poder swazi de Mswati II por meio do casamento com uma de suas filhas, como um símbolo significativo de aliança e reconhecimento de sua própria sucessão e ascendência. Mas o seixo dado a Muzila, tal como a

³³¹ Ibidem.

³³² BRYANT (1905), op. cit., p.319-320; SITOE, op. cit., p.229.

³³³ Sobre os diferentes direitos consuetudinários ao qual estavam ligados Mawewe e Muzila cf. SANTOS, Gabriela Aparecida dos. *Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do sul de Moçambique (1821-1897)*. São Paulo, 2007. Dissertação - Universidade de São Paulo, p.65-71.

³³⁴ NEVES (1987), op. cit., p.79; Idem. *África Oriental Portuguesa: exploração do rio Bembe. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882, 3ª série, nº 06, p.338.

prerrogativa em sepultar o *inkosi* - "era provavelmente o dever e direito do sucessor de mandar enterrar o predecessor e por isso cavar do buraco revestia-se de uma certa importância política" - fazia lembrar a existência de outra legitimidade:

Quando Manukuse ia morrer, disse: "busquem Muzila (...). Busquem-no e venham com ele para aqui!" Depois chegou o Muzila. E quando tinha chegado disseram-lhe que o pai dele tinha dito: "abre um buraco (uma cova) aqui!" Depois abriu o buraco. Logo que Mawewe acordou de manhã disse: "Quem abriu este buraco? Ontem à tarde ainda não estava aberto". Eles disseram: "as mulheres fizeram aquilo". [e Mawewe respondeu:] "Não, as mulheres não fizeram isso!". Depois Muzila riu-se dele...³³⁵

Quando morreu [Manukuse] mandaram fazer coval. Os conselheiros levaram o Muzila, à noite, para cavar um pouco e voltaram a tapar, com Mawewe já de dia. E estas covas?! – Perguntou o Mawewe. Disseram: 'crianças estiveram a brincar'. Enquanto não foram crianças. O Mawewe fez o coval, dizendo que o reinado lhe pertencia, mas não lhe pertencia. Quando o assunto chegou nessa posição, o Mawewe ouviu pelos espiões que disseram: Oh! Tenha cuidado. A escavação de que se admirou foi o Muzila que fez. Ele vai apoderar-se do reino. Depois de ouvir isto, foram outras pessoas dizer ao Muzila: 'Oh, o Mawewe já ouviu, cuidado'!³³⁶

Os primeiros enfrentamentos entre os guerreiros de Mawewe e Muzila teriam ocorrido já em 1860, com a vitória do novo *inkosi* forçando a retirada de seu irmão para Spelonken, um conjunto de pequenas colinas próximas a Zoutpansberg.³³⁷ O impulso gerado no sucesso do confronto intensificou o sentido de novas arregimentações e da guerra enquanto mecanismo de ascendência e sobredeterminação por Mawewe que, em novembro desse mesmo ano de 1860, conduzia outra (e simultânea) frente ofensiva (associada também à disputa pela

³³⁵ *Entrevista com Ngomakuyu Manave*. Entrevistador: Dr. Gerhard Liesegang. Editor: Dr. Gerhard Liesegang. Local: Alto Shangane - Chibuto - Gaza. Data: 27.01.78. Línguas: tsonga. Material: dactilografado. Págs.08. TT nº. GZ022 - Arquivo Histórico de Moçambique. Coleção de Fontes Orais da História. Fundo Gaza. Caixa 03. Gz.17 a Gz.29.

³³⁶ *Entrevista com Filimone Mayexane; e Moisés C. Machel*. Investigador(es): Dr. Gerhard Liesegang. Local da entrevista: Madragoa (Chilembene) Limpopo (Chokwe) - Gaza. Data: 22 e 27/11/1969. Língua(s): tsonga. Edição de: AHM. Local: Maputo. Data: 1981. Material: C. Seka-SK70. Tempo:- Transcritor: Albino Dimene. Tradutor: Albino Dimene. TT nº. GZ017. C. nº 185. C. GZ024 - Arquivo Histórico de Moçambique. Coleção de Fontes Orais da História. Fundo Gaza. Caixa 03. Gz.17 a Gz.29.

³³⁷ JUNOD, Henri A. *Usos e costumes dos bantu*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1996, vol. 02, p.507.

sucessão), especificamente contra Mahunja [ou Mahuntse], chefe da linhagem *Makwakwa*.

De acordo com Gerhard Liesegang, Mahunja teria partido da região do Bilene em direção a Inhambane após Manicusse retornar ao sul do rio Save e se estabelecer em Chaimite, entre 1838 e 1839.³³⁸ Ampliando o poder sobre as novas terras, Mahunja se tornou um importante chefe de linhagem, vindo a estabelecer, posteriormente, vínculos e contatos com Manicusse, tal como projeção de domínio sobre a vila de Inhambane, impondo "*vexames*" aos seus moradores, nas palavras do Governador Interino do Distrito; e "[prejudicando] *todas as transacções commerciaes*", segundo relatório da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.³³⁹

Com a morte de Manicusse, Mahunja passou a aceitar muitos dos que estavam ligados aos outros irmãos de Mawewe (mortos nos conflitos de sucessão), integrando um campo de tensão que alinharia, contextualmente, os portugueses de Inhambane aos antigos guerreiros ligados ao primeiro *inkosi* e repassados a Mawewe em descendência, como uma insígnia de poder - os munhambozes:

A guerra contra o Regulo Mahunja ficára concluída com o completo aniquilamento das forças do dito Regulo. Nos dias 12 a 16 de Novembro [de 1860] começaram a sair da Muconja (estacada do Regulo) muita gente a maior parte da qual se dirigiu para o campo occupado pelos munhambozes, nossos alliados, e alguma, em muito menor numero para o nosso acampamento.

³³⁸ LIESEGANG, Gerhard Julius. "A survey of the 19th century stockades of Southern Mozambique: the *khokholwene* of the Manjacaze area". In: *IN MEMORIAM António Jorge Dias*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura / Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974, p.307. Cf. também CUMBE, Mário José Chitaúte. *Os khokholo e a estrutura da etnia chope no século XIX: o problema da definição da cultura de uma população*. Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura da Universidade Eduardo Mondlane. Faculdade de Letras, Departamento de História. Maputo, 2000, p.29.

³³⁹ Moçambique. Notícias extrahidas dos boletins da Província do anno de 1861. Guerra contra o Mahunja. In: *ANNAES do Conselho Ultramarino - parte não official - série III, outubro de 1862*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868, p.89; Relatório dos Negócios do Ultramar apresentado á Camara dos Senhores Deputados, na sessão de 12 de janeiro de 1863, por S. Ex.^a o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar. Moçambique. In: *ANNAES do Conselho Ultramarino - parte não official - série IV, fevereiro de 1863*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868, p.05.

Entre aquella, se contava a familia do Mahunja. No dia 20 pela manhã alguns dos que se tinham apresentado se armaram repentinamente como poderam, e outros começaram a fugir. Tocou-se a rebate e para evitar maior desgraça, ou que todos os prisioneiros fugissem, empregou-se a força. A companhia de Infantaria carregando os amotinados matou 103 homens; escaparam-se contudo alguns durante o conflicto. Os munhambozes caíram também sobre os seus prisioneiros, dos quaes mataram grande numero, podendo também fugir alguns. Entre os mortos conta-se a mãe do Mahunja e um filho d'este. As mulheres e crianças, que se lhes marcaram, nada soffreram.³⁴⁰

Seguindo a narrativa do Governador Interino do Distrito de Inhambane,

Em 21 pelas 8 horas da manhã um piquete de caçadores que estava de observação á muconja, approximou-se d'ella sem encontrar resistencia, e tendo observado que havia mui pouca gente dentro da estacada, vieram dar parte. Tocou-se a reunir; no entretanto, os munhambozes que também tinham observado a pouca gente que se achava no recinto fortificado, ajudados por outros muitos dos seus que acudiram aos seus gritos e alaridos, entraram immediatamente na Muconja (...). Ao final, os munhambozes carregados de despojos saíram da Muconja. Diz-se que o Mahunja já tinha morrido antes da saída da sua família da estacada, e que seus irmãos foram todos mortos.³⁴¹

Acompanhando Mawewe após a morte de Manicusse, os munhambozes fluíam novamente por zonas fronteiriças, portando os múltiplos significados de sua própria presença e ação - interdição nos caminhos entre Inhambane e Zoutpansberg, em 1856; composição de força conjunta com a mesma vila portuguesa, em 1860. Associados aos *inkosis*, os guerreiros orientavam os diferentes processos envolvidos na construção de uma ascensão mais ampla, interagindo em meio aos interesses compartilhados de forma a articular o sentido de sua própria agência. Por isso, não apenas a guerra como uma sanção a Mahunja, tendente a constrangê-lo à submissão - ponto de confluência com os portugueses de Inhambane -, mas a ocupação da "*muconja*" e a sua apropriação completa como validação da proeminência de Mawewe como sucessor.

³⁴⁰ Moçambique. Notícias extrahidas dos boletins da Província do anno de 1861. Guerra contra o Mahunja. In: *ANNAES do Conselho Ultramarino - parte não official - série III, outubro de 1862*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868, p.89.

³⁴¹ Ibidem. Cf. também LIESEGANG (1967), op. cit., p.74-75; Idem (1987), op. cit., p.31.

A guerra de sucessão que, por um lado, aproximava Mawewe e os portugueses de Inhambane, impulsionava outras (e novas) conexões, centradas em Muzila. Tal como seu irmão que havia buscado apoio na aliança com o centro de poder swazi, Muzila se esforçou para ligar a si as ambivalências dos reordenamentos traçados e introduzidos por Mawewe, reinscrevendo-as em termos de disjunção política e pretensões concorrentes.

O aprofundamento da conformação regimental como uma compressão social (associada aos signos de ruptura já prefigurados na morte de um *inkosi*) constam nos escritos de Vincent Erskine - "*...matando todos os homens inaptos para a batalha, em função da idade ou por outro motivo, os jovens pensavam que, mortos os velhos, Mawewe se voltaria para todos os demais...*"³⁴² - e na entrevista de Musindo Nkomo, mencionada no capítulo anterior:

O Mavévé diz que quer governar com catana (isto é, despoticamente) continuamente. Depois o Mavévé disse que queria reinar, observando as nuvens. Afinal não se referia, verdadeiramente, às nuvens, mas, sim, ao seu exército numeroso. Diz que iria fazer droga para exterminar os velhos. Ficariam só os novos - pensava ele. (...) a sua ideia [era] aniquilar aqueles de cabelos brancos (os velhos) e poupar os de cabelos pretos (os novos).³⁴³

Em ambos os documentos, o sentido de que a experiência havia reforçado a percepção de Muzila como possibilidade enunciativa de outra recomposição, tal como entre aqueles sob o risco de se verem deslocados nas hierarquias de poder, mencionados por Diocleciano na reconstituição de seu encontro com o irmão de Mawewe:

³⁴² ERSKINE (1869), op. cit., p.247-248. (tradução livre)

³⁴³ *Estado de Gaza: entrevista realizada em Cholala - Coolela - Mandlakazi (Gaza), 26-05-80.* Narrador(es): Musindo Nkomo; Carolina Macamo. Investigador(es): Dr. Gerhard Liesegang; António Rola; Mucojuane Mainga Vicente. Intérprete(s): - Local da entrevista: Cholala - Coolela - Mandlakazi - Gaza. Data: 26 de maio de 1980. Língua: Tsonga. Edição de: Arquivo Histórico de Moçambique. Local: Maputo. Data: 26.05.80. Material: 01 cassete. Tempo: +-30min. Transcritor: Mucojuane Mainga Vicente. Págs.26. Tradutor: Mucojuane Mainga Vicente. T/T nº. GZ003. C. nº. 51(B) GZ 001 - Arquivo Histórico de Moçambique. Coleção de Fontes Orais da História. Fundo Gaza. Caixa 01. Gz.001 a Gz.009.

No dia seguinte [03 de novembro de 1860], pelas duas horas da tarde, cheguei às primeiras povoações de vátuas, na terra em que Muzila, filho do Manicusse e irmão do Maueva, estava refugiado. Como tinha desejo de o ver, perguntei se a povoação dele ficava em caminho. Disseram-me que não. Era necessário desviar-me um quarto de légua. Apesar disso, resolvi lá ir. Eu já conhecia o Muzila desde 1857, ano em que naufraguei em Inhambane, donde parti para Lourenço Marques, por terra. Quando atravesssei o país do Manicusse, que vivia então, estive em casa do Muzila, que me tratou muito bem (...). Não o encontrei em casa: havia ido à povoação da irmã mais velha, que estimava muitíssimo. Foram chama-lo. Chegou passados vinte minutos, com a irmã e onze mulheres suas, acompanhados de um séquito de cinquenta vátuas. Aproximou-se de mim e apertou-me a mão (...). Em seguida, fui cumprimentado pela irmã e mulheres dele, pelo secretário grande que se chamava Samesol e por último por Encame, primo dele, e filho do general em chefe do exército de Manicusse.³⁴⁴

Após dispensar a presença dos demais, para manter apenas Samesol, Encame e Diocleciano, Muzila teria contado sobre uma guerra enviada por Mawewe "*à terra de Cossa*", na margem esquerda do rio Sabie,

por ocasião de se recolherem os mantimentos das searas, com o fim de matar o régulo Magude e colocar em seu lugar um tio dele. Esta guerra é movida por Bomana, filho do secretário grande do Maueva, ao qual o tio de Magude dera uma porção de cargas de fazenda, prometendo dar-lhe mais, depois de feita a guerra. Se isto se chegar a realizar, proporcionar-me-á a melhor das ocasiões para eu me apresentar no meu país como seu legítimo rei. A guerra que o Maueva expedir deverá ser acompanhada por dois homens meus, a fim de avisarem os habitantes das povoações de Cossa, doze horas antes de lá entrarem os do Maueva, cujo espaço de tempo é suficiente para o Magude fugir com toda a sua gente, mandando matar por esta ocasião o tio dele. Quatro ou cinco meses depois da guerra, abandono estas terras de Beja com toda a minha gente, e marcho a reunir-me a Magude, que deverá estar com todos os seus nas margens do rio Imbelule [Elefantes].³⁴⁵

Dos deslocamentos gerados por Mawewe em referência às novas lealdades, Muzila direcionava as ascendências revolvidas para um campo de ação onde a força de *hósís* como Magude - ponto de confluência das linhagens que se

³⁴⁴ NEVES (1987), op. cit., p.78.

³⁴⁵ Ibidem, p.28; 32; 35; 37; 40-41; 80-81; 112; 117; 145; 151. De acordo com Clapperton Chakanetsa Mavhunga, professor no Massachusetts Institute of Technology, "*Beja*" era a forma em português para "*Vhezha*", nome aplicado ao território ocupado pelos falantes de vaVenda na região de Zoutpansberg. MAVHUNGA, Clapperton Chakanetsa. *Transient workspaces technologies of everyday innovation in Zimbabwe*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 2014, p.76.

reconheciam como descendentes de Khoça (antigo chefe elevado a ancestral mítico) - representava uma base significativa de luta em reverso. Era essa a "*nação mais poderosa tributária a Mawewe*", à qual haveria de ser enviada ainda outra (e segunda) guerra como parte da cerimônia que selaria o seu casamento com uma das filhas de Mswati II, em 1861, e que Muzila buscava integrar como signo de uma compressão mais ampla por Mawewe, reanimando a sua identificação como o filho trazido para abrir o coval de Manicusse.

Também o desvio de Diocleciano, indo ao encontro de Muzila, atrelava-se à disposição de Mawewe em fazer assentar uma autoridade política e cerimonial distintiva, centrada na força guerreira que era disposta nos caminhos que levavam ao centro de poder swazi e, igualmente, nas rotas de caça e comércio de marfim.³⁴⁶ As interdições experimentadas na interação com os guerreiros de Mawewe e codificadas por Diocleciano como "*correrias e extorsões*", aproximaram-no de Muzila e da circulação de distinções articuladas a partir do contraste entre direitos consuetudinários. Assim, após marcar "*a guerra à terra de Cossa*", Muzila seguiria observando:

é certo que a minha gente reunida à do Magude representa um corpo de exército bastante numeroso; todavia, seria muito insignificante em presença das numerosas hostes do Maueva. Para vence-las, ser-me-ia necessário o auxilio de mais uma nação amiga. Ultimamente os do Maueva nas suas intermináveis correrias têm feito toda a qualidade de roubos e vexames, tanto aos pretos como aos brancos de Lourenço Marques. Apresenta-se pois um ensejo favorável ao vosso governo para corrigir o Maueva, combinando com o régulo Maxaquene, de, em ocasião oportuna, reunir a mim toda a força de Mfumo [Mpfumu], para irmos expulsa-lo das terras de Gaza. Eis, aqui, tendes, o segredo importante que eu tinha escondido no coração, e que de toda a minha gente que está nas terras de Beja, só estes dois conhecem [Samesol e Encame] (...). Confio-vos este segredo, porque vos conheço há muito tempo e sois meu amigo, e nesta qualidade podeis concorrer muitíssimo, fazendo resolver o governador de

³⁴⁶ Cf. BONNER (1983), op. cit., p.97.

Lourenço Marques e o Maxaquene a realizar a combinação que acabei de indicar-vos.³⁴⁷

De acordo com a resposta do comerciante de marfim, a proposta "*seria bem acolhida, não só pelo governador e pelo Maxaquene, como por todos os brancos de Lourenço Marques*", mas havia tamanha gravidade em tal combinação que "*a menor imprudência perder-vos-ia e comprometeria muitíssimo o distrito de Lourenço Marques*" e, por isso,

acho de todo ponto conveniente que o governador ignore a combinação até à ocasião de sucederem os acontecimentos, porque podia ele confiar o segredo a algum amigo que imprudentemente o divulgasse. É porém indispensável tratar antecipadamente com o Maxaquene. (...) Chegado a Lourenço Marques, falarei então com o Maxaquene sobre este assunto e do que se resolver ser-vos-á comunicado por um secretário dele. Quando se efectuar a vossa junção com o Magude, é então que deveis mandar pedir auxílio ao governador.³⁴⁸

Nos meses seguintes, Diocleciano se dedicou a vender o marfim que havia reunido em sua "*grande expedição a Zoutpansberg*" e, antes mesmo de iniciar a volta para Lourenço Marques, enviou um de seus ajudantes para informar Maxaquene - *hósi* nas terras "*Mfumo*" [Mpfumu], ao norte da Baía de Maputo - sobre os planos de Muzila.³⁴⁹ Retido em uma das vertentes do rio Incomati (aguardando a passagem da "*embaixada, para acompanhar a futura rainha* [filha de Mswati II] *a casa do seu real esposo* [Mawewe]" em junho de 1861) e redefinindo continuamente o percurso da volta de forma a evitar cada possibilidade de encontro com os guerreiros de Mawewe, Diocleciano chegou, finalmente, a Lourenço Marques em 09 de julho.³⁵⁰

Em outubro, Muzila partiu da região de Zoutpansberg, unindo as suas forças às de Magude - "*refugiado com os seus nas margens do rio Imbelule* [Elefantes]" - e

³⁴⁷ NEVES (1987), op. cit., p.80-81.

³⁴⁸ NEVES (1987), op. cit., p.81.

³⁴⁹ Ibidem, p.89; ROCHA, op. cit., p.178; 181; LIESEGGANG (1987), op. cit., p.24-31.

³⁵⁰ NEVES (1987), op. cit., p.151; 164.

seguindo em direção a Lourenço Marques. No caminho, enfrentaram e venceram os regimentos enviados por Mawewe, em batalha às margens do rio Matola no final de novembro, encontrando-se logo após com as autoridades portuguesas, que autorizaram as populações do Distrito de Lourenço Marques consideradas avassaladas pela Coroa portuguesa a participarem da guerra, tal como os caçadores de negociantes de marfim, como Diocleciano Fernandes das Neves e Ignácio José de Paiva Raposo.³⁵¹

Assumida em meio aos inúmeros grupos de interesse, de diferentes escalas e importância política variável, a posição do Governador do Distrito, Onofre Lourenço Paiva de Andrade, se sobrepôs à anterior associação de Inhambane com Mawewe e, igualmente, à tentativa do presidente da República Sul-Africana [*Zuid-Afrikaansche Republiek* ou ZAR] em articular uma ação conjunta na guerra, pelo qual se considerava também afetado pelo fechamento dos caminhos de caça e do comércio de marfim e pela cobrança de tributos pelo novo *inkosi*. Lendo com certa desconfiança o ofício que, nesse sentido, havia sido enviado ao então vice-cônsul português, João Albasini, o governador declinou da oferta, incerto quanto aos riscos de um envolvimento "externo" em "terras portuguesas", centrando o esforço de apoio a Muzila na convocação das "*forças do districto de Lourenço Marques*", entre elas a de Maxaquene.³⁵²

Seguido por esses destacamentos, Muzila avançou em marcha e, "*na madrugada do oitavo dia*", pôde avistar "*o exercito do Mahuéoé, formado em ordem de combate, em um lugar distante do [rio] Bembe [Limpopo], obra de quatro horas de caminho*".³⁵³ As frentes lutaram (pela segunda vez) em dezembro de 1861, com

³⁵¹ Idem (1882), op. cit., p.340-342; ROCHA, op. cit., p.179; GRANDJEAN, op. cit., p.83-84.

³⁵² SANTOS (2007), op. cit., p.34-35.

³⁵³ NEVES (1882), op. cit., p.341-342.

a derrota forçando Mawewe a buscar o amparo de Mswati II para uma nova investida que, em fevereiro do ano seguinte, abateu os regimentos de Muzila.³⁵⁴ Retirando-se para o território no entorno do rio Búzi - onde havia se estabelecido anteriormente por associação às conquistas de seu pai Manicusse³⁵⁵ -, Muzila reorganizou, entretanto, as suas forças e, em agosto, os seus guerreiros se encontravam outra vez no campo de batalha, impondo um revés definitivo ao irmão.³⁵⁶

4.1. Armas a Mawewe, pedras a Muzila: novas recomposições em incessante "ordem de combate"

"Foi expulso o Mavévé que foi morrer na Swazilândia...", contava Musindo Nkomo em maio de 1980.³⁵⁷ Recolhendo as suas tropas, para se fixar nas terras sob

³⁵⁴ "• Intérprete: *Esses são de Mawewe?* • Entrevistado: *Sim, fogem os de Mawewe.* • Intérprete: *Fingiram ser derrotados.* • Entrevistado: *Fingiram ser vencidos. Mas fugiram porque estavam sendo massacrados. Quando o Muzila entrou o Mawewe fugiu.* • Intérprete: *Para o Norte?* • Entrevistado: *Sim, dirigiu-se para o Norte, aos seus avós, na Swazilândia.* • Intérprete: *Foi pedir soldados* • Entrevistado: *Foi pedir...*". *Entrevista com Filimone Mayexane; e Moisés C. Machel*. Investigador(es): Dr. Gerhard Liesegang. Local da entrevista: Madragoa (Chilembene) Limpopo (Chokwe) - Gaza. Data: 22 e 27/11/1969. Língua(s): tsonga. Edição de: AHM. Local: Maputo. Data: 1981. Material: C. Seka-SK70. Tempo:- Transcritor: Albino Dimene. Tradutor: Albino Dimene. TT nº. GZ017. C. nº 185. C. GZ024 - Arquivo Histórico de Moçambique. Coleção de Fontes Orais da História. Fundo Gaza. Caixa 03. Gz.17 a Gz.29. Cf. também BONNER (1983), op. cit., p.97-99.

³⁵⁵ "Memória sobre Sofalla oferecida ao Ilmo. e Exmo. Snr. Rodrigo Luciano de Abreu de Lima Governador Geral da Província de Moçambique por seo author João Julião da Silva. Sofalla 08 de agosto de 1844". In: FELICIANO; NICOLAU, op. cit., p.90; Relatório feito pelo Comandante Militar do Distrito de Sofala ao Governador Geral da Província em 22 de junho de 1844. Arquivo Histórico Ultramarino. Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. Direção Geral do Ultramar. Moçambique. 1837-1933.

³⁵⁶ NEVES (1882), op. cit., p.343; ofício enviado por Onofre Lourenço d'Andrade, Governador do Distrito de Lourenço Marques, ao Governador Geral da Província de Moçambique, em 15 de outubro de 1862. Arquivo Histórico Ultramarino. Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. Direção Geral do Ultramar. Moçambique. 1862. Pasta 29. AHU-ACL-SEMU-DGU. Nv.1311.

³⁵⁷ *Estado de Gaza: entrevista realizada em Cholala - Coolela - Mandlakazi (Gaza), 26-05-80*. Narrador(es): Musindo Nkomo; Carolina Macamo. Investigador(es): Dr. Gerhard Liesegang; António Rola; Mucojuane Mainga Vicente. Intérprete(s): - Local da entrevista: Cholala - Coolela - Mandlakazi - Gaza. Data: 26 de maio de 1980. Língua: Tsonga. Edição de: Arquivo Histórico de Moçambique. Local: Maputo. Data: 26.05.80. Material: 01 cassete. Tempo: +-30min. Transcritor: Mucojuane Mainga Vicente. Págs.26. Tradutor: Mucojuane Mainga Vicente. T/T nº. GZ003. C. nº. 51(B) GZ 001 - Arquivo Histórico de Moçambique. Coleção de Fontes Orais da História. Fundo Gaza. Caixa 01. Gz.001 a Gz.009; cf. também NEVES (1882), op. cit., p.343; carta enviada por João Tavares de Almeida, Governador Geral da Província de Moçambique, ao Ministro e Secretário de Estado dos

a ascendência de Mswati II e se colocar sob a sua proteção, Mawewe observaria, a distância, Muzila assumir como o novo sucessor de Manicusse, revelando como a presença europeia podia ser assimilada, transformada e instrumentalizada no processo de redefinição dos signos identitários, envolvendo a ação guerreira.³⁵⁸ No dinâmico enquadramento das confrontações em meio às redes de poder e relações estabelecidas em uma região conformada por interconexões, a interação com os portugueses de Lourenço Marques confluía para o processo de definição de qual ascendência marcaria os sinais diacríticos entre os ngunis, gerando formas novas de organização e reconhecimento, apoiadas em interesses políticos e econômicos compartilhados.³⁵⁹

Assim, já nas primeiras vitórias de Muzila, inicia-se a conversão mais profunda de Mawewe em "*feroz (...) sucessor do Manicusse*", "*perverso e sanguinário regulo*", ainda que justaposta à lembrança da guerra a Mahunja, conduzida com a participação do governo português em Inhambane.³⁶⁰ Nesse contexto, é possível

Negócios da Marinha e Ultramar, em 28 de junho de 1862. Arquivo Histórico Ultramarino. Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. Direcção Geral do Ultramar. Moçambique. 1862. Pasta 29. AHU-ACL-SEMU-DGU. Nv.1311; e Moçambique. Guerra contra o regulo Mauéva. In: *ANNAES do Conselho Ultramarino - parte não oficial - série IV, agosto de 1863*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868, p.71-73.

³⁵⁸ Cf. DIAS, Jill R. "Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico". In: BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (orgs.). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007, p.338.

³⁵⁹ "...se há um ponto que é relativamente aceito por um certo número de africanistas, é o de que as formas de organização social que podemos observar na África pré-colonial são o produto dos fenômenos de diástole e sístole, de um vai-e-vem constante, em um processo de composição, decomposição e recomposição que se desenvolve no interior de um espaço continental...". AMSELLE, op. cit., p.28. (tradução livre)

³⁶⁰ "Já em Novembro antecedente [1860], o districto de Inhambane havia ficado livre do regulo Mahunja, que, tendo expulsado havia tempos o legitimo possuidor, se apossara das respectivas terras, d'onde avexava os régulos fieis, e prejudicava todas as transacções commerciaes. Aniquiladas completamente as suas forças, foi investido na posse das mesmas terras o regulo Inhamuruluga, renovando por essa ocasião o juramento de preito e vassallagem á Corôa de Portugal, que sempre alli se havia prestado...". Carta enviada por João Tavares de Almeida, Governador Geral da Província de Moçambique, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, em 09 de abril de 1862. Arquivo Histórico Ultramarino. Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. Direcção Geral do Ultramar. 1ª Repartição. Moçambique. Caixa 1862. nº de ordemº: 1310 - Pasta 28; Moçambique. Guerra contra o regulo Mauéva. In: *ANNAES do Conselho Ultramarino - parte não oficial - série IV, agosto de 1863*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868, p.71-73; Relatório dos Negócios do Ultramar apresentado á Camara dos Senhores Deputados, na sessão de 12 de janeiro de 1863,

que a construção da memória na sobreposição dos tempos o tenha convertido em figura de significação, capaz de expressar e integrar experiências passadas e presentes das populações em contato.

Em *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, a professora Ecléa Bosi acompanha, com Henri Bergson, os movimentos de expansão que a memória individual realiza de modo a localizar, espacial e temporalmente, um objeto referenciado:

Explicitando, pode-se dizer que a memória apresenta vários círculos, de extensão desigual. "O mais estreito, A, é o mais próximo da percepção imediata. Ele só contém o objeto com a imagem consecutiva que vem cobri-lo. Atrás dele, os círculos B, C, D, cada vez mais largos, respondem a esforços nascentes de expansão intelectual. É o todo da memória que entra, em cada um desses circuitos, já que a memória está presente sempre: mas essa memória, que a sua elasticidade permite dilatar indefinidamente, reflete sobre o objeto um número crescente de coisas sugeridas, ora detalhes do próprio objeto, ora detalhes concomitantes que possam contribuir para esclarecê-lo. Assim, depois de ter reconstruído o objeto apercebido, à maneira de um todo independente, nós reconstituiremos, com ele, as condições cada vez mais longínquas com as quais ele forma um sistema. (...) Vê-se que o progresso da atenção tem por efeito criar de novo não somente o objeto apercebido, mas os sistemas, cada vez mais vastos, aos quais ele pode vincular-se...".³⁶¹

"...foi expulso o Mavévé que foi morrer na Swazilândia...", contava Musindo Nkomo, em maio de 1980, para então acrescentar: "*devido a sua ideia de aniquilar aqueles de cabelos brancos (os velhos) e poupar os de cabelos pretos (os novos)*":

o Mavévé diz que quer governar com catana (isto é, despoticamente) continuamente. Depois o Mavévé disse que queria reinar, observando as nuvens. Afinal não se referia, verdadeiramente, às nuvens, mas, sim, ao seu exército numeroso. Diz que iria fazer droga para exterminar os velhos. Ficariam só os novos - pensava ele. Foi expulso o Mavévé que foi morrer na

por S. Ex.^a o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar. Moçambique. In: *ANNAES do Conselho Ultramarino - parte não official - série IV, fevereiro de 1863*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868, p.05-08.

³⁶¹ BERGSON, Henri. "L'âme et le corps". In: BERGSON, Henri. *Oeuvres*. Paris: PUF, 1959, p.250 apud BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.50.

Swazilândia, devido a sua ideia de aniquilar aqueles de cabelos brancos (os velhos) e poupar os de cabelos pretos (os novos).³⁶²

Assim posta, a lembrança revela a dimensão humana de um acontecimento que marcou a vida de outras pessoas e que, ao ser inúmeras vezes recontado, fixou-lhe o conteúdo e a forma com um lastro comunitário de reflexões, saturando-o com uma força que resistiu ao tempo de uma vida. Na reconstituição desse mesmo passado, o sentido impresso de comportamento arbitrário - marcado por seu avô, tal como por Vincent Erskine³⁶³ - atravessando épocas, como um eco capaz de entrelaçar as múltiplas vivências de compressão social, com os *inkosis*, o colonialismo e as estratégias de construção de identidade e Estado-nação em Moçambique pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), integradas à proposta de formação do "*homem novo*", tão pulsante nos anos de 1980.

Ainda de acordo com Ecléa Bosi, é pouco provável que a lembrança recupere em estado "puro" a experiência porque, entre os dois pontos da vida, outros acontecimentos se sobrepuseram aos primeiros, novas relações sociais foram sendo agregadas e, com elas, recomposições sucessivas do mesmo fato, trabalhado pela expansão intelectual do indivíduo e do grupo ao qual se integra e reconhece como pertencendo nos vários estágios de sua própria existência. A

³⁶² *Estado de Gaza: entrevista realizada em Cholala - Coolela - Mandlakazi (Gaza), 26-05-80.* Narrador(es): Musindo Nkomo; Carolina Macamo. Investigador(es): Dr. Gerhard Liesegang; António Rola; Mucojuane Mainga Vicente. Intérprete(s): - Local da entrevista: Cholala - Coolela - Mandlakazi - Gaza. Data: 26 de maio de 1980. Língua: Tsonga. Edição de: Arquivo Histórico de Moçambique. Local: Maputo. Data: 26.05.80. Material: 01 cassete. Tempo: +-30min. Transcritor: Mucojuane Mainga Vicente. Págs.26. Tradutor: Mucojuane Mainga Vicente. T/T nº. GZ003. C. nº. 51(B) GZ 001 - Arquivo Histórico de Moçambique. Coleção de Fontes Orais da História. Fundo Gaza. Caixa 01. Gz.001 a Gz.009.

³⁶³ ". Dr. G. Liesegang: *Quem ensinou a História que está a contar?* . Musindo: *O meu avô...*". *Estado de Gaza: entrevista realizada em Cholala - Coolela - Mandlakazi (Gaza), 26-05-80.* Narrador(es): Musindo Nkomo; Carolina Macamo. Investigador(es): Dr. Gerhard Liesegang; António Rola; Mucojuane Mainga Vicente. Intérprete(s): - Local da entrevista: Cholala - Coolela - Mandlakazi - Gaza. Data: 26 de maio de 1980. Língua: Tsonga. Edição de: Arquivo Histórico de Moçambique. Local: Maputo. Data: 26.05.80. Material: 01 cassete. Tempo: +-30min. Transcritor: Mucojuane Mainga Vicente. Págs.26. Tradutor: Mucojuane Mainga Vicente. T/T nº. GZ003. C. nº. 51(B) GZ 001 - Arquivo Histórico de Moçambique. Coleção de Fontes Orais da História. Fundo Gaza. Caixa 01. Gz.001 a Gz.009; ERSKINE (1869), op. cit., p.247-248.

nitidez da memória não deve, por isso, ser avaliada isoladamente, mas em relação com a experiência social do grupo, considerando a relação entre o ato de lembrar e o relevo (existencial e social) do fato recordado por aquele que recorda.³⁶⁴

Nesse contexto, Muzila podia emergir como uma reminiscência evocando a capacidade de se conferir outra direção aos eventos e de influir sobre os seus desenvolvimentos, como uma contraparte de experiências explicadas em termos de arbitrariedade e constrição, a serem igualmente salvas do esquecimento. A possibilidade de reversão, expressa na existência de legitimidade distinta, era confirmada ainda na imagem dos mais velhos (e conselheiros) trazendo Muzila a pedido do *inkosi* - "*quando Manukuse ia morrer, disse: 'busquem Muzila (...). Busquem-no e venham com ele para aqui!'*",³⁶⁵ tal como pelos desdobramentos da guerra - com o apoio das autoridades portuguesas justapondo-as entre aqueles que, em algum tempo, haviam procurado Muzila para abrir o coval de Manicusse.

4.2. A "grande cerimonia solemne da purificação dos guerreiros"

Ampliando a intensidade de sua força para além do tempo de sua própria ação, encontrava-se Muzila fazendo confluir para si a capacidade dos guerreiros em produzir agência em presença, sustentando a intenção manifesta pelo *inkosi*. Após a primeira vitória no enfrentamento com Mawewe, em novembro de 1861,

³⁶⁴ BOSI, op. cit., p.44-65; "*Os lapsos de tempo não se encaixam simplesmente nos outros segundo quantidades numéricas, os dias nos anos, os anos nos séculos. De modo geral, os problemas relacionados à extensão do tempo não esgotam a questão do tempo humano. Na própria medida em que a extensão reflete uma dialética de intenção e distensão, a extensão do tempo não tem apenas um aspecto quantitativo em resposta às perguntas: faz quanto tempo? por quanto tempo? em quanto tempo? Tem um aspecto qualitativo de tensão graduada*". RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010, vol. 01, p.143.

³⁶⁵ *Entrevista com Ngomakuyu Manave*. Entrevistador: Dr. Gerhard Liesegang. Editor: Dr. Gerhard Liesegang. Local: Alto Shangane - Chibuto - Gaza. Data: 27.01.78. Línguas: tsonga. Material: dactilografado. Págs.08. TT nº. GZ022 - Arquivo Histórico de Moçambique. Coleção de Fontes Orais da História. Fundo Gaza. Caixa 03. Gz.17 a Gz.29.

Diocleciano descreveu a "*grande cerimonia solemne da purificação dos guerreiros*", conduzida por Muzila:

Depois que o exercito aliado acabou de enterrar os cadáveres dos seus, veio encontrar-se com o Muzila e o Magude que, a esse tempo se achavam em Lourenço Marques. A maior parte dos guerreiros só podia comer com a mão esquerda, por não poder fazer uso da direita, emquanto não houvessem sido purificados ou *mésinhados* pelo próprio Muzila, cerimonia que se realizou três dias depois da chegada das forças em um campo a uns 2 kilometros da villa portugueza. (...) Formaram todos em circulo em volta do Muzila e dos seus grandes. De vez em quando saía um guerreiro do circulo brandindo a zagaia e dando saltos descompostos ao som de medonhas exclamações, como se estivessem realmente n'um combate; e alguns dos que maior numero de victimas tinham feito vinham, com uma só zagaia, e com a mesma attitude bélica, levantando nuvens de poeira até se approximarem do Muzila, quebrando então a zagaia e lançando-lhe aos pés os pedaços. Significava isto que estavam promptos a dar por elle a vida. Passada uma hora n'estes exercícios militares (...) foram então introduzidos no grande circulo dez bois, dos quaes um foi immediatamente morto por um vigoroso golpe de zagaia, despedido pelo Muzila, direto ao coração do animal. Toda a gente gritou então a um tempo "*baéte*", saudação respeitosa que equivale a "*viva o rei!*" Os restantes nove bois foram igualmente mortos á zagaia por pretos que não tinham figurado na guerra. Emquanto uns esfolavam os bois, outros traziam as panellas com as raízes já cosidas e depunham-nas ao pé do Muzila, procedendo-se então á grande cerimonia solemne da purificação dos guerreiros. Muzila soltou um collar de pedacinhos de raízes variadas que trazia ao pescoço, e escolhendo d'entre ellas as que julgou mais próprias e mais aromáticas, raspou com uma zagaia algumas aparas que deitou n'uma panella pequena. Em seguida tirou o *majovo*, ou tanga de tiras de pelles de animaes, e ficou nu. Segundo a etiqueta cafreal esta nudez não era, porém, completa; por isso que, usando os negros tapar o extremo do membro com uma pequena cabaça, mais ou menos artisticamente lavrada, que a elle se adapte, emquanto esta se não tira suppõe-se o individuo muito decente para apparecer diante de toda a gente, inclusive das donzellas, sem que o seu pudor, possa revoltar-se. Um *mésinheiro* real, espécie de sacerdote, feiticeiro e doutor, chamado também gagaista, chegou-se a elle com um pratinho de madeira na mão, em que se continha uma infusão de raiz de especial virtude, e mergulhando n'ella os dedos aspergiu o peito do monarcha. O Muzila então deitou em cada panella uma pitada das raízes, que depois agitou vigorosamente de envolta com cosimento das outras raízes. Concluída a manipulação chegou-se aos guerreiros, seguido pelos rapazes que levavam as panellas, e tirando um punhado de raízes começou a aspergir os soldados. (...) Percorreu assim todo o circulo, e quando terminou a operação ergueu-se de todos os peitos um grito unisono e vigoroso "*baéte*". Estava concluída a cerimonia da purificação; os soldados estavam

reabilitados; já podiam fazer uso da mão direita. Lançaram-se então todos sobre as rezes mortas, despedaçaram-nas, açaram-nas nas brazas e devoraram tudo em menos de quarenta minutos.³⁶⁶

Associada à vitória, é possível que a cerimônia tenha se repetido em outros eventos de confronto como um ato significativo e significante, revelando aspectos importantes dos vínculos entre o *inkosi*, seus guerreiros e o processo de expansão de poder.

Entre os regimentos, supunha-se que todo homem responsável pela morte de outro em batalha contraía, potencialmente, "*i-Zembe*", que o missionário inglês Alfred Bryant traduziu como uma doença cujos sintomas incluíam diarreia e sangramentos da bexiga ou do estômago, podendo levar à loucura.³⁶⁷ Para afastá-la, era preciso passar por uma cerimônia de purificação chamada "*isi-Qungo*"³⁶⁸ e definida em sinonímia com outro termo precedente e mais antigo - "*gQunga*"-, significando a ação de "*descolorir*" ou "*tornar uma aparência suja e enlameada*", "*como a pele esmaecida pela doença ou pela morte*" ou "*uma zagaia enferrujada*".³⁶⁹

Tal como sugerida por Bryant, "*isi-Qungo*" (purificar) e "*gQunga*" (sujar) comportavam, entretanto, sentidos contrários e dificilmente equivalentes se não considerada uma simultaneidade que incluísse, também, uma dimensão de transmutação capaz de aproximar os extremos e reconciliar o aparente paradoxo.

³⁶⁶ NEVES (1882), op. cit., p.340-341.

³⁶⁷ BRYANT (1905), op. cit., p.725; LIENGME, op. cit., p.114. Cf. também SITO, op. cit., p.248; 258: "*nurhu (mu-mi) (minurhu/milurhu) 1. espírito do morto que procura vingar-se de quem o matou. 2. estado de quem está possuído por esse espírito. [cf. mulhíwa, xígónó]. 3. (fig.) apreensão; mau pressentimento; remorso*"; "*nzhúlá v.i. andar errante, sem destino fixo; vaguear. [cf. -tséndzéléka]. / zúlá; nzhúlulwána II. (mu) (sem plural) tontura, vertigem, oura*"; e HONWANA, op. cit., p.53: "*Os espíritos dos mortos exercem uma poderosa influência sobre os vivos e por isso, para que haja harmonia, os indivíduos têm que os acomodar e seguir a sua vontade*".

³⁶⁸ BRYANT (1905), op. cit., p.550.

³⁶⁹ Ibidem, p.202; 549; 725. (tradução livre) Cf. também SITO, op. cit., p.258; 274: "*-nzvhíhálá v.i. sujar-se; ficar, estar sujo. sin. -nchima, -ngqholá*"; "*-phutula v.t. reabilitar...*"; e JUNOD, Henri-Alexandre. *Usos e costumes dos Bantu*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1996, vol. 01, p.421: "*Os que mataram devem lurhula tiyimpi tavu, expulsar o nurhu que os persegue depois da expedição sanguinária (lurhula vem de nurhu, pl. milurhu)*".

Por isso, é importante observar que, tomada como um golpe no *continuum* da existência, a morte induzida por outrem produzia um resíduo que fluía da experiência de ruptura trágica e mantinha preso em seu último momento aquele que deixava de viver. Somente o autor daquela morte podia resgatá-la e reconduzi-la ao ciclo da existência em uma cerimônia de "*isi-Qungo*", a qual restaurava a unidade julgada partida e, em tempos de guerra, a reverenciava como um ato de coragem a ser integrado à vida do *inkosi*. Nesse ponto em que a morte assumia um significado social, o guerreiro podia portar em si tanto o princípio de "*qGunga*" quanto de "*isi-Qungo*" - perpetrando a morte, mas a reorientando; mantendo a mão interdita até purificá-la; e livrando a zagaia do risco de uma ferrugem que pudesse assemelhá-la à pele esmaecida pela morte.³⁷⁰

Se após a batalha, em novembro de 1861, as mortes reencenadas pelos guerreiros confluíam para o *inkosi*, era ele o primeiro a ser purificado, incorporando-as como a energia necessária à guerra, expressa com o "*vigoroso golpe*" no coração de um boi, símbolo máximo de força e tenacidade e de onde se extraía a pele do escudo de proteção.³⁷¹ Assim revivida a luta, o "*bayete!*"³⁷² podia ecoar como um êxito vitorioso ao final de toda a campanha contra Mawewe, projetando, nos anos seguintes, uma ascendência territorialmente mais ampla.

4.3. Viagem às terras de Muzila: "*que ficassemos onde estávamos, até que pudesse nos receber*"

³⁷⁰ Cf. "*i-Nxeleha*. substantivo. Pessoa que matou outra, geralmente em batalha, e que antes de voltar para casa deve realizar determinadas cerimônias para se purificar da mácula (ver *qunga*); a zagaia que matou uma pessoa, como na guerra, e que depois é carregada com a lâmina apontada para cima e não horizontalmente, como é usual". BRYANT (1905), op. cit., p.459. (tradução livre)

³⁷¹ Cf. SANTOS (2007), op. cit., p.72.

³⁷² "*Bayethe*": "uma saudação usada apenas para os soberanos *zulus*". BRYANT (1905), op. cit., p.25; Cf. também "*B'áyéthé*" em SITOIE, op. cit., p.11. (tradução livre)

Em 1871, o Governador da então Colônia britânica de Natal (ver mapa 10.), Robert William Keate (1814-1873), incumbiu Vincent Erskine de uma missão ao "*kraal de Muzila*", na condição de "*comissário especial*" e em resposta à embaixada enviada pelo *inkosi* à Pietermaritzburg, no ano anterior:

em agosto de 1870, uma delegação ou embaixada de Muzila, rei de Gaza (que governa todo o país entre os rios Umkomogazi [Incomati] - ou King George, na Baía de Delagoa³⁷³ - e Zambeze), chegou a Natal, formalizando certas representações políticas e solicitando o envio de um oficial do Governo com quem pudesse conferenciar. O Governador, Sr. Keate, perguntou se eu poderia desempenhar a missão e, prontamente, assenti. Assim, a embaixada de Muzila foi informada de que podia voltar ao seu país e de que eu seria o enviado, posto ter havido viajado anteriormente à extensão sul de seus domínios [em 1868] e não temer as febres locais, nem a necessidade de viajar a pé; e que, como filho de um dos mais graduados oficiais de seu Governo [David Erskine, Secretário Colonial de Natal], eu estava apto a representá-los.^{374(I)}

³⁷³ "...na foz do rio Umkomogazi - designado Umkomati pelos boers; Manhissa ou Manicose, por portugueses [e King George por britânicos]...". ERSKINE (1869), op. cit., p.250. (tradução livre)

³⁷⁴ ERSKINE, Vincent Whitshed. Journey to Umzila's, South-East Africa, in 1871-1872. *Journal of the Royal Geographical Society of London*. Londres: The Royal Geographical Society with the Institute of British Geographers, 1875, vol. 45, p.46. (tradução livre) ^(I) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2. Sobre a viagem de Erskine em 1868, cf. também ERSKINE (1869), op. cit., p.233-276.

Mapa 10. Colônia de Natal entre os anos de 1840 e 1879, em destaque

Fonte: DUMINY; GUEST, op. cit., p.98.

Dando início à viagem, Vincent Erskine partiu de Durban em direção à Baía de Maputo ["*Delagoa Bay*"], em 25 de junho de 1871, mas, logo à sua chegada, o Governador de Lourenço Marques, José Augusto de Sá e Simas, recusou-lhe permissão para viajar pelo interior, forçando-o a seguir para Inhambane, em 08 de julho.³⁷⁵ Nesse ponto, Erskine mostrou de novo as suas credenciais, sendo-lhe dito

que o meu sombrio amigo, o Governador de Lourenço Marques, já havia escrito para comunicar que assumia a responsabilidade quanto à não emissão de uma autorização franqueando a continuidade de minha missão; e que o Governador de Inhambane não deveria exercer a sua prerrogativa sobre o assunto. Mas este último afirmou que confirmaria a apresentação de meu passaporte - permitindo-me seguir em direção a qualquer ponto de seu distrito -; que a sua jurisdição se estendia a uma distância considerável, indicando com a mão um horizonte de 180º, com o mar a leste. E, com um sorriso cínico, que se eu avançasse no sentido dos estados nativos independentes ele não poderia garantir a minha segurança. Como era esta a permissão de que eu precisava, concluí os preparativos para a viagem [e parti em 31 de julho de 1871].³⁷⁶(II)

Após percorrer uma rota de muitas povoações africanas, Erskine chegou ao "*kraal de Manjobo*", "*comandante em chefe*" do território nomeado "*Biyin* [Bilene]", esperando vê-lo o mais breve possível:

Manjobo apareceu naquela mesma noite, mas não falou comigo até o dia seguinte. Eu lhe contei sobre o propósito de minha viagem e que o Sr. Dubois [Robert DuBois, assistente e intérprete que acompanhava Erskine] havia subido o rio Umkomogazi [Incomati] com toda a nossa bagagem, dirigindo-se para onde eu me encontrava. Perguntei-lhe se tinha ouvido algo sobre isso e ele respondeu não saber nada da minha missão nem do Sr. Dubois. Fiquei um tanto surpreso com a sua reação, posto que havíamos recebido a orientação de seguir para o seu kraal e de obter aí os carregadores necessários ao transporte do que levávamos. Ao longo do caminho, percebi que os povos de Muzila não haviam recebido qualquer indicação quanto à vinda de uma missão de

³⁷⁵ ERSKINE (1875), op. cit., p.46-50; "...certifico eu José Augusto de Sá e Simas, Governador do Distrito de Lourenço Marques, que recusei a permissão que me fora solicitada ["por Vincent Erskine, enviado do Governador de Natal"] para dirigir-se ao referido regulo ["Mozilla"] com o fim de fazer negociações, por entender que não cabe nas minhas atribuições conceder tal permissão". Ofício de José Augusto de Sá e Simas, Governador do Distrito de Lourenço Marques, com data de 06 de julho de 1871. National Archives of South Africa. Pietermaritzburg Archives Repository. Secretary for Native Affairs. Miscellaneous papers. 1886-1889. Volume I/1/96.

³⁷⁶ ERSKINE (1875), op. cit., p.54. (tradução livre) (II) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

brancos de Natal, mas imaginei que o grande homem do Biyin (como esse país é chamado) saberia de tudo quando eu lá chegasse. No dia seguinte, ele admitiu estar informado sobre a expedição, mas que a ideia não havia passado por ele; que não tinha nada a ver com isso e que se era verdadeiro que o Muzila queria fazer amizade com o homem branco, ele não.^{377(III)}

Entre essas e muitas outras dificuldades da viagem, mas continuando sempre por entre os "*kraals*" do caminho, Erskine avançou em direção às margens do rio Búzi e, em março de 1872, encontrava-se muito perto do "*kraal de Muzila*", conhecido por "*Tshamatshama, ou Nodwengu*". Esperando a permissão do *inkosi* para se aproximar com a sua caravana, Erskine recebeu o aviso de que deveria "*permanecer onde estávamos, até que ele estivesse pronto para nos receber*". Quinze dias se passaram, entretanto, e somente após o envio de uma mensagem de que "*a não ser que pudéssemos seguir adiante, nós voltaríamos para casa, porque aguardávamos famintos aqui, sem que ele encaminhasse uma resolução*", Erskine pôde prosseguir um pouco mais, montando ainda um novo acampamento até obter uma segunda e última autorização para entrar, enfim, nas terras imediatamente vizinhas do "*kraal*", no final de junho.³⁷⁸

De abril a julho de 1872, os dias e as semanas transcorrem lentamente no relato de Erskine, sem inserção de qualquer observação acerca das reuniões com o *inkosi* e os seus conselheiros, nem de quais eram, afinal, as "*representações políticas*" da "*embaixada*" enviada por Muzila em 1870, marcando apenas a decisão de retornar a Natal após a longa estada de quatro meses. Um alheamento textual (aparente), confrontado pela queixa de "*desperdício de tempo*", pouco antes de partir em viagem de volta:

na quinta-feira, 18 de julho, às 8:37hs da manhã, um terremoto vindo do noroeste passou para o sudeste. O chão não tremeu

³⁷⁷ Ibidem, p.63-64; 67. (tradução livre) (III) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

³⁷⁸ Ibidem, p.98-99. (tradução livre)

muito, mas um barulho estridente se fez ouvir. Ele durou três minutos. Na manhã seguinte, às 4:41hs o choque se repetiu. Muzila perguntou se nós o havíamos provocado; o meu desejo era dizer que o governo rugia em função de nosso desperdício de tempo, mas o meu companheiro me aconselhou o contrário. Eu respondi, então, nada mais saber do que ele próprio. (...) anunciei na ocasião o meu desejo de voltar a Natal via Zoutpansberg, e pedi carregadores. O rei consentiu; e ficou combinado que o Sr. Dubois partiria com o marfim para Inhambane, continuando depois por rota marítima, enquanto eu seguiria por terra...^{379(IV)}

Na segunda versão do documento que o seu pai, David Erskine, apresentou também à Real Sociedade de Geografia de Londres, a mesma ausência se descobre replicada,³⁸⁰ mas algumas passagens fornecem indícios adicionais sobre o que poderia ter se passado no "*kraal de Muzila*", em 1872:

...quando, em agosto de 1870, uma delegação ou embaixada de Muzila, rei de Gaza (que governa todo o país do rio King George, na Baía de Delagoa, ao Zambeze), chegou a Natal se desculpando pelo mal-tratamento dado ao sr. Erskine por seu povo no Limpopo [em 1868] e solicitando que ele ou outra pessoa fosse enviada ao seu *kraal* para estabelecer relações de amizade, comércio e trabalho e, particularmente, o despacho de um navio com artigos (a retornar com marfim), o Sr. Erskine passou a olhar o espaço em branco no mapa ao norte do Limpopo como sendo sua propriedade, aproveitando a oportunidade no momento em que o governador Keate lhe ofereceu a missão e dispondo pessoalmente de grande parte dos investimentos necessários e, posteriormente, restituídos pelo governo. Vincent Erskine partiu em uma escuna em junho de 1871, com o Sr. Robert Dubois...^{381(V)}

³⁷⁹ Ibidem, p.99-105. Iniciando o retorno em 30 de julho de 1872, Erskine chegou a Lydenburg em 29 de setembro e, em 17 de outubro, a Newcastle, na Colônia britânica de Natal. (tradução livre) ^(IV) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

³⁸⁰ "A melhor parte do relato, ou seja, as longas e interessantes conversas com Muzila e outros chefes (...) é totalmente omitida aqui...". ERSKINE, David. A journey to Umzila, in South Eastern Africa. *Proceedings of the Royal Geographical Society of London*. Londres: The Royal Geographical Society with the Institute of British Geographers, 1875, vol. 19, nºs I to VII, p.129; 133. Na descrição de suas viagens seguintes ao "*país de Muzila*", entre 1873 e 1874, nada há, igualmente, sobre os encontros em 1872. Cf. ERSKINE, Vincent Whitshed; MANN, Robert James. Third and fourth journeys in Gaza, or Southern Mozambique, 1873 to 1874, and 1874 to 1875. *Journal of the Royal Geographical Society of London*. Londres: The Royal Geographical Society with the Institute of British Geographers, 1878, vol. 48, p.25-56; e também TABLER, Edward C. *Pioneers of Natal and South Eastern Africa (1552-1878): 244 authoritative biographies of hunters, traders, explorers, missionaries, sportsmen. Natal, Swaziland, Transvaal lowveld, Southern Mozambique. Glossary and bibliography*. Cape Town: A. A. Balkema, 1977. (tradução livre)

³⁸¹ ERSKINE, David (1875), op. cit., p.112. (tradução livre) ^(V) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

Afora o tom pessoal e pungente na descrição e encadeamento dos eventos, com os pontos de inflexão da narrativa sendo atrelados aos atos de Erskine, o texto inclui expressões importantes do contato projetado: "*comércio*", "*trabalho*" e "*marfim*", como signos do que poderia oferecer o *inkosi*, em riqueza e ascendência. Ainda que acompanhando a mesma sequência e detalhamentos do texto do filho, David o aprofunda em dois pontos: mencionando o "*trabalho*" como "trânsito de mão de obra" e o introduzindo, com o "*comércio*", os "*artigos*" e o "*marfim*", em uma justaposição de poderes em equilíbrio instável:

no nono dia [de viagem], Erskine chegou à povoação de um chefe chamado Umveomus, que falava Zulu e que ao ouvi-lo contar sobre a sua missão a Muzila, observou o quanto a ideia lhe agradava. "*E é verdade que o governo britânico vai tomar o país? Isso será bom, porque colocará fim às corridas para as florestas, como fuga à zagaia.*" Erskine lamentou ter que desapontá-lo, dizendo que vinha para providenciar que o povo pudesse ir e voltar de Natal para trabalhar e comerciar em segurança. Ele aquiesceu, mas voltou a dizer que os ingleses deviam tomar o país (...). Erskine perguntou-lhe, desta forma, por que não gostava dos portugueses. "*Porque se fecham em suas cidades muradas e não governam*", respondeu; e que gostaria, como os demais, de chefes brancos poderosos para viver entre eles, fortes para punir e recompensar e que pudessem proteger a si e seus súditos.^{382(VI)} (...)

A queixa expressa [após um dos encontros] era a de que o governo de Natal não enviara as armas e a munição que Muzila havia solicitado, embora lhe fosse explicado que não poderíamos armá-lo contra os portugueses, com quem estávamos em termos amigáveis; e isso apesar de eles próprios venderem armamento aos nativos...^{383(VII)}

Importante pelos acréscimos, o documento de 1875 não explica, no entanto, como uma "*missão*" destinada a garantir o "*ir e [o] voltar de Natal para trabalhar e comerciar com segurança*" - tomando o movimento como um item contido nas "*representações políticas*" de Muzila mencionadas no texto precedente de Vincent Erskine, mas não pormenorizadas - podia se converter em expectativa quanto ao

³⁸² Ibidem, p.116. (tradução livre) ^(VI) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

³⁸³ Ibidem, p.126. (tradução livre) ^(VII) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

"governo britânico (...) tomar o país", nem em que momento teria o *inkosi* exigido o fornecimento de armas - um ponto igualmente inexistente no texto de 1872. Uma vez que Erskine afirma ter perdido em um naufrágio as anotações originais de sua primeira viagem ao "*kraal*", escrevendo a partir do que conservou em sua memória, tampouco os seus demais relatos ajudam a recompor um quadro tão fragmentado.³⁸⁴

Para recuperar o que havia nas "*certas representações políticas*" da "*delegação ou embaixada de Muzila, rei de Gaza*", e o que se passou em seu "*kraal*", é necessário examinar os documentos que, tratando da chegada dos enviados do *inkosi* e da "*missão*" de Vincent Erskine, encontram-se guardados no *Pietermaritzburg Archives Repository*, na mesma cidade que era, à época, a capital da Colônia britânica de Natal. Entre eles, um *Minute Paper* de Theophilus Shepstone.

4.4. Umzungulu e Dubule, mensageiros de Muzila

De acordo com o *Minute Paper* assinado por Theophilus Shepstone, Secretário para Assuntos Nativos em Natal,³⁸⁵ com data de 16 de agosto de 1870 e sob a rubrica "*Declaração de Umzungulu e Dubule, mensageiros de Muzila filho de Soshangana ou Manicusse...*",

³⁸⁴ "Infelizmente, as distâncias lunares que determinam a verdadeira longitude do kraal de Muzila (...) foram totalmente perdidas em um vagão, ao cruzar a cheia de um rio em Natal, juntamente com todas as minhas anotações, exceto o mapa. O relato a seguir é recomposto, portanto, inteiramente de memória." ERSKINE (1875), op. cit., p.45; "Foi decidido, por fim, que o Sr. Dubois seguiria com o marfim para Inhambane e então por mar e que o Sr. Erskine voltaria por Lydenburg e não por Zoutpansberg como era o seu desejo, em função da escassez de água nessa última rota. Eles iniciaram o retorno em 30 de julho. O relatório desse percurso foi perdido com todo o restante do diário de viagem no vagão que afundou em Natal, e não tendo senão as notas do Sr. Dubois, o relato a seguir é todo de memória...". ERSKINE, David (1875), op. cit., p.129. (tradução livre)

³⁸⁵ Theophilus Shepstone foi *Agente Diplomático para as Tribos Nativas*, entre 1845 e 1855; e *Secretário para Assuntos Nativos em Natal*, de 1856 a 1876. Cf. BALLARD (1989), op. cit., p.125; ETHERINGTON, Norman. "The 'Shepstone system' in the Colony of Natal and beyond the borders". In: DUMINY; GUEST, op. cit., p.170.

Estes mensageiros têm vinte assistentes esperando por eles. Muzila, rei do país entre os rios que desaguam na Baía de Delagoa e o Zambeze, nos enviou ao Governo de Natal para solicitar que seja aceito como seu aliado, amigo e tributário.

Muzila possui muito marfim e outros bens que os súditos do Governo valorizam, tendo ouvido que Natal dispõe de artigos que ele e o seu povo precisam e não têm meios de obter; ele percebe também como algumas tribos se beneficiam com a ida à Colônia para trabalhar pelo que desejam possuir, aspirando as mesmas vantagens para a sua gente; mas afirma que essa condição não pode ser obtida sem paz e, por isso, ele nos envia para pedir paz.

Ele solicita, em primeiro lugar, que o Governo de Natal designe um oficial e um navio para subirem o rio Imiti (Limpopo), tendo determinado a permanência de Dubule para acompanhá-los e a emissão de um aviso no momento em que a embarcação inicie o seu curso, de modo que toda a assistência necessária possa ser dada a quem for designado para seguir de encontro ao rei, ansioso em provar a sinceridade de seu pedido em ser aceito como tributário deste Governo, com a remessa de um presente em marfim só possível de transportar com o referido navio.

Muzila nos escolheu para explicar que uma disputa entre ele e o seu irmão Mawewe, envolvendo a sucessão de seu pai Manicusse, provocou uma guerra civil há alguns anos, terminando com a derrota de Mawewe e a sua fuga para os Amaswazi [de Mswati II]; mas que esse assumiu o partido de Mawewe e atacou Muzila, levando uma grande quantidade do gado de seu povo e forçando a sua retirada para o norte; ele pede a esse Governo que expresse ao Amaswazi o igual desejo de que se abstenha de interferir em um conflito que não lhe diz respeito e que já foi definido pelo recurso às armas, para que o povo de Muzila possa reocupar o seu antigo país.

Muzila solicita que o Governo coloque os seus próprios observadores em pontos do território entre o país ocupado pelos Amaswazi e por Muzila para se certificar se os desejos de seu governo são obedecidos e, se não, por quem.

Muzila lembra que o chefe Sotondozi, subordinado ao Governo de Natal e ligado a ele próprio, poderia desempenhar esse serviço; que ele seria então um meio de comunicação entre Muzila e Natal e que as pessoas que fossem procurar aí trabalho se sentiriam mais seguras passando por ele a caminho da Colônia.

Muzila ordenou que fôssemos zelosos e insistentes em suas representações; ele está ansioso pela paz e somente esse governo pode lhe dar, proclamando a sua palavra. É difícil estar sempre em guerra ou pronto para a guerra, a morte pela zagaia sendo invariavelmente seguida por outra pior, pela febre; pois esses dois tipos de morte são os companheiros constantes um do outro. Ele também deseja que não nos demoremos em nossa missão e que a cumpramos o mais rápido possível, voltando imediatamente com boas novas e deixando Dubule, filho de Umandela, para trazer o navio com o oficial.^{386(VIII)}

³⁸⁶ "Statement of Umzungulu and Dubule, messengers from Umzila son of Sotshangane or Manukuza king of the Amahlamini". National Archives of South Africa. Pietermaritzburg Archives Repository.

Como dispostas no documento original, as "*representações*" ["*políticas*", seguindo Vincent Erskine] ocupam todo o primeiro plano da mensagem de Muzila ao governo de Natal, instando por uma interferência junto aos "*Amaswazi*", ligados a Mawewe desde o seu casamento com uma das filhas de Mswati II.³⁸⁷ Após a batalha decisiva, em agosto de 1862, com a vitória de Muzila destacando-o como o novo *inkosi*, ainda outras expedições de forças swazi seriam enviadas com o objetivo de restituir o poder a Mawewe.³⁸⁸ A pressão forçou Muzila a deslocar o centro de seu poder para o norte do rio Save (onde se manteve até a sua morte em 1884), enquanto as autoridades portuguesas recorriam também ao envio de embaixada - expedida diretamente a Mswati II, nesse caso - como um modo de negociar o fim da assistência a Mawewe.³⁸⁹

Em meio a tais desdobramentos do conflito envolvendo a sucessão de Manicusse, Theophilus Shepstone perguntou aos mensageiros de Muzila por que pensavam "*que esse governo, estando tão longe, podia garantir-lhes paz*":

Eles responderam: os zulus são seus vizinhos, eles são a mais poderosa e guerreira de todas as nações negras; eles se consideram e são considerados por nós como sendo tributários a

Secretary for Native Affairs. Miscellaneous papers. 1886-1889. Volume I/1/96. (tradução livre) ^(VIII) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

³⁸⁷ Cf. capítulo 3. Mswati II morreu em agosto de 1865. Ludvonga, apontado como sucessor, tinha ainda onze anos e, por isso, se formou uma regência. Mas em março de 1874, pouco antes de assumir, Ludvonga morreu e, assim, o poder passou para Mbandzeni, outro filho de Mswati II. BONNER (1983), op. cit., p.97-98; 103-126.

³⁸⁸ ERSKINE (1869), op. cit., p.248; MYBURGH, op. cit., p.60; 76; 98. Cf. também BONNER (1983), op. cit., p.99; 260.

³⁸⁹ BONNER (1983), op. cit., p.99-102; BALLARD, Charles. "Trade, tribute and migrant labour: Zulu and colonial exploitation of the Delagoa Bay hinterland, 1818-1879". In: PEIRES (1981), op. cit., p.108; LIESEGANG (1981), op. cit., p.180; HARRIES, Patrick. Labour migration from the Delagoa Bay hinterland to South Africa: 1852-1895. *Collected Seminar Papers*. Londres: Institute of Commonwealth Studies, 1977, p.62; 65. Em diferentes ocasiões, os portugueses expressaram inquietude com a continuidade da ofensiva: cf. Moçambique. Guerra contra o regulo Mauéva [em anexo, "Proclamação aos habitantes de Lourenço Marques", de 20 de setembro de 1862]. In: *ANNAES do Conselho Ultramarino - parte não oficial - série IV, agosto de 1863*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868, p.72-73; Moçambique. Lourenço Marques. Notícias do anno de 1862. In: *ANNAES do Conselho Ultramarino - parte não oficial - série V, julho de 1864*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868, p.59-60; Moçambique. Notícias de Lourenço Marques. Governo do Districto de Lourenço Marques. In: *ANNAES do Conselho Ultramarino - parte não oficial - série VII, maio de 1866*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868, p.42-43; e NEVES (1882), op. cit., p.341-342.

vocês e eles nada fazem de sério sem informá-los primeiro. Os Amaswazi estão ao lado dos zulus em posição e poder. Os zulus costumavam atacar os Amaswazi todos os anos, até vocês expressarem o desejo de que o não fizessem; a partir desse momento, os Amaswazi passaram a gozar de paz e a contar com uma proteção que é dada por se colocarem como os seus súditos. Nós pedimos essa mesma proteção e que os Amaswazi sejam informados de que fomos aceitos para que possamos ter paz também. Por que eles deveriam esquecer a fonte de sua segurança? Por que tendo recebido em mãos a paz e a tranquilidade, eles deveriam destruir a nossa?^{390(IX)}

Na análise traçada pelos emissários, e ainda que passando por certa disposição de Shepstone em apresentar o poder britânico como uma presença capaz de impor autoridade e se fazer obedecer, encontravam-se reconstituídos os desdobramentos da expansão *trekking* em direção a Porto Natal, na década de 1830. Nesse contexto, Mpande havia assumido como *inkosi* do centro de poder zulu, apoiado pelos *trekkers* após formalizar um compromisso no qual condicionava a entrega da área reivindicada por Piet Retief, em fevereiro de 1838, ao seu reconhecimento como sucessor de Dingana. O acordo enfraqueceu a posição britânica na região e, na sequência de sua retirada, os *trekkers* proclamaram a República de Natália, designando Pietermaritzburg como a sede do novo governo.³⁹¹

Receando toda nova possibilidade de intervenção *trekker*, Mpande iniciou um contato gradativo com a guarnição britânica que permanecia em Porto Natal, mesmo antes do governo recém-criado ser tomado e, em seguida, anexado como um distrito autônomo da colônia do Cabo, em maio de 1844.³⁹² A circulação de informações sobre as estratégias que iam desde logo se delineando no sentido de

³⁹⁰ "Statement of Umzungulu and Dubule, messengers from Umzila son of Sotshangane or Manukuza king of the Amahlamini". National Archives of South Africa. Pietermaritzburg Archives Repository. Secretary for Native Affairs. Miscellaneous papers. 1886-1889. Volume I/1/96. (tradução livre) ^(IX) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

³⁹¹ Cf. capítulo 3.

³⁹² COLENBRANDER, op. cit., p.99-100; BALLARD (1989), op. cit., p.123.

enfraquecer o poderio zulu, associadas ao crescente e manifesto interesse de Shepstone pelo sudeste africano, instabilizavam, entretanto, a aproximação de Mpande, pressionando-o e sustentando o seu interesse pelo território swazi (como garantia de riqueza em gado e terra), a ponto de encaminhar três ataques a Mswati II, entre os anos de 1846 e 1852, tal como havia feito Dingana contra Sobhuza, em 1836 e 1839.³⁹³

De todas, a ofensiva de 1852, organizada em duas frentes e executada em julho, impactou de um modo mais profundo o centro de poder swazi, ameaçando desintegrá-lo ao mesmo tempo em que grupos buscavam refúgio em várias direções, alcançando Natal em setembro. Nesse mês, Mswati II enviou uma comitiva a Shepstone, informando sobre as dimensões e os efeitos do ataque de Mpande e solicitando apoio e asilo.³⁹⁴

Acompanhando ainda Philip Bonner, essa não era a primeira vez que Mswati II recorria ao governo de Natal na expectativa de obter um meio alternativo que restringisse os ataques de Mpande, tendo enviado uma representação ainda entre 1849 e 1850 e, igualmente, para Manicusse. Mas, agora, grupos cada vez maiores se aproximavam e, assim, "*as mensagens para Mpande adquiriram um tom cada vez mais urgente*".³⁹⁵

Associado ao sucesso da campanha em 1852, encontrava-se Cetshwayo (c.1826-1884), filho de Mpande e integrado ao regimento Tulwana, formado no ano anterior.³⁹⁶ Dada a proximidade, a ofensiva contra Mswati II se tornou conhecida como "*Ukufunda ka Tulwana*" - "*o aprendizado de Tulwana*", destacando-a como uma espécie de teste e prática da formação guerreira recebida há pouco. A

³⁹³ BONNER (1983), op. cit., p.56-62; cf. também capítulo 3.

³⁹⁴ Ibidem, p.62.

³⁹⁵ Ibidem, p.50; 62. (tradução livre)

³⁹⁶ Cf. capítulo 3.

ascensão de Cetshwayo como um guerreiro notável projetaria um prestígio um tanto ameaçador ao próprio Mpande, tornando-o mais cuidadoso e cioso quanto à manutenção de sua posição.³⁹⁷

Dessa forma, quando a resposta de Shepstone à comissão de Mswati II se tornou evidentemente positiva (com o envio de artigos, como tecidos, em carruagens atravessando o território do centro de poder zulu), atrelada à exigência de que Mpande permitisse a sua passagem sem qualquer interposição no caminho, o temor de um apoio externo ao partido de Cetshwayo fez arrefecer a sua projeção de domínio - "*até que a luta pelo poder se resolvesse de alguma forma, a segurança dos swazi encontrava-se assegurada*".³⁹⁸

Nos anos seguintes, as ameaças de ataque a Mswati II foram cedendo, ainda que alarmes esporádicos expressassem um interesse persistente na revitalização de uma política de domínio mais efetivo, tanto por Mpande quanto por Cetshwayo.³⁹⁹ Refletindo a partir desses desenvolvimentos, é possível observar como a mensagem dos emissários de Muzila ao governo de Natal, em agosto de 1870, decifrava a multiplicidade e a complexidade da inter-relação entre os diferentes poderes compostos regionalmente, analisando como a interação produzia novas articulações e integrando-se às dinâmicas em movimento.

Poucos meses após a réplica de Shepstone, o governo de Natal indicou Vincent Erskine para seguir "*em missão*" de resposta à "*embaixada*" enviada por Muzila, conforme mencionado. A nomeação consta no conjunto documental conservado no *Pietermaritzburg Archives Repository*, tal como os informes sobre a sua chegada a Lourenço Marques, as dificuldades na obtenção de autorização para

³⁹⁷ BONNER (1983), op. cit., p.63-64. (tradução livre) Cf. também BALLARD (1981), op. cit., p.105; FUZE, op. cit., p.102.

³⁹⁸ BONNER (1983), op. cit., p.64. (tradução livre)

³⁹⁹ Ibidem, p.93-98; p.113-125.

viajar pelo interior, o redirecionamento de sua rota por Inhambane e, ao final, a perda de todas as suas anotações originais em um naufrágio próximo a Newcastle.⁴⁰⁰

4.5. Longos (e omitidos) trechos de um (des)encontro

O conteúdo de todos os registros constam na versão de Vincent Erskine (e de seu pai), exceto o de um: o relatório de 30 de novembro de 1872, escrito ao "Secretary for Native Affairs" [Theophilus Shepstone] ao fim da "missão" e já em Pietermaritzburg.⁴⁰¹ Em *Journey to Umzila's, South-East Africa, in 1871-1872*, especificamente entre as páginas 99 e 105, Erskine trata das "enfadonhas semanas" em "Tsamatshama", passando da observação de que "Muzila nos enviava, ocasionalmente, uma vaca ou uma cabra - às quais juntávamos à nossa sobrevivência com aves, milho cafre, farinha e mel -", às anotações sobre as cordilheiras, o vale do rio Búzi e os "kraals" situados no entorno, até chegar ao ponto do abalo sísmico em 18 de julho para começar a narrar, de um modo um tanto abrupto, a sua viagem de volta.⁴⁰² É nesse intervalo - de sua chegada à sua partida do "kraal" - que o relatório a Shepstone permite que sejam recuperados longos (e omitidos) trechos sobre o encontro com o *inkosi*:

...Muzila viu o que trazíamos e se disse desapontado com a ausência de um carregamento em armas e porque tudo o que portávamos ele podia obter como tributo dos portugueses em

⁴⁰⁰ *Minute Paper* de Theophilus Shepstone, em 26 de maio de 1871; "St. Vincent W. Erskine. Reports regarding his mission" e "St. Vincent W. Erskine. Reports progress" - cartas assinadas em Lourenço Marques e em Inhambane, respectivamente, com datas de 03 e 22 de julho de 1871 e endereçadas ao "Secretary for Native Affairs". Sobre o naufrágio, cf. carta de Vincent Erskine a Shepstone, em 17 de janeiro de 1873. National Archives of South Africa. Pietermaritzburg Archives Repository. Secretary for Native Affairs. Miscellaneous papers. 1886-1889. Volume I/1/96.

⁴⁰¹ Relatório de Vincent Erskine ao "Secretary for Native Affairs" [Theophilus Shepstone], assinado em 30 de novembro de 1872, em Pietermaritzburg. National Archives of South Africa. Pietermaritzburg Archives Repository. Secretary for Native Affairs. Miscellaneous papers. 1886-1889. Volume I/1/96.

⁴⁰² ERSKINE (1875), op. cit., p.99-105. (tradução livre)

Sofala e Tete - Ele declarou que queria armas e nada mais. Ouviu a leitura das mensagens, tal como as respostas dadas e me perguntou se algo a mais me havia sido confiado por parte do Governo - Eu expliquei que se ele se mostrasse digno da sua amizade, melhorando a condição daquela porção de seu povo chamada "tonga" - subjugada por seus exércitos e conquistada antes por seu pai -, de modo que os direitos de propriedade lhe pudessem ser atribuídos; e que se permitisse um intercuro sem restrições entre essa população e os ingleses, em transações comerciais e com o propósito de contratá-los e direcioná-los a Natal para trabalharem nas plantações de açúcar, quando semelhantes compromissos fossem voluntária e pessoalmente contraídos, não haveria dificuldade alguma em fazer com que Mawewe deixasse de ser um "empecilho no caminho" - Muzila exigiu uma resposta conclusiva se o governo iria ou não matar Mawewe!!! Dei a ele uma resposta negativa decisiva - mas que Mawewe poderia ser removido de sua atual proximidade e para um país reservado e tão próximo do governo de Natal que seria facilmente vigiado e mantido sob controle. Perguntei se ele, Muzila, pretendia fazer proclamações ao seu povo, anunciando que qualquer um que escolhesse ir a Natal comigo poderia fazê-lo e promulgando o objeto que havia me trazido ao seu país. Ele respondeu que sobre uma base satisfatória ele estaria preparado para fazê-lo, mas não agora (...) disse que havia um tronco na estrada e, até que fosse removido, nada poderia ser feito - eu observei que o tronco estava em um caminho, mas que havia muitos outros. Ele reiterou a mesma desculpa - e então percebi que quanto mais o impressionava quanto à importância do objeto de minha missão, mais ele pensava ter algo que o Governo valorizava e que faria qualquer coisa para obter - Pensando talvez que, se uma parte de seu povo fosse agora para Natal, poder algum seria capaz de controlar os demais a irem mais tarde e (...) imaginando que o governo estava disposto a prometer qualquer coisa para obter essa primeira emigração e que então falharia em cumprir as suas promessas, Muzila decidiu obter, provavelmente, a realização de suas visões políticas antes de promover os desejos de Natal, - (...) a parte principal dos habitantes de seu território é mantida em sujeição abjeta pelos chamados umgonis ou zulus - Essas pessoas não podem deixar os seus distritos sem a permissão de seus chefes e todas as suas propriedades estão à mercê de qualquer zulu que escolha roubá-los. Elas são as mais desejáveis de serem obtidas porque não são empregadas na guerra e, conseqüentemente, não são tão propensas à quebra de seu compromisso, voltando ao país em rumores de guerra, como a experiência nos ensinou que algumas outras tribos são. (...) A mera expressão do desejo de Muzila de que me acompanhassem a Natal e uma proclamação de que os direitos de propriedade lhes seriam concedidos teriam causado um grande êxodo em direção a esta Colônia - (...) Ele se recusou a enviar qualquer comunicação e disse, então, que eu devia retornar e fazer o meu relatório - Que o seu povo devia ouvir algo definitivo sobre Mawewe ao voltar a Natal - Disse que haverá muito tempo para se discutir sobre Sotondosi e outros assuntos quando Mawewe deixar de existir e o seu país estiver em paz. Apresentei, em seguida, todos os bens que

tinha comigo, tanto os já pagos pelo Governo como os obtidos com o meu crédito pessoal e em nome do Governo de Natal - Ele não ordenou que fossem removidos, mas deixados e retornou ao seu *kraal*. Dias se passaram, enquanto Muzila apresentava inúmeras desculpas aos nossos questionamentos e pedidos insistentes sobre quando iria concluir a negociação e mandar o "presente" (...). Assim, julho se aproximou do fim antes que o assunto fosse resolvido. Por fim, ele lhe enviou uma grande presa [de marfim] como uma saudação pessoal e dez outras para o Governo - (...). Cerca de quatro dias após, os indunas vieram e falaram muito sobre o poder e a força do 'Rei de Gaza', dizendo ainda que ele reconhecia o poder dos ingleses e de seus cafres em Natal, mas que não tinha medo deles - os zulus eram um bom escudo entre ele e aqueles (...). Que ele não se importava com os swazi porque que eles não podiam lutar no mato fechado de seu país. (...) Disse a Muzila que considerava ter sido maltratado, mas ele negou, observando que nunca uma fera havia sido abatida antes para um homem branco e que quando voltasse eu seria acomodado em seu próprio *kraal*, um privilégio que nenhum outro homem branco havia desfrutado até então. Que nós tínhamos jogado com mal-entendidos - Ele disse: 'mensageiro sempre comete equívocos, mas que eu agora poderia ir direto a ele por onde desejasse e sem obstáculo e que tudo se desenvolveria melhor no futuro' (...). Quando os mensageiros retornaram com os guias [e] informaram a rota (...) eu preferi seguir via Lydenburg - Muzila concordou e iniciei a minha volta em 29 de julho último...^{403(X)}

Como instrumento capaz de proporcionar superioridade e preeminência de ataque e defesa no curso de uma guerra, as armas associadas por Muzila, à chegada de Vincent Erskine, traduziam não apenas o desejo de expressar força, mas a confirmação de que a confluência proposta nas "*certas representações políticas*", em agosto de 1870, havia sido aceita pelo governo de Natal, subscrevendo a supressão de Mawewe como um ponto a viabilizar a conexão entre os poderes invocados. É possível que apenas o anseio de intervenção junto aos swazi tivesse sido formalmente manifestado pelos mensageiros de Muzila no encontro com Shepstone, em Pietermaritzburg, e não propriamente a participação direta na

⁴⁰³ Relatório de Vincent Erskine ao "*Secretary for Native Affairs*" [Theophilus Shepstone], assinado em 30 de novembro de 1872, em Pietermaritzburg. National Archives of South Africa. Pietermaritzburg Archives Repository. Secretary for Native Affairs. Miscellaneous papers. 1886-1889. Volume I/1/96. (tradução livre) O sublinhado consta no documento original. ^(X) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2. Considerando os múltiplos usos de "*induna*" ao longo do tempo, cf. para o sentido empregue nesse contexto específico: "*i-nDUna: (...) oficial de Estado, ou exército, (...); capitão, superintendente...*". BRYANT (1905), op. cit., p.122.

morte de Mawewe. Mas a ênfase diante de Vincent Erskine, com o *inkosi* exigindo uma posição definitiva, e até mesmo a solução alternativa apresentada - com a sua remoção "*para um país reservado e tão próximo do governo de Natal que seria facilmente vigiado e mantido sob controle*" - sugere que algo nesse sentido foi ao menos indicado anteriormente.

A existência de Mawewe, assegurada na proteção swazi, mesmo após a morte de Mswati II, em agosto de 1865, pressentida e vislumbrada em toda parte por uma ofensiva sem perspectiva próxima de fim, prolongava as incertezas e as indefinições geradas pela guerra de sucessão, evocando outra legitimidade, atribuindo incompletude à passagem do poder e debilitando Muzila como fonte maior (e última) do fluxo contínuo da força vital e expansão de seus guerreiros. Da capacidade de propiciar a paz, o equilíbrio e a estabilidade dependia a efetividade de sua posição como *inkosi* e, por isso, o receio não de "*ingleses e seus cafres em Natal*", nem de "*zulus*", "*swazi*" (e "*portugueses em Sofala e Tete*", de quem extraía tributos), mas daquele que, como irmão e parte de si próprio, induzia a uma instabilidade que, sobretudo interna e íntima, podia ser revertida em fragilidade e inconsistência manifesta, externa, visível (como entre Mpande e o seu filho Cetshwayo).

É em torno da vulnerabilidade em relação a Mawewe, exposta em um conflito tão distendido e em um contexto sempre móvel e em transformação, de poderes recompostos a todo tempo (marcando a eficácia das armas de fogo),⁴⁰⁴ que se interligam os documentos, da mensagem entregue pelos emissários de Muzila, em agosto de 1870, ao relatório encaminhado por Vincent Erskine a

⁴⁰⁴ Cf. DELIUS, Peter. Migrant labour and the Pedi before 1869. *Collected Seminar Papers on the Societies of Southern Africa in the 19th and 20th centuries*. Londres: Institute of Commonwealth Studies, 1977, p.41-47; GUEST, Bill. "Colonists, confederation and constitutional change". In: DUMINY; GUEST, op. cit., p.153.

Theophilus Shepstone ao final de sua "*missão*", estando dela dependentes todas as demais questões envolvendo o "*comércio*", o "*trabalho*" e o "*marfim*", como sintetizados por David Erskine. Mawewe se encontrava no centro do contato com o governo de Natal e por ele devia passar toda a comunicação.

4.6. Do outro lado da "*Baía de Delagoa*": Theophilus Shepstone e a Colônia de Natal

Conquistada por tropas inglesas e anexada como um distrito autônomo da colônia do Cabo, em 1844, Natal se desenvolveu nos anos seguintes como um importante centro da autoridade britânica na região, vinculada à introdução de novos grupos de colonos entre 1849 e 1852.⁴⁰⁵ Incentivados por passagens subsidiadas e concessões de lotes em propriedades, muitos dos recém-chegados provinham das ilhas britânicas de Maurício e de experiências em produção de açúcar, igualmente adequada à zona costeira subtropical de Natal. Em pouco tempo, a agricultura se transformou na sua principal atividade econômica, mas limitada pela escassez de capital e, sobretudo, pela dificuldade em atrair trabalhadores africanos locais.⁴⁰⁶

Em um primeiro momento, os plantadores pressionaram o governo colonial para que aumentasse os impostos sobre a população africana e aprovasse uma legislação que restringisse o acesso às terras. Em muitas leituras, segundo Norman

⁴⁰⁵ BROOKES, op. cit., p.42. Em 1856, a colônia de Natal foi separada do Cabo e dotada de uma estrutura administrativa independente, composta por um Governador que era assistido pelo Conselho Executivo da Coroa e assessorado pelo Conselho Legislativo de dezesseis membros, dos quais doze deviam ser eleitos e os demais nomeados pela Coroa: "*na prática, estes quatro eram os mesmos que formavam o Conselho Executivo, sendo o Secretário Colonial, o Tesoureiro, o Procurador-Geral e o Secretário para Assuntos Nativos*". GUEST (1989), op. cit., p.147. (tradução livre)

⁴⁰⁶ BALLARD (1989), op. cit., p.123-135. Cf. também COVANE, Luís António. "Considerações sobre o impacto da penetração capitalista no Sul de Moçambique (1850-1876)". In: *I Reunião Internacional de História de África: relação Europa-África no 3º quartel do século XIX*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1989.

Etherington, a negativa do governo em ceder é vinculada à determinação pessoal de Theophilus Shepstone, retratado como um *"dedicado defensor das terras e culturas africanas, resistente aos esquemas vorazes de exploração dos colonos brancos"*.⁴⁰⁷ Reinterpretando o embate com os colonos a partir de uma perspectiva mais ampla, no entanto, Etherington considera não apenas os momentos precedentes nos quais Shepstone teria manifestado um *"apoio incansável aos interesses dos maiores investidores capitalistas e planos para a exploração dos recursos humanos e minerais do continente"* (contrariando a visão assente), mas a própria política para a administração dos *"nativos"* que vinha implementando desde o final da década de 1840, ainda como Agente Diplomático para as Tribos Nativas, e que o fazia avaliar a questão do fornecimento de mão de obra em outros termos.⁴⁰⁸

Atento aos choques advindos de disputas por posse de terras (como entre *trekkers* e o centro de poder zulu, nos anos anteriores à anexação), Shepstone considerava que instabilidades como essas surgiriam indefinidamente, *"a menos que o governo deslocasse a população africana para reservas, sob o olhar vigilante de magistrados brancos"* e uma disposição que estabelecia o governador como *"chefe supremo"*, conservando *"as autoridades locais"* e tornando a *"lei nativa"* um princípio orientador das sentenças e deliberações. Para compensar os custos de

⁴⁰⁷ ETHERINGTON, Norman A. Labour supply and the genesis of South African Confederation in the 1870s. *Collected Seminar Papers*. Londres: Institute of Commonwealth Studies, 1981, p.14 (tradução livre). Cf. também WELSH, David. *The roots of segregation: native police in Natal, 1843-1910*. Cape Town: Oxford University Press, 1971.

⁴⁰⁸ ETHERINGTON (1981), op. cit., p.14-15. *"Os esforços de Shepstone para vincular os africanos aos empregadores brancos remetem aos estágios iniciais de sua carreira como Secretário para Assuntos Nativos. Em 1852, ele tentou induzi-los ao mercado de trabalho, suspendendo a cobrança de impostos daqueles que se dispusessem a servir grandes proprietários de terras. Em colaboração com o Governador Pine [Benjamin Pine, governador entre 1850 e 1855], Shepstone apoiou a Lei de Refugiados de 1854, que tornou obrigatório a todo imigrante africano em Natal o cumprimento de três anos de serviço a salário fixo. (...) Os funcionários que precisavam de mão de obra para a execução de obras públicas e agricultores que buscavam ajuda extra nas épocas de colheita recorriam aos magistrados e chefes vinculados a Shepstone para a obtenção de mão de obra africana a baixo custo"*. (tradução livre)

sua implementação e manutenção, a cobrança de um imposto que incidia sobre cada agregado familiar e era calculado a partir do número de palhotas que o integrava, sendo acrescido de outras taxas vinculadas ao registro de casamentos e aquisição de bens.⁴⁰⁹

Norman Etherington nota que *"a estratégia de fazer com que os africanos pagassem por seu próprio governo"* se mostrou bem sucedida por ter sido vinculada ao *"crescimento do poder de compra pelos africanos"* - *"era o dinheiro que ganhavam com o fornecimento de alimentos aos mercados coloniais, trabalhando para empregadores brancos e comerciando que lhes permitia o pagamento dos impostos e a obtenção de bens aos quais eram acrescidos tarifas aduaneiras"* - e que foi essa *"crescente prosperidade, tanto quanto a manutenção do referencial africano de autoridade"* que viabilizou o seu funcionamento.⁴¹⁰

Os desdobramentos da aplicação de um conjunto de elementos dissonantes agregados como *"lei nativa"* e de uma administração concebida na crença de que as sociedades africanas se organizavam de um modo estático, em *"linhagens identificáveis ocupando áreas específicas"*,⁴¹¹ começariam logo a surgir, mas para Shepstone o arranjo parecia suficientemente capaz de garantir *"a paz e resolver disputas, a um custo baixo"*,⁴¹² estando convicto de que *"os seus procedimentos administrativos governariam com facilidade 'qualquer classe, país ou nação' de*

⁴⁰⁹ ETHERINGTON (1989), op. cit., p.171-172 (tradução livre); ETHERINGTON (1981), op. cit., p.15; GUY, Jeff. "The role of colonial officials in the destruction of the Zulu kingdom". In: DUMINY, Andrew; BALLARD, Charles (eds.). *The Anglo-Zulu war: new perspectives*. Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1981, p.154; GUY, Jeff. *Theophilus Shepstone and the forging of Natal: African autonomy and settler colonialism in the making of traditional authority*. Pietermaritzburg: University of KwaZulu-Natal Press, 2013, p.97-98; 129-145; 161; HAMILTON (1998), op. cit., p.88-90.

⁴¹⁰ ETHERINGTON (1989), op. cit., p.174-175 (tradução livre); GUY (2013), op. cit., p.139-145.

⁴¹¹ ETHERINGTON (1989), op. cit., p.173-174; 178-181. (tradução livre)

⁴¹² Ibidem, p.174. (tradução livre) Cf. também ETHERINGTON (1981), op. cit., p.15.

africanos ao sul do Zambeze".⁴¹³ Assim, ele pôde resistir às manifestações de descontentamento dos colonos brancos (que atribuíam às reservas o agravamento na falta de mão de obra barata ao disponibilizar acesso à terra e condições de produção e, por isso, exigiam a elevação dos impostos, tal como a redução das áreas concedidas), olhando para além das fronteiras da Colônia de Natal e associando a expansão do domínio britânico ao suprimento regular de trabalhadores.⁴¹⁴

Ainda de acordo com Norman Etherington, o interesse de Shepstone pelas terras mais distantes do litoral ultrapassava o âmbito meramente oficial, observando que a sua família se encontrava envolvida em projetos de exploração econômica de recursos africanos, tanto quanto alguns de seus associados ou subordinados, como o próprio pai de Vincent Erskine.⁴¹⁵ Para aqueles que compartilhavam de suas disposições, *"a Colônia estava idealmente situada para ser a porta de entrada para o interior africano"*,⁴¹⁶ uma percepção que passou a

⁴¹³ ETHERINGTON (1981), op. cit., p.15. (tradução livre)

⁴¹⁴ ETHERINGTON (1989), op. cit., p.175-176; ETHERINGTON (1981), op. cit., p.15. Em livro recente, escrito pouco antes de seu falecimento em dezembro de 2014, o professor Jeff Guy, da Universidade de KwaZulu-Natal, desenvolveu uma aprofundada análise das políticas de Shepstone, destacando a necessidade de atrelá-las ao contexto específico de seu desenvolvimento: *"Shepstone é considerado, se não o fundador, um dos precursores de alguns dos traços mais característicos da administração colonial [inglesa] na África - notadamente, a administração indireta, (...), as políticas de segregação e a preservação das 'práticas tradicionais'."* (...) [O meu argumento é que], na sua essência, as políticas de Shepstone chegaram ao fim antes mesmo que ele deixasse o cargo, (...) [embora] as políticas e os discursos em seu nome tenham continuado, sendo apropriados e reinterpretados, do mesmo modo que o 'sistema Shepstone' foi usado na defesa da chamada 'política de Natal para os nativos'. (...) Mais tarde, quando os termos da administração indireta e da segregação ganharam força, eles foram aplicados retrospectivamente às políticas de Shepstone, buscando e assumindo uma respeitabilidade política em função de uma aparente profundidade histórica...". GUY (2013), op. cit., p.04-09; 341-342. (tradução livre)

⁴¹⁵ *"Por todas essas razões, Shepstone era um aliado naturalmente disposto aos interesses privados que buscavam impulsionar a expansão"*. ETHERINGTON (1981), op. cit., p.15. O cruzamento de interesses pessoais com políticas oficiais sobressai, particularmente, no modo como David Erskine recom pôs a designação de Vincent para a "missão" ao "kraal de Muzila": *"o Sr. Erskine passou a olhar o espaço em branco no mapa ao norte do Limpopo como sendo sua propriedade, aproveitando a oportunidade no momento em que o governador Keate lhe ofereceu a missão e dispo ndo pessoalmente de grande parte dos investimentos necessários e, posteriormente, restituídos pelo governo. Vincent Erskine partiu em uma escuna em junho de 1871, com o Sr. Robert Dubois..."*. ERSKINE, David (1875), op. cit., p.112. (tradução livre)

⁴¹⁶ ETHERINGTON (1989), op. cit., p.176. (tradução livre)

orientar a política imperial britânica conforme novos desenvolvimentos comprimiam ainda mais a economia de Natal no decorrer da década de 1860 - entre eles, o reverso do sistema de contratação de trabalhadores vindos das Índias Ocidentais e a descoberta de minas de diamante na confluência entre os rios Vaal e Orange, próxima à atual cidade de Kimberley.

Ligadas à busca dos plantadores de açúcar por um curso regular e sistemático de mão de obra, as autoridades da Colônia de Natal assinaram com o governo da Índia, em 1859, uma série de leis e regulamentos que autorizavam a contratação de trabalhadores indianos por um período de cinco anos, ao final do qual podiam decidir pela renovação do vínculo com o empregador ou pelo retorno.⁴¹⁷ Quando os primeiros contratos começaram a expirar, entretanto, vieram a público as queixas de maus-tratos, alimentação insuficiente e punições severas que os trabalhadores retornados registravam no Serviço de Proteção aos Emigrantes. Novos embarques foram, então, suspensos pelo governo indiano (para serem retomados apenas em 1874, após a instituição de uma comissão de inquérito)⁴¹⁸ e, no momento em que as notícias sobre as descobertas das minas começaram a se espalhar, o que restava do fluxo de africanos para Natal mudou de direção, desviando-a para longe e agravando as dificuldades dos colonos.⁴¹⁹

⁴¹⁷ BRAIN, Joy. "Natal's Indians, 1860-1910: from co-operation, through competition, to conflict". In: DUMINY; GUEST, op. cit., p.249-251. "*O grupo que chegou entre 1860 e 1866 podia escolher uma terceira opção: a de aceitar um lote de terra da Coroa no valor equivalente à passagem de retorno*". Cf. também KUPER, Hilda. *Indian people in Natal*. Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1960, p.01-03; e DU BOIS, Duncan L. *Labourer or settler: colonial Natal's Indian dilemma (1860-1897)*. Durban: Just Done Productions - Publishing, 2011, p.14-25.

⁴¹⁸ BRAIN (1989), op. cit., p. 251; cf. também DU BOIS, op. cit., p.26-42.

⁴¹⁹ ETHERINGTON (1989), op. cit., p.181; COVANE, Luís António. *As relações econômicas entre Moçambique e a África do Sul (1850-1964): acordos e regulamentos principais*. Maputo: Arquivo Histórico Nacional/Universidade Eduardo Mondlane, 1989, p.13. Cf. também NORONHA, Eduardo de. Lourenço Marques e as suas relações com a África do Sul. Conferências feitas na Sociedade de Geographia nas sessões de 2 de dezembro de 1895 e 13 de janeiro de 1896. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, 15ª série, nº 02, p.65-67.

Em 1855, Shepstone destacava que *"muitos, senão a maioria de nossos trabalhadores, não pertencem à nossa vizinhança mais imediata, vindo de uma distância além dos Montes Drakensberg e de latitudes ao norte da Baía de Delagoa"*.⁴²⁰ Ao mesmo tempo em que novas rotas iam surgindo em direção às minas, a compreensão de que linhas de movimento atravessavam o sul do continente reforçou o expansionismo da política do Secretário para Assuntos Nativos, voltando a atenção do governo para a possibilidade de obtenção de mão de obra em territórios adjacentes, incluindo uma faixa que ia até o rio Zambeze e passava pelas terras de Muzila e Cetshwayo.⁴²¹

A orientação vinha acompanhada por alguns receios: de que *"a fragmentação política bloqueasse o acesso aos recursos humano e material"* da região - especificamente, Portugal e República Sul-Africana [*Zuid-Afrikaansche Republiek* ou ZAR] (tendo esta deslocado, à força, para as suas fazendas muitos dos que seguiam em direção às minas em Griqualand West) - ou *"que os diferentes poderes africanos se servissem da nova riqueza para se armarem contra os brancos"*.⁴²² À urgência na obtenção de trabalhadores se associou a projeção de domínio britânico e nesse contexto chegou a *"embaixada"* de Muzila.

4.7. Traduções impróprias, memórias submersas

Sinalizando que Muzila reconhecia que outros *"se beneficia[va]m com a ida à Colônia para trabalhar pelo que desejam possuir, aspirando as mesmas vantagens*

⁴²⁰ Colonial Office 879/1: *Natal. Despatches, Reports, etc. Relative to the Management of the Natives*, p.05 apud ETHERINGTON (1989), op. cit., p.181. (tradução livre) Cf. também COVANE (1989), op. cit., p.13-14.

⁴²¹ ETHERINGTON (1981), op. cit., p.16-17; ETHERINGTON (1989), op. cit., p.176-177; COVANE (1989), op. cit., p.05.

⁴²² ETHERINGTON (1981), op. cit., p.18; ETHERINGTON (1989), op. cit., p.182. (tradução livre) Cf. também HAMILTON (1998), op. cit., p.86.

para a sua gente", os emissários marcavam que o inkosi estava atento aos movimentos e desenvolvimentos na região, estabelecendo-os como um ponto de intersecção com o governo de Natal e como um desdobramento da interferência esperada junto a Mswati II: "afirma que essa condição não pode ser obtida sem paz e, por isso, ele nos envia para pedir paz. (...) [solicitando que esse governo] expresse ao Amaswazi o igual desejo de que se abstenha de interferir em um conflito que não lhe diz respeito e que já foi definido pelo recurso às armas". Após receber a explicação para a sua pergunta de "como pensavam ser possível que esse governo, estando tão longe, pudesse garantir-lhes paz", a conclusão de Shepstone, sem expressar novos questionamentos, indica que a mensagem havia sido compreendida em sua integridade: "a inteligência profunda com que esses embaixadores falavam era tão notável quanto interessante".⁴²³

Na sequência, Vincent Erskine foi nomeado para a "missão" a Muzila, viajou até o seu "kraal" e teve um encontro com o *inkosi*, cujo resultado não foi mencionado no texto que apresentou à Sociedade de Geografia de Londres. O relatório a Shepstone, guardado no *Pietermaritzburg Archives Repository*, permite recompor a passagem ausente, na qual Muzila reafirma a exigência de intervenção britânica na questão envolvendo Mawewe, como um requisito ao seu comprometimento no fornecimento de mão de obra. Mas há uma segunda problemática, igualmente suprimida no documento à Sociedade de Geografia, embora constante no documento ao Secretário para Assuntos Nativos: a tentativa de converter um contato de aliança em domínio.

⁴²³ "Statement of Umzungulu and Dubule, messengers from Umzila son of Sotshangane or Manukuza king of the Amahlamini". National Archives of South Africa. Pietermaritzburg Archives Repository. Secretary for Native Affairs. Miscellaneous papers. 1886-1889. Volume I/1/96. (tradução livre)

Referindo-se à espera pela segunda e última autorização para entrar nas terras vizinhas ao "*kraal*", em junho de 1872, Erskine contou a Shepstone que quinze homens vieram com insultos, querendo saber "*porque eu tinha dito que Muzila desejava 'to Conza' (isto é, servir ou se tornar sujeito) ao governo de Natal - Que ele não desejava 'to Conza' a ninguém; ele queria ser amigo de todos e apenas 'to Beka-isandhla' (isto é, obter um favor) do governo de Natal - e que isso era tudo*".^{424(XI)} A objeção seria retomada pelo próprio *inkosi* ao ouvir "*a leitura das mensagens, tal como as respostas dadas, me pergunt[ando] se algo a mais me havia sido confiado por parte do Governo*" e anotada por Erskine na lateral desse trecho no relatório: "*ao entregar a mensagem, Muzila disse que queria 'to Bega-zandhla' e não 'to Conza' com o Governo. Eu disse que sim, que sabia ter traduzido impropriamente o primeiro como 'Conza'*".^{425(XIII)}

Em *A zulu-english dictionary*, do missionário Alfred Bryant, "*to beka-isandhla*" ou "*to bega-zandla*" provém de "*is-Andhla*", um substantivo equivalente à "*mão*", usado para a construção de "*uku-bek'isandhla*" [ou "*uku-bek'isandhla ku'Bani*"], com o sentido de "*procurar o favor, ou o patrocínio, de alguém*".⁴²⁶ "*To conza*" ["*khonza*" ou "*nconza*"], por sua vez, é designado como um verbo que

⁴²⁴ Relatório de Vincent Erskine ao "*Secretary for Native Affairs*" [Theophilus Shepstone], assinado em 30 de novembro de 1872, em Pietermaritzburg. National Archives of South Africa. Pietermaritzburg Archives Repository. Secretary for Native Affairs. Miscellaneous papers. 1886-1889. Volume I/1/96. (tradução livre) ^(XI) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2. Em *Journey to Umzila's, South-East Africa, in 1871-1872*, Erskine menciona apenas que "*um grupo de conselheiros bêbados chegou à tarde, trazendo duas cabras que me foram dadas e dizendo, com muita insolência, que o rei não podia nos receber até a chegada do seu mensageiro...*". ERSKINE (1875), op. cit., p.99. (tradução livre) ^(XII) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

⁴²⁵ Relatório de Vincent Erskine ao "*Secretary for Native Affairs*" [Theophilus Shepstone], assinado em 30 de novembro de 1872, em Pietermaritzburg. National Archives of South Africa. Pietermaritzburg Archives Repository. Secretary for Native Affairs. Miscellaneous papers. 1886-1889. Volume I/1/96. (tradução livre) ^(XIII) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2. Cf. também *British Parliamentary Papers* (1890-1891), LVII, nº 190, incl. 6, p.211-212 apud LIESEGANG (1967), op. cit., p.208.

⁴²⁶ BRYANT (1905), op. cit., p.07; 22; 28. "*u-Bani: pronome indefinido. Alguém, uma pessoa...*". (tradução livre)

exprime o "*tornar-se servo ou dependente de outro (...); viver em um estado de servidão voluntária*".⁴²⁷ Entre as definições, ocorre uma linha tênue de compartilhamento de perspectiva de ascendência, que Erskine procurou explorar em consonância com a política expansionista de Natal, buscando converter o reconhecimento de uma proeminência situacional, atrelada à capacidade de influir em uma conjuntura específica, em uma associação hierárquica, mais ampla e permanente - de um ajuste com aperto de mãos, consolidando um acordo, para uma cerimônia com um vassalo genuflexo, selando uma relação de submissão.

A "*missão*" de Erskine se revelava ainda como um esforço de sobreposição britânica à influência presumida que as autoridades portuguesas invocavam junto ao *inkosi* desde o envolvimento na guerra de sucessão de Manicusse e, extensivamente, de domínio sobre territórios cuja posse Portugal reclamava para si.⁴²⁸ Já na década de 1820, o capitão William Owen havia realizado viagens de exploração no sul da Baía de Maputo, apresentando tratados que teria assinado com chefes de linhagens da região e que serviriam de base para a posterior afirmação de posse. Em novembro de 1861, um vapor de guerra partiu do Cabo em direção às ilhas de Inhaca e Elefantes, numa tentativa de ocupá-las e a reação do Governador do Distrito de Lourenço Marques (impedindo a passagem de Erskine em direção ao "*kraal de Muzila*") indica uma percepção diligente do contexto em que se dava a aproximação da missão enviada pelo governo de Natal.⁴²⁹

⁴²⁷ Ibidem, p.318. (tradução livre) Cf. também "Bikwayo kaNoziwawa". In: WEBB; WRIGHT (1976), op. cit., p.64.

⁴²⁸ SANTOS (2007), op. cit., p.93-108.

⁴²⁹ JORDÃO, Levy Maria [Visconde de Paiva Manso]. *Memória sobre Lourenço Marques (Delagoa Bay) pelo Visconde de Paiva Manso*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870, p.43-46; ARRIAGA, Visconde da. *Lourenço Marques. Exame sobre o tratado relativo à baía e território de Lourenço Marques concluído entre Portugal e a Inglaterra em 30 de maio de 1879 pelo Visconde da Arriaga deputado às Cortes e ex-Governador Geral da Província de Moçambique*. Lisboa: J. Allemant Frères / Typographia Lisboa, 1881, p.10-16; MONTEZ, Caetano. *Descobrimento e fundação de Lourenço Marques, 1500-1800*. Lourenço Marques: Minerva Central, 1948, p.117; 144; HARRIES (1977), op. cit., p.62.

Nas dinâmicas múltiplas que influíam na escrita de um documento, "*Umveomus, que falava Zulu*", no relato do pai de Erskine, podia esperar, assim, a chegada de "*chefes brancos poderosos para viver entre eles*", tal como a referência ao pedido específico de armas por uma embaixada africana (que era acolhida em Natal e retribuída com outra missão) podia ser provisoriamente suprimida nos escritos oficiais, avaliando-se o impacto provável nas "*boas relações internacionais*", para ressurgir apenas posteriormente: nos textos à Sociedade de Geografia de Londres para marcar, discursivamente, o quão frágil era a posição portuguesa.⁴³⁰

Uma posição que o *inkosi* vinculava à extração de bens, já integrados na produção de novos eixos de expansão e fortalecimento de seu próprio poder - "*Muzila viu o que trazíamos e se disse desapontado com a ausência de um carregamento em armas e porque tudo o que portávamos ele podia obter como tributo dos portugueses em Sofala e Tete - Ele declarou que queria armas e nada mais...*".⁴³¹ A tensão provocada pelo referencial de subordinação, introduzido por Erskine permite considerar que esse era um ponto fundamentalmente contrário ao sentido do contato proposto com o envio da "*embaixada*". Nada tendo a conceder nos termos que envolviam Mawewe, a "*missão*" se revelou "*um desperdício de*

⁴³⁰ "...A queixa expressa era de que o governo de Natal não enviara as armas e a munição que Muzila havia solicitado, embora lhe fosse explicado que não poderíamos armá-lo contra os portugueses, com quem estávamos em termos amigáveis; e isso apesar deles próprios venderem armamento aos nativos...". ERSKINE, David (1875), op. cit., p.126 (tradução livre). Cf. também ARRIAGA, op. cit., p.03; 29; "Portugal in south-east Africa, 1875-1878". AXELSON, Eric. *Portugal and the scramble for Africa (1875-1891)*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1967, p.09-13; DELIUS (1977), op. cit., p.41-47; GUEST (1989), op. cit., p.153; e SWIEGERS, Gertrude Maylene. *Britain and the labour question in South Africa: the interaction of state, capital, labour and colonial power, 1867-1910*. Bloemfontein, 2014. Tese - University of The Free State, p.179-180.

⁴³¹ Relatório de Vincent Erskine ao "*Secretary for Native Affairs*" [Theophilus Shepstone], assinado em 30 de novembro de 1872, em Pietermaritzburg. National Archives of South Africa. Pietermaritzburg Archives Repository. Secretary for Native Affairs. Miscellaneous papers. 1886-1889. Volume I/1/96. (tradução livre) O sublinhado consta no documento original.

tempo", com as anotações originais submergindo no naufrágio e nas memórias de Vincent e de seu pai David.

4.8. Entre a "glória" e o "i-Zembe", guerreiros à espera de purificação final

O esforço de Vincent Erskine em obliterar o desfecho do encontro com Muzila se estendeu no tempo e na historiografia sobre o movimento migratório de mão de obra entre os atuais territórios de Moçambique e África do Sul, predispondo uma confluência no fornecimento de mão de obra que inverte a intenção primeira do envio da embaixada e mantém o interesse britânico em primeiro plano, como na análise de Patrick Harries, professor da Universidade de Basel nos anos finais de uma longa dedicação aos estudos africanos:

Muzila se ofereceu para facilitar a importação de trabalhadores para Natal se o Governo neutralizasse o entrave Swazi-Mawewe no fluxo de migrantes nguni ao sul. Com a perspectiva de aproveitar o que o Governador considerava como 'uma grande massa desempregada confinada naquelas terras', uma missão diplomática foi enviada sob o comando de Vincent Erskine, filho do Secretário Colonial de Natal. Embora a missão tenha falhado em produzir quaisquer resultados convincentes (...), os primeiros migrantes vindos do Bilene foram observados em Natal já em 1872.⁴³²

Nessa perspectiva, a incapacidade do governo de Natal em oferecer uma contrapartida à proposta de Muzila desaparece, da mesma forma que a sua resposta à projeção de domínio na tradução imprópria de "*to beka*" como "*to conza*". Ambas as questões estruturavam o sentido do envio da "*embaixada*" e, por

⁴³² HARRIES (1977), op. cit., p.62 (tradução livre). Cf. também HARRIES, Patrick. Slavery, social incorporation and surplus extraction: the nature of free and unfree labour in South-East Africa. *The Journal of African History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981, vol. 22, p.320; HARRIES, Patrick. *Work, culture and identity: migrant labourers in Mozambique and South Africa, c.1860-1910*. Portsmouth: Heinemann; Johannesburg: Witwatersrand University Press; Londres: James Currey, 1994, p.23-24; SWIEGERS, op. cit., p.375; 430; "Portugal in South-East Africa, 1875-1878". In: AXELSON, op. cit., p.09-10.

isso, a falha da "*missão (...) em produzir (...) resultados convincentes*". Enquanto que, dissolvendo a referência a Mawewe na "*massa desempregada [d]aquelas terras*" que prontamente se observava em Natal (a seguir a volta de Erskine), a própria lógica de uma representação ao governo de Natal se perde em um anacronismo no qual à ideia de escassez se justapõe um movimento (inexorável) de mão de obra, alheio ao desfecho da comunicação estabelecida.

Seguindo ainda a análise sugerida pelo professor Patrick Harries,

em fevereiro de 1862, Muzila, rei de Gaza perdeu a maior parte de seu gado para as forças lideradas por seu irmão exilado, Mawewe. Os animais que escaparam dos exércitos guerreiros foram em breve dizimados por uma pleuropneumonia que, em agosto de 1862, matou "*quase todo*" o gado de Gaza. Na área ao redor de Lourenço Marques, mais de três mil bovinos sucumbiram a essa "*doença pulmonar*", enquanto outros cinco mil morreram por causa da seca e da guerra. As grandes perdas sofridas pelas populações por toda a África Austral incitaram os swazi a descerem das montanhas e a pilharem as planícies com os rebanhos remanescentes. Em dois curtos anos, a região da Baía de Delagoa foi privada de sua principal fonte de proteína. A morte por fome era rara, mas as crises faziam a taxa de mortalidade crescer porque induziam a deficiências nutricionais, enfraqueciam a resistência humana à doença e provocavam uma inevitável onda de invasões. A trilogia de fome, guerra e doença operava de maneira circular, posto que a fome era tanto uma consequência quanto uma causa da guerra. Isso foi expresso de modo vívido por um dos embaixadores de Gaza enviado a Natal, quando observou que "*a morte pela zagaia é invariavelmente seguida por outra pior, pela febre; pois esses dois tipos de morte são os companheiros constantes um do outro*".⁴³³

O encadeamento de todo o processo recupera, com precisão, muito da tensão e da devastação geradas pela guerra de sucessão de Manicusse, mas não explica por que Muzila, tendo enviado uma "*embaixada*" em razão desse contexto, se interporia à consecução da "*missão*" de Erskine, aceitando que, em um intervalo tão breve (entre a chegada dos emissários a Pietermaritzburg e do "*comissário especial*" ao "*kraal*"), pouco se alteraria em profundidade. Por esse ângulo, a

⁴³³ HARRIES (1994), op. cit., p.11. (tradução livre)

menção à febre, atrelada à zagaia (e à exigência do *inkosi* quanto a uma solução definitiva envolvendo Mawewe), permite interpretar o sintoma também como decorrência de uma afecção por deficiências desenvolvidas na esteira dos confrontos sucessivos, mas também àquela induzida pelo "*i-Zembe*" que atingia, potencialmente, todo guerreiro que houvesse provocado a morte de outro e que o mantinha em estado febril até o momento de ser purificado:

É uma imensa glória ter morto um inimigo no campo de batalha, mas tal glória comporta grandes perigos... Mataram, os que são glorificados... Também estão expostos à influência misteriosa e mortal do *nurhu* e devem submeter-se por este facto a um tratamento médico. Que é o *nurhu*? É o espírito do morto que procura vingar-se. Odeia-o e pode torná-lo louco. Os seus olhos incham, saem das órbitas e inflamam-se. O que por ele for atacado perderá os sentidos, terá vertigens (*ndzululwana*) (...). Para banir semelhantes desgraças, é preciso remédio especial. Os que mataram devem *lurhula tiyimpi tavu*, expulsar o *nurhu* que os persegue depois da expedição (...). Em que consiste este tratamento? Os guerreiros que mataram devem ficar por alguns dias na capital [a povoação do *inkosi*]. São tabu. Vestem-se com roupa velha e comem com colheres especiais, por as suas mãos estarem "quentes", e em pratos especiais (*mirheko*) e panelas quebradas. É-lhes interdito beber água. A comida deve estar fria. O chefe mata bois (*yiva lumisa hi tihomu*); mas se a carne lhes fosse dada quente, inchar-lhes-ia o ventre, "pois eles próprios estão quentes, estão impuros" (*vani nsila*). Se comessem comida quente, a impureza entrava neles. (...) Ao fim de alguns dias um médico vem purificá-los (*kuvaphutula*)...⁴³⁴

O apoio swazi a Mawewe prolongava a possibilidade de novos enfrentamentos, assim como os efeitos de uma convulsão a cada morte induzida, enfraquecendo, mais e mais, a própria posição de Muzila como *inkosi*. Por isso, a solicitação que encaminhava ao governo de Natal passava, prioritariamente, não pelo estabelecimento de um fluxo de trabalhadores que revertissem, em outro território, as condições precárias de sua própria sobrevivência, mas pela morte de Mawewe, em garantia efetiva de cessão de guerra. "*...ele nos envia para pedir paz...*", contavam os emissários sobre o que deviam reproduzir, acrescentando terem

⁴³⁴ JUNOD (1996), op. cit., vol. 01, p.421-422.

recebido ordens para que "*fôssemos zelosos e insistentes em suas representações; (...) que não nos demoremos em nossa missão e que a cumpramos o mais rápido possível..*".⁴³⁵

Ainda após o retorno de Erskine a Pietermaritzburg, em novembro de 1872, Muzila continuaria a buscar o apoio do governo de Natal para reforçar o seu poder,⁴³⁶ ao passo que um novo componente faria compensar a desejada (mas ausente) intervenção britânica imediata: a morte de Mawewe, em 1872.⁴³⁷ Forçado pelo "esquecimento" dos documentos submersos, Shepstone definiria com Cetshwayo os termos para a passagem de trabalhadores para Natal, no ano seguinte.⁴³⁸

⁴³⁵ "Statement of Umzungulu and Dubule, messengers from Umzila son of Sotshangane or Manukuza king of the Amahlamini". National Archives of South Africa. Pietermaritzburg Archives Repository. Secretary for Native Affairs. Miscellaneous papers. 1886-1889. Volume I/1/96. (tradução livre)

⁴³⁶ Cf. "Statement of Umzungulu, Udingane, and Umyakayaka messengers from the Chief Umzila to His Excellency Sir. H. Bulwer [Henry Bulwer], K. C. M. G. Lieutenant Governor of Natal". 02.01.1878; "Draft replay of Sir Henry Bulwer K. C. M. G. Lieutenant Governor of Natal etc. etc. to message from the Umzila Chief of the Ndwandwe by Umzungulu, Dingana and Umyakayaka". 17.01. [04.02.] 1878; "List of articles supplied to Umzila messengers". 04.02.1878. National Archives of South Africa. Pietermaritzburg Archives Repository. Secretary for Native Affairs. Miscellaneous papers. 1886-1889. Volume I/1/96; "Statement of Umzungulo messenger from Umzila Chief of Nxumalo tribe resident beyond the Transvaal State". 03.02.1882; "Answer to be returned to deputation from Umzila". 08.02.1882. National Archives of South Africa. Pietermaritzburg Archives Repository. Secretary for Native Affairs. Minute Papers 7(1) (1881-1889). Letters 1-100 (1882). Letters 101-200 (1882). Volume I/1/52.

⁴³⁷ MYBURGH, op. cit., p.78.

⁴³⁸ "A morte de Mpande, em outubro de 1872, deu a Shepstone a oportunidade de negociar com o seu sucessor. A ocasião mais propícia para discussões diplomáticas se apresentou quando Cetshwayo estendeu um convite para Shepstone assistir à sua coroação e firmar a aprovação do governo britânico. (...) Shepstone estava ciente das fraquezas de Cetshwayo e procurou obter certas concessões políticas e econômicas em troca do reconhecimento de sua supremacia pelo governo de Natal. (...) As discussões sobre a passagem de trabalhadores por seu território, em direção a Natal (...) ocuparam mais tempo do que qualquer outro tópico (...) [até] Cetshwayo finalmente consenti[r]...". BALLARD (1981), op. cit., p.113-114 (tradução livre); LABAND, John; WRIGHT, John. *King Cetshwayo kaMpande (c.1832-1884)*. Pietermaritzburg: Shuter & Shooter, 1980, p.09-10; ETHERINGTON (1989), op. cit., p.183-185; GUY (2013), op. cit., p.384-385; HAMILTON (1998), op. cit., p.87.

Uyanghena wusiva lomhlope, athi sohlangana makhosi, bathande kubusa! ["Está a entrar a pena branca, diz que vão se encontrar os reis, que gostam de governar!"]

**Canção em língua nguni. Entrevista com um grupo de velhos em Madragoa. 1969.*

Arquivo Histórico de Moçambique.⁴³⁹

5.1. Mensagem de Cetshwayo a Muzila, "pouco antes da guerra contra os brancos"

Na noite de um domingo, em outubro de 1903, Bikwayo kaNoziwawa contou a James Stuart sobre os três encontros que teve com Muzila, por ocasião de suas viagens aos territórios do *inkosi*.⁴⁴⁰ Tal como Vincent Erskine em 1871, Bikwayo passou, no caminho, por "*Emkontweni*", o "*kraal militar*" de Muzila no Bilene (em terras a quilômetros para o sul de sua povoação principal, construída em Ndwengo, junto ao rio Búzi) e cujo "*comandante em chefe*" era o já referido Manjobo que, tendo afirmado ao enviado do governo de Natal não querer "*amizade com o homem branco*",⁴⁴¹ acrescentaria ainda mais tarde que "*o seu negócio era a guerra*" e não "*o fornecimento de carregadores*", diante dos pedidos insistentes para a ajuda no transporte dos artigos que levava para o *inkosi*.⁴⁴²

⁴³⁹ *Entrevista com um grupo de velhos em Madragoa*. Investigador(es): Dr. Gerhard Liesegang. Local da entrevista: Madragoa (Chilembene) Limpopo (Chokwe) - Gaza. Data: 15/12/1969. Língua(s): tsonga e nguni. Edição de: Dr. G. Liesegang. Local: Maputo. Data: 1969. Material: cassete. Tempo:- Transcritor: Mucojuane Mainga Vicente. Tradutor: Mucojuane Mainga Vicente. T/T nº. GZ018. C. nº 186. Cota nº. GZ025 - Arquivo Histórico de Moçambique. Coleção de Fontes Orais da História. Fundo Gaza. Caixa 3. Gz.17 a Gz.29.

⁴⁴⁰ "Bikwayo kaNoziwawa". In: WEBB; WRIGHT (1976), op. cit., p.63-74.

⁴⁴¹ Cf. capítulo 4.

⁴⁴² ERSKINE (1875), op. cit., p.64; 79. (tradução livre) No relato de Erskine, "*Emkontweni*" corresponde a "*Umkontwain*". Cf. também ERSKINE; MANN (1878), op. cit., p.32.

Em "*Emkontweni*", Bikwayo conheceu "*Ngungunyana*", filho de Muzila. E é possível que a ele revelasse também algo da comunicação especial que, como emissário de Cetshwayo, havia sido encarregado de transmitir a Muzila.⁴⁴³

Bikwayo nasceu entre 1850 e 1853, em uma linhagem de mensageiros oficiais. Em 1873, ele foi integrado à formação do regimento "*Ngobamakosi*", o primeiro que Cetshwayo compôs após assumir o poder.⁴⁴⁴ A princípio, era seu irmão Mnyaiza o emissário de Cetshwayo, tal como Noziwawa, seu pai, havia sido de Mpande, mas Mnyaiza morreu precocemente e Bikwayo acabou por substituí-lo.

Como guerreiro e mensageiro, Bikwayo notou que Muzila "*falava zulu*" e "*tinha tunga'd*", uma expressão proveniente de "*tunga*" ou "*thunga*", significando "*costurar*", em associação à coroa em forma de um grande anel ("*isi-Coco*"), que era entrelaçada ao cabelo e no topo da cabeça dos guerreiros considerados notáveis, como um sinal distintivo e honorífico.⁴⁴⁵ Juntos, "*comeram, beberam*" e Bikwayo apresentou a lista de itens que eram solicitados na mensagem encaminhada por Cetshwayo: "*peles de macaco azul, de geneta, de leopardo e lontra; e pólvora, cápsulas e chumbo, pouco antes da guerra contra os brancos*".^{446(I)}

⁴⁴³ "Bikwayo kaNoziwawa". In: WEBB; WRIGHT (1976), op. cit., p.64.

⁴⁴⁴ Cf. "*i-nGobamakosi*", em BRYANT (1905), op. cit., p.186; 511; 677. Cf. também GUY, Jeff. "The political structure of the Zulu kingdom during the reign of Cetshwayo KaMpande". In: PEIRES (1981), op. cit., p.49-73.

⁴⁴⁵ BRYANT (1905), op. cit., p.662-663, 78 (tradução livre). Cf. também ANDRADE, Alfredo Freire de. Explorações portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane. Relatórios da Comissão de Limitação da Fronteira de Lourenço Marques (1891). *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894, 13ª série, nº 05, p.343; LIENGME, op. cit., p.112; JUNOD (1996), op. cit., vol. 01, p.131-133; BONNER (1983), op. cit., p.42; BUTHELEZI, Mbongiseni Patrick. *Sifuna umlando wethu (we are searching for our history): oral literature and the meanings of the past in post-apartheid South Africa*. New York, 2012. Tese - Columbia University, p.148-149; e "*xidlodlo*" e "*khehlwá (ou ikhehla)*", em SITO, op. cit., p.377; 111.

⁴⁴⁶ "Bikwayo kaNoziwawa". In: WEBB; WRIGHT (1976), op. cit., p.64. (tradução livre) ^(I) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2. "*Geneta. s.f. MASTZOO designação comum aos mamíferos carnívoros do gênero Genetta, da família dos viverrídeos, encontrados na África e no Sul da Europa, de pelagem macia e densa, geralmente cinzenta ou amarelada, com manchas negras ou marrons, e cauda com anéis pretos e brancos*". HOUAISS; VILLAR, op. cit., p.1441.

A guerra a que se referia Bikwayo irrompeu no ano de 1879. Como mencionado no final do capítulo anterior, Cetshwayo convidou Theophilus Shepstone, ainda Secretário para Assuntos Nativos, para participar de uma das cerimônias de passagem formal do poder, realizada meses após a morte de Mpande, em outubro de 1872.⁴⁴⁷ Para Cetshwayo, a aproximação com o governo de Natal representava uma busca de reforço junto às disputas de terras com a República Sul-Africana [*Zuid-Afrikaansche Republiek* ou ZAR], em particular a região do rio Ncome, e às pretensões de seus irmãos. Contudo, para Shepstone, o vínculo figurava novamente como uma perspectiva de ascendência a impulsionar o sentido expansionista de sua política, tanto quanto os primeiros traços de uma confederação que começava a ser delineada.⁴⁴⁸

Como muitos em Natal, Shepstone acreditava que apenas a extensão do domínio britânico seria capaz de garantir o fluxo necessário de mão de obra, constantemente ameaçado pela "*fragmentação política*" do entorno, com "*centros de poder africanos independentes*", "*repúblicas de antigos trekkers*" e "*colônias rivais no Cabo e em Moçambique*".⁴⁴⁹ A descoberta das minas, combinada com o comércio crescente de armas de fogo, fortalecia os domínios vizinhos a Natal e aprofundava os receios, alicerçando os planos de confederação que Shepstone defendeu no

⁴⁴⁷ Em *Terrific majesty: the powers of Shaka Zulu and the limits of historical invention*, Carolyn Hamilton faz uma análise muito profunda e rica da cerimônia que precedeu àquela em que Shepstone esteve presente. HAMILTON (1998), op. cit., p.75-104 p.75-85. Cf. também BINNS, Charles Theodore. *The last Zulu king: the life and death of Cetshwayo*. Londres: Longmans, 1963, p.56-75.

⁴⁴⁸ COLENBRANDER, op. cit., p.99-108; HAMILTON (1998), op. cit., p.75-104; ETHERINGTON (1989), op. cit., p.182-183. Cf. também ETHERINGTON, Norman. "Anglo-Zulu relations, 1856-78". In: DUMINY, Andrew; BALLARD, Charles (eds.). *The Anglo-Zulu war: new perspectives*. Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1981, p.13-52.

⁴⁴⁹ ETHERINGTON (1981), op. cit., p.18 (tradução livre); cf. também capítulo 4.

encontro com o Secretário de Estado para as Colônias, Henry Carnarvon, em setembro de 1874.⁴⁵⁰

Em 1876, Shepstone foi nomeado por Carnarvon para encaminhar a proposta de confederação à República Sul-Africana [*Zuid-Afrikaansche Republiek* ou ZAR], "assegurando-a por persuasão ou proclamação".⁴⁵¹ A segunda opção se concretizou em 12 de abril de 1877, com o território sendo anexado como *Colônia* [britânica] *do Transvaal* e Shepstone assumindo como administrador.⁴⁵² Nessa posição, ele adotou as reivindicações do *Transvaal* em relação a Cetshwayo, declarando que "uma inspeção nos arquivos em Pretória o havia convencido de que o sucessor de Mpande estava errado" e de que a premissa de posse invocada sobre as terras próximas ao rio Ncome - particularmente importantes ao desenvolvimento de uma rota em duplo sentido, de "agentes europeus para o interior e mão de obra africana para o sul" - era legítima e fundamentada.⁴⁵³

A incorporação do *Transvaal* no projeto de uma Confederação Sul-Africana fez crescer, assim, as expectativas de igual domínio sobre os territórios de Cetshwayo, sendo interpretado como uma consequência natural da primeira investida.⁴⁵⁴ Nesse novo contexto, Shepstone passou a insistir que Cetshwayo era

⁴⁵⁰ ETHERINGTON (1981), op. cit., p.19-25; ETHERINGTON (1989), op. cit., p.182-185; COLENBRANDER, op. cit., p.108.

⁴⁵¹ "A fragmentação política da África Austral impedia um avanço capitalista mais profundo, ao passo que uma união de comunidades o facilitava. A Confederação estabeleceria uma estrutura administrativa que reduziria a rivalidade intercolonial e permitiria a implementação de políticas comuns voltadas, em particular, para o controle dos africanos e a oferta de mão de obra". GUY, Jeff. *The destruction of the Zulu kingdom: the civil war in Zululand, 1879-1884*. Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1994, p.45. (tradução livre)

⁴⁵² ETHERINGTON (1989), op. cit., p.185-186; COVANE (1989), op. cit., p.17.

⁴⁵³ ETHERINGTON (1989), op. cit., p.187; ETHERINGTON (1981), op. cit., p.13. (tradução livre) Cf. também HAMILTON (1998), op. cit., p.104-105.

⁴⁵⁴ COPE, Richard. L. Written in characters of blood? The reign of king Cetshwayo kaMpande 1872-9. *The Journal of African History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, vol. 36, nº 02, p.253.

uma ameaça ao *Transvaal*, com o seu "*despotismo militar vicioso, a ensinar todos os homens desde a infância que 'o único objetivo de suas vidas era a luta e a guerra'*".⁴⁵⁵

De acordo com o professor Jeff Guy, Cetshwayo compreendeu que a aproximação diplomática, em 1873, (ao convidar Shepstone para assistir a uma das cerimônias de passagem de poder) estava ruindo e, por isso, recorreu ao Governador da colônia de Natal, Henry Bulwer, buscando "*alguma forma de mediação*".

Em fevereiro de 1878, Henry Bulwer instalou uma Comissão de Limites para investigar a disputa fronteiriça entre a antiga República Sul-Africana [*Zuid-Afrikaansche Republiek* ou ZAR, agora nomeada *Colônia do Transvaal*] e Cetshwayo.⁴⁵⁶ O relatório final atestou a validade das reivindicações de Cetshwayo e, no entanto, o Alto Comissário britânico designado para a região, Bartle Frere, desconsiderou o parecer, "*autorizando que todos permanecessem na região, apesar do reconhecimento da soberania do centro de poder zulu*".⁴⁵⁷

Em dezembro, Bartle Frere encaminhou a Cetshwayo o mesmo parecer da Comissão de Limites, mas acompanhado de um *ultimatum*: nele, o Alto Comissário exigia a entrega de homens procurados pelas autoridades coloniais, o pagamento de uma multa em seiscentas cabeças de gado e, sobretudo, "*a dissolução do sistema militar zulu em um prazo de trinta dias*". Dificilmente Cetshwayo aceitaria os termos impostos.⁴⁵⁸

5.2. Vínculos antigos em nova insígnia de guerra

⁴⁵⁵ BRITISH Parliamentary Papers, C.2079: 39, p.55 Theophilus Shepstone to Carnarvon, 2 January 1879 apud GUY (1994), op. cit., p.47. (tradução livre)

⁴⁵⁶ GUY (1994), op. cit., p.48. (tradução livre)

⁴⁵⁷ ETHERINGTON (1989), op. cit., p.189. (tradução livre)

⁴⁵⁸ GUY (1994), op. cit., p.49. (tradução livre) Cf. também ETHERINGTON (1989), op. cit., p.189.

Em 11 de janeiro de 1879, o *ultimatum* expirou e as tropas britânicas iniciaram a ofensiva formal contra Cetshwayo, atravessando a fronteira da Colônia de Natal em direção ao seu território.⁴⁵⁹ Para o Alto Comissário, "*a guerra seria curta e vitoriosa*", sob o comando de Frederick Augustus Thesiger (barão de Chelmsford), cujo plano era uma "*invasão em cinco linhas, convergindo para Ulundi, a povoação principal de Cetshwayo*".⁴⁶⁰

Dificuldades financeiras do comissariado de guerra as reduziram depois para três, mas Chelmsford estava convicto de que ainda assim a força imperial, com sua organização e armamento sofisticados, derrotaria os guerreiros do centro de poder zulu com muita facilidade.⁴⁶¹

Uma das colunas partiu, então, das terras próximas à foz do rio Thukela no sentido de Eshowe, conforme uma segunda avançava do *Transvaal* para as margens do White Mfolozi. Com Chelmsford, seguia a terceira que, tendo cruzado o rio Búfalo por volta do dia 11, continuou a se deslocar até Isandlwana (ver mapa 11.). Foi nesse ponto que, na manhã de 22 de janeiro, regimentos de Cetshwayo foram observados a curta distância.⁴⁶²

Nas duas horas em que durou a batalha de Isandlwana, é possível que as insígnias guerreiras pedidas por Bikwayo a Muzila - as "*peles de macaco azul* [*"usadas em tiras ao lado do rosto"*], de geneta [*"para os cintos"*], e de leopardo e lontra [*"para a confecção da fita que era posta no entorno da cabeça"*] - se agitassem com a explosão da "*pólvora, cápsulas e chumbo*", igualmente

⁴⁵⁹ GUY (1994), op. cit., p.50; LABAND, John; THOMPSON, Paul. "The reduction of Zululand, 1878-194". In: DUMINY; GUEST, op. cit., p.193.

⁴⁶⁰ LABAND; THOMPSON, op. cit., p.193-194. (tradução livre)

⁴⁶¹ Ibidem, p.193-195; GUY, Jeff. A note on firearms in the Zulu kingdom with special reference to the Anglo-Zulu war, 1879. *The Journal of African History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971, vol. 12, nº 04, p.566.

⁴⁶² LABAND; THOMPSON, op. cit., p.195-197; GUY (1994), op. cit., p.50-54.

solicitadas.⁴⁶³ Cada signo inscrevia o poder de seu enunciado no campo de forças em interação, reconstituindo o vínculo de experiências compartilhadas, da ascensão de Shaka, na década de 1820, ao manejo de armas de fogo em tempos de expansão colonial.

De acordo com Jeff Guy, a experiência com armas de fogo no centro de poder zulu era ainda limitada entre 1820 e 1830, embora Shaka e Dingana as obtivessem com os comerciantes e caçadores que se deslocavam por seus territórios. Em 1836, grupos de *trekkers* "*montados e fortemente armados*" começaram a se aproximar - distinguindo-se dos "*pequenos grupos de comerciantes em farrapos, com as suas armas antigas e inadequadas*" - e enquanto os seus líderes buscavam negociar com Dingana a concessão de terras, aqueles que os acompanhavam se dedicavam a impressioná-lo com o seu poderio, organizando uma demonstração de força com a descarga de atiradores dispostos em cavalaria.⁴⁶⁴

O acesso às armas de fogo se manteve, entretanto, restrito nas duas décadas seguintes e "*foi somente no final dos anos de 1860 que um número realmente significativo de armas se tornou disponível*", devido a "*fatores econômicos no sul do continente africano e avanços tecnológicos no desenvolvimento de armamento na Europa*":

entre 1867 e 1875, quase todos os países europeus se renovaram com armas de cartucho metálico e carregamento pela culatra, tornando obsoleta boa parte das antigas armas militares. Ao mesmo tempo, as descobertas de minas sul-africanas induziram a um período de rápida transformação social e econômica, com crescimento na demanda de mão de obra. Os empregadores perceberam que os africanos aceitavam vender o seu trabalho se armas de fogo fossem oferecidas em troca e os comerciantes consideravam altamente lucrativa a venda de armas antiquadas. (...) uma análise das sessenta mil armas de fogo legalmente

⁴⁶³ "Bikwayo kaNoziwawa". In: WEBB; WRIGHT (1976), op. cit., p.64.

⁴⁶⁴ GUY (1971), op. cit., p.558. (tradução livre) Cf. também capítulo 3.

importadas em Natal, entre 1872 e 1877, (dois terços das quais foram reexportadas, metade delas para a Baía de Delagoa) mostra que pelo menos oitenta e cinco por cento eram desse tipo e destinada ao comércio com os africanos.⁴⁶⁵

Não eram, portanto, apenas os portugueses que estavam vendendo armas às populações africanas, como afirmava David Erskine.⁴⁶⁶ Para Jeff Guy, as disputas envolvendo a sucessão de Mpande e os conflitos com a então República Sul-Africana [*Zuid-Afrikaansche Republiek* ou ZAR] influíram para que Cetshwayo começasse a importar armas de fogo, obtendo-as via "*Delagoa Bay*" e não tanto por mão de obra enviada às minas,⁴⁶⁷ como faria Muzila.

Em 1874, um médico norte-americano, William James Morton, viajou a Kimberley, "*no país dos diamantes*", para iniciar aí um lucrativo empreendimento em mineração. Morton permaneceu por dois anos no local e, pouco depois, em 1877, contou sobre a sua experiência à Sociedade de Geografia Americana, na sessão de três de março.⁴⁶⁸

O "*trabalhador nativo*", segundo ele, "*pertenc[ia] a um tipo superior e dominante, chamado de cafre em geral, que invadiu e conquistou o território ao sul do rio Zambeze*" e provinha, sobretudo, "*de uma região de população abundante, entre as latitudes 16° e 22° Sul, ou seja, entre os rios Zambeze e Limpopo, além da*

⁴⁶⁵ Ibidem, p.559. (tradução livre)

⁴⁶⁶ "A queixa expressa [após um dos encontros] era de que o governo de Natal não enviara as armas e a munição que Muzila havia solicitado, embora lhe fosse explicado que não poderíamos armá-lo contra os portugueses, com quem estávamos em termos amigáveis, e isso apesar de eles próprios venderem armamento aos nativos...". ERSKINE, David (1875), op. cit., p.126. (tradução livre) Cf. também capítulo 4.

⁴⁶⁷ GUY (1971), op. cit., p.559-560.

⁴⁶⁸ MORTON, op. cit., p.02-04; 25-26. William James Morton "*foi presidente da Harvard Medical Society of New York City, da American Electro-Therapeutic Association e da New York Neurological Society*", desenvolvendo "*trabalhos pioneiros em radiação oncológica*", ao mesmo tempo em que mantinha "*interesses díspares em (...) geologia, mineração e eletricidade*". APONTE-FELICIANO, Antonio; DESAI, Sukumar; e DESAI, Manisha. William James Morton (1845-1920): like father, like son? *Bulletin of Anesthesia History*. Boston: Anesthesiology Publications and Presentations, 2013, p.18-19. (tradução livre)

fronteira norte da República do Transvaal".^{469(II)} Ao longo dos sete anos de exploração da mina, ainda segundo o médico,

os nativos que têm vindo chegam em multidões aos campos de diamantes, à razão de 30.000 por ano. Cada grupo de trinta a quarenta homens (após uma viagem a pé muitas vezes de 1.000 milhas, durante a qual muitos morrem de fome e frio), permanecem e trabalham apenas o tempo suficiente para suprir a cada um com arma e munição - ou seja, cerca de três meses - e depois voltam para a sua terra. Eles não levam dinheiro, mas simplesmente uma arma; eles vêm para isso e nada mais.^{470(III)}

Descendendo de Manicusse que, com os seus regimentos, havia estendido um domínio sobre terras no "*território ao sul do rio Zambeze*",⁴⁷¹ Muzila se encontrava estabelecido nas proximidades do rio Búzi desde 1862, posicionado entre as coordenadas indicadas por Morton.⁴⁷² A possibilidade de troca de trabalho nas minas por armas de fogo atraía os seus guerreiros⁴⁷³ e talvez fossem esses também mais os "*propens[o]s (...) a voltarem ao [seu] país em rumores de guerra*", como aqueles que inquietavam Vincent Erskine, em 1872, enquanto avaliava as perspectivas de mão de obra para as plantações de açúcar em Natal.⁴⁷⁴

Peter Delius, professor da Universidade de Witwatersrand, observou que a movimentação de africanos pelo sul do continente, adquirindo armas e munição por compra ou em troca de trabalho, envolvia conformações sociais de diferentes pontos e precedia a descoberta das minas, ocorrendo já na década de 1850. A

⁴⁶⁹ MORTON, op. cit., p.14-15. (tradução livre) ^(II) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

⁴⁷⁰ Ibidem, p.14-15. (tradução livre) ^(III) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

⁴⁷¹ Cf. capítulos 01 e 02 e também NHAPULO, Telésforo. *Atlas histórico de Moçambique*. Maputo: Plural Editores, 2012, p.26-29.

⁴⁷² Cf. capítulo 4.

⁴⁷³ HARRIES (1977), op. cit., p.63.

⁴⁷⁴ "...a parte principal dos habitantes d[o] território [de Muzila] é mantida em sujeição abjeta pelos chamados umgonis ou zulus (...). ["Essas pessoas"] são as mais desejáveis de serem obtidas porque não são empregadas na guerra e, conseqüentemente, não são tão propensas à quebra de seu compromisso, voltando ao país em rumores de guerra, como a experiência nos ensinou que algumas outras tribos são...". Relatório de Vincent Erskine ao "Secretary for Native Affairs" [Theophilus Shepstone], assinado em 30 de novembro de 1872, em Pietermaritzburg. National Archives of South Africa. Pietermaritzburg Archives Repository. Secretary for Native Affairs. Miscellaneous papers. 1886-1889. Volume I/1/96. (tradução livre) Cf. capítulo 4 e também HARRIES (1977), op. cit., p.63.

posse de armas redimensionava a própria força em meio ao frágil equilíbrio de poderes regionais, constantemente tensionado pelo avanço colonial, e Delius constatou que, na área entre os rios dos Elefantes e Steelpoort (foco de seu estudo), *"havia indícios de que o fluxo de trabalho nesse sentido se iniciava e se organizava com base na autoridade política africana central"*.⁴⁷⁵

Esse desenvolvimento precedente explicaria algo da *"escala e rapidez da resposta dos africanos à nova demanda de trabalho"* gerado pela exploração das minas e, nesse contexto, também Muzila - a quem Bikwayo solicitava *"pólvora, cápsulas e chumbo"* - podia impulsionar os seus guerreiros em direção a Kimberley, obtendo armas e redirecionando-as segundo *"relações de conflito e aliança"*.⁴⁷⁶

O armamento não era, entretanto, o único sinal de confluência entre os poderes de Muzila e Cetshwayo. Outras conexões simultâneas seguiam em curso e, assim, Bikwayo lembrou com James Stuart que toda pessoa vinda dos territórios do centro de poder zulu *"podia se tornar induna [chefe] de regimento"* nas antigas terras de Manicusse.^{477(IV)}

A transmissão recíproca de signos historicamente codificados - insígnias guerreiras, armas de fogo e chefes de regimento - ressignificava as antigas intersecções de processos vividos e compartilhados entre os rios Mzimkhulu e Phongolo,⁴⁷⁸ atribuindo-lhes dimensões adicionais em novas conjunturas.

De acordo com Jeff Guy, no entanto, os guerreiros atribuíam às armas de fogo *"um papel subordinado à zagaia"*, descarregando-as para desmobilizar as tropas contrárias e permitir mais facilmente o avanço da linha de ataque

⁴⁷⁵ DELIUS (1977), op. cit., p.41-43. (tradução livre) Cf. também GUEST (1989), op. cit., p.153.

⁴⁷⁶ DELIUS (1977), op. cit., p.45. (tradução livre)

⁴⁷⁷ "Bikwayo kaNoziwawa". In: WEBB; WRIGHT (1976), op. cit., p.64. (IV) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

⁴⁷⁸ Cf. capítulo 1.

peçoal.⁴⁷⁹ Foi assim que, em 22 de janeiro de 1879, as forças de Cetshwayo desmontaram a coluna em Isandlwana, impondo a retirada das tropas britânicas e "*destruindo os planos do Alto Comissário [Batle Frere] de incorporar rapidamente o centro de poder zulu na proposta de união política*".⁴⁸⁰

Nos meses seguintes, o governo britânico reuniu esforços e, com o auxílio de tropas auxiliares, a povoação de Ulundi foi, por fim, ocupada e incendiada em 04 de julho de 1879 (ver mapa 11.). Mas a derrota primeira

expôs a inadequação dos julgamentos de Batle Frere e a irresponsabilidade de suas ações. Houve um clamor público na Grã-Bretanha, e a política expansionista na África do Sul, sob a supervisão de Batle Frere, perdeu o ímpeto. O governo conservador foi obrigado a enviar reforços em um momento em que eram necessários e mais urgentes em outros lugares. [e] Frere foi advertido de que não devia anexar nada do território de Cetshwayo à Coroa.⁴⁸¹

Tendo esmorecido "*as intenções expansionistas*" vinculadas ao planos de Confederação de Shepstone, uma nova campanha voltada para "*a deposição de Cetshwayo*" ganhou impulso, "*de forma a manter a ficção de que os seus excessos de tirania é que haviam persuadido a Grã-Bretanha a invadir o seu território, recobrando o fracasso da ofensiva*". Na manhã do dia 28 de agosto, Cetshwayo foi preso e, em 04 de setembro, levado para o exílio em Cape Town.⁴⁸²

⁴⁷⁹ GUY (1971), op. cit., p.562. (tradução livre)

⁴⁸⁰ GUY (1994), op. cit., p.52-54. (tradução livre)

⁴⁸¹ GUY (1971), op. cit., p.567. (tradução livre) Cf. também GUEST, Bill. "The war, Natal and confederation". In: DUMINY; BALLARD, op. cit., p.53-77.

⁴⁸² GUY (1994), op. cit., p.53-63. (tradução livre) Cf. também FUZE, op. cit., p.115; LABAND; WRIGHT, op. cit., p.19-25.

Mapa 11. Percursos das colunas militares britânicas e locais de algumas das batalhas da guerra anglo-zulu no ano de 1879

Fonte: DUMINY; GUEST, op. cit., p.196.

5.3. Entre "*guerreiros Abagasas*" a caminho de Lobengula e chefe de guerra à espera de pólvora: missionários peregrinos em um mundo de intersecções

Ao tempo em que Cetshwayo era preso pelas tropas britânicas (tendo os seus guerreiros lutado com itens solicitados a Muzila por Bikwayo), dois padres jesuítas, Augustus Law (1833-1880) e Henri Depelchin (1822-1900), de nacionalidade inglesa e belga, respectivamente, encontravam-se entre "*Tchotchin*" e "*Gubuluwayo*", muito mais ao norte e no centro do continente africano, com a esperança de obter de Lobengula (c.1845-1894), sucessor de Mzilikazi,⁴⁸³ "*uma autorização para residirem em suas terras*".^{484(V)}

Ambas as povoações se localizavam a pouca distância dos Montes Matobo, no território do atual Zimbábue (ver mapa 9.), para onde Mzilikazi havia se deslocado após conflitos com grupos de *trekkers* na década de 1830.⁴⁸⁵ E foi nesse ponto que os missionários viram chegar "*guerreiros (...) Abagasas, trazendo solenemente a filha de Muzila*" [Kwalila/Xwalile] para se casar com Lobengula.^{486(VI)} Eles falavam o "*idioma zulu*"⁴⁸⁷ e caminhavam como uma "*guarda de honra*",⁴⁸⁸ semelhante àquela que havia partido das terras de Mawewe para buscar a filha de Mswazi II, em junho de 1861.⁴⁸⁹

As viagens do explorador escocês David Livingstone (1813-1873), às regiões dos lagos Ngami e Bangweulu (em Botswana e Zâmbia atuais), suscitavam

⁴⁸³ Cf. capítulo 3. "*Mzilikazi governou até a sua morte, em setembro de 1868. [e] Após um conflito entre diferentes direitos de sucessão, um de seus filhos, Lobengula, assumiu...*". COBBING (1981), op. cit., p.161.

⁴⁸⁴ "Lettre du P. Croonenberghs. Gubuluwayo, 5 juin 1880". In: *TROIS ans dans l'Afrique Australe. Au pays d'Umzila. Chez les Batongas. La vallée des Barotsés. Débuts de la mission du Zambèse. Lettres des Pères H. Depelchin et Ch. Croonenberghs, S. J. 1879, 1880, 1881*. Bruxelles: Polleunis, Ceuterick & Lefébure, Imprimeurs-Éditeurs, 1883, p.02. (tradução livre) ^(V) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

⁴⁸⁵ Cf. capítulo 3.

⁴⁸⁶ "Lettre du P. Croonenberghs. Gubuluwayo, 5 juin 1880". In: *TROIS*, op. cit., p.02. (tradução livre) ^(VI) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2. Cf. também ROBERTS, R. S. (ed.) *Journeys beyond Gubuluwayo to the Gaza, Tonga and Lozi: letters of The Jesuit's Zambesi Mission, 1880-1883*. Harare: Weaver Press, 2009, p.02; COBBING, Julian. *The Ndebele under the Khumalos, 1820-1896*. Lancaster, 1976. Tese - Universidade de Lancaster, p.282; e LIESEGANG (1967), op. cit., p.89.

⁴⁸⁷ "Lettre du P. Croonenberghs. Gubuluwayo, 5 juin 1880"; "Lettre du P. Croonenberghs. Gubuluwayo, 27 janvier 1881". In: *TROIS*, op. cit., p.02; 39. (tradução livre)

⁴⁸⁸ MZIKI, op. cit., p.121. (tradução livre)

⁴⁸⁹ Cf. capítulo 3.

uma afluência crescente de missionários em direção ao interior do continente e, entre eles, Henri Depelchin, designado para fundar uma missão jesuítica no "Zambeze", "numa área vasta, que incluía o rio Limpopo ao sul".⁴⁹⁰

Deparando-se com o regimento que conduzia Xwalile às terras de Lobengula, Henri Depelchin e Augustus Law "tiveram a ideia de uma exploração apostólica ao país de Muzila",⁴⁹¹ considerando que "as esferas de influência de ambos os centros de poder se encontravam ao longo do rio Save".⁴⁹²

Nas noites de 15 e 17 de setembro, Augustus Law visitou o acampamento dos guerreiros e conversou com o "chefe da expedição", avaliando a opção de acompanhá-lo no retorno, ficando Xwalile, já casada com Lobengula. A estação de chuvas, entretanto, estava próxima e, adiando a viagem ainda algumas vezes, Augustus Law partiu de "Gubuluwayo" em 28 de maio de 1880, acompanhado de Karl Wehl (1838-1881), Joseph Hedley (1846-1933), Frans De Sadeleer (1844-1921), todos missionários, além de guias cedidos por Lobengula.⁴⁹³

Nos três meses seguintes, o grupo percorreu uma distância de quase "trezentos e trinta e nove milhas" [ou quinhentos e quarenta e cinco quilômetros], suportando "grandes privações", "incidentes" e "febres constantes". Em 31 de agosto

⁴⁹⁰ ROBERTS, op. cit., p.XI-XIII. Cf. também FRERE, Batle. On temperate South Africa. *Proceedings of the Royal Geographical Society and monthly record of Geography*. Londres: The Royal Geographical Society, 1881, vol. 03, nº 01, p.01-19.

⁴⁹¹ "Lettre du P. Croonenberghs. Gubuluwayo, 5 juin 1880". In: *TROIS*, op. cit., p.02. (tradução livre)

⁴⁹² BROWN, Richard. "The external relations of the Ndebele kingdom in the pre-partition era". In: THOMPSON (1969), op. cit., p.269. "*Gasa-Land ou país dos Abagasas, sobre o qual domina atualmente Muzila e seus zulus, é limitado ao norte pelo Zambeze; ao sul, pelo curso inferior do rio Incomati ou St. Georges, que deságua na Baía de Delagoa; pelo Transvaal e pelo reino dos matabeles, a oeste e pelo mar, a leste. Os portugueses, antes senhores de toda a costa e de um território considerável no interior, não conservam nos dias de hoje senão as localidades de Sofala, Chiloane (ou Chuluwan), Inhambane e, mais ao sul, Lourenço Marques*". "Lettre du P. Croonenberghs. Gubuluwayo, 5 juin 1880". In: *TROIS*, op. cit., p.07. (tradução livre) ^(VII) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2. Cf. também COBBING (1976), op. cit., p.142; 283.

⁴⁹³ "Lettre du P. Croonenberghs. Gubuluwayo, 5 juin 1880"; "Lettre du F. De Sadeleer. Umgan, au nord du kraal d'Umzila, 19 janvier 1881"; "Lettre du P. Croonenberghs. Gubuluwayo, 21 octobre 1881". In: *TROIS*, op. cit., p.02-03; 10; 40; 95. (tradução livre)

de 1880, Augustus Law, Joseph Hedley e Frans De Sadeleer chegaram ao "*kraal de Muzila*", mas Karl Wehl havia se separado e se perdido dos demais.⁴⁹⁴

O caminho escolhido, via "*Gubuluwayo*", mostrara-se difícil e "*extremamente perigoso à saúde*", segundo o padre Augustus Law: "*um dos nossos guias faleceu há pouco de febre; [e] quase todos os homens de um cortejo enviado por Lobengula a Muzila [em 30 de julho] sofreram ataques de malária, ainda que essa seja a melhor época do ano para viajar*".^{495(VIII)} Ele próprio havia chegado muito doente (tal como Joseph Hedley) e, por isso, tornava-se vital que novos missionários iniciassem a jornada para o referido "*kraal*" partindo da vila portuguesa de Sofala, no litoral, porque, além de mais curta e econômica, encontrava-se "*apta ao transporte em carro de boi*".⁴⁹⁶

O *inkosi*, no entanto, opunha-se com determinação a qualquer comunicação regular dos missionários com Sofala, inviabilizando a instalação da missão, como anotou De Sadeleer: "*Muzila não quer que tenhamos relações com os portugueses: a via mais curta para obter provisões é, evidentemente, pela costa de Sofala; [mas] Muzila detesta os portugueses...*".^{497(X)}

Em 25 de novembro de 1880, já perto de completar três meses no "*kraal de Muzila*", o padre Augustus Law morreu, abalando ainda mais a ideia de permanência dos missionários na região. Em maio de 1881, Karl Wehl (encontrado

⁴⁹⁴ "Lettre du P. Croonenberghs. Gubuluwayo, 26 novembre 1880"; "Lettre du F. De Sadeleer. Umgan, au nord du kraal d'Umzila, 19 janvier 1881"; "Lettre du F. De Sadeleer. Umgan, au nord du kraal d'Umzila, 1^{er} février 1881". In: Ibidem, p.06; 29-31; 39; 52; 65. (tradução livre)

⁴⁹⁵ "Lettre du P. Law au P. De Witt. Près du kraal d'Umzila, 29 septembre 1880". In: Ibidem, 1883, p.59. (VIII) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

⁴⁹⁶ "Lettre du P. Law au P. De Witt. Près du kraal d'Umzila, 29 septembre 1880"; "Lettre du P. Croonenberghs. Gubuluwayo, 5 juin 1880"; "Lettre du P. Croonenberghs. Gubuluwayo, jeudi 9 septembre 1880". In: Ibidem, p.55-60; 05-17. "*Lobengula, em 30 de julho passado, enviou ao kraal de seu sogro uma embaixada composta por uma vintena de chefes matabeles*". (tradução livre) (IX) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2. É provável que essa representação fosse destinada a pagar parte do lobolo devido por Lobengula a Muzila, pelo casamento com a sua filha. MZIKI, op. cit., p.127-128; COBBING (1976), op. cit., p.142; 282-283.

⁴⁹⁷ "Lettre du F. De Sadeleer. Umgan, au pays d'Umzila, 1^{er} février 1881" In: *TROIS*, op. cit., p.75 (tradução livre). (X) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

quarenta e dois dias após o seu desaparecimento) começou a sofrer também de ataques de febre e faleceu igualmente. Diante de tantos imprevistos, Frans De Sadeleer e Joseph Hedley decidiram retornar para "Gubuluwayo", em 28 de julho.^{498(XI)} Com a interdição de contato com os portugueses de Sofala imposta por Muzila, a intenção de instalar uma missão jesuíta em suas terras seria abandonada pelos superiores de Augustus Law, apesar dos esforços de uma viagem tão penosa.

Em outubro desse mesmo ano de 1880, outro religioso, e de formação protestante, chegaria ao "kraal de Muzila", com a esperança de "instalar aí uma missão cristã", tal como os seus predecessores jesuítas. Ele vinha pelo caminho de Inhambane e se chamava Erwin Richards (1851-1928), ligado à *American Board of Commissioners for Foreign Missions*, uma organização congregacionalista com estações missionárias na Colônia de Natal.⁴⁹⁹

⁴⁹⁸ "Imagine a alegria que experimentamos em vê-los [a De Sadeleer e Hedley] após mais de um ano de separação e quando pensávamos que os havíamos perdido. A presença deles nos lembrava, ao mesmo tempo, os dois valentes missionários que nós chorávamos, os reverendos padres Law e Wehl. Essa expedição nos custou bem caro e não nos abriu, ao menos por agora, qualquer perspectiva favorável de evangelização na região...". "Lettre du F. De Sadeleer. Umgan, au pays d'Umzila, 1^{er} février 1881"; "Lettre du F. De Sadeleer. Gubuluwayo, 16 octobre 1881"; "Lettre du P. Croonenberghs. Gubuluwayo, 21 octobre 1881". In: Ibidem, p.65-92. (tradução livre) ^(XI) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

⁴⁹⁹ AMERICAN Board of Commissioners for Foreign Missions. *Explorations for the mission to Umzila's kingdom, southeastern Africa*. Boston: The Board, 1882, p.14. Os primeiros missionários da *American Board* chegaram à Colônia do Cabo em 1835, "incentivados por John Philip, superintendente local dos trabalhos da London Missionary Society, que acreditava que o centro de poder zulu oferecia possibilidades de conversões em massa semelhantes àquelas alcançadas na região do Havai na década de 1820". ETHERINGTON, Norman. "Christianity and African society in nineteenth-century Natal". In: DUMINY; GUEST, op. cit., p.276-277. Cf. também ETHERINGTON, Norman. "Kingdoms of this world and the next: Christian beginnings among Zulu and Swazi". In: ELPHICK, Richard; DAVENPORT, Rodney (eds.). *Christianity in South Africa: a political, social, and cultural history*. Cape Town: David Philip Publishers, Berkeley: University of California Press, Oxford: James Currey Publishers, 1997, p.90-92; HARRIES, Patrick. *Butterflies & barbarians: Swiss missionaries & systems of knowledge in South-East Africa*. Ohio: Ohio University Press, 2007, p.87; HARRIES, Patrick. Plantations, passes and proletarians: labour and the Colonial State in nineteenth century Natal. *Journal of Southern African Studies*. Oxford: Oxford University Press, 1987, vol. 13, n^o 03, p.372-399. Em 1850, cerca de vinte estações da *American Board* haviam sido abertas na Colônia de Natal, entre elas: Umlazi (Amanzimtote), Umvoti, Inanda, Ifumi, Umsundusi, Amahlongwa, Ifafa, Umkambati, Itafamasi, Mapumulo, Umtwalume e Isidumbi. DU PLESSIS, Johannes. *A history of Christian missions in South Africa*. Londres: Longmans, Green and C^o, 1911, p.219-232; 303-309. (tradução livre)

Após anunciar a sua chegada e receber a autorização para entrar na povoação do *inkosi*, Erwin Richards o encontrou no dia 10,

acompanhado de um chefe guerreiro de guarda pessoal e sentado debaixo de uma árvore não muito distante de seu *kraal*. Meu ajudante estendeu uma fina manta azul para que o rei se sentasse e ele se recusou, dizendo que o chão já estava acostumado. O guerreiro saudou a todos nós e passei, imediatamente, ao motivo da minha visita. (...) Muzila acompanhou tudo com muita atenção, do início ao fim. (...) Contei de onde eu vinha e sobre quem havia me enviado, chamando a sua atenção para a missão em Natal (...). Mencionei o bem que resultaria, tanto espiritual quanto temporalmente, em ter uma missão em seu país e que eu havia sido incumbido de obter a sua permissão para que um missionário trabalhasse entre o seu povo. Muzila perguntou o nome do nosso rei e dos chefes que haviam me enviado. Eu mencionei o nome de James Garfield [presidente dos Estados Unidos, de março a setembro de 1881] e descrevi o nosso governo; e como chefes, listei os membros superiores da A. B. C. F. M. [American Board of Commissioners for Foreign Missions] (...). O rei não entendia como eu podia saber tanto sobre Natal e eu expliquei. Ele perguntou, então, por Cetshwayo. Eu disse que ele estava bem e em segurança e que esperava vê-lo retornar às suas terras em breve. O sol já havia se posto e o rei me lembrou de que era hora de ir. Eu me despedi, apertando-lhe as mãos, e ele prometeu me chamar novamente, tão logo o seu chefe de guerra, Magajou, pudesse estar presente.^{500(XII)}

Após uma semana de muita chuva, Muzila enviou um mensageiro a Erwin Richards, comunicando a possibilidade de uma nova reunião. Decorridas "as saudações habituais",

o rei me pediu para repetir tudo o que eu havia dito anteriormente de modo que Magajou, agora entre nós, ouvisse. Assim o fiz e, a seguir, muitas perguntas me foram colocadas: (...) Podia curar doenças? Podia fazer pólvora? Essa última questão foi longamente discutida por ele. Finalmente, concordei em lhes dizer como era feita, mas observei que teriam que obter os ingredientes e fazer por si próprios. Magajou se mostrou muito imperioso quanto à pólvora, colocando-a como uma condição *sine qua non* para o nosso regresso. Ele disse que o preparo da pólvora deveria ser ensinado em primeiro lugar e que aí poderíamos seguir com o nosso trabalho habitual...^{501(XIII)}

⁵⁰⁰ AMERICAN, op. cit., p.12-18. (tradução livre) ^(XII) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

⁵⁰¹ Ibidem, p.18-19. (tradução livre) ^(XIII) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2. "Powder, pólvora, composição de salitre, enxofre e carvão para as armas de fogo". VIEYRA, Anthony. *Dictionary of the Portuguese and English languages, in two parts: Portuguese and English, and English and Portuguese: wherein I. the words are explained in their different meanings, by examples from the best Portuguese and English writers; II. the etymology of the*

Talvez um tanto aturdido e surpreso com a incisiva do chefe de guerra, Erwin Richards observou aos seus superiores do *American Board* que Muzila, pessoalmente, "*não insistia para que trouxéssemos pólvora tanto quanto as nossas esposas, de forma que fiquemos em definitivo*", acrescentando que, na troca de presentes à despedida, a maior gratidão do *inkosi* era por "*uma velha cópia do Testamento...*".^{502(XIV)}

No dia seguinte, em 18 de outubro de 1881, Erwin Richards iniciou a volta para Durban, onde chegou na primeira semana de dezembro daquele ano. A sua viagem havia sido curta, mas a condição *sine qua non* para o seu regresso produziria um efeito duradouro: a instalação de estações missionárias da *American Board* aconteceria em julho de 1883, no entorno da vila de Inhambane e a muitos quilômetros de distância do "*kraal de Muzila*".⁵⁰³

Com o revés da expedição dos padres jesuítas e o afastamento da *American Board*, as terras do *inkosi* ligavam-se por seus guerreiros àquelas de Lobengula e de Cetshwayo, mas não às das missões cristãs. É possível que os missionários seguissem em peregrinação, convencidos de um encontro (ou confronto) com um

Portuguese generally indicated from the Latin, Arabic, and other languages. Throughout the whole are interspersed a great number of phrases and proverbs. A new edition, carefully corrected, greatly enlarged, and very considerably improved by J. P. Aillaud. With the Portuguese words properly accented to facilitate the pronunciation to learners. Londres: Printed for Wingrave et alii, 1813, n.p.

⁵⁰² AMERICAN, op. cit., p.14; 19-20. (tradução livre) ^(XIV) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

⁵⁰³ Ibidem, p.14; 19-20 (tradução livre). The Missionary Herald. Vol. LXXX. - January, 1884. Nº I. Editorial paragraphs. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1884.* Boston: Press of Stanley and Usher, 1884, vol. LXXX, p.04; The Missionary Herald. Vol. LXXXI. - January, 1885. Nº I. East Central African Mission. A site secured. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1885.* Boston: Press of Stanley and Usher, 1885, vol. LXXXI, p.23-24; The Missionary Herald. Vol. LXXXI. - March, 1885. Nº III. Explorations by The East Central African Mission. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1885.* Boston: Press of Stanley and Usher, 1885, vol. LXXXI, p.94; ROBERTS, op. cit., p.75-76; DU PLESSIS, op. cit., p.307; HARRIES (2007), op. cit., p.87-89.

horizonte fragmentado, buscando integrar à própria lógica o que tomavam como deslocado, isolado, particular (embora a sua apreensão de mundo fosse também específica, ainda que inscrita com pretensão universal). Esbarravam, no entanto, com um domínio de intersecções muito amplas e profundas.

5.4. "Fui orientado por meu Chefe a perguntar como os povos zulu e do Transvaal estão agora com o Governo inglês"

A resposta de Erwin Richards sobre Cetshwayo parece ter sido insuficiente para Muzila, pois, em 03 de fevereiro de 1882, "*Umzungulo*" [Umzungulu] viajou novamente a Pietermaritzburg (onde esteve em 1870) como portador de uma mensagem do *inkosi*, incluindo o primeiro questionamento e ampliando-o. Um *Minute Paper* do *Department of Native Affairs*, nessa data, registra a sua recepção, reproduzindo a seguinte declaração: "*meu Chefe me enviou a esse Governo porque estive aqui, da última vez, pouco antes de estourar a guerra zulu. [e] Fui orientado por meu Chefe a perguntar como os povos zulu e do Transvaal estão agora com o Governo inglês...*".^{504(XV)}

Desde setembro de 1879, Cetshwayo continuava preso em Cape Town e todo o seu território havia sido dividido em treze áreas, distribuídas entre chefes designados e sob a supervisão de um residente britânico (ver mapa 12.).⁵⁰⁵ Os que eram então investidos de poder provinham de antigas dissensões no centro de

⁵⁰⁴ "Statement of Umzungulo messenger from Umzila Chief of Nxumalo tribe resident beyond the Transvaal State". *Minute Paper* registrado no *Department of Native Affairs*, em Pietermaritzburg, com data de 03 de fevereiro de 1882. NASA. NAB. SNA. Minute Papers 7(1) (1881-1889). Letters 1-100 (1882). Letters 101-200 (1882). Volume I/1/52. (tradução livre) ^(XV) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

⁵⁰⁵ GUY (1994), op. cit., p.69-71; LABAND; WRIGHT, op. cit., p.21-22; LABAND; THOMPSON, op. cit., p.202.

poder zulu e de "*chefes de linhagem pré-Shaka*", havendo ainda outros externos à região.⁵⁰⁶

Mapa 12. As treze áreas em que foi dividido o território de Cetshwayo (após a sua prisão em 1879), com os nomes dos chefes designados

Fontes: DUMINY; GUEST, op. cit., p.204; GUY (1994), op. cit., p.73.

⁵⁰⁶ GUY (1994), op. cit., p.72-76; GUY (1981), op. cit., p.148-149; WEBB, Colin. "Great Britain and the Zulu people, 1879-1887". In: THOMPSON (1969), op. cit., p.305-306; LABAND; WRIGHT, op. cit., p.22-23. (tradução livre)

As fronteiras assim definidas atravessavam agrupamentos políticos e sociais, segundo Jeff Guy, separando-os em diferentes autoridades ou colocando pretensões concorrentes sob uma mesma divisão. Além disso, a maior parte da "*hierarquia política zulu*" sobrevivera à guerra e, por conseguinte, "*em todo ponto havia homens de status e autoridade que não eram reconhecidos pelo novo arranjo*".⁵⁰⁷

Essas questões tensionavam as relações na região, mas não eram as únicas, enquanto desdobramentos críticos do projeto de Confederação de Shepstone. Em seguida à anexação da *República Sul-Africana* [*Zuid-Afrikaansche Republiek* ou ZAR] como *Colônia do Transvaal*, em abril de 1877, petições foram assinadas e delegações enviadas a Londres, buscando revertê-la.

Em 11 de dezembro de 1880, em um grande movimento de protesto, "*a restauração da República foi proclamada*", encorajando uma ação armada: as guarnições britânicas em Potchefstroom e Pretória se viram sitiadas, confrontos se seguiram e uma vitória muito significativa, em 27 de fevereiro de 1881, forçou o governo inglês a revogar a anexação e a garantir "*um completo autogoverno, [ainda que] sujeito à suserania de Sua Magestade [a rainha Vitória]*".⁵⁰⁸

⁵⁰⁷ GUY (1994), op. cit., p.76-77; 58; Idem (1981), op. cit., p.148; 152. (tradução livre)

⁵⁰⁸ GILIOME (2003), op. cit., p.228-234; FITZPATRICK, Percy. *The Transvaal from within a private record of public affairs*. New York: Frederick A. Stokes Company Publishers, 1900, p.369. Segundo Hermann Giliomee, a guerra entre 1880 e 1881 propiciou uma "*momentânea superação de divisões políticas*" em nome de uma fusão contra "*a ocupação britânica*", associando-se "*ao desenvolvimento de uma consciência étnica politicamente orientada*", em curso desde meados da década de 1870: "*nos discursos de Paul Kruger* [presidente eleito em 1883 do então Estado do Transvaal (*Transvaal State*)], mas logo renomeado República Sul-Africana (*Zuid-Afrikaansche Republiek* ou ZAR)] e em vários livros, após a guerra, uma nova base histórica começa a ser proposta (...), [pautada em] uma '*tabulação de queixas e confrontos com os britânicos*'. (...) A movimentação *trekking* passa a ser interpretada como uma '*paixão sagrada pela liberdade*' e a batalha de (Ncome) Blood River, em 1838 (quando os *trekkers* venceram as forças de Dingana), começa a ocupar um lugar central na mitologia histórica. Depois da guerra, a comemoração daquela batalha se converteu, pela primeira vez, em festa nacional...". GILIOME (1991), op. cit., p.32; 36. Cf. também GILIOME (2003), op. cit., p.234; e COVANE (1989), op. cit., p.17. (tradução livre)

Enquanto a guerra no *Transvaal* se encaminhava para o fim, os conflitos nas treze divisões do antigo território de Cetshwayo se agravavam. Dois dos chefes designados para o norte do rio Black Mfolozi, Hamu kaNzibe e Zibhebhu kaMaphitha (que buscavam ampliar os próprios poderes mesmo antes de 1879), chocavam-se com Mnyamana kaNgqengelele e Ndabuko kaMpande (conselheiro e "irmão-guardião do filho" de Cetshwayo, respectivamente), aplicando-lhes multas e apreendendo propriedades sem justificativa formal.

Mnyamana kaNgqengelele e Ndabuko kaMpande recorreram ao residente britânico, apresentando evidências detalhadas da arbitrariedade nas práticas. Mas, ao final, a sentença declarou improcedentes as suas reclamações, decidindo a favor de Hamu e Zibhebhu. De acordo com Jeff Guy, o apoio do residente encorajou os novos chefes designados "*a seguirem coagindo os seus adversários* [em geral, ligados a Cetshwayo]" e, em setembro desse mesmo ano, muitos foram expulsos de suas terras e "*mais de mil, mortos*".⁵⁰⁹

A ofensiva fortaleceria uma frente de oposição composta por parentes mais próximos de Cetshwayo (entre eles, seu filho Dinizulu) e por aqueles que, "*descontentes (e afetados) com o novo arranjo, viam no seu retorno a solução de tantos problemas surgidos*".⁵¹⁰ No momento da chegada do mensageiro de Muzila, entretanto, todos os chefes recém-nomeados continuavam exercendo os seus poderes e, levando em conta os desenvolvimentos da guerra no "*Transvaal*", a resposta aos questionamentos do *inkosi* informava que

o povo do Transvaal ainda está sob o governo de Sua Majestade como Chefe Suprema, se bem que a rainha tenha se sentido graciosamente satisfeita em lhe permitir administrar os seus

⁵⁰⁹ GUY (1981), op. cit., p.148-149; 156-157. Cf. também Idem (1994), op. cit., p.74-75; 85-87; 103-118; WEBB (1969), op. cit., p.308-309; LABAND; WRIGHT, op. cit., p.23-25; LABAND; THOMPSON, op. cit., p.205-209. (tradução livre)

⁵¹⁰ GUY (1981), op. cit., p.149; 157. (tradução livre)

próprios assuntos (...). Não obstante, tudo o que concerne às suas relações com os povos fora de seus limites deve passar por um oficial previamente designado por ela, que vive em Pretória. Os zulus são amigos dos ingleses e a rainha colocou um oficial nas suas terras para aconselhar os treze chefes investidos e para ser os olhos e os ouvidos do governo britânico. O governador de Natal afirma que os ingleses, agora como sempre, são amigos de Muzila e de seu povo. O governador agradece a Muzila pelas três presas [de marfim] e pede que aceite um presente do governo britânico.^{511(XVI)}

Por todo o esclarecimento ao mensageiro (e guerreiro, como Bikwayo) circulavam as decorrências das guerras e também uma referência importante ao marfim, não apenas como algo de valor comercial, mas como um sinal distintivo e atributo de poder, que convertia o seu portador em base insigne da autoridade daquele que o enviava e que o mantinha na mesma proeminência de quem o recebia. Era esse autorreconhecimento de posições - expresso na troca de "presente[s]" e construído no fluxo de mão de obra para Natal (sem o comprometimento formal de Muzila, como desejavam Erskine e Shepstone, mas com sua aquiescência)⁵¹² - que possibilitava a comunicação e o anúncio oficiais dos processos em curso.

O *inkosi* falava por meio de Umzungulu e, com ele, marcava a própria atenção às recomposições nos diferentes centros de poder que se mantinha em contato por intermédio dos guerreiros, buscando decodificar os novos contextos

⁵¹¹ "Answer to be returned to deputation from Umzila". *Minute Paper* registrado no *Department of Native Affairs*, em Pietermaritzburg, com data de 08 de fevereiro de 1882. NASA. NAB. SNA. *Minute Papers* 7(1) (1881-1889). Letters 1-100 (1882). Letters 101-200 (1882). Volume I/1/52. (tradução livre) ^(XVI) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

⁵¹² "O governador está contente em saber que um certo número de nativos pertencentes Muzila está agora empregado em trabalho útil e lucrativo em Natal. Se muitos outros vierem, eles não terão dificuldade em encontrar emprego semelhante e bom tratamento. O governador se sentirá sempre contente de receber qualquer mensagem que Muzila queira enviar a esse Governo". *Draft replay of Sir Henry Bulwer K. C. M. G. Lieutenant Governor of Natal etc. etc. to message from the Umzila Chief of the Ndzwandwe by Umzungulu, Dingana and Umyakayaka*. *Minute Paper* assinado pelo *Acting Secretary for Native Affairs* [John Wesley Shepstone] em Pietermaritzburg, com data de 17 de janeiro [04 de fevereiro] de 1878. NASA. NAB. SNA. *Miscellaneous papers*. 1886-1889. Volume I/1/96. (tradução livre) ^(XVII) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2. Cf. também HARRIES (1987), op. cit., p.372-399.

de significação.⁵¹³ No tempo em que Umzungulu partia com a resposta, no entanto, novos desenvolvimentos viriam se sobrepôr ao que lhe haviam transmitido.

Conquanto em Pietermaritzburg se afirmasse que os treze chefes continuavam investidos em autoridade, para os administradores coloniais, em Londres, "*era evidente que o novo assentamento estava desmoronando*". Assim, aceitando que Cetshwayo "*pudesse desempenhar ainda um papel decisivo no reequilíbrio das relações*", uma autorização lhe foi concedida para que deixasse Cape Town e viajasse à Inglaterra para expor os seus argumentos e obter, talvez, uma reavaliação do exílio imposto.⁵¹⁴

Em agosto de 1882, Cetshwayo se encontrou com a rainha Vitória e com o Secretário de Estado para as Colônias, sendo notificado, em seguida, de que voltaria para as suas terras, embora não nos termos que precediam à guerra em 1879. O seu antigo território seria agora dividido em três partes (ver mapa 13.): ao norte do rio Black Mfolozi, uma extensa área cedida a Zibhebhu; ao sul, entre os rios Thukela e Mhlathuze, uma área de reserva, sob a responsabilidade de John Shepstone (irmão de Theophilus Shepstone); e, ao meio, a faixa central a ele designada, comprimida entre aqueles que lhe eram hostis (como os treze chefes destituídos à sua chegada).⁵¹⁵

Na tarde de 29 de janeiro de 1883, Cetshwayo foi reinstalado como *inkosi* do centro de poder zulu e, no entanto, novos confrontos (de antigas tensões) começaram a irromper. Zibhebhu exigia de todos "*o reconhecimento de sua autoridade ou o abandono da região que tinha sob o seu controle*" e logo os seus

⁵¹³ Cf. capítulos 03 e 04.

⁵¹⁴ LABAND; WRIGHT, op. cit., p.25. Cf. também GUY (1981), op. cit., p.157-158; GUY (1994), op. cit., p.124-151; WEBB (1969), op. cit., p.311-314; LABAND; THOMPSON, op. cit., p.209. (tradução livre)

⁵¹⁵ LABAND; WRIGHT, op. cit., p.25-26. Cf. também GUY (1981), op. cit., p.158-159; Idem (1994), op. cit., p.152-166; WEBB (1969), op. cit., p.314-315; LABAND; THOMPSON, op. cit., p.209-211.

guerreiros se achavam em campo de guerra com aqueles que apoiavam Cetshwayo.⁵¹⁶

Em julho, organizando as frentes de ataque a partir de sua povoação reconstruída em oNdini (a poucos quilômetros de Ulundi, incendiada pelas tropas de Chelmsford em 1879), Cetshwayo foi surpreendido: Zibhebhu havia liderado regimentos para o sul, forçando-o a buscar refúgio na floresta de Nkandla, integrada à reserva no sul. Aí, sob proteção britânica, Cetshwayo viveria por apenas mais alguns meses: em 08 de fevereiro de 1884, ele morreu, subitamente; e, nesse mesmo ano, Muzila.⁵¹⁷

⁵¹⁶ LABAND; WRIGHT, op. cit., p.29-30. Cf. também GUY (1981), op. cit., p.149; 159; Idem (1994), op. cit., p.167-195; WEBB (1969), op. cit., p.315-316; LABAND; THOMPSON, op. cit., p.211-212. (tradução livre)

⁵¹⁷ LABAND; WRIGHT, op. cit., p.30-31; SANTOS (2007), op. cit., p.129. Cf. também GUY (1981), op. cit., p.149; 159-160; Idem (1994), op. cit., p.195-214; WEBB (1969), op. cit., p.316-317; LABAND; THOMPSON, op. cit., p.212.

Mapa 13. Nova divisão do território de Cetshwayo, com a faixa central que lhe foi designada (ano de 1883)

Fontes: DUMINY; GUEST, op. cit., p.210; GUY (1994), op. cit., p.161.

5.5. Morte revivida em passagem de poder: a entrega de pássaros brancos "aos seus comandantes"

Em 30 de junho de 1884, por uma "*portaria expedida pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar*" de Portugal, Joaquim Carlos Paiva de

Andrada foi incumbido "*de auxiliar a installação do governo de Manica*" e, "*por instrucções communicadas por Sua Excellencia o Director Geral do Ultramar*", "*encarregado de visitar os regulos vizinhos e de procurar estreitar com elles relações de commercio e amizade*".⁵¹⁸

Paiva de Andrada era um capitão de artilharia a quem o governo português havia concedido, em 1878, a exploração de vastas regiões no vale do Zambeze, incluindo aí as conhecidas minas em Manica (ver mapa 14.),⁵¹⁹ depois que a descoberta de diamantes na confluência entre os rios Vaal e Orange e de ouro em Lydenburg fez reviver, com força, o interesse de sua ocupação, associado ao medo de que a Inglaterra ou a Alemanha, "*com a sua nova política de expansão colonial*", pudessem anexá-la, como outras do entorno.⁵²⁰

⁵¹⁸ ANDRADA, Joaquim Carlos Paiva de. *Relatório de uma viagem às terras dos landins feita nos mezes de dezembro de 1884 e janeiro e fevereiro de 1885*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885, p.03.

⁵¹⁹ "...Manica, região tão celebre da nossa historia da Africa Oriental e cujas minas foram noticiadas em todos os escriptos antigos como os de Fr. João dos Santos, Bocarro, etc., e que de novo teem sido postas em relevo por viajantes da cathegoria scientifica de Livingstone, Erskine ou de notoriedade como Selous e Elton...". COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE. *Território de Manica e Sofala e a administração da Companhia*. Lisboa: Typographia da Companhia Nacional Editora, 1902, p.05-06. "*Attendendo á necessidade urgente de aproveitar, em beneficio da provincia de Moçambique, os diferentes elementos de riqueza publica por explorar na vasta região da Zambezia; Considerando a impossibilidade actual para o governo da dita provincia de emprehender a exploração das minas já conhecidas n'aquelle região e a pesquisa de outras cuja existencia é notoria; (...) Hei por bem decretar o seguinte: Artigo 1º. Nos termos das leis e decretos com força de lei de 4 de dezembro de 1861, 7 de abril de 1863, 10 de outubro de 1865 e 4 de dezembro de 1869, são feitas a Joaquim Carlos Paiva de Andrada, e ás companhias que elle organizar, as seguintes concessões: I. A posse das minas de oiro conhecidas e não exploradas, pertencentes ao estado, situadas nos terrenos portuguezes comprehendidos na area fechada pelas semi-circunferencias mais afastadas de dois circulos, tendo como centros a villa de Tete e o forte do Zumbo, e como raio a extensão de 36 leguas, e pelas duas linhas parallelas tangentes aos mesmos circulos. II. O privilegio exclusivo por vinte annos de exploração, com machinas aperfeçoadas, de qualquer outra mina de oiro na referida area. § unico. De todo o oiro obtido pelas concessões I e II, os concessionarios darão ao estado 5 por cento, alem do imposto estabelecido no artigo 38º do decreto de 4 de dezembro de 1869. (...) Paço, em 26 de dezembro de 1878. = REI. = Thomás Antonio Ribeiro Ferreira.*" Arquivo Histórico Ultramarino. Companhia de Moçambique. Sala 5. Estante V. Prateleira 8. Nº 901. Cf. também ARTUR, Domingos do Rosário. *Manyika: breve história da cidade de Manica*. Maputo: Arquivo do Património Cultural - Instituto de Investigação Cultural, 2008, p.42-62.

⁵²⁰ ANDRADA, op. cit., p.05-15; *DOCUMENTOS relativos aos acontecimentos de Manica (setembro a dezembro de 1890)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891, p.60; "*Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar - Direcção Geral do Ultramar - 1ª Repartição - Cópia - Considerando quanto importa aos interesses do commercio e da industria da provincia de Moçambique manter a devida segurança na antiga feira e villa de Manica que pode ser o centro de uma grande actividade commercial e um ponto interessante para o estabelecimento da colonisação europêa apoiado na obra de fortificação ainda ali existente e que convém aproveitar; Considerando o que em varias*

Manica, especificamente, encontrava-se em ponto próximo aos domínios de Lobengula, mas ainda "*nas terras sujeitas ao poder do Muzila*", que já havia se oposto "*à instalação do [novo] governo*".⁵²¹ Para cumprir a sua "*missão*", Paiva de Andrada teria que se dirigir ao *inkosi*.⁵²²

Pouco antes de partir, ele soube que Muzila "*morrêra quasi de repente*" - "*esta circunstância dificultava a viagem, por causa das guerras e estado de agitação que quasi sempre seguem á morte de um grande potentado africano; mas pensei também que por causa d'ella poderia vir a tornar-se mais util e a proposito a visita, e confirmei me na primeira resolução*".⁵²³ Em 23 de janeiro de 1885, já informado de que um dos filhos de Muzila, Gungunhana, era o novo *inkosi*, Paiva de Andrada se achava muito perto de sua povoação, mas foi obrigado a parar, a fim de que a sua chegada pudesse ser, previamente, anunciada. Apesar de querer avançar, ele precisou aguardar até a manhã de 01 de fevereiro, quando chegaram

quatro grandes [conselheiros] que, acompanhados de muita gente, me vinham cumprimentar da parte do Gunguneana, trazendo-me um boi, e pedindo-me que expozesse o motivo da minha visita. Apenas consegui poder dizer-lhes que vinha para confirmar e estreitar as relações de amizade com o novo regulo portuguez, e para lhe dizer que o rei resolvêra mandar reocupar as suas terras de Manica e avisar d'isso o Gunguneana para que se alguns

epochas tem sido representado por diversos governadores geraes e outras auctoridades e corporações com o fim de ser augmentada a riqueza publica da dita provincia e mantido ali efficaçmente o dominio portuguez; Tendo ouvido a junta consultiva do ultramar e o conselho de ministros e usando da faculdade concedida ao governo pelo § 1º do art.º 15º do accto adicional da carta constitucional da monarchia: Hei por bem decretar o seguinte: Art.º - É constituido em Manica na provincia de Moçambique um districto com a denominação de 'Districto de Manica', com a séde na antiga villa do mesmo nome. § unico. Subordinado a este districto, haverá um commando militar no Aruangua, no ponto mais apropriado junto á margem direita deste rio (...) O ministro e secretario d'estado dos negócios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 14 de junho de 1884". Arquivo Histórico Ultramarino. Boletim Oficial de Moçambique. nº33 (1884).

⁵²¹ ANDRADA, op. cit., p.22; COMPANHIA, op. cit., p.127: "*Mas a própria Manica não poude ser occupada pelo cume do regulo vatua, e a sede provisória do Governo estabeleceu-se, a 15 de dezembro de 1884, nas fraldas norte da serra da Gorongosa, em Inhagou, que recebeu o nome de Gouveia*". Cf. também COUTINHO, João de Azevedo. *O combate de Macequece*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1935, p.08.

⁵²² ANDRADA, op. cit., p.03-04.

⁵²³ ANDRADA, op. cit., p.04. A morte de um *inkosi*, como um rompimento no fluxo da existência, produzia muitas incertezas até que o poder fosse completamente transmitido ao sucessor. Cf. SANTOS (2007), op. cit., p.79.

landins [guerreiros] fossem para aquelle lado recebessem do Gunguneana ordem para ter bom trato com os mosungos [os brancos].⁵²⁴

Segundo Paiva de Andrada, "*partiram os grandes parecendo muito satisfeitos commigo e dando-me a entender que no dia seguinte ou no dia depois d'este alguém me viria buscar da parte do Gunguneana*". Muito se passou, entretanto, à espera do "*aviso de Gunguneana para marcharmos*" - "*quasi todos os dias vinha de lá alguém que por varios motivos ia justificando a demora (...), [e] annunciando que breve seguiríamos*". Um dos "*motivos*" era a "*entrega dos Nhunhe muchopes [Mhlophe⁵²⁵] (pássaros brancos) aos seus comandantes*":

com este nome acaba Gunguneana de crear um novo corpo de exercito, recrutado em todas as suas terras e constituído com rapazes que deverão servir por um determinado numero de annos n'este corpo, e que emquanto não passarem para outro ficam prohibidos, sob pena de morte, de casar ou ter relações com mulheres. O nome é devido a que os escudos são feitos com pelles de bois brancos, e que todo o vestuario dos homens será da mesma côr; pelles ou pennas brancas. Como muitos landins vão trabalhar no Transvaal, na república de Orange⁵²⁶ e nos Campos de Diamantes, trazem d'esses paizes quantidades de pelles de carneiros de comprida lâ branca, de que cortam estreitas tiras, com que adornam o grosso dos braços e as pernas, logo abaixo dos joelhos. Quando cheguei á povoação de Cuzova ["*na margem esquerda do rio Muzirisi*"/Mossurize⁵²⁷, onde Paiva de Andrada esperou pela autorização de aproximação] tratava-se effectivamente de reunir na do Rei todos os *Nhunhe muchopes*, e vi passar nos primeiros dias que ali estive, muitos centos de rapazes, que de todos os lados convergiam para o ponto de reunião.⁵²⁸

⁵²⁴ Ibidem, p.22-24. Considerando os múltiplos empregos de "*landim*" ao longo da história de Moçambique, acompanha-se, nesse contexto específico, um dos sentidos levantados pelo professor Gerhard Liesegang. Cf. LIESEGANG (1967), op. cit., p.22.

⁵²⁵ BRYANT (1905), op. cit., p.386.

⁵²⁶ O território entre os rios Orange e Vaal recebeu o nome de *Estado Livre de Orange* em 1854, quando os britânicos reconheceram, formalmente, a independência dos grupos de *trekkers* que haviam se estabelecido na região, sobretudo após a anexação britânica de Natal, em 1843. ETHERINGTON (2001), op. cit., p.259; 299-300; 321.

⁵²⁷ "Mossurize. Geografia. Rio de caudal permanente. Nasce em terras do Cuanda no Zimbabwe, entrando em Moçambique próximo do monte Chitarara, seguindo depois a direcção S-SW/NNE até próximo da serra Inhampere, onde muda de direcção, tomando a de SW-NE, recebendo as águas do Merenguese, e outros de menos importância como na margem direita: Mecissa, Gaha, Xibala, Ximangoja, Muerepombe, Mahacata, Nemia; na margem esquerda os rios: Mejacanha, Inhareguambe, Nhamarrhengue, Medoncina, Messenguera e Merengueze. Afluente da margem direita do rio Búzi. Carta Geográfica 1/250.000 (antiga)/6. Coordenada: lat. 20° 39'S / long. 32° 53'E. Carta Geográfica 1/250.000 (nova)/74". RAFAEL, op. cit., p.398.

⁵²⁸ ANDRADA, op. cit., p.24-25.

Por ser muito recente o falecimento de Muzila, é possível que o "*novo corpo de exercito*" de Gungunhana compreendesse não um regimento propriamente, mas uma linha de guerreiros mais jovens, sendo vinculados a uma formação mais antiga, dos anos de seu pai. Incorporando o novo ao que se tornava transitoriamente passado com a morte de um *inkosi*, a passagem do poder se tornava completa, prolongando uma existência precedente na vida ininterrupta do próprio regimento. Habilitava-se a criar aquele que soubera, antes, recriar e agregar em um todo único o tempo descomposto e o presente. Integrando guerreiros novos e velhos, Gungunhana integrava a si mesmo o poder ao qual ascendia.

Em *A zulu-english dictionary*, do missionário Alfred Bryant, "*Mhlophe*" é apresentado como "*a cor branca*", podendo ser empregado como sinônimo de "*bovino de pelagem branca*" e na construção de "*amabutho mhlophe*" como "*regimentos brancos*".⁵²⁹ Refletindo a partir da centralidade do gado ("*in-komo*") em sociedades de origem sul-africana e, por extensão, na língua isiZulu, Harriet Ngubane, professora da Universidade de Cape Town, analisa como o funcionamento do sistema digestivo do animal inspirava o significado e a interpretação das cores, estabelecendo com ele uma identidade simbólica.⁵³⁰

⁵²⁹ BRYANT (1905), op. cit., p.386.

⁵³⁰ NGUBANE, Harriet. *Body and mind in Zulu medicine: an ethnography of health and disease in Nyuswa-Zulu thought and practice*. Londres: Academic Press, 1977, p.18-26. Cf. também HAMMOND-TOOKE, William David. On the making of *The abundant herds*. *South African Journal of Science*. Pretória: Academy of Science of South Africa, nov. dez. de 2003, vol. 99, nºs 11 e 12, p.517-518; POLAND, Marguerite. Celebrating the Nguni cattle of the Zulu people. *South African Journal of Science*. Pretória: Academy of Science of South Africa, nov. dez. de 2003, vol. 99, nºs 11 e 12, p.518-519; POLAND, Marguerite; HAMMOND-TOOKE, William David; VOIGT, Leigh. *The abundant herds: a celebration of the Nguni cattle of the Zulu people*. Cape Town: Fernwood Press, 2003; CARRUTHERS, Jane. The knowledge that is in names. *Environmental History*. Oxford: Oxford University Press on behalf of Forest History Society and American Society for Environmental History, abr. de 2007, vol. 12, nº 02, p.299-301; SPIEGEL, Andrew D. "Continuities, culture and the commonplace: searching for a new ethnographic approach in South Africa". McALLISTER, Patrick (ed.). *Culture and the commonplace: anthropological essays in honour of David Hammond-Tooke*. Johannesburg:

Conforme a autora, o branco ("*mhlophe*") conotava "*vida*", por englobar todas as cores claras, enquanto o preto ("*mnyama*"), "*a morte*", sendo o vermelho ("*bomvu*") uma graduação intermediária. Verde e azul, reunidos sob o termo "*luhlaza*" pertenciam, simbolicamente, à categoria benéfica de "*brancura*", como os vegetais, a água e o céu, associados à existência. A mesma correspondência se fazia em relação à bile, por sua cor ("*luhlaza*") lembrar a vida, tal como a grama que alimenta o gado. Já como um último estágio desse processo digestivo, toda substância vital ("*mhlophe*") transformando-se em excremento escuro ("*mnyama*") e impuro, invocando a morte.⁵³¹

Como possibilidade de nomeação de regimentos, "*mhlophe*" designava todos aqueles constituídos por "*homens mais velhos, que carregam escudos brancos e cujos 'headrings' [as coroas no topo da cabeça dos guerreiros notáveis ('isi-Coco')] ganham uma aparência de brilho branco sob o sol*".⁵³²

Nas definições, o mesmo efeito cintilado das lanças presas nos escudos e postas ao alto que o capitão William Owen observou enquanto Manicusse e o seu grupo caminhavam pelas margens do rio Tembe, em outubro de 1822, tal como idêntico era o "*isi-Coco*" que Bikwayo notou em Muzila, pouco antes da guerra dos

Witwatersrand University Press, 1997, p.21.

⁵³¹ NGUBANE, op. cit., p.120; BRYANT (1905), op. cit., p.43-45; 73; 245; 364; 386; 389-390; 499.

⁵³² BRYANT (1905), op. cit., p.386. Cf. também ORNELLAS, Ayres de. *Cartas d'África. Campanha do Gungunhana, 1895*. Lisboa: Escola Tipográfica das Oficinas de S. José, 1930, p.112; COELHO, op. cit., p.261; JUNOD, Henri Philippe. A contribution to the study of Ndaue demography, totemism, and history. *Bantu studies*. Johannesburg: Department of Bantu Studies / University of the Witwatersrand, 1934, vol. VIII, p.35; ALBUQUERQUE, Joaquim Mousinho de. *Livro das campanhas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1935, p.46; LIESEGANG (1967), op. cit., p.235-237; *Entrevista com Tomazi Ndonga Fuele*. Entrevistador: Dr. Gerhard Liesegang. Editor: Dr. Gerhard Liesegang. Transcritor/Tradutor(es): Mucojuane Mainga Vicente; Albino Dimene (revisão). Local: Maússe - Mandlakazi - Gaza. Data: 28 de julho; 11, 14 de agosto de 1969. Línguas: tsonga. Material: dactilografado. Págs.16. Cass. nº. 174; 175 Faces A e B (parte). TT nº. GZ012. Cota GZ016 - Arquivo Histórico de Moçambique. Coleção de Fontes Oraís da História. Fundo Gaza. Caixa 02. Gz.10 a Gz.16; *Entrevista com um grupo de velhos em Madragoa*. Investigador(es): Dr. Gerhard Liesegang. Local da entrevista: Madragoa (Chilembene) Limpopo (Chokwe) - Gaza. Data: 15/12/1969. Língua(s): tsonga e nguni. Edição de: Dr. G. Liesegang. Local: Maputo. Data: 1969. Material: cassete. Tempo:- Transcritor: Mucojuane Mainga Vicente. Tradutor: Mucojuane Mainga Vicente. T/T nº. GZ018. C. nº 186. Cota nº. GZ025 - Arquivo Histórico de Moçambique. Coleção de Fontes Oraís da História. Fundo Gaza. Caixa 03. Gz.17 a Gz.29.

ingleses contra Cetshwayo, em 1879.⁵³³ Às "*pelles de bois blancs*", às "*penas*" de mesmo tom e à coroa se juntavam agora as "*pelles de carneiros*" (e talvez armas de fogo), do trânsito dos guerreiros pelas terras de mineração.

Assim como "*mhlophe*" (branco), também com "*mnyama*" se chamava um regimento, compreendendo "*homens jovens de escudos pretos, sem os brilhantes 'headrings' [isi-Coco]*" (e, igualmente, bovino de pelagem de coloração preta). Entre um e outro, a experiência em confronto, fazendo cada guerreiro transpor a linha incerta da violência desenfreada (com cada morte provocada induzindo ao risco de "*i-Zembe*" como decomposição de si próprio) para o uso refletido de sua própria força, que a aposição da coroa representava.⁵³⁴

Em seu estudo, Ngubane observou que, às mulheres casadas, era interdita a ingestão do intestino grosso do boi pelo quanto a atividade de dissolução aí contida ameaçava a fertilidade e é possível que a mesma proximidade em relação à morte mantivesse a proibição (sobretudo) de casamento aos guerreiros mais jovens.⁵³⁵

5.6. Sobre "*a invasão que acabavam de fazer, da Zululandia*": ressoando ameaças de guerra

⁵³³ Cf. capítulo 1. "*Sua aparência era guerreira e tinha um efeito impressionante porque a linha extensiva movia-se pelas sinuosidades do caminho. Estando a grama molhada, conservavam o especial cuidado de manter os seus escudos mais ao alto, pois a umidade os tornaria inutilizáveis; as lanças anexadas a eles, sendo elevadas, eram vistas, muitas vezes, brilhando ao sol acima do cume do monte*". OWEN, op. cit., p.100. (tradução livre)

⁵³⁴ BRYANT (1905), op. cit., p.662-663, 78; ANDRADE, op. cit., p.343; LIENGME, op. cit., p.112; JUNOD (1996), op. cit. vol. 01, p.131-133; BONNER (1983), op. cit., p.42; BUTHELEZI, op. cit., p.148-149; e "*xidlodlo*" e "*khehlwá (ou ikhehla)*", em SITOIE, op. cit., p.377; 111.

⁵³⁵ NGUBANE, op. cit., p.40-45.

Em 11 de fevereiro de 1885, ao que parece, os novos guerreiros "*Nhunhe muchopes*" haviam sido já passados "*aos seus comandantes*", porque nesse dia Paiva de Andrada recebeu, finalmente, um retorno do *inkosi*, com a chegada

[de] todos os grandes que primeiro me tinham vindo ver, acompanhados de alguns outros; depois de muitos cumprimentos e de conversarem sobre assumptos estranhos ao objecto da minha presença ali, o maior de entre elles, um bello e sympathico homem, por nome Magumeana, chamou do grupo de pretos, que estavam sentados atrás dos grandes, um que veio pôr junto a mim uma pequena ponta de marfim, sobre a qual Magumeana poz duas libras sterlinas, dizendo que era a bôca do Gunguneana, para dizer que não podia consentir em que os brancos viessem trabalhar nas minas, nem estabelecer-se nas suas terras, porque se o fizessem, viriam depois tantos, que em breve lhe tirariam o poder; (...) que os mosungos podem livremente vir negociar, com segurança, a todas as suas terras, mas que não quer que n'ellas explorem as minas; que os brancos nunca fizeram esse pedido a seu pae, e que notava que se tinham reservado para o fazer quando elle acabava de subir ao poder.⁵³⁶

Ao exposto, Paiva de Andrada teria retorquido, dizendo que

já [se] achava em caminho quando soube do fallecimento do Muzila, e que o rei de Portugal não tinha que receber licença de pessoa alguma para mandar mesungos para as suas terras de Manica, que todos na localidade reconhecem pertencer-lhe. Responderam elles que quando as tropas do Muzila conquistaram as terras e sujeitaram os regulos de Quiteve e de Manica não encontraram um só mesungo que declarasse ter n'elles propriedade.⁵³⁷

Parecia-lhe, assim, "*inutil qualquer discussão com estes homens isolados*", visto que

a resposta do Gunguneana tinha sido dada em conselho de todos os grandes, que já se achavam espalhados, e que evidentemente eu não podia ter por agora modificação ás resoluções tomadas. Tratei, só, portanto, de aproveitar a presença de um homem intelligente como é o capitão mór de Sofalla [Amade Sene Abdalá], bom conhecedor do portuguez e do landim, para dizer o que desejaria ter dito na minha primeira entrevista com os grandes, embora o mau resultado da minha viagem tornasse impossível o tratar de muitos pontos, como o da construcção de um telegrapho com excellente directriz, passando pela povoação de Gunguneana, o transporte maritimo por Chiloane dos landi[n]s, que com viagens de mezes vão servir no Natal, etc., mostrando as condições

⁵³⁶ ANDRADA, op. cit., p.25-26.

⁵³⁷ Ibidem, p.25.

políticas da África austral, o carácter dos holandeses boers, referindo-me á invasão que acabavam de fazer, da Zululândia; disse que entre portugueses e os boers ha tratados de limites que consideram como territorio portuguez, territorios occupados por Gunguneana, que emquanto estes territorios continuarem a ser considerados pelos boers como portuguezes serão por elles respeitados, mas que no dia em que soubessem que o Gunguneana não era fiel vassallo de Portugal, e que os portuguezes nem podiam fazer casas em suas terras, de certo elles boers não hesitariam em se apoderar de terras como as do Bilene, no valle do Limpopo...⁵³⁸

Sem autorização para uma reunião pessoal com o *inkosi*, Paiva de Andrada optou por iniciar a viagem de volta, deixando dispersas as palavras com acento intimidatório, contrapondo uma suposta boa disposição portuguesa em viabilizar transporte e comunicações ao "*caracter dos holandeses boers*", manifesto em "*invasão*" de um território com o qual "*Gunguneana*" e "*seus grandes*" mantinham vínculos de origem e do qual chegavam, até há pouco, emissários como Bikwayo.

Após a morte de Cetshwayo, em 08 de fevereiro de 1884, o seu conselheiro Mnyamana kaNgqengelele aceitou uma aproximação com a República Sul-Africana [*Zuid-Afrikaansche Republiek* ou ZAR], que se dispunha a reconhecer Dinizulu como sucessor e herdeiro da região ao norte da Reserva britânica e a fornecer apoio contra Zibhebhu, em troca de um número não especificado de propriedades nas antigas terras de seu pai.

Em junho daquele ano, as forças assim aliadas derrotaram Zibhebhu e logo a contraparte passou a ser exigida de Dinizulu, obrigando-o a ceder quase dois milhões e setecentos mil acres do que havia sido o centro de poder zulu. Enquanto a área passava a ser chamada de "Nova República" [*Nieuwe Republiek*], em agosto, ainda outras sob o controle de Dinizulu seriam reivindicadas.⁵³⁹

⁵³⁸ Ibidem, p.25; 23.

⁵³⁹ LABAND; THOMPSON, op. cit., p.212-215; GUY (1994), op. cit., p.222-234.

Era essa a invasão que Paiva de Andrada apresentava como uma ameaça latente à posse de Gungunhana sobre o Bilene - com sua extensão litorânea se ajustando à pretensão da República Sul-Africana [*Zuid-Afrikaansche Republiek* ou ZAR] em obter uma saída contígua para o mar, sempre limitada pelo governo britânico⁵⁴⁰ -, sugerindo que apenas as boas relações diplomáticas dos portugueses mantinham como uma possibilidade distante.⁵⁴¹ Gungunhana devia se colocar, então, como um "*fiel vassallo de Portugal*" (em referência à influência presumida que as autoridades invocavam junto a Muzila desde o envolvimento na guerra de sucessão de Manicusse), de um modo que os seus territórios pudessem ser confundidos como de domínio português. Apesar do efeito intimidatório que buscava alcançar, Paiva de Andrada partiu sem qualquer impedimento ou réplica.⁵⁴²

5.7. Nascido à época da morte de Manicusse e crescido "*como soldado melhor de Nghunghunyani, e do Vanguni*"

Passados muitos anos de sua viagem à povoação de Gungunhana e da "*entrega dos Nhunhe muchopes aos seus comandantes*", os regimentos resistiam ao tempo, vivendo em memórias guardadas no Arquivo Histórico de Moçambique.⁵⁴³

⁵⁴⁰ Na sequência do surgimento da *Nieuwe Republiek*, a Grã-Bretanha anexou a Baía de Santa Lúcia, receando que o interesse que o governo alemão vinha manifestando pela região resultasse em um entendimento com a República Sul-Africana [*Zuid-Afrikaansche Republiek* ou ZAR], garantindo-lhe a necessária zona portuária. LABAND; THOMPSON, op. cit., p.215; GUY (1994), op. cit., p.233.

⁵⁴¹ Sobre os "*tratados de limites*" entre os "*portugueses e os boers*", referidos por Paiva de Andrada, cf. COVANE (1989), op. cit., p.16-17; 28-34; e também ANDRADE (1894), op. cit., p.295-391.

⁵⁴² SANTOS (2007), op. cit., p.93-108.

⁵⁴³ Cf. *Entrevista com Dingane*. Entrevistador: Dr. Gerhard Liesegang; António Rola; Mucojuane Mainga Vicente (AHM). Editor: Arquivo Histórico de Moçambique. Projecto de Recolha de Fontes Orais. Transcritor/Tradutor(es): Mucojuane Mainga Vicente. Local: Jantigue - Mandlakazi - Gaza. Data: 25 de maio de 1980. Língua: tsonga. Material: manuscrito. Págs.14. Cass. nº. 51. Faces A TT nº. GZ001 - Arquivo Histórico de Moçambique. Coleção de Fontes Orais da História. Fundo Gaza. Caixa 01. Gz.001 a Gz.009; *Entrevista com Josefa Bila: entrevista realizada em Machecahomo*. Narrador(es): Josefa Bila. Investigador(es): G. Liesegang; A. Rola; Mucojuane M. Vicente. Intérprete(s): - Local da entrevista: Machecahomo - Chicogolo - Mandlakazi - Gaza. Data: 18 de

Em uma delas, recolhida em Machecahomo, no distrito de Mandlakazi, província de Gaza, em maio de 1980, Josefa Bila se lembrava do pai, nascido à época da morte de Manicusse e crescido "*como soldado melhor de Nghunghunyani, e do Vanguni*" - "*ele começou ao Muzila, ante ao Nghunghunyani. [e] Fez uma grande povoação...*":

eu sei muita, outras coisa por causa dele. Caso dele. Eu ficava sempre com, com *madoda* (ancião) no é. Eles dizia que "*no é mau a conversar a nossa estória, nosso divertir enquanto está esse rapaz: esse rapaz é muito manso, não pode fazer nada*". E conversava muita coisa, frente de mim. Então eu tenho 83 agora. 83 anos. [Nascido em] 1897. Eu não sabia a data do meu nascimento. É que, os antigo, a data de nascer uma pessoa, é guerra...

Segundo Josefa Bila, "*Nghunghunyani sabia dividir muito bem cada [guerra]*":

cada lado tens *mabutho* [regimento], é companhia daquele, quele idade. Companhia daquele idade. Companhia daquele idade, en, é isso. (...) [e] quando não estava na guerra, ele ia a pé, para diamante a Kimberley, trabalhava lá. Trazia muito dinheiro, em diamante, porque uma pessoa quando panhava um diamante ia trocar [por] *woro* [ouro] e panhava muito dinheiro. Depois estava sempre a pé na guerra, ou ia trabalhar.⁵⁴⁴

junho de 1980. Língua(s): tsonga; zulu; português. Edição de: Arquivo Histórico de Moçambique. Local: Maputo. Data: 1980. Material: cassete. Tempo: - Transcritor: Mucojuane Mainga Vicente. Tradutor: Mucojuane Mainga Vicente. T/T nº. GZ010. C. nº 62; 63; 64. C. GZ013; GZ015; GZ106; *Tradições do Reino de Gaza*. Entrevistados: Yotasse Ndzakanini Ndove; Mona Mukhavele. Entrevistador: Dr. Gerhard Liesegang. Intérprete(s): Baiecané Ndove e Galibo Demane. Editor: Dr. Gerhard Liesegang. Transcritor/Tradutor(es): Mucojuane Mainga Vicente. Local: Baiecané - Chibuto - Gaza. Data: 9 de agosto de 1969. Língua: tsonga e nguni. Material: dactilografado. Págs.97. Cass. nº. 182, 183, 184 Faces A e B. TT nº. GZ016; *Entrevista com Tomazi Ndonga Fuele*. Entrevistador: Dr. Gerhard Liesegang. Editor: Dr. Gerhard Liesegang. Transcritor/Tradutor(es): Mucojuane Mainga Vicente; Albino Dimene (revisão). Local: Maússe - Mandlakazi - Gaza. Data: 28 de julho; 11, 14 de agosto de 1969. Línguas: tsonga. Material: dactilografado. Págs.16. Cass. nº. 174; 175 Faces A e B (parte). TT nº. GZ012. Cota GZ016 - Arquivo Histórico de Moçambique. Coleção de Fontes Oraís da História. Fundo Gaza. Caixa 02. Gz.10 a Gz.16; *Entrevista com um grupo de velhos em Madragoa*. Investigador(es): Dr. Gerhard Liesegang. Local da entrevista: Madragoa (Chilembene) Limpopo (Chokwe) - Gaza. Data: 15/12/1969. Língua(s): tsonga e nguni. Edição de: Dr. G. Liesegang. Local: Maputo. Data: 1969. Material: cassete. Tempo:- Transcritor: Mucojuane Mainga Vicente. Tradutor: Mucojuane Mainga Vicente. T/T nº. GZ018. C. nº 186. Cota nº. GZ025 - Arquivo Histórico de Moçambique. Coleção de Fontes Oraís da História. Fundo Gaza. Caixa 03. Gz.17 a Gz.29.

⁵⁴⁴ *Entrevista com Josefa Bila: entrevista realizada em Machecahomo*. Narrador(es): Josefa Bila. Investigador(es): G. Liesegang; A. Rola; Mucojuane M. Vicente. Intérprete(s): - Local da entrevista: Machecahomo - Chicogolo - Mandlakazi - Gaza. Data: 18 de junho de 1980. Língua(s): tsonga; zulu; português. Edição de: Arquivo Histórico de Moçambique. Local: Maputo. Data: 1980. Material: cassete. Tempo: - Transcritor: Mucojuane Mainga Vicente. Tradutor: Mucojuane Mainga Vicente. T/T nº. GZ010. C. nº 62; 63; 64. C. GZ013; GZ015; GZ106 - Arquivo Histórico de Moçambique. Coleção de Fontes Oraís da História. Fundo Gaza. Caixa 02. Gz.10 a Gz.16. Cf. também LIESEGANG, Gerhard Julius. *Dzovo e os seus descendentes: a história da família de Eduardo Mondlane, c.1800-1945, na zona de Khambani e Mandlakazi: alguns problemas de investigação local. Cadernos de*

Uma das guerras em que lutou o pai de Josefa Bila ocorreu em 1886, quando Paiva de Andrada já havia deixado a povoação de Gungunhana. Trinta anos antes, no decorrer de um processo associado ao conflito, o "*Coronel de Moçambique e Comandante das Terras*" em Inhambane, João Augusto Pereira Loforte, enviava um "*Mappa Estatístico*" ao Governador do Distrito, com 65 entradas nominais entre "*regulo[s]*" e "*cabo[s]*", apresentando os "*pontos que habitão*"; "*distancia da Villa calculada em oras*"; "*população*"; "*fogos*"; "*gente que apresentam em campo em ocasião de guerra*"; "*armas que uzão*"; "*panjas de mantimento que pagam de tributo*"; e "*época do pagamento do tributo*".⁵⁴⁵

Era com "*honra*" que João Loforte passava o documento "*às mãos de Vossa Senhoria*", mas igualmente com pesar:

além das terras que hoje possuímos e das mencionadas no mappa, perdeu a Corôa desde 1834 as melhores e mais ricas em que dominava, e donde lhe vinhão assaz de rendimentos em marfim e cera, e que hoje os seus possuidores estão sujeitos ao potentado Manicussa que com o seo Governo de ferro os tem subjugado. (...) sobre todas a melhor he a do Regulo Inhatumbo na margem do Sul do Rio d'Ouro junto a foz do mesmo [que] abunda em marfim e cera; o seu dono muito dezeja ser súbdito e protegido da Corôa, pois que já está cansado das extorções do Manicussa [e] muito converia estabelecer ali u'm Prezidio não só para facilitar as communicações com Lourenço Marques, como para proteger o commercio d'esta Villa com aquellas terras que hoje, apezar de ser o que mais lucros dava, está abandonada, pela falta de segurança individual e contínuos roubos dos Vatuas, gente do Manicussa, que de continuo infestão os caminhos. Os regulos Mucumbi [Mocumbi], Zavalla [Zavala], Zandamella e Chilundú [Guilundu] (...) me mandarão dizer fosse tomar conta das suas terras e de novo ali arvorar a bandeira portugueza, porque elles já não podião nem querião obedecer ao Manicussa. (...) Se o Governo da metrópole não proporcionar os meios para se reconquistarem

História de Moçambique: Revista Científica do Departamento de História. Maputo: Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, 2011, vol. 01, p.01-24; e *BULLETIN de la Mission Suisse dans l'Afrique du Sud*. Lausanne: Imprimeries Réunis, mai-juin 1935, tomo XLI, nº 538, p.251-255.

⁵⁴⁵ *Mappa Estatístico das terras da Corôa Portuguesa, no 3º. Districto Militar da Província de Moçambique*, por João Augusto Pereira Loforte, em 19 de setembro de 1856. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. AHU.DGU. 2ª Secção. Moçambique. Pasta 17. Capilha 04. Jacket 23. "*Panja, ou 3/4 de alqueire, 12,07 litros*". Productos de Moçambique. In: *ANNAES do Conselho Ultramarino - parte não official - série III, abril de 1862*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868, p.25.

áquellas terras e fazer desaparecer esse colosso do Manicussa, o comercio acabou, e dentro em pouco não teremos em toda a Provincia senão os lugares onde existem as Fortalezas, e essas mesmas se continuarem nas circunstâncias em que estão, farão o que está fazendo Sofalla, dando tributo aos cafres.⁵⁴⁶

À morte de Manicusse e à guerra de sucessão, com as frentes de Mswati II apoiando Mawewe e forçando Muzila a se deslocar para o norte de seu território, os "*mappa[s] estatístico[s] das terras que pertencem á Corôa Portuguesa*", em Inhambane, continuaram a ser elaborados, reverberando a disposição das autoridades portuguesas em atrair as populações africanas para o seu campo de poder (e construir, discursivamente, uma relação de sentido entre "*súbdito*" e "*protegido da Corôa*", inserindo-os nos documentos como sinônimos).⁵⁴⁷

Em 1880, o número de entradas se encontrava em 112, acompanhando-se as anotações de Alfredo Augusto Caldas Xavier, responsável pela construção de um "*quartel fortificado*" nas margens do lago Inharrime. Incluía "*Mucumbi* [Mocumbi]" e "*Chilundú* [Guilundu]", mencionados por João Loforte, tal como "*Inguana*" e "*Savanguana*" que, desde a passagem dos "*Manhambozes*" por suas terras, eram relacionados como "*regulos*" de "*zagaia e rodela* [escudo]".⁵⁴⁸ A eles, as

⁵⁴⁶ Ofício do Comandante das Terras da Corôa, João Augusto Pereira Loforte, ao Governador do Distrito de Inhambane, Antonio Corrêa da Silva Leote, em 19 de setembro de 1856. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. AHU.DGU. 2ª Seção. Moçambique. Pasta 17. Capilha 04. Jacket 23.

⁵⁴⁷ Moçambique. Operações militares no sertão de Inhambane. In: *ANNAES do Conselho Ultramarino - parte não official - série IV, julho de 1863*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868, p.62-64; Moçambique. Inhambane. Mappa estatístico das terras que pertencem á Corôa Portuguesa no terceiro Districto Militar da Provincia de Moçambique. *ANNAES do Conselho Ultramarino - parte não official - série V, dezembro de 1864*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868, p.77-79; Província de Moçambique. Noticias extrahidas dos Boletins Officiaes do anno 1865. Districto de Inhambane. Mappa estatístico das terras que pertencem á Corôa Portuguesa, no 3º districto militar da Provincia de Moçambique, referido ao dia 31 de dezembro de 1864. *ANNAES do Conselho Ultramarino - parte não official - série VII, novembro de 1866*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868, p.95-96; CUMBE, op. cit., p.27-29; LIESEGANG (2011), op. cit., p.10.

⁵⁴⁸ XAVIER, Alfredo Augusto Caldas. Província de Moçambique. Distrito de Inhambane. O Inharrime e as guerras zavallas. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, 2ª série, nºs 07 e 08, p.480-481; 493-495; 504-505; *Mappa Estatístico das terras da Corôa Portuguesa, no 3º. Districto Militar da Província de Moçambique*, por João Augusto Pereira Loforte, em 19 de setembro de 1856. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. AHU.DGU.

autoridades portuguesas acrescentariam ainda Binguana, chefe de uma importante linhagem ao qual se ligavam outros e sob a ascendência de Muzila até então.⁵⁴⁹

Em maio de 1886, Gungunhana reclamou de José Joaquim d'Almeida, Secretário Geral do Governo da Província, a "*restituição do território do Binguana, regulo que ultimamente se nos foi avassalar a Inhambane*", avisando "*que estava desposto a ir batel-o e que já o teria feito se não aguardasse a minha chegada...*".⁵⁵⁰ Diante da veemência do *inkosi* de que "*lhe tiramos territorios*" no Inhambane, o Secretário pediu para que esperasse pelo seu retorno à capital da Província, encaminhando a resolução para o Governador Geral, Augusto de Castilho. Meses se passaram, entretanto, sem menção a um posicionamento formal do Governador e apesar das notícias de que "*uma expedição guerreira para bater os regulos sujeitos ao distrito de Inhambane*" estava sendo organizada.⁵⁵¹ Em novembro, um ofício do

2ª Secção. Moçambique. Pasta 17. Capilha 04. Jacket 23. Cf. também CUMBE, op. cit., p.10; 31-34; e capítulo 2.

⁵⁴⁹ "*Julio: Olha, Binguane [Binguana] era o cabeça dos seguintes: Banze, Zandamel, Nhantumbo e Munguambe. Custódio: E ele recebia tributos deles? Julio: Sim...*". Entrevista com Simone Dumangane Munguambe e Júlio Dumangane Munguambe. Entrevistador: Dr. Gerhard Liesegang; António Rola; M. Mainga Vicente (AHM). Editor: Arquivo Histórico de Moçambique. Projecto de Recolha de Fontes Orais. Transcritor/Tradutor(es): Mucojuane Mainga Vicente; Albino Dimene (revisão). Local: Chidenguele - Mandlakazi - Gaza. Data: 14 de junho de 1980. Língua: chopi, tsonga e nguni. Material: manuscrito. Págs.187. Cass. nº. 60, 61, 55 (B). Faces A/B. TT nº. GZ009 - Arquivo Histórico de Moçambique. Colecção de Fontes Orais da História. Fundo Gaza. Caixa 01. Gz.001 a Gz.009; LONGLE, Armando. De Inhambane a Lourenço Marques. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885, 6ª série, nº 01, p.18; 22-34; LIESEGANG (2011), op. cit., p.08-10; CUMBE, op. cit., p.28-29; 39; SANTOS, Gabriela Aparecida dos. "Memórias vivas no tempo: (re) visita à Aldeia Comunal 1ª de Maio, distrito de Chokwé, Província de Gaza, Moçambique". In: *Anais do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP*. São Paulo: Associação Nacional dos Professores de História, 2014, p.05.

⁵⁵⁰ "*Expedição Portuguesa às terras de Gaza*". Ofício do Secretário Geral do Governo, José Joaquim d'Almeida, ao Governador Geral da Província de Moçambique, Augusto de Castilho, em 06 de junho de 1886. Arquivo Histórico Ultramarino. Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar. Direção Geral do Ultramar. 1ª Repartição. Moçambique. Caixa 1886. nº de ordem: 1329. Pasta 8. Cf. também SANTOS (2007), op. cit., p.155-162.

⁵⁵¹ Ofício do Governador Geral da Província de Moçambique, Augusto de Castilho, ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, em 20 de setembro de 1886. Arquivo Histórico Ultramarino. Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar. Direção Geral do Ultramar. 1ª Repartição. Moçambique. Caixa 1886. nº de ordem: 1329. Pasta 8. Cf. também *Acta da audiência publica dada pelo Governador do Districto de Manica á embaixada do regulo Gongunhana das terras de Gaza, cujos grandes se chamam Chipoma e Limane*, em 28 de julho de 1886. Arquivo Histórico Ultramarino. Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar. Direção Geral do Ultramar. 1ª Repartição. Moçambique. Caixa 1886. nº de ordem: 1329. Pasta 8.

Governador do Distrito de Inhambane foi lido em uma sessão do Conselho do Governo Geral, informando que

em desaseis de outubro [de 1886] um grande ezercito de vatuas do regulo Gungunhana havia invadido parte do districto de Inhambane, penetrando n'elle pelo seu lado norte juncto á costa, atacando os regulos de Machaniça, Massenga, Zungusa, Inguana e Savanguana = (...) [que] tinha o governador do districto envadido dado ordens ao capitão-mór para congregar todas as forças disponiveis dos regulos subjeitos oppondo-se assim á marcha dos inimigos.- Que não obstante isto a organização das forças das terras eram tão defeituosas que as que conseguiram reunir não puderam impedir que os vatuas atravessassem o rio Reboene havendo depois uma batalha em vinte e tres de outubro nos campos [de] Chicumgusa na qual em consequencia da morte nos tres precipaes ajudantes, commandantes das forças, foram os nossos postos em debandadas com quanto deixassem no campo muito menos cadaveres do que os contrarios = Que o panico que em consequencia d'este facto se espalhou [e] tomou grandes proporções chegando-se mesmo o receio [de] que os vatuas atacassem a villa = (...) Que o Batalhao andava desde o dia desaseis de outubro em serviço activissimo de noute e de dia, não só guarneendo diversos pontos como tambem fabricando cartuchames sendo até necessario chamar a este serviço activo e extraordinario os officiaes reformados residentes no districto...⁵⁵²

De acordo com Erwin Richards (o missionário que em outubro de 1881 se encontrou com Muzila, instalando depois as três estações da chamada *East Central African Mission* no entorno da vila de Inhambane, a quilômetros de seu "*kraal*"), o confronto aconteceu por volta das três horas da tarde,

com as forças do distrito dispostas em cinco linhas e várias forças intervindo. Os *Mangani* [nguni] surgiram vestidos como os zulus, como uma falange sólida, que imediatamente tomou a forma de semicírculo, rodeando os nossos nativos. A primeira linha disparou e fugiu; a segunda e as demais seguiram o seu exemplo, e

⁵⁵² *Governo Geral da Província de Moçambique. Acta numero doze. Secção do Conselho do Governo de treze de novembro de mil oitocentos oitenta e seis.* Arquivo Histórico Ultramarino. Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar. Direção Geral do Ultramar. 1ª Repartição. Moçambique. Caixa 1886. nº de ordem: 1329. Pasta 8. Cf. também telegrama do Governador Geral da Província de Moçambique ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, em 27 de outubro de 1886. Arquivo Histórico Ultramarino. Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar. Direção Geral do Ultramar. 1ª Repartição. Moçambique. Caixa 1886. nº de ordem: 1329. Pasta 8; e relatório de Jozé da Cunha e Amaral, encarregado de comissão à fronteira do Distrito de Inhambane, em 06 de outubro de 1886. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca4. Caixa 52.

depois do volteio de cada linha não se disparou mais um tiro.^{553(XVIII)}

Em consequência de todas as "*circumstancias anormaes*" (que atingiram uma das estações da missão da *East Central African Mission*) o "*Governo de Lisboa que sôbre o assumpto fôra consultado pelo telegrapho, deu ao Governador [de Inhambane] as necessarias auctorisações para sacar fundos, comprar armamentos e munições promettendo ao mesmo tempo reforçar a Divisão Naval com mais uma Corveta*", embora "*as couzas naquelle districto [fossem] tomando um aspecto mais animador, visto que os vatuas, longe de terem avançado para o sul pareciam irem-se afastando para o oeste...*".⁵⁵⁴

Antes ainda do ano terminar, o Governador Geral da Província solicitaria ao Governador do Districto de Lourenço Marques que enviasse ao Bilene um oficial para intimar "*Majovo*" [Manjobo], chefe daquelas terras e "*secretario do Gungunhana*", "*que se abstivesse de pegar em armas para se unir a gente do seu suzerano, e hostilizar os regulos sujeitos a Inhambane*". Intimação encaminhada, a

⁵⁵³ The Missionary Herald. Vol. LXXXIII. - March, 1887. - Nº III. Affairs in East Africa. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1887*. Boston: Press of Stanley and Usher, 1887, vol. LXXXIII, p.92. (tradução livre) ^(XVIII) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2. Cf. também The Missionary Herald. Vol. LXXXII. - August, 1886. - Nº VII. The East Central African Mission. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1886*. Boston: Press of Stanley and Usher, 1886, vol. LXXXII, p.297-299; The Missionary Herald. Vol. LXXXIII. - January, 1887. - Nº I. Editorial Paragraphs. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1887*. Boston: Press of Stanley and Usher, 1887, vol. LXXXIII, p.05; The Missionary Herald. Vol. LXXXIII. - February, 1887. - Nº II. East Central African Mission. The revolt against the Portuguese. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1887*. Boston: Press of Stanley and Usher, 1887, vol. LXXXIII, p.58-59 e The Missionary Herald. Vol. LXXXIII. - April, 1887. - Nº IV. East Central African Mission. A day at Kambini. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1887*. Boston: Press of Stanley and Usher, 1887, vol. LXXXIII, p.142-143.

⁵⁵⁴ *Governo Geral da Provincia de Moçambique. Acta numero doze. Secção do Conselho do Governo de treze de novembro de mil oitocentos oitenta e seis*. Arquivo Histórico Ultramarino. Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar. Direção Geral do Ultramar. 1ª Repartição. Moçambique. Caixa 1886. nº de ordem: 1329. Pasta 8.

resposta dizia "*que elle Majovo não mandaria gente auxiliar o Gungunhana por sua própria vontade, mas que na qualidade de seu subordinado ter-lhe-ia de obedecer promptamente caso elle requisitasse*".⁵⁵⁵

Em 1871, Erskine se encontrou com Manjobo, tal como Bikwayo em 1879.⁵⁵⁶ Em abril de 1885, também Richards passaria por sua povoação, acompanhando a chegada de "*cerca de trezentos guerreiros, com todas as suas armaduras de guerra, vindos em pequenos grupos, fazendo muito barulho e cantando os louvores [xib'ongo] de Manjobo até depois de serem saudados pelo chefe...*".^{557(XIX)} Manjobo era o "*comandante em chefe*" do Bilene e era aí que vivia o pai de Josefa Bila, "*como soldado melhor de Nghunghunyani, e do Vanguni*".⁵⁵⁸

⁵⁵⁵ Ofício do Governador Geral da Província de Moçambique, Augusto de Castilho, ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, em 23 de dezembro de 1886; *Relatorio da viagem ás terras de Bilene, de que é chefe o Secretario Majova*, por Vicente Guilherme Garibaldi de Miranda, tenente de caçadores quatro, em 17 de novembro de 1886. Arquivo Histórico Ultramarino. Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar. Direção Geral do Ultramar. 1ª Repartição. Moçambique. Caixa 1886. nº de ordem: 1329. Pasta 8.

⁵⁵⁶ Cf. capítulo 4; ERSKINE (1875), op. cit., p.63-64; 67; 79; "Bikwayo kaNoziwawa". In: WEBB; WRIGHT (1976), op. cit., p.64.

⁵⁵⁷ The Missionary Herald. Vol. LXXXI. - September, 1885. - Nº IX. East Central African Mission. Baleni visited. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1885*. Boston: Press of Stanley and Usher, 1885, vol. LXXXI, p.358. (tradução livre) ^(XIX) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2. Cf. também The Missionary Herald. Vol. LXXXI. - August, 1885. - Nº VIII. Editorial Paragraphs. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1885*. Boston: Press of Stanley and Usher, 1885, vol. LXXXI, p.299; The Missionary Herald. Vol. LXXXI. - August, 1885. - Nº VIII. Letters from the missions. East Central African Mission. The Makwakwas. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1885*. Boston: Press of Stanley and Usher, 1885, vol. LXXXI, p.310-311; SCHAEFLI-GLARDON, Ernest Honoré. De Valdezia a Lourenço Marques. *Bulletin de la Société Neuchateloise de Géographie*. Neuchatel: Société Neuchateloise d'Imprimerie, 1893, tomo VII, p.138; CUMBE, op. cit., p.34; e *Entrevista com Tomazi Ndonga Fuele*. Entrevistador: Dr. Gerhard Liesegang. Editor: Dr. Gerhard Liesegang. Transcritor/Tradutor(es): Mucojuane Mainga Vicente; Albino Dimene (revisão). Local: Maússe - Mandlakazi - Gaza. Data: 28 de julho; 11, 14 de agosto de 1969. Línguas: tsonga. Material: dactilografado. Págs.16. Cass. nº. 174; 175 Faces A e B (parte). TT nº. GZ012. Cota GZ016 - Arquivo Histórico de Moçambique. Coleção de Fontes Orais da História. Fundo Gaza. Caixa 02. Gz.10 a Gz.16.

⁵⁵⁸ *Entrevista com Josefa Bila: entrevista realizada em Machecahomo*. Narrador(es): Josefa Bila. Investigador(es): G. Liesegang; A. Rola; Mucojuane M. Vicente. Intérprete(s): - Local da entrevista: Machecahomo - Chicogolo - Mandlakazi - Gaza. Data: 18 de junho de 1980. Língua(s): tsonga; zulu; português. Edição de: Arquivo Histórico de Moçambique. Local: Maputo. Data: 1980. Material: cassete. Tempo: - Transcritor: Mucojuane Mainga Vicente. Tradutor: Mucojuane Mainga Vicente. T/T nº. GZ010. C. nº 62; 63; 64. C. GZ013; GZ015; GZ106 - Arquivo Histórico de Moçambique.

5.8. "Vamos subir... Ah, subiram... Viram de lá pessoas... Tinham ngundu"

Em março de 1889, o Governador Interino do Distrito de Sofala começou a expedir circulares aos moradores da vila em Chiloane, informando que Gungunhana "*vae transferir a sua residência para [a região d]o Bilene*" (ver mapa 14.) e sobre o seu pedido "*para que nos pontos por onde a sua gente tenha de passar, e haja gente nossa, lhe não ponha nenhum impedimento, comunicando também a este governo qualquer desatino que as forças do regulo conosco façam*".⁵⁵⁹

O aviso precedia em dois meses a mudança, porque, em maio, Gungunhana se achava ainda no ponto visitado por Paiva de Andrada, recepcionando "*uma força de numero aproximado de des mil homens do Bilene para o acompanharem para aquella ponto*"⁵⁶⁰ (entre eles, o pai de Josefa Bila⁵⁶¹). Com esses guerreiros e com "*toda a força d[as] terras [de Mossurize]*"⁵⁶², o *inkosi* se preparava para seguir pelo

Colecção de Fontes Oraís da História. Fundo Gaza. Caixa 02. Gz.10 a Gz.16.

⁵⁵⁹ Circular nº 52, expedida pela "*Secretaria do Governo do Districto de Sofala em Chiloane*" e assinada pelo Governador Interino, em 19 de Março de 1889. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Sofala - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Cc1. Caixa 01. Cf. também Circular nº 104, expedida pela "*Secretaria do Governo do Districto de Sofala em Chiloane*" e assinada pelo Governador Interino, em 05 de junho de 1889. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Sofala - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Cc1. Caixa 01.

⁵⁶⁰ Ofício de José Gonçalves Barriga, residente chefe interino, ao Governador do Distrito de Inhambane, em 23 de maio de 1889. Arquivo Histórico Ultramarino. Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar. Direção Geral do Ultramar. 1ª Repartição. Moçambique. Caixa 1889. nº de ordem: 1332. Pasta 11.

⁵⁶¹ *Entrevista com Josefa Bila: entrevista realizada em Machecahomo*. Narrador(es): Josefa Bila. Investigador(es): G. Liesegang; A. Rola; Mucojuane M. Vicente. Intérprete(s): - Local da entrevista: Machecahomo - Chicogolo - Mandlakazi - Gaza. Data: 18 de junho de 1980. Língua(s): tsonga; zulu; português. Edição de: Arquivo Histórico de Moçambique. Local: Maputo. Data: 1980. Material: cassette. Tempo: - Transcritor: Mucojuane Mainga Vicente. Tradutor: Mucojuane Mainga Vicente. T/T nº. GZ010. C. nº 62; 63; 64. C. GZ013; GZ015; GZ106 - Arquivo Histórico de Moçambique. Colecção de Fontes Oraís da História. Fundo Gaza. Caixa 02. Gz.10 a Gz.16.

⁵⁶² "*...O meu avô era já idoso, veio de Musapa [ao norte] para aqui com Gungunhana...*". *Estado de Gaza: entrevista realizada em Cholala - Coolela - Mandlakazi (Gaza), 26-05-80*. Narrador(es): Musindo Nkomo; Carolina Macamo. Investigador(es): Dr. Gerhard Liesegang; António Rola; Mucojuane Mainga Vicente. Intérprete(s): - Local da entrevista: Cholala - Coolela - Mandlakazi - Gaza. Data: 26 de maio de 1980. Língua: Tsonga. Edição de: Arquivo Histórico de Moçambique. Local: Maputo. Data: 26.05.80. Material: 01 cassette. Tempo: +-30min. Transcritor: Mucojuane Mainga Vicente. Págs.26. Tradutor: Mucojuane Mainga Vicente. T/T nº. GZ003. C. nº. 51(B) GZ 001 - Arquivo Histórico de Moçambique. Colecção de Fontes Oraís da História. Fundo Gaza. Caixa 01. Gz.001 a Gz.009. "*Mussapa Grande. Geografia. Rio (de caudal permanente), na área do posto administrativo de Rotanda, distrito de Sussundenga, província de Manica. Nasce no Zimbabwe. Afluente da margem direita do rio Rotanda. Com orientação NE-SE tem um percurso de 74 km. Carta*

"caminho da Machanga"⁵⁶³ - a área defronte à ilha de Chiloane, onde "destacamentos estacionados" eram mantidos desde os primeiros anos de Muzila como sucessor de Manicusse⁵⁶⁴ - e para "bater os regulos Esprenhana [Esperanhana] e [o já conhecido] Binguana [filho e pai, respectivamente]", em seu avanço para as terras entre as vilas de Inhambane e Lourenço Marques.⁵⁶⁵

Geográfica 1/250.000 (antiga)/18. Coordenada: lat. 19° 37'S / long. 33° 10'E. Carta Geográfica 1/250.000 (nova)/71". RAFAEL, op. cit., p.450. Cf. também "Memories and identities in the shadow of Ngungunyana". In: MACGONAGLE, Elizabeth. *Crafting identity in Zimbabwe and Mozambique*. Rochester: University of Rochester Press, 2007, p.91-105; Idem. Living with a tyrant: Nda memories and identities in the shadow of Ngungunyana. *The International Journal of African Historical Studies*. Boston: African Studies Center of Boston University, 2008, vol. 41, nº 01, p.29-53.

⁵⁶³ Ofício de José Gonçalves Barriga, residente chefe interino, ao Governador do Distrito de Inhambane, em 23 de maio de 1889. Arquivo Histórico Ultramarino. Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar. Direção Geral do Ultramar. 1ª Repartição. Moçambique. Caixa 1889. nº de ordem: 1332. Pasta 11.

⁵⁶⁴ "Machanga. Toponímia. Povoação importante. Sede do distrito de Machanga, província de Sofala. C/34. Coordenada: lat. 20° 58',4S / long. 35° 01',1E. Carta Geográfica 1/250.000 (nova)/76/77. História. 1903 - Criação da povoação por Ordem da Companhia de Moçambique nº 2.301, de 30 de maio". RAFAEL, op. cit., p.252. Relatório enviado por José Pacífico, "Major ex-Governador" [do Distrito de Sofala], ao seu sucessor António José Rodrigues Pinho, em 05 de agosto de 1865. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Sofala - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Cc1. Caixa 01; "Autto de Paz proposta pelos Vatuas do Regulo Muzira, residentes nos territórios de Machanga", em 24 de julho de 1867. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Sofala - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Cc1. Caixa 01; informes do encarregado do Governo do Distrito de Sofala, Francisco Maria, ao Governador, em 07 e 08 de janeiro de 1887. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Sofala - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca1. Caixa 01.

⁵⁶⁵ Ofício de José Gonçalves Barriga, residente chefe interino, ao Governador do Distrito de Inhambane, em 23 de maio de 1889. Arquivo Histórico Ultramarino. Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar. Direção Geral do Ultramar. 1ª Repartição. Moçambique. Caixa 1889. nº de ordem: 1332. Pasta 11. Cf. também LIESEGANG (1967), op. cit., p.118.

Mapa 14. A região do Bilene (no caminho entre as vilas de Inhambane e Lourenço Marques), para onde se transferiu Gungunhana no ano de 1889, partindo de Mossurize

Fontes: INSTITUTO, op. cit., p.14; LIESEGANG (1967), op. cit., p.22; 67; 127-128; 154; NHAPULO, op. cit., p.09; 29.

Em julho, as comunicações por terra entre os governos dos Distritos de Sofala e Inhambane ficaram suspensas "*por se achar o territorio todo cheio de vatuas*", indicando que a marcha já estava em curso.⁵⁶⁶ Nos meses seguintes, Gungunhana e todos aqueles que o acompanhavam atravessariam as terras de Inguana, Savanguana e outros chefes, sem "*ocorrencias extraordinarias, nem conflictos a lamentar*".⁵⁶⁷ Entre setembro e outubro, já no Bilene, o *inkosi* se estabeleceria junto à lagoa Sule, iniciando a ofensiva contra Binguana,⁵⁶⁸ lembrada e reconstituída em entrevistas guardadas no Arquivo Histórico de Moçambique:

As crianças disseram: Há poeira / Uma disse: são bois / Outra disse: / Não são bois / Vamos subir / Ah, subiram / Viram de lá pessoas / Tinham ngundu [*penacho que os guerreiros usavam pôr na cabeça]...⁵⁶⁹

Então todos os régulos de cá, os que chefiavam sob as ordens de Chipenanhane [Esperanhana], aqueles que lhe davam tributo, ouviram de que os ngunes vinham cá...⁵⁷⁰

⁵⁶⁶ Ofício de José Casaleiro d'Alegria Rodrigues, residente chefe em Gaza, ao Governador do Distrito de Inhambane, em 17 de julho de 1889. Arquivo Histórico Ultramarino. Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar. Direção Geral do Ultramar. 1ª Repartição. Moçambique. Caixa 1889. nº de ordem: 1332. Pasta 11. Cf. também o ofício do Governador do Distrito de Sofala (em Chiloane), Antonio Xavier Crato, ao Governador do Distrito de Inhambane, em 24 de junho de 1889. Arquivo Histórico Ultramarino. Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar. Direção Geral do Ultramar. 1ª Repartição. Moçambique. Caixa 1889. nº de ordem: 1332. Pasta 11; e sobre o posto de residente chefe em Gaza, SANTOS (2007), op. cit., p.122-168.

⁵⁶⁷ Ofícios do presidente da "*Comissão da divisão das terras da corôa em prasos*", o coronel João Antonio Fornasini, ao Governador do Distrito de Inhambane, em 11, 13 e 14 de agosto de 1889; da Secretaria do Governo do Distrito de Inhambane ao presidente da "*Comissão da divisão das terras da corôa em prasos*", o coronel João Antonio Fornasini, em 14, 15, 18 e 22 de julho de 1889; da Secretaria do Governo do Distrito de Inhambane ao Comandante do Batalhão de Caçadores nº 3, em 14 e 22 de julho de 1889; de José Casaleiro d'Alegria Rodrigues, residente chefe em Gaza, ao Governador do Distrito de Inhambane, em 04 e 17 de julho e em 18 de agosto de 1889; de José Rodrigues Januario ao residente chefe em Gaza, em 30 de agosto de 1889; e do Governador do Distrito de Inhambane, Alfredo Brandão Cró de Castro Ferreri, ao Governador Geral da Província de Moçambique, João Antonio Brissac das Neves Ferreira, em 30 de setembro de 1889. Arquivo Histórico Ultramarino. Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar. Direção Geral do Ultramar. 1ª Repartição. Moçambique. Caixa 1889. nº de ordem: 1332. Pasta 11.

⁵⁶⁸ LIESEGANG (1967), op. cit., p.118-119; Idem (1974), op. cit., p.309; Idem (2011), op. cit., p.10.

⁵⁶⁹ *Entrevista com Machotilane; Filipe Xikonela; e José Manjengue*. Entrevistador(es): Dr. Gerhard Liesegang. Local: Magude. Província: Gaza. Data: 7/8/69. Estado de gravação: Normal. Lado: A. Cassete nº - Entrevista nº 1. Línguas: tsonga. Tradutor: Albino Dimene. Transcritor: Albino Dimene - Arquivo Histórico de Moçambique. Coleção de Fontes Oraís da História. Fundo Gaza. Caixa 02. Gz.10 a Gz.16. O significado indicado de "*ngundu*" consta na transcrição original da entrevista.

⁵⁷⁰ *Entrevista com Simone Dumangane Munguambe e Júlio Dumangane Munguambe*. Entrevistador: Dr. Gerhard Liesegang; António Rola; M. Mainga Vicente (AHM). Editor: Arquivo Histórico de Moçambique. Projecto de Recolha de Fontes Oraís. Transcritor/Tradutor(es): Mucojuane Mainga Vicente; Albino Dimene (revisão). Local: Chidenguele - Mandlakazi - Gaza. Data: 14 de junho de

Mbinguane [Binguana] saiu de além, saltou e foi construir khokholo [*espécie de fortaleza] em Banhine [Banine], no Xirrime [Chirrime]. Os pais, e Mbingwane [Binguana] foram todos para acolá. Chegaram a fazer esse khokholo, o khokholo era bem feito. Assim com os paus fizeram isto: fizeram buracos, medir a distância de aqui, e aqui e aqui. Bicharem ali dentro. [Alinharam-se ali dentro]. Dançam, tocam marimbas, fazem de tudo dentro da fortificação. Metiam as espingardas ali.

Enquanto enfileiraram os que possuem espingardas. Aqui e aqui e ali, [por] aqueles buracos. Bicharam, aquele que dispara, tira a espingarda, o outro enfia dele, este e este e este, seguidamente, mataram os que estão lá fora. Os de Nghunghunyane não conseguem entrar na fortificação. O mal é porque tinham feito esta fortificação e deixaram o poço de água lá, fora da fortificação. Chegou o tempo em que a água acabasse dentro da fortificação. (...) A água acabou-se dentro. Mataram o gado, espremeram intestinos dos animais, boi, ou cabra, espremeram também para eles, para poderem tirar a sede. Então acabou-se aquilo e já não valia nada. Dizendo que, isto não é bom, é melhor abrimos o portão que vai para Mangundze [Mangunze]. Aquele que fica, fica: aquele que vive, vive! Abriram essa fortificação, por causa da sede. Dispararam espingardas. O meu xará ficou ali, o meu avô que nasceu o meu pai, ficou ali. Foram embora, Mbinguane [Binguana] queimou-se com palhota na fortificação, por ver que já não podia, era muito velho, não podia correr até chegar a Mangundze, e queimou-se com a palhota...⁵⁷¹

1980. Língua: chopi, tsonga e nguni. Material: manuscrito. Págs.187. Cass. nº. 60, 61, 55 (B). Faces A/B. TT nº. GZ009 - Arquivo Histórico de Moçambique. Colecção de Fontes Orais da História. Fundo Gaza. Caixa 01. Gz.001 a Gz.009.

⁵⁷¹ *Entrevista com Dingane*. Entrevistador: Dr. Gerhard Liesegang; António Rola; Mucojuane Mainga Vicente (AHM). Editor: Arquivo Histórico de Moçambique. Projecto de Recolha de Fontes Orais. Transcritor/Tradutor(es): Mucojuane Mainga Vicente. Local: Jantigue - Mandlakazi - Gaza. Data: 25 de maio de 1980. Língua: tsonga. Material: manuscrito. Págs.14. Cass. nº. 51. Faces A TT nº. GZ001 - Arquivo Histórico de Moçambique. Colecção de Fontes Orais da História. Fundo Gaza. Caixa 01. Gz.001 a Gz.009. "Banhine. Toponímia. Povoação importante na área da Localidade (divisão administrativa) do Chongoene, distrito de Xai-Xai, província de Gaza. Apeadeiro do Caminho de Ferro de Gaza, a 34 km. da cidade de Xai-Xai. História. 1911 - Criação da povoação por Portaria 440, de 10 de agosto. Carta Geográfica 1/250.000 (antiga)/23. Coordenada: lat. 24º 51'S / long. 33º 49'E. Carta Geográfica 1/250.000 (nova)/95. Carta Sistemática 1/50.000/1.162". "Chirrime. Geografia. Região na área do posto administrativo do Chongoene, distrito do Xai-Xai, província de Gaza. Com uma superfície de 44 km² foi regedoria até 1975, com sede na povoação Chirrime". Cf. também "Chirrime. Toponímia. Povoação na região Chirrime, área do posto administrativo de Chongoene, distrito de Xai-Xai, província de Gaza. Foi sede de regedoria. Carta Geográfica 1/250.000 (antiga)/23. Coordenada: lat. 24º 50'S / long. 33º 48'E. Carta Geográfica 1/250.000 (nova)/95". "Mangunze. Geografia. Região na área do distrito de Mandlakazi, província de Gaza. Com 179 km² de superfície foi regedoria até 1975. Sede na povoação Mangunze. C/23. Carta Geográfica 1/250.000 (nova)/95". Cf. também "Mangunze. Toponímia. Povoação na Região Mangunze, na área do distrito de Mandlakazi, província de Gaza. C/23. Coordenada: lat. 24º 52',1S / long. 33º 53',5E. Carta Geográfica 1/250.000 (nova)/95". RAFAEL, op. cit., p.17; 119; 287. O significado indicado de "khokholo" e da expressão "bicharem ali dentro" constam na transcrição original da entrevista. Cf. também "khokholo (ri-ma) 1. cerca, fortificação de troncos de árvores. 2. forte, fortaleza. 3. castelo". SITOE, op. cit., p.114; LONGLE, op. cit., p.13-37; LIESEGANG (1974), op. cit., p.303-320; CUMBE, op. cit.

Pouco depois dessa guerra, o alferes e Comandante Militar do Inharrime, Manoel Luiz Alvez, viajou "*às terras que pertenceram ao regulo Binguane [Binguana], e que hoje se acham ocupadas pelo grande potentado vátua Gongunhana*" e escreveu um relatório que apresentou ao Governador do Distrito de Inhambane. A cada passo de sua aproximação, todos confirmavam que "*as forças do regulo Binguane [Binguana] haviam sido batidas pelas forças vátuas, que as cercaram na aringa [campo fortificado] principal, sendo morto o próprio regulo, mas salvando-se o filho que lhe deve suceder*".⁵⁷² O seu paradeiro era ainda desconhecido - "*Esperanhana fugiu, ignorando-se para onde*", "*grande parte das forças que estavam na aringa se dispersaram, por falta de quem as comandasse*" e, no entanto, "*a gente do Binguane [Binguana] não está abatida apesar da derrota que sofreu e ate mostra um certo orgulho* (expresso também nas entrevistas do Arquivo Histórico de Moçambique) *por tanto ter feito*":

Realmente, os proprios vatuas lhe fazem justiça, dizendo que o cerco da aringa se prolongaria por muitíssimo tempo, não sabendo quem venceria, se a agua não faltasse d'entro d'ella, pois mantimentos havia para muitos mezes, e as forças do Gongunhana não se atreviam a atacar a aringa, por já terem sido muitas vezes repelidas com grandes perdas. (...) as forças que estavam na aringa romperam o cerco muitas vezes, já para mandarem emissários ao governo, já para irem buscar agua e ate para chegarem quazi ao curral do Gongunhana em Solú [lagoa Sule], e ataca-o no seu acampamento.⁵⁷³

A falta da água havia definido o desfecho do confronto, mas "*os secretários do Binguane [Binguana]*", com quem o alferes se encontrou, ressaltavam ainda outro ponto decisivo, observando que "*o Gongunhana principiou o matar-lhe gente*

⁵⁷² "povoação (...), murada de troncos entre palissadas, difficil de assaltar". ORNELLAS, Ayres de. *Raças e línguas indígenas em Moçambique: memória apresentada ao Congresso Colonial Nacional*. Lisboa: A Liberal, Officina Typographica, 1901, p.58.

⁵⁷³ "Relatório da viagem feita ao acampamento do potentado Gongunhana nas terras do Binguane, em novembro e dezembro de 1889", assinado por Manoel Luiz Alvez, "alferes em comissão", e endereçado ao Governador do Distrito de Inhambane. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca4. Caixa 52.

logo que passa[ra]m o rio Chicome [Chicomo]"; "que elles supportaram tudo até ir ordem do Governo para se defenderem, e que logo que souberam [d]essa ordem atacaram o Gongunhana conforme as suas forças lh'o permittiram, mas que já era tarde, porque a derrota do Binguane [Binguana] principiou no dia em que os vátuas atravessaram o Chicome [Chicomo] sem resistência": "a verdade é que a opinião de quase todos os régulos pertencentes á Corôa, é que quem venceu o Binguane [Binguana] não foram as forças vátuas, mas sim as ordens dadas pelo governo para que deixasse o Gongunhana entrar e passar as suas terras sem o hostilizar".⁵⁷⁴ A autorização para agirem veio apenas no momento em que a poeira em movimento, confundida com a agitação dos bois, preanunciava já a aproximação daqueles que "tinham ngundu" à cabeça.⁵⁷⁵

Em meio às "queixas" sobre o "abandono a que o governo os tinha votado", os "secretários" contaram que "o regulo Binguane [Binguana], quando foi morto pelos vátuas achava-se com a cabaya [cabaia] vestida" - "especie de toga vermelha, e que aqui representa a auctoridade suprema dos chefes das terras da corôa"⁵⁷⁶ - e que Esperanhana "não se punha sob a proteção das autoridades portuguesas por temer que estas os entregassem ao Gongunhana". Ele não era o único vagando por tempos incertos: ao seguir para o acampamento do inkosi "com o fim de o intimar a não continuar aquella [ofensiva], quer contra o Binguane [Binguana], quer contra os

⁵⁷⁴ Ibidem. "...Sua Excellencia o governador ao officio urgente de Vossa Excellencia que acaba de receber da-me a honra de lhe dizer que fica sciente do seu contheudo rogando a Vossa Excellencia que por quem julgue competente mande ordens terminantes aos regulos afrontados no seu officio e ainda a outros que tentam armar-se que pelo governo geral da provincia lhes é expressamente prohibido o baterem os vatuas, e que se o fizerem, allem de não terem apoio algum do governo serão severamente castigados...". Officio da Secretaria do Governo do Distrito de Inhambane ao presidente da "Commissão da divisão das terras da corôa em prasos", o coronel João Antonio Fornasini, em 18 de agosto de 1889.

⁵⁷⁵ Entrevista com Machotilane; Filipe Xikonela; e José Manjengue. Entrevistador(es): Dr. Gerhard Liesegang. Local: Magude. Província: Gaza. Data: 7/8/69. Estado de gravação: Normal. Lado: A. Cassete nº - Entrevista nº 1. Línguas: tsonga. Tradutor: Albino Dimene. Transcritor: Albino Dimene - Arquivo Histórico de Moçambique. Coleção de Fontes Orais da História. Fundo Gaza. Caixa 02. Gz.10 a Gz.16.

⁵⁷⁶ LONGLE, op. cit., p.26. Cf. também DALGADO, op. cit., p.158-160.

*outros régulos", o alferes ouviria de Gungunhana "que d'este [governo português] tinha recebido ordem por diversas vezes para fazer a guerra, e que se admirava de elle agora ser tão amigo do Binguane [Binguana]..."*⁵⁷⁷

5.9. "Que sejam repelidos todos que se dirigirem às nossas linhas"

Em março de 1891, as forças de Gungunhana se organizavam para outra investida - e não estavam sós. No dia 24 desse mês, o capitão português Antônio da Câmara Caphardo era nomeado pelo Governador do Distrito de Inhambane *"para desempenhar uma comissão de serviço importante nas terras do regulo Guambé"*, embora declarasse *"pessoalmente a Vossa Senhoria a minha incompetência para tal comissão por não possuir os conhecimentos necessários e indispensáveis para que ella se realizasse regularmente,"*

e a medida dos desejos do governo do districto que então solicitado pelo intendente geral de negocios indigenas em Gaza se dispôs a annuir a um pedido do Gungunhana, quando aquelle potentado se resolveu a castigar os muchopes de Vuca e de Manhandjule.⁵⁷⁸

Desde a segunda metade da década de 1880, coincidindo com a morte de Muzila e a sua sucessão por Gungunhana, o governo português vinha buscando habilitar a assinatura de tratados de vassalagens com os *inkosis* como documentos formais e comprovativos de domínio, depois que a Conferência de Berlim (1884-1885) acirrou as disputas envolvendo territórios africanos. O primeiro foi firmado em 1861, no contexto do conflito entre Muzila e Mawewe, mas sem resultar na

⁵⁷⁷ "Relatório da viagem feita ao acampamento do potentado Gongunhana nas terras do Binguane, em novembro e dezembro de 1889", assinado por Manoel Luiz Alvez, "alferes em comissão", e endereçado ao Governador do Distrito de Inhambane. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca4. Caixa 52.

⁵⁷⁸ Relatório de Antônio da Câmara Caphardo, incumbido de missão "nas fronteiras de Guambé", apresentado ao Governador do Distrito de Inhambane, em 19 de abril de 1891. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca4. Caixa 52.

ascendência esperada (particularmente pelo Governador do Distrito de Lourenço Marques que autorizou as populações consideradas avassaladas pela Coroa portuguesa a participarem da guerra, tal como os caçadores de negociantes de marfim, entre eles Diocleciano Fernandes das Neves e Ignacio José de Paiva Raposo⁵⁷⁹), um segundo documento passou a ser encaminhado junto a Gungunhana, pouco depois da morte de seu pai.⁵⁸⁰

Nesse último tratado de vassalagem, com data de 12 de outubro de 1885, determinava-se que

...3º Junto ao regulo **Gungunhana** haverá um delegado do governo português, denominado residente-chefe, para o aconselhar na fôrma de administrar o paiz, e na resolução das questões que porventura se levantem entre a sua gente e os subditos portugueses; 4º Nas povoações principaes do territorio em que o regulo **Gungunhana** exerce jurisdição, e principalmente n'aquellas que confinam com os districtos de Lourenço Marques, Inhambane e Sofála, haverá residentes subordinados ao residente-chefe, para exercerem sobre as auctoridades locais, dependentes do referido regulo, a tutela a que se refere o artigo precedente...⁵⁸¹

A transferência do *inkosi* para o Bilene havia sido já acompanhada por um residente-chefe designado em 1885, José Casaleiro d'Alegria Rodrigues, com a função de "*o aconselhar na fôrma de administrar o paiz*", como previa o documento. Em 1890, o cargo de "*residente-chefe*" foi substituído pelo de "*intendente geral dos negócios indígenas*", ao qual se vinculavam outros seis como subordinados de jurisdição local.⁵⁸² Em 1891, à nomeação de Antônio da Câmara Caphardo "*para desempenhar uma comissão de serviço importante nas terras do regulo Guambé*", José Joaquim de Almeida ocupava o cargo de intendente e era ele que, juntamente

⁵⁷⁹ Cf. capítulo 4.

⁵⁸⁰ SANTOS (2007), op. cit., p.65-150.

⁵⁸¹ *Condições do Acto de Vassalagem do Regulo Gungunhana á Coroa Portuguesa*. Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, em 12 de outubro de 1885. Arquivo Histórico Ultramarino. Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar. Direção Geral do Ultramar. 1ª Repartição. Moçambique. 1886. nº de ordem: 1329. Pasta 8. Os destaques, em negrito, constam no documento original. Cf. também SANTOS (2007), op. cit., p.150-152.

⁵⁸² SANTOS (2007), op. cit., p.122-168.

com o Governador do Distrito de Inhambane, anuía ao pedido de Gungunhana para castigar "*os muchopes de Vuca e de Manhandjule*".⁵⁸³

No ofício que escreveu ao Comandante Militar Interino do Inharrime, em 28 de março desse mesmo ano de 1891, Antônio Caphardo explicou ter

instrucções para fazer reunir todas as forças de caçadores das terras [desse comando] e logo que uma parte d'ellas esteja reunida, transportar-me ás terras do Guambé, onde Vossa Senhoria deverá reunir-se me prestamente com as forças que se poder reunir n'este commando [para] ali prestarem o serviço que eu lhes determinar. N'este sentado pois queira Vossa Senhoria dar com urgencia as ordens que julgar convenientes a fim de que a junção das forças se ache com a maior prontidão possível, dando-me conhecimento logo que uma parte d'ellas esteja reunida para eu seguir para Guambé para onde deve acompanhar o interprete do commando Mamude Abdulá. Vossa Senhoria outrossim fará as possiveis diligencias para com as forças referidas seguir com a maxima brevidade para aquelle ponto levando todas as bandeiras nacionaes que tiver em seu poder.⁵⁸⁴

Na correspondência seguinte, Antônio Caphardo solicitou "*providências para que as forças de Inhanombe que se apresentem nas fronteiras de Guambé estejam devidamente municadas, visto muitos dos caçadores das referidas forças não terem cartuchame*".⁵⁸⁵ Ele já se encontrava formando, então,

a linha de vigilancia que vou estabelecer para evitar que os muchopes batidos e perseguidos pelas forças do Gungunhana se refugiem nas terras que as mesmas forças não devem [entrar]. O rio Inharrime que é a linha divisória das terras dos muchopes e que devem ser batidos terá a sua margem esquerda guarnecida pelas forças sob as minhas ordens na extensão compreendida desde as terras de Guambé grande até as proximidades do Commando militar do Inharrime, ficando recomendada especial vigilancia os pontos correspondentes ás povoações de Guambé

⁵⁸³ Relatório de Antônio da Câmara Caphardo, incumbido de missão "*nas fronteiras de Guambé*", apresentado ao Governador do Distrito de Inhambane, em 19 de abril de 1891. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca4. Caixa 52.

⁵⁸⁴ Cópia das instruções enviadas por Antônio da Câmara Caphardo, incumbido de missão "*nas fronteiras de Guambé*", ao Comandante Militar de Inharrime, em 28 de março de 1891. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca4. Caixa 52.

⁵⁸⁵ Cópia de ofício encaminhado por Antônio da Câmara Caphardo, incumbido de missão "*nas fronteiras de Guambé*", ao Comandante Militar Interino de Inharrime, em 29 de março de 1891. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca4. Caixa 52.

grande, Guambé pequeno e Mocumby [Mocumbi], por onde habitualmente se passa para aquém do rio e por onde naturalmente os muchopes hão de tentar passar quando perseguidos.⁵⁸⁶

Tudo pronto, Antônio Caphardo avisou ao intendente que podiam "*entrar em campo as forças de Gungunhana*".⁵⁸⁷ Mas assim que saiu o ofício, uma preocupação passou a atormentá-lo e, por esse motivo, ele escreveu novamente ao intendente:

Em additamento ao meu officio "E" de hontem e para aclarar um equivoco que me parece haver nas instrucções que tenho do governo de Inhambane em se denominar n'ellas unica e uniphormemente por muchopes quando se referem naturalmente aos muchopes de Vuca, povo que segundo o officio de Vossa Excellencia numero cento e sessenta e três são os que devem ser batidos e não outros e sendo certo que sob a denominação de muchopes se compreende também os Zavallas [Zavala] e Guilúndus [Guilundu], etc. convem ficar claro e precisamente definido que os muchopes a que os meus officios se referem são necessariamente os de Vuca e de Manhandjule que são também os que Vossa Excellencia menciona no seu citado officio, embora as instrucções do Governo de Inhambane não distinga sobre este ponto. N'estas condições pois é de crer que todos os muchopes que não forem de Vuca sejam respeitados pelas forças vátuas - Esta declaração que julgo desnecessária a Vossa Excellencia entendo contudo dever fazer, para evitar então responsabilidades d'algum facto menos correcto a que porventura possa dar lugar a minha correspondência que tem de ser rigorosamente apreciada pelo Governo de Inhambane. Deus Guarde a Vossa Excellencia. Povoação de Guambé pequeno, trinta e um de março de mil oitocentos e noventa e um. - Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Intendente Geral de negocios indigenas em Gaza. (a) Antônio da Camara Caphardo - capitão.⁵⁸⁸

Dias se passaram sem a confirmação do Intendente de que só os de "*Vuca*" e os de "*Manhandjule*" é que seriam "*batidos*" pelas "*forças vátuas*" (e não todos os "*muchopes*", incluindo aí os de "*Zavalla*" [Zavala] e os de "*Guilúndu*" [Guilundu]) e

⁵⁸⁶ Cópia de ofício encaminhado por Antônio da Câmara Caphardo, incumbido de missão "*nas fronteiras de Guambé*", ao Intendente Geral de Negócios Indígenas em Gaza, em 30 de março de 1891. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca4. Caixa 52.

⁵⁸⁷ Ibidem.

⁵⁸⁸ Cópia de ofício encaminhado por Antônio da Câmara Caphardo, incumbido de missão "*nas fronteiras de Guambé*", ao Intendente Geral de Negócios Indígenas em Gaza, em 31 de março de 1891. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca4. Caixa 52.

quando, finalmente, um novo ofício chegou, o seu conteúdo contrariava o entendimento de Antônio Caphardo:

Illustrissimo Senhor - Em resposta aos seo officio "E" cuja recepção accuso, devo dizer-lhe o seguinte: 1º. Que no meu officio 163 dirigido ao Governo de Inhambane, não tratava apenas dos muchopes de Vuca, mas tambem dos de Manhandjule. 2º. Que não me parecendo facil reconhecer a naturalidade de quaesquer individuos que de Gaza quiserem passar para além das nossas linhas de fronteira, acho mais acertado que sejam repelidos por nós todos aqueles que a ellas se dirigem, qualquer que seja a terra vátua a que pertençam. 3º. Que reputo desnecessária e que julgo incorrecta a declaração que consta do segundo período de seu officio pois que Vossa Senhoria nada tem que importar-se com a conducta das forças vátuas (...). Estou persuadido que Sua Excellencia o Governador do Districto pensa commigo e que não quererá saber se os vátuas batem apenas os muchopes mencionados ou também os de Matimbe, Mangunde etc. 4º. Que fiz ser sujeito todas as recomendações que me pareceram necessárias. 5º. Que as forças largam d'esta povoação amanhã pela madrugada. Deus Guarde a Vossa Senhoria. Acampamento da Expedição em Violante, cinco de abril de 1891. Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Capitão Antônio da Camara Caphardo. - O Intendente Geral (ass.) José de Almeida.⁵⁸⁹

A posição do intendente, declarando que "*Vossa Senhora nada tem que importa-se com a conducta das forças vátuas*" e que também o Governador "*não quererá saber se os vátuas batem apenas os muchopes mencionados*" ou outros, notadamente surpreendeu Antônio Caphardo:

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor - Em resposta ao seu officio 202, cuja resposta accuso, devo dizer-lhe o seguinte: 1º. Que conquanto no officio d'essa intendência se falle dos muchopes de Vuca e de Manhandjule, não faz contudo menção de outros quaesquer muchopes que as forças vátuas tivessem de bater e das quaes era conveniente e mesmo necessário eu saber para poder regular a maneira de proceder para com todos aquelles a quem deveria consentir ou não entrada livre nas fronteiras guarnecidas pelas forças sob as minhas ordens, e quais as que deverião ou não ficar prisioneiras quando fugitivos se apresentassem n'essas fronteiras. 2º. Que precisamente no momento de eu receber o officio d'essa intendência nº 202 a que respondo foram retidos na fronteira os prisioneiros que n'esta data entrego aos enviados de Gungunhana e que por ser gente do regulo Bia, como mais tarde

⁵⁸⁹ Cópia de informe assinado por José de Almeida, Intendente Geral de Negócios Indígenas em Gaza, e encaminhado a Antônio da Câmara Caphardo, incumbido de missão "*nas fronteiras de Guambé*", em 05 de abril de 1891. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca4. Caixa 52.

indaguei, teria-os deixado passar livres pela comunicação constante do nº 3 do citado officio não ficasse eu sabendo pela primeira vez que as forças vátuas podiam bater os muchopes que ellas bem entendem e que os nomes de Vuca e de Manhandjule mencionados no seu officio d'essa intendência nº 163 pouco ou mesmo nada significavam para as instrucções que tenho no serviço de vigilancia que pelo governo de Inhambane me foi [incumbido] nas fronteiras do regulo Guambé. 3º. Que sendo eu official de tropas regulares e disciplinadas nos princípios, leis, costumes e hábitos de militares de um pais conhecido e culto, seria indesculpável vaidade da minha parte ter pretensões a imputar-me com a barbara e condemnavel conducta das forças vátuas, de quaes só dizem ser commandadas e dirigidas por selvagens taes como aquelles de que ellas se cumprem, e que se falei n'ellas foi unicamente porque as suas operações tinham relação com o serviço de que eu estava encarregado - 4º. Que não julgo incorreta a declaração constante do segundo período do meu officio "E", pois que essa declaração com quanto desnecessária a essa intendência, como eu próprio disse no mesmo officio, tenha apenas por fim ractificar um engano que me parece haver eu commettido, quando nos meus officios antecedentes, tratando de muchopes não distingi como convinha os nomes do que segundo o officio de Vossa Senhoria nº 163 tinham de ser batidos d'aquelles que não o deviam ser, e tanto menos regular ainda que ella longe de prejudicar a *ilegível* das causas tinha antes evitar algum facto *ilegível* a que em meus officios poderiam por ventura dar lugar. 5º. Que se Vossa Excellencia está persuadido que Sua Excellencia o governador do districto pensa consigo em não querer saber se as forças vátuas batem unicamente os muchopes mencionados no officio nº. 163 ou também os de Matimbe, Mangunde etc. - entretanto não acontece infelizmente comigo que tenho por dever de cumprir unica e rectamente o que elle me tivesse indicado, sem querer saber ou persuadir-me o que elle pensa e com quem. 6º. Finalmente que sciente que em resposta á minha correspondência tenham me sido por Vossa Excellencia dirigidos officios em termos ásperos sem delicadeza nem urbanidade, importando censuras, procedimento tanto mais para *ilegível* quando é certo que Vossa Excellencia não tem tido de mim, quer official quer particularmente, senão *ilegível* de muito *ilegível* e comunicações. Deus Guarde a Vossa Excellencia. Acampamento na Povoação de Inguluculo, onze de abril de mil oito centos e noventa e um. - Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Intendente Geral de negocios indigenas em Gaza. (a) Antônio da Camara Caphardo - capitão.⁵⁹⁰

Logo que recebeu o officio do Intendente, Antônio Caphardo ordenou que as

"*forças em vigilancia*" repelissem "*quantos alli se apresentassem*", para ainda assim

⁵⁹⁰ Cópia de officio encaminhado por Antônio da Câmara Caphardo, incumbido de missão "*nas fronteiras de Guambé*", ao Intendente Geral de Negócios Indígenas em Gaza, em 11 de abril de 1891. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca4. Caixa 52.

observar em seguida: "*salvo os Zavallas, os Guilundus e outros povos avassalados*".⁵⁹¹ Nos dias seguintes, os "*vátuas*" se retiraram "*para as suas terras*" e Antônio Caphardo procedeu à "*contagem geral dos prisioneiros*" "*apanhados na fronteira*", entregando-os "*aos enviados do Gungunhana*". A "*linha de vigilância foi desfeita*", Antônio Caphardo partiu para a vila de Inhambane, mas a surpresa em descobrir que "*sob a denominação de muchopes se compreendia também os Zavallas, [e] Guilundus*" e de ter que impedir a passagem de ambos, tal de "*outros povos avassalados*", havia ficado na réplica ao intendente.⁵⁹²

De acordo com o professor Liesegang que consultou um manuscrito de Vincent Erskine, na biblioteca da Real Sociedade de Geografia, em Londres, aqueles que se identificavam como "*nguni*" empregavam o termo "*chope*", originalmente, com o significado de "*arqueiro*", em associação ao "*arco*" com que também lutavam populações de origens diversas, confrontando a projeção de domínio representada pela "*zagaia*" dos *inkosis* e seus guerreiros.⁵⁹³ Eram essas (e ainda outras) populações que, por dissociação, as autoridades portuguesas procuravam aproximar de si, em vínculo de vassalagem e predição de apoio e defesa às ofensivas que lhes enviavam os *inkosis* numa dinâmica de marcação da distinção como marcação de poder em sobredeterminação.

Como chefes "*avassalados*" à "*Coroa portuguesa*" e sob a sua proteção presumível (como anunciava João Loforte já nos últimos anos da década de

⁵⁹¹ Relatório de Antônio da Câmara Caphardo, incumbido de missão "*nas fronteiras de Guambé*", apresentado ao Governador do Distrito de Inhambane, em 19 de abril de 1891. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca4. Caixa 52.

⁵⁹² Ibidem.

⁵⁹³ *Five journeys of exploration in South Eastern Africa. From the original journals; presented to the Royal Geographical Society by Major Erskine. October 15th, 1890* apud LIESEGANG (1967), op. cit., p.05; 20-21; 239; 262.

1850⁵⁹⁴), soava provavelmente estranho a Caphardo que "*Zavalla*" [Zavala] e "*Guilundu*" [Guilundu] fossem incluídos com as suas populações em uma identificação que os deixava no campo de ação direta das forças de Gungunhana para serem "*batidos e perseguidos*" e, então, impedidos de passar por uma linha de defesa guarnecida com "*bandeiras nacionais*".⁵⁹⁵

Tanto "*Zavalla*" [Zavala] quanto "*Chilundú*" [Guilundu] se encontravam entre os "*regulos*" que, segundo o "*Coronel de Moçambique e Comandante das Terras*" em Inhambane, João Augusto Pereira Loforte, haviam pedido para dizer ao governador "*que fosse tomar conta das suas terras e de novo ali arvorar a bandeira portuguesa, porque elles já não podião nem querião obedecer ao Manicussa*".⁵⁹⁶ Nos "*Mappa[s] estatístico[s] das terras que pertencem á Corôa Portuguesa no terceiro Districto Militar da Provincia de Moçambique*", de 1863 e 1864, ambos são relacionados como avassalados, podendo apresentar mais de mil pessoas "*em ocasião de guerra*", com "*arco e frecha*" ou com "*arco e rodela [escudo]*".⁵⁹⁷ Em 1880, no entanto, "*Zavala*" era chamado de "*régulo rebelde*", com o governo de

⁵⁹⁴ Ofício do Comandante das Terras da Coroa, João Augusto Pereira Loforte, ao Governador do Distrito de Inhambane, Antonio Corrêa da Silva Leote, em 19 de setembro de 1856. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. AHU.DGU. 2ª Seção. Moçambique. Pasta 17. Capilha 04. Jacket 23.

⁵⁹⁵ Cópia das instruções enviadas por Antônio da Câmara Caphardo, incumbido de missão "*nas fronteiras de Guambé*", ao Comandante Militar de Inharrime, em 28 de março de 1891. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca4. Caixa 52.

⁵⁹⁶ Ofício do Comandante das Terras da Coroa, João Augusto Pereira Loforte, ao Governador do Distrito de Inhambane, Antonio Corrêa da Silva Leote, em 19 de setembro de 1856. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. AHU.DGU. 2ª Seção. Moçambique. Pasta 17. Capilha 04. Jacket 23.

⁵⁹⁷ Moçambique. Inhambane. Mappa estatístico das terras que pertencem á Corôa Portuguesa no terceiro Districto Militar da Provincia de Moçambique. *ANNAES do Conselho Ultramarino - parte não official - série V, dezembro de 1864*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868, p.77-79; Provincia de Moçambique. Noticias extrahidas dos Boletins Officiaes do anno 1865. Districto de Inhambane. Mappa estatístico das terras que pertencem á Corôa Portuguesa, no 3º districto militar da Provincia de Moçambique, referido ao dia 31 de dezembro de 1864. *ANNAES do Conselho Ultramarino - parte não official - série VII, novembro de 1866*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868, p.95-96.

Inhambane lhe enviando uma (segunda) guerra, comandada por João Loforte,⁵⁹⁸ e o seu nome sendo omitido entre os "*regulos tributarios á corôa de Portugal*", mencionados por Alfredo Augusto Caldas Xavier nesse mesmo ano.⁵⁹⁹

Conforme o próprio Caldas Xavier, a causa do conflito decorria exatamente do avassalamento coincidente de "*Zavala*" e "*Guilundu*":

O territorio geralmente chamado de Zavalla era no tempo do primeiro dos seus regulos, que nos foi sujeito, formado pelas terras que propriamente têm este nome e por outras de chefes sujeitos ao regulo, como Quissiqui, Mindú, Guillundú, Inhapallala, Muane e outros. Immediatamente á sujeição do regulo ao nosso dominio, diligenceou Guillundú obter das auctoridades d'aquelle tempo o ser considerado regulo das terras da corôa, procurando d'este modo readquirir a sua antiga independencia de Zavalla, á qual dizia ter direito. Ou porque as nossas auctoridades de então entendessem que as rasões allegadas pelo cabo eram attendiveis, ou por qualquer outro motivo que ignoro, foi Guillundú o mais pequeno dos tres primeiros chefes já indicados, sujeitos a Zavalla - unicos importantes pelas suas forças e grandeza das suas terras - declarado regulo das terras do districto, obtendo por este modo a sua desejada independencia. Não me parece que as nossas auctoridades tivessem procedido bem, attendendo a pretensão do Guillundú, quaesquer que fossem os motivos allegados, porque estes deviam referir-se certamente a factos anteriores á sujeição do regulo, então senhor de Zavalla, que voluntariamente se sujeitára aos portuguezes. Nenhumas vantagens ponderaveis nos podiam resultar de tal procedimento, que nos acarretou a má vontade de Zavalla, provocando ao mesmo tempo o odio d'este a Guillundú.⁶⁰⁰

Do mesmo modo que "*immediatamente á sujeição*", "*Guillundú*" [Guilundu] "*diligenciou*" para "*readquirir a sua antiga independência de Zavalla* [Zavala]", também este procurou as autoridades portuguesas após a sua "*vassallagem*", solicitando apoio para submeter outro dos muitos chefes que lhe eram associados e que tentara já vencer por duas vezes com o auxílio das forças de Manicusse - o

⁵⁹⁸ "Relatório da comissão encarregada de averiguar a verdade dos factos ocorridos na guerra contra os régulos rebeldes Mahumana (Zavalla), Mindú e Quiciqui", em 02 de fevereiro de 1880. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca4. Caixa 52; CUMBE, op. cit., p.36-37.

⁵⁹⁹ XAVIER, op. cit., p.481. Nem sempre o nome indicado correspondia à mesma pessoa: muito comumente se mantinha o nome do chefe da linhagem depois de sua morte, passando-se para aquele que o sucedia, como uma referência territorial. Cf. CUMBE, op. cit., p.37.

⁶⁰⁰ XAVIER, op. cit., p.489. Cf. também CUMBE, op. cit., p.13; 36-38.

mesmo que, segundo João Loforte, "*já não podião nem querião obedecer*".⁶⁰¹ Sob essa perspectiva, talvez a aproximação representasse não precisamente a busca de proteção nos termos expressos pelo "*Coronel de Moçambique e Comandante das Terras*" em Inhambane - o governo como um anteparo aos guerreiros dos *inkosis* -, mas um esforço de fortalecimento, fazendo reverter para si as hierarquias de poder com a instrumentalização da presença portuguesa, dela se aproximando ou se distanciando consoante o efeito esperado.

Conquanto formalmente avassalado, "*Zavalla*" era tido por "*rebelde*" no momento em que Antonio Caphardo formava a sua "*a linha de vigilancia*" junto ao rio Inharrime. O Governador do Distrito de Inhambane, Alfredo Brandão Cró de Castro Ferreri, acabava de tornar "*independentes do Zavalla [Zavala] dois cabos, seus subordinados, dando-lhes a Cabaia de régulos*": "*e o Zavalla para se vingar d'elles atacara-os, roubando, assassinando e incendiando o que podera da gente dos taes régulos Quiciqua [Quiciqui] e Mindú*".⁶⁰²

"*Sendo certo que sob a denominação de muchopes se compreende também os Zavallas*" (como observava Caphardo), é possível que o Intendente e o Governador se apropriassem do etnônimo para puni-los por sua "*rebeldia*", da mesma forma que, apoiando as "*forças vátuas*" com uma linha a "*repel[ir] todos aqueles que a ellas se dirigem*" - ou retardando a autorização para Binguana rebater o ataque do *inkosi* -, buscassem aprofundar antigas (e novas) clivagens, tal qual a percepção de vulnerabilidade em relação aos guerreiros, insistindo na mensagem para que se

⁶⁰¹ CUMBE, op. cit., p.35. Cf. também Moçambique. Operações militares no sertão de Inhambane. In: *ANNAES do Conselho Ultramarino - parte não official - série IV, julho de 1863*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868, p.62-64.

⁶⁰² Relatório apresentado pelo major Antonio Julio Pizarro ao Governador Geral da Província de Moçambique, em 8 de março de 1892. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca4. Caixa 52. Cf. também CUMBE, op. cit., p.31; 37-39.

mantivessem como "*súbdito[s] e protegido[s] da Corôa*", incluindo aí Guilundu.⁶⁰³ Em 1892, esse mesmo "*Zavalla*" (pai e filho, que nos "*mapas estatísticos*" da década de 1860 usavam "*arco*" e "*flecha*",⁶⁰⁴ mas que podiam empunhar igualmente "*rodela*s" [escudos], "*zagaia*s" e "*armas de fogo*"⁶⁰⁵) se encontrava refugiado "*nas terras do Gungunhana*": "*Foi isto o que succedeo agora*".⁶⁰⁶

5.10. Rotas cruzadas em territórios confederados: antigos e significativos vínculos como um eco de tempos já passados.

No final de 1893, poucos anos depois de Gungunhana ter se transferido do Mossurize para o Bilene, muitos outros começaram a chegar. Eles vinham das terras de Lobengula e fugiam de uma guerra, cuja origem remontava aos anos de 1880.⁶⁰⁷ Nessa época, e do mesmo modo que Augustus Law, Henri Depelchin, Karl Wehl, Joseph Hedley e Frans De Sadeleer se deslocavam por entre os rios Limpopo e Zambeze determinados a instalar estações missionárias, grupos cada vez maiores de ingleses abriam pontos de prospecção mineira na região. Tal como os já conhecidos padres jesuítas, seguiam para as povoações de Lobengula (e de Muzila) dispostos a obterem concessões de exploração, em especial após a descoberta de minas de ouro em Witwatersrand (na República Sul-Africana [*Zuid-Afrikaansche*

⁶⁰³ Cf. XAVIER, op. cit., p.522.

⁶⁰⁴ Moçambique. Inhambane. Mappa estatístico das terras que pertencem á Corôa Portugueza no terceiro Districto Militar da Provincia de Moçambique. *ANNAES do Conselho Ultramarino - parte não official - série V, dezembro de 1864*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868, p.77-79; Província de Moçambique. Noticias extrahidas dos Boletins Officiaes do anno 1865. Districto de Inhambane. Mappa estatístico das terras que pertencem á Corôa Portugueza, no 3º districto militar da Provincia de Moçambique, referido ao dia 31 de dezembro de 1864. *ANNAES do Conselho Ultramarino - parte não official - série VII, novembro de 1866*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868, p.95-96.

⁶⁰⁵ "*Relatório da comissão encarregada de averiguar a verdade dos factos ocorridos na guerra contra os régulos rebeldes Mahumana (Zavalla), Mindú e Quiciqui*", em 02 de fevereiro de 1880. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca4. Caixa 52.

⁶⁰⁶ Relatório apresentado pelo major Antonio Julio Pizarro ao Governador Geral da Província de Moçambique, em 8 de março de 1892. Arquivo Histórico de Moçambique. Fundo do Século XIX. Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca4. Caixa 52.

⁶⁰⁷ COELHO, op. cit., p.457-458.

Republiek ou ZAR]], em 1886. Entre eles, achava-se Charles Rudd, sócio e emissário de Cecil John Rhodes.⁶⁰⁸

Nascido na Inglaterra, Cecil Rhodes (1853-1902) chegou à Colônia britânica de Natal em setembro de 1870. No ano seguinte, ele partiu para Kimberley, onde trabalhou na escavação de campos de diamantes e estabeleceu, com Charles Rudd, uma companhia de mineração. Já em 1888, ele adquiriria uma participação importante nas minas de ouro em Witwatersrand e foi nesse mesmo ano que enviou Charles Rudd (acompanhado por James Rochfort Maguire e Francis Thompson) à povoação de Lobengula.⁶⁰⁹

Argumentando ter recebido uma completa e exclusiva concessão de exploração mineira de seu território, Rhodes obteve do governo britânico, em 1889, uma carta que atribuía à então formada *British South Africa Company*, amplos poderes de governo e administração sobre a região.⁶¹⁰ Em 1890, com a "*Coluna Pioneira*", Cecil Rhodes ocupou a área ao norte do território sob a ascensão de Lobengula e, com dificuldades para localizar depósitos significativos de ouro, iniciou contra ele um ofensiva formal em outubro de 1893, após um conflito envolvendo a posse de gado.⁶¹¹

Em função do conflito, muitos se retiraram para o Bilene, onde se encontrava Gungunhana. O vínculo do *inkosi* com Lobengula provinha dos contatos

⁶⁰⁸ "A failed mission, contesting colonial rule, and ecclesiastical developments". In: CREARY, Nicholas M. *Domesticating a religious import: the Jesuits and the inculturation of the Catholic Church in Zimbabwe, 1879-1980*. New York: Fordham University Press, 2011, p.23-31; GALBRAITH, John S. *Crown and charter: the early years of the British South Africa Company*. Berkeley: University of California Press, 1974, p.48-70; NDLOVU-GATSHENI, Sabelo J. "Mapping cultural and colonial encounters, 1880-1930s". In: RAFTOPOULOS, Brian; MLAMBO, Alois (eds.). *Becoming Zimbabwe: a history from the pre-colonial period to 2008*. Harare: Weaver Press, 2009, p.44-46.

⁶⁰⁹ TURRELL, Robert Vicat. *Capital and labour on the Kimberley diamond fields, 1871-1890*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p.73-120; SAUNDERS; SOUTHEY; SUTTIE, op. cit., p.218-219.

⁶¹⁰ GALBRAITH, op. cit., p.70-86; 255-258; 314.

⁶¹¹ COBBING (1976), op. cit., p.340-386; DOREY, Anne. *The Victoria incident and the Anglo-Matabele war of 1893*. Salisbury: Central Africa Historical Association, 1966; NDLOVU-GATSHENI, op. cit., p.47-53.

de Muzila, seu pai: Augustus Law e Henri Depelchin haviam observado "*guerreiros (...) Abagasas, trazendo solenemente a filha de Muzila*" para se unir a Lobengula, em setembro de 1879,⁶¹² e pouco antes da guerra, em 1893, ambos os centros de poder eram vistos como "*confederados por meio de casamentos cruzados*".^{613(XX)} Mas enquanto decorria a guerra na sequência da "*Coluna Pioneira*" e aqueles que eram ligados a Lobengula partiam para longe buscando refúgio em antigas associações, outros acabavam de chegar, fazendo a mesma viagem em sentido contrário.⁶¹⁴

Com a ocupação das terras ao norte do território de Lobengula por Cecil Rhodes, em 1890, os dirigentes da *East Central African Mission* - instalada por Erwin Richards no entorno da vila de Inhambane depois da visita a Muzila e da referência à provisão de pólvora "*como uma condição sine qua non para o nosso regresso*"⁶¹⁵ - olhavam a área de uma forma muito atenta.⁶¹⁶

⁶¹² "Lettre du P. Croonenberghs. Gubuluwayo, 5 juin 1880". In: *TROIS*, op. cit., p.02. (tradução livre)

⁶¹³ The Missionary Herald. Vol. LXXXVIII. - October, 1892. - Nº X. Matabele and Gaza lands. By Rev. Fred R. Bunker, of the East Central African Mission. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1892*. Boston: Press of Stanley and Usher, 1892, vol. LXXXVIII, p.401. (tradução livre) ^(XX) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

⁶¹⁴ The Missionary Herald. Vol. XC. - March, 1894. - Nº III. Editorial paragraphs. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1894*. Boston: Press of Stanley and Usher, 1894, vol. XC, p.96.

⁶¹⁵ AMERICAN, op. cit., p.18-19. (tradução livre)

⁶¹⁶ The Missionary Herald. Vol. LXXXVII. - June, 1891. - Nº VI. Notes from the wide field. Africa. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1891*. Boston: Press of Stanley and Usher, 1891, vol. LXXXVII, p.252-253; The Missionary Herald. Vol. LXXXVII. - July, 1891. - Nº VII. The development of the East Central African Mission. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1891*. Boston: Press of Stanley and Usher, 1891, vol. LXXXVII, p.274. "*Um pouco ao noroeste do antigo kraal de Muzila está a agora famosa região conhecida como Mashonalandia que, recentemente, passou para o controle da British South Africa Company. Esse é o novo 'Eldorado', sobre o qual são contadas histórias maravilhosas quanto à salubridade do clima, à fertilidade do solo, à diversidade dos seus produtos e, sobretudo, à sua riqueza mineral*". (tradução livre) ^(XXI) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

Em 1888, os missionários Francis Bates e George Wilder haviam procurado obter de Gungunhana (ainda em Mossurize) uma nova autorização (e talvez sem a exigência precedente) para se estabelecerem junto ao seu "*kraal*" ou em algum ponto sob a sua ascensão, mas a permissão lhes foi negada.⁶¹⁷ No ano seguinte, Gungunhana se transferiu com os seus guerreiros para o Bilene, fixando-se a poucos quilômetros de distância das estações da *East Central African Mission* (uma delas danificada em 1886, com o ataque do *inkosi* aos "*regulos sujeitos ao distrito de Inhambane*") e o seu campo de atuação missionária se tornaria de mais a mais circunscrito.⁶¹⁸

Assim, era também com muita atenção e interesse que os dirigentes da *East Central African Mission* recebiam as notícias de que "*o líder da British South Africa Company*", Cecil Rhodes, havia proposto que os missionários wesleyanos se instalassem no território ocupado - "*eles possuem muitos convertidos na África do Sul, os quais têm ido para o norte como colonialistas e mineiros, e isso lhes dá a primazia nos esforços para a evangelização dos nativos*" -, prometendo-lhes um subsídio de dois mil e quinhentos francos anuais.⁶¹⁹(XXII)

⁶¹⁷ The Missionary Herald. Vol. LXXXV. - February, 1889. - Nº II. The expedition to the kraal of Gungunhana, Gaza country. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1889*. Boston: Press of Stanley and Usher, 1889, vol. LXXXV, p.55-58.

⁶¹⁸ The Missionary Herald. Vol. LXXXVII. - July, 1891. - Nº VII. The development of the East Central African Mission. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1891*. Boston: Press of Stanley and Usher, 1891, vol. LXXXVII, p.274-276. Cf. também The Missionary Herald. Vol. LXXXIII. - March, 1887. - Nº III. Affairs in East Africa. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1887*. Boston: Press of Stanley and Usher, 1887, vol. LXXXIII, p.92 e HARRIES (2007), op. cit., p.88-89.

⁶¹⁹ The Missionary Herald. Vol. LXXXVII. - June, 1891. - Nº VI. Notes from the wide field. Africa. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1891*. Boston: Press of Stanley and Usher, 1891, vol. LXXXVII, p.253. (tradução livre) (XXII) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

Tal como os padres jesuítas, em 1879, (e, igualmente, Cecil Rhodes), os missionários da *East Central African Mission* sabiam da intersecção de fronteiras entre os centros de poderes de Lobengula e Muzila e, logo, começaram a considerar a possibilidade de se movimentarem na mesma direção:

se propôs que uma delegação da missão visitasse o rei Gungunhana na sua capital atual, perto da foz do rio Limpopo, e pedisse o seu consentimento para o estabelecimento de uma estação de missão perto do antigo *kraal* de Muzila, onde os Srs. Bates e Wilder encontraram Gungunhana em 1888. Mas, a partir de informações recebidas de pessoas que compreendem bem a situação, decidiu-se que o Sr. Wilcox e o Dr. Thompson deveriam seguir imediatamente, pelo caminho da Beira e do rio Pungwé, para escolher um local adequado, antecipando o consentimento de Gungunhana. No navio a vapor que os transportava para o norte, eles encontraram Cecil Rhodes, o primeiro-ministro sul-africano [desde 1890], que lhes garantiu toda a segurança e a promessa de um terreno de 3.000 acres no planalto além do antigo *kraal* de Muzila. Diz-se que esse distrito está agora sob a proteção britânica.⁶²⁰(XXIII)

Diante da proposta de Cecil Rhodes, em 1891, parecia aos missionários "*que o Senhor abri[a] a porta fechada por Gungunhana, em 1888, quando recusou aos Srs. Wilder e Bates a entrada em seu país*".⁶²¹(XXIV)

Em abril de 1893, os dirigentes da *American Board* já anunciavam a decisão de transferir a *East Central African Mission* para o Monte Selinda ("no planalto além do antigo *kraal* de Muzila" mencionado por Cecil Rhodes), onde a *British South Africa Company* lhes havia cedido uma extensa área.⁶²² As atividades da missão

⁶²⁰ The Missionary Herald. Vol. LXXXVIII. - January, 1892. - Nº I. Editorial Paragraphs. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1892*. Boston: Press of Stanley and Usher, 1892, vol. LXXXVIII, p.03. (tradução livre) ^(XXIII) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2. Cf. também SAUNDERS; SOUTHEY; SUTTIE, op. cit., p.218-219.

⁶²¹ The Missionary Herald. Vol. LXXXVIII. - October, 1892. - Nº X. Matabele and Gaza lands. By Rev. Fred R. Bunker, of the East Central African Mission. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1892*. Boston: Press of Stanley and Usher, 1892, vol. LXXXVIII, p.403. (tradução livre) ^(XXIV) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

⁶²² The Missionary Herald. Vol. LXXXIX. - April, 1893. - Nº IV. Editorial paragraphs. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1893*. Boston: Press of Stanley and

fundada junto à vila de Inhambane foram, oficialmente, encerradas nesse mesmo ano, com os membros restantes sendo igualmente removidos para a nova área.⁶²³

À medida que os conflitos entre as forças da *British South Africa Company* e de Lobengula avançavam para a guerra, com o decorrente deslocamento daqueles que lhes eram ligados em direção a Gungunhana, os missionários da *East Central African Mission* chegavam à região pela porta que "o Senhor" lhes havia aberto.⁶²⁴

Usher, 1893, vol. LXXXIX, p.128. Cf. também *The Missionary Herald*. Vol. LXXXVIII. - March, 1892. - Nº III. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1892*. Boston: Press of Stanley and Usher, 1892, vol. LXXXVIII, p.87; *The Missionary Herald*. Vol. LXXXVIII. - June, 1892. - Nº VI. A movement into Gazaland. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1892*. Boston: Press of Stanley and Usher, 1892, vol. LXXXVIII, p.232-234; *The Missionary Herald*. Vol. LXXXVIII. - November, 1892. - Nº XI. Annual survey of the work of the American Board, 1891-1892. By the Foreign Secretaries, Rev. N. G. Clark, D.D., and Rev. Judson Smith, D.D. [Presented at the Annual Meeting of the American Board, at Chicago, October 4, 1892.] Africa. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1892*. Boston: Press of Stanley and Usher, 1892, vol. LXXXVIII, p.458-459; *The Missionary Herald*. Vol. LXXXIX. - January, 1893. - Nº I. Letters from the missions. The Gazaland expedition. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1893*. Boston: Press of Stanley and Usher, 1893, vol. LXXXIX, p.25-26; *The Missionary Herald*. Vol. LXXXIX. - June, 1893. - Nº VI. The occupation of Gazaland. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1893*. Boston: Press of Stanley and Usher, 1893, vol. LXXXIX, p.222-224; *The Missionary Herald*. Vol. LXXXIX. - September, 1893. - Nº IX. Editorial paragraphs. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1893*. Boston: Press of Stanley and Usher, 1893, vol. LXXXIX, p.352.

⁶²³ *The Missionary Herald*. Vol. LXXXIX. - November, 1893. - Nº XI. The work of the American Board in Africa: an historical sketch. By Rev. Judson Smith, D.D. Foreign Secretary. [A paper from the Prudential Committee, for presentation at the Annual Meeting of the Board at Worcester, October 11, 1893.] IV. The East Central African Mission. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1893*. Boston: Press of Stanley and Usher, 1893, vol. LXXXIX, p.456-457; *The Missionary Herald*. Vol. LXXXIX. - November, 1893. - Nº XI. Annual survey of the work of the American Board, 1892-1893. By the Foreign Secretaries, Rev. N. G. Clark, D.D., and Rev. Judson Smith, D.D. [Presented at the Annual Meeting of the American Board, at Worcester, October 10, 1893.] Africa. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1893*. Boston: Press of Stanley and Usher, 1893, vol. LXXXIX, p.463-464.

⁶²⁴ *The Missionary Herald*. Vol. LXXXIX. - November, 1893. - Nº XI. Notes from the wide field. Africa. The Matabeles. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1893*. Boston: Press of Stanley and Usher, 1893, vol. LXXXIX, p.478-479; *The Missionary Herald*. Vol. LXXXIX. - December, 1893. - Nº XII. Editorial paragraphs. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1893*. Boston: Press of Stanley and Usher, 1893, vol. LXXXIX, p.512; *The Missionary Herald*. Vol. LXXXIX. - December, 1893. - Nº XII. Notes from the wide field. Africa. The Matabele war. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American*

Entre outubro e novembro de 1893, as tropas britânicas avançaram sobre o território de Lobengula, após confrontarem os seus regimentos. Tendo deixado a área de "*Gubuluwayo*", uma de suas primeiras povoações, Lobengula não foi mais encontrado.⁶²⁵ Com a morte de Cetshwayo, em 1879, (sendo as suas terras anexadas como Colônia Britânica da Zululândia⁶²⁶) e muito do que havia sido antes o centro de poder de Mswati II a caminho de se tornar um protetorado da República Sul-Africana [*Zuid-Afrikaansche Republiek* ou ZAR],⁶²⁷ decompunham-se muitos dos antigos e significativos vínculos que os guerreiros de Manicusse, de Mawewe e de Muzila haviam construído ao longo dos anos, alcançando Gungunhana já como um eco de tempos passados.

5.11. "*E viam-se distintamente os altos penachos nas cabeças, rodella no braço esquerdo, brandindo no direito as zagaias*"

Em setembro de 1894, outro conflito afluiria para Gungunhana, envolvendo, a princípio, dois importantes chefes de linhagens considerados avassalados ao governo português - Mahazule, da *Magaia* e Nwamantibyana, de *Mpfumu* - e o

Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1893. Boston: Press of Stanley and Usher, 1893, vol. LXXXIX, p.536-538; *The Missionary Herald*. Vol. XC. - March, 1894. - Nº III. Editorial paragraphs. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1894.* Boston: Press of Stanley and Usher, 1894, vol. XC, p.96; *The Missionary Herald*. Vol. XC. - April, 1894. - Nº IV. East Central African Mission. The mission established. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1894.* Boston: Press of Stanley and Usher, 1894, vol. XC, p.158-159.

⁶²⁵ COBBING (1976), op. cit., p.367-382; LINDGREN, Björn. Power, education, and identity in post-colonial Zimbabwe: the fate of king Lobengula of Matabeland. *African Sociological Review / Revue Africaine de Sociologie*. Dakar: Council for the Development of Social Science Research in Africa (CODESRIA), 2002, vol. 06, nº 01, p.56-58; PIKIRAYI, Innocent. "Research trends in the historical archaeology of Zimbabwe". In: JONES, Siân; HALL, Martin; FUNARI, Pedro Paulo A. (eds.). *Historical Archaeology: back from the edge*. Londres: Routledge, 2009, p.67-84.

⁶²⁶ LABAND; THOMPSON, op. cit., p.214-217; GUY (1994), op. cit., p.237.

⁶²⁷ MASHASHA, Francis J. The Swazi and land partition (1902-1910). *Collected Seminar Papers on the Societies of Southern Africa in the 19th and 20th centuries*. Londres: Institute of Commonwealth Studies, 1974, p.87-107.

Comandante Militar das Terras da Corôa em Angoane, um posto a cerca de quinze quilômetros da cidade de Lourenço Marques e próximo à estação missionária de Ricatla (ligada à *Mission des Églises Libres de la Suisse romande*), onde vivia Henri-Alexandre Junod.⁶²⁸

Missionário suíço, Henri-Alexandre Junod nasceu em 1863, em Chezard-Saint-Martin, uma antiga comuna em Neuchâtel, na fronteira da Suíça com a França. Na década de 1880, Junod completou os seus estudos em Teologia e, ainda em 1889, embarcou para Moçambique com a sua esposa, Emily Biolley, para se estabelecer em Ricatla.⁶²⁹ Nos anos seguintes, Junod manteve contato com a população do entorno, incluindo Mahazule e Nwamantibyana, e acompanhou a tensão crescente que resultaria no conflito de ambos com o comandante do posto militar em Angoane. Para ele, a falta de conhecimento em línguas africanas num cargo a ocupar a posição de "*corte suprema*" gerava, por si, uma série de atritos, mas havia outros:

uma [segunda] razão para o descontentamento dos nativos é o trabalho em corvéia, chamado "chibalo", que as autoridades

⁶²⁸ Henri A. Junod, Missionnaire. Couvet. 21 octobre 1896. *Des causes de la rebellion dans le District de Lourenço Marques. 1896*. University of South Africa. Archives and Special Collections. Junod Archives. HA Junod Collection. 9.5. Mozambique (1894-1920); ENNES, Antonio. *A guerra d'África em 1895: memórias*. Lisboa: Typographia do "Dia", 1898, p.20-21. "*As terras chamadas da Corôa, no districto de Lourenço Marques, estavam divididas em quatro circumscrições (...). O chefe, a quem estas circumscrições estavam subordinadas, era denominado commandante das terras da Corôa e este cargo era exercido por um official superior. A cada circumscrição correspondia um commando militar subalterno e as sédes deviam ser* Ressano Garcia *(sobre a linha ferrea de Lourenço Marques ao Transvaal); Stocolo, na curva descendente do Incomati; Magudo, acima d'aquelle segundo posto; e Macanda. A séde do commando geral era em Angoane ou Angoana...*". CAMPOS JÚNIOR, António. *Victorias d'África: a defeza de Lourenço Marques e as campanhas do valle do Incomati e do paiz de Gaza, 1894-1895*. Lisboa: Typ. Rua do Norte, 1896, p.122. Em Moçambique, a *Mission des Églises Libres de la Suisse romande* se tornaria mais conhecida como Missão Suíça e um importante estudo sobre a sua relação com o desenvolvimento do nacionalismo moçambicano é o da professora Teresa Cruz e Silva, da Universidade Eduardo Mondlane. Cf. CRUZ E SILVA, Teresa. *Igrejas protestantes e consciência política no sul de Moçambique: o caso da Missão Suíça (1930-1974)*. Maputo: Promédia, 2001.

⁶²⁹ HARRIES (2007), op. cit., p.27; 36; 79-80; 96. Cf. também Idem. The Anthropologist as historian and liberal: H-A. Junod and the Thonga. *Journal of Southern African Studies*. Oxford: Oxford University Press, 1981, vol. 08, nº 01, p.37-50; Idem (1988), op. cit., p.25-52; Idem. "Exclusion, classification and internal colonialism: the emergence of ethnicity among the Tsonga-speakers of South Africa". In: VAIL, op. cit., p.82-117.

portuguesas têm exigido nesses últimos anos. A vila de Lourenço Marques estava se desenvolvendo: o município possuía bons planos para asfaltar as ruas e, para isso, eram necessários trabalhadores. Foi pedido aos chefes que os fornecessem. Em geral, o governo pagava essa mão de obra à razão de um *shilling* por dia. Mas como os nativos ganham de dois a três *shillings* ou até mais em Joanesburgo, esses serviços de corveia não são nada apreciados. Além disso, se tornaram tão frequentes, sobretudo em Zihlahla [Mpfumu] e na Matola (áreas vizinhas da vila), que os nativos se cansaram. Eles se recusam a serem vendidos por seus chefes, declarando não terem tempo de consertarem as suas próprias casas. (...) Um belo sábado, os brancos chamaram o chefe Sigaulé [da Matola], a sua mãe e outros grandes [conselheiros] e os ameaçaram, dizendo: nós os manteremos presos até que os trabalhadores venham libertá-los. Se não vierem, nós os enviaremos à [ilha e capital da província] de Moçambique. Na quarta-feira seguinte, homens mais velhos (portando coroa de cera no alto da cabeça, como notáveis) chegaram e se ofereceram para resgatar o seu chefe. Os jovens continuavam a recusar o trabalho, declarando: *"acabamos de chegar da corveia, como poderemos retornar assim, de imediato?"* (testemunho do nativo Ch. G.). Acontecia, muitas vezes, de homens serem apreendidos em plena rua para serem colocados, à força, em trabalhos do governo (no transporte de água; em serviços diversos na Ponte Vermelha, ocupada pelas autoridades; na extração de pedras nos Montes Libombos; no transporte de pacotes aos residentes de Gaza). Finalmente, um grande trabalho de corvéia foi imposto a todo o país durante a primeira metade de 1894: o de abrir estradas de uma extremidade à outra do país, para ligar as capitais de cada um dos pequenos reinos ao posto militar de Angoane. A essa ordem logo se recusaram os de Maputo. Todos viram nisso uma medida estratégica, como se os brancos os intimassem a abrirem, eles próprios, as portas de seu país para as armas que os iriam submeter. (...) Mas a outra causa da rebelião, a grande causa, aquela que, mesmo sozinha, teria bastado para explicar como a paz do distrito foi perturbada, consiste no recrutamento forçado ou, dito de outro modo = a prisão nas ruas de nativos que, em seguida, são deportados para outros países como soldados. (...) Digamos, para evitar todo mal-entendido que muitos criminosos foram assim deportados, um caso totalmente diferente. Quando a falta é muito grave, os nativos reconhecem que a punição é justa e adequada. Quando ela é leve, eles teriam preferido que o culpado fosse aprisionado e solto ao fim da sentença, como têm visto acontecer no Transvaal, país dos Boers. Essas deportações, esse recrutamento forçado eram um fantasma terrível aos nativos (...). *"A razão pela qual estamos cansados dos brancos é porque eles nos agarram, em grande número, e nos enviam para outros países. Há muitos dos nossos que foram deportados. Eles nos chamam para os seus trabalhos na cidade. Nós lá vamos e, então, eles nos prendem! A mim mesmo, me disseram que iam me prender e me deportar"*. Estas palavras revelam ainda a outra causa da guerra, ou melhor, da resistência dos nativos em 1894: a maneira como os seus líderes foram tratados ou ameaçados. (...) O chefe desses clãs é o centro vivo da nação, a

representação da unidade nacional. Se ele desaparece, as pessoas andam como ovelhas sem pastor.^{630(XXV)}

Nesse contexto de "agitação" no Distrito de Lourenço Marques - de "trabalho em corvéia", "recrutamento forçado" e "deporta[ção] para outros países" - o Comandante Militar em Angoane reconheceu a "Mobvécha" [Moveja], primo de Mahazule, "uma porção considerável do território da Magaia". Após se opor à decisão, Mahazule foi intimado a comparecer em Angoane, porém "o medo de ser preso no tribunal e deportado, somado à certeza de que se resolveria o litígio de forma contrária ao que ele via como sendo justo, convenceu-o a permanecer em sua vila, do outro lado do rio Incomati".^{631(XXVI)}

Ao final de uma sequência de novas convocações, Mahazule decidiu se dirigir ao posto militar em 10 de julho de 1894 e, no entanto, o comandante se recusou a analisar o pedido de apelação, em função dos guerreiros que o acompanhavam como proteção. Dias se passaram. Quando a notícia para um encontro de discussão sobre as terras em litígio voltaram a circular, ela veio acompanhada da restrição de que deviam comparecer apenas os conselheiros de Mahazule ("considerados os seus instigadores"), e desarmados. Em 27 de agosto, na presença de Moveja, o comandante de Angoane reafirmou a primeira resolução, segundo Junod: os protestos dos conselheiros de Mahazule aumentaram, uma ordem de prisão lhes foi dada, mas, com a ajuda de outros que os acompanhavam, todos conseguiram sair do posto. Ainda nesse mesmo dia:

cerca de sessenta soldados brancos da polícia partiram para Angoane. A guerra já estava decidida. O governo tinha resolvido

⁶³⁰ Henri A. Junod, Missionnaire. Couvet. 21 octobre 1896. *Des causes de la rebellion dans le District de Lourenço Marques. 1896*. University of South Africa. Archives and Special Collections. Junod Archives. HA Junod Collection. 9.5. Mozambique (1894-1920). Os sublinhados constam no documento original. (tradução livre) ^(XXV) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

⁶³¹ Ibidem. (tradução livre) ^(XXVI) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

punir Mahazule: mas é óbvio que esta pequena tropa não era suficiente e, por isso, a atenção se voltou para os demais régulos em busca de forças auxiliares.⁶³²(XXVII)

Situado Nwamantibyana, de Mpfumu, "*o mais próximo dos acontecimentos, era natural que fosse ele o primeiro a ser chamado*", entretanto, não havia qualquer sinal de que estivesse "*disposto a obedecer*":

*"que mal fez Mahazule?", se perguntavam. "Se lhe reconhecêssemos uma falta, nós iríamos, como quando acompanhamos os brancos para forçar a Chidindja [Cherinda], Manyisa [Manhiça] e Ntimane a pagar o imposto. Hoje, não vemos qual é a falta pela qual deveríamos matar Mahazoule". Os conselheiros de Nouamantibyane [Nwamantibyana] estavam decididos a refutar a ordem do governo. Quanto ao chefe, ele compreendia, a despeito de sua juventude, a gravidade da situação. Não atender ao apelo do governo se constituía uma revolta. Era a guerra e ele a temia muito.*⁶³³(XXVIII)

Enquanto Junod começava a enfrentar as suspeitas de ter fomentado, com outros, "*a insurreição do país*",⁶³⁴ Mahazule e Nwamantibyana se aproximavam de Gungunhana para "*pedir protecção e prestar-lhe vassalagem*".⁶³⁵ Após um primeiro confronto, com a vitória das tropas do governo português, em 02 de fevereiro de 1895, "*as condições com que seria aceite a submissão*" foram encaminhadas a Gungunhana, principiando com a "*entrega [de Mahazule e Nwamantibyana] á auctoridade portugueza, para serem devidamente castigados*".⁶³⁶ O *inkosi*, entretanto, se negou.⁶³⁷

⁶³² Ibidem. (tradução livre) (XXVII) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

⁶³³ Ibidem. (tradução livre) (XXVIII) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

⁶³⁴ Ibidem (tradução livre); NORONHA, Eduardo de. *A rebelião dos indígenas em Lourenço Marques*. Lisboa: M. Gomes, 1894; CAETANO, Marcelo. *Campanhas de Moçambique em 1895: segundo os contemporâneos (as)*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1947, p.41-46. Cf. também HARRIES, Patrick. *Christianity in black and white: the establishment of protestant churches in Southern Mozambique. Lusotopie*. Paris: Karthala, 1998, p.317-333.

⁶³⁵ Ofício de Alfredo Ferreni, em Inhambane, ao Governador Geral da Província de Moçambique, em 01 de dezembro de 1894. Arquivo Histórico Ultramarino. Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. Direcção Geral do Ultramar. 1ª Repartição. Moçambique. Caixa 1893-1894. nº de ordem: 1336 - Pasta 15.

⁶³⁶ ENNES, op. cit., p.289-291.

⁶³⁷ Ibidem, p.375. Cf. também SANTOS (2007), op. cit., p.181; LIESEGANG (1967), op. cit., p.155.

Na sequência de outro combate, no início de setembro, a frente do governo português avançou em direção a Mandlakazi.⁶³⁸ Era essa a povoação de Gungunhana e onde havia se estabelecido, em 1893, Georges-Louis Liengme (1859-1936), um médico missionário suíço vinculado à *Mission des Églises Libres de la Suisse romande*, tal como Junod.⁶³⁹ De acordo com o próprio Liengme,

foi em 1892, que fiz a minha primeira visita ao Gungunhana. Um ano antes, ele tinha vindo de Mussapa [no Mossurize], na extremidade setentrional (do reino de Gaza) submetida à sua autoridade, para se fixar junto à lagoa Sule, no norte da foz do rio Limpopo. A sua primeira residência mal havia sido concluída quando ele decidiu abandoná-la e construir outra, mais adequada, a alguns quilômetros ao noroeste da lagoa. Contudo, várias de suas mulheres morreram e ele decidiu se afastar de suas muitas palhotas, para escapar dos maus espíritos. Os ossículos lhe designaram uma localização mais favorável, 40 quilômetros ao nordeste, sobre uma colina de areia rodeada por vastas florestas e uma planície pantanosa conhecida como Mangwaniane [Manguanhana]. Foi aí que eu o encontrei.⁶⁴⁰(XXIX)

No momento em que se acercavam as tropas portuguesas, Liengme viu chegarem os guerreiros de Gungunhana "*para receberem as instruções de guerra e serem aspergidos com um medicamento destinado a dar-lhes força e coragem, impulsionando-os para a vitória*".⁶⁴¹(XXX) Alguns vinham do trabalho das minas na República Sul-Africana [*Zuid-Afrikaansche Republiek* ou ZAR], porque desde maio de 1895, o *Office Native Labour*, em Joanesburgo, identificava, com preocupação, uma redução no número de trabalhadores imigrantes que voltavam "*para o leste*" conforme "*as autoridades portuguesas davam sinais de operações mais ativas e extensivas nas terras de Gaza*".⁶⁴²(XXXI) Em setembro, "*a fronteira oriental do*

⁶³⁸ ORNELLAS, op. cit., p.97-109.

⁶³⁹ HARRIES (2007), op. cit., p.28-29.

⁶⁴⁰ LIENGME, op. cit., p.99. (tradução livre) (XXIX) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2. Cf. também HARRIES (2007), op. cit., p.90. "*Manguanhana. Geografia. Lagoa de agua salobra no distrito de Chibuto, província de Gaza*". RAFAEL, op. cit., p.286. Sobre o uso de pequenos ossos de animais e seixos como predição, cf. SANTOS (2007), op. cit., p.74-79.

⁶⁴¹ LIENGME, op. cit., p.112. (tradução livre) (XXX) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

⁶⁴² Report of Native Labour Commissioner of the Witwatersrand Chamber of Mines for the year

Transvaal era guardada por corpos armados de Gungunhana, interditando a saída de nativos do país"⁶⁴³(XXXII) e muitos talvez se encontrassem reunidos agora em Mandlakazi, agrupados em torno do *inkosi* e posicionados "em linhas muito próximas" à espera de serem aspergidos, como observou Liengme na cerimônia:

O feiticeiro[/médico] entrava no círculo, com um maço de galhos à mão, acompanhado de dois assistentes, um deles segurando um grande pote com a famosa medicina. O médico mergulhava a sua espécie de vassoura no pote e, seguido também pelo outro que agitava um chocalho, aspergia todos os guerreiros, perguntando-lhes: "Você viu? Você viu?" A essa pergunta, cada um respondia: "Dzou! Dzou!" Repetia-se a aspersão no interior do círculo e, em seguida, o médico recomeçava todo o percurso, mas desta vez mantendo as mãos elevadas em direção ao exército, como um pastor que abençoa os fiéis. (...) Os chefes eram aspergidos à parte, no centro do círculo. O rei dava as ordens gerais e cada regimento era chamado pelo nome, deixando apressadamente as fileiras e entoando o canto de guerra. Eles davam uma ou duas voltas em torno de Gungunhana, que aproveitava para passar aos chefes as instruções mais especiais e particulares. O exército dispersava-se, para se reunir em um ponto mantido em segredo. Só então, as ordens do rei se tornavam conhecidas de todos. Aqueles que deviam atacar primeiro eram designados, bem como os regimentos de reserva, prontos a auxiliarem os que vacilavam. Quando o inimigo era visto, todos entoavam um canto de guerra e chegados à curta distância, lançavam no meio do exército oponente varas friccionadas com um preparo destinado a colocá-los em confusão. O ataque começava com a zagaia chamada "*chidyula*" - uma espécie de dardo destinado aos inimigos escolhidos como ponto de mira. Para a luta corpo a corpo, cada um escolhia o seu adversário e servia-se de uma zagaia maior, a "*nlekwana*". Uma terceira, "*honboula*", era destinada a abrir o ventre do inimigo derrubado e esmagar-lhe os intestinos.⁶⁴⁴(XXXIII)

Em 07 de novembro, os guerreiros entraram em combate com a tropa portuguesa, que vinha do comando militar de Chicomo em direção a Mandlakazi (ver mapa 14.), com o tenente Ayres de Ornellas (1866-1930) entre os seus

1895. In: WITWATERSRAND Chamber of Mines. South African Republic. *Seventh Annual Report for the year ending 31st December, 1895*. Johannesburg: Argus Printing and Publishing Company, 1896, p.42; 44. (tradução livre) (XXXI) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

⁶⁴³ Ibidem, p.54. (tradução livre) (XXXII) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

⁶⁴⁴ LIENGME, op. cit., p.113. (tradução livre) (XXXIII) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

oficiais.⁶⁴⁵ Foi nesse dia, às cinco horas da manhã, "*estando a coluna prompta, quando o coronel ia dar a voz de marcha*", que Ornellas

subitamente avist[ou] o inimigo pela face da guarda avançada ao mesmo instante preciso em que uma das patrulhas d'auxiliares chegava às faces do campo bradando: *impi Gungunhana!* A *impi* dos vatuas avançava magnificamente, sahindo do mato a 250 metros na nossa frente, n'aquele meio trote rapido que lhes é peculiar. E viam-se distintamente os altos penachos nas cabeças, rodella [escudo] no braço esquerdo, brandindo no direito as zagaia. Uma descarga da face da frente demorou-lhes o impeto, e quando minuto e meio depois rompia o fogo a nossa artilharia, que tivera que desingatar, a linha de fogo do inimigo abria-se em meia lua em volta de nós e n'uma extensão de 1500 a 1800 metros, respondido pelos nossos soldados primeiro com alguma precipitação depois com admiravel sangue frio, esperando a voz de fogo. À 3ª ou 4ª descarga o 1º ataque dos vatuas tinha sofrido um cheque. Então o fogo deles redobrou, dirigido contra os angulos da 4ª companhia que formava a face em frente da lagôa [de Coolela]; n'um instante, no angulo desta face com a guarda da rectaguarda; o major Machado e 10 homens eram postos fora de combate e o alferes Costa e Silva na guarda da rectaguarda; pouco depois o Costa era ferido ao centro da 4ª companhia. O sibilar das balas por cima das nossas cabeças era continuado e constante; quasi não houve carro que não tivesse o seu sinal de balla. Ao abrigo desse fogo intenso, os vatuas foram-se concentrando no mato em frente, do angulo da 4ª companhia com a guarda avançada, e atiraram-se á água da lagoa, e lançando-se aos saltos contra nós.⁶⁴⁶

Enquanto os guerreiros lutavam, Gungunhana se mantinha "*retirado na floresta*", com a "*médico da armada aspergindo-lhe um preparo destinado a dar, sem dúvida, a vitória aos seus regimentos*".⁶⁴⁷(XXXIV) Nesse ponto, reafirmava-se o vínculo indissociável do *inkosi* com os seus guerreiros, concentrado em se agregar em força aos que se achavam em campo, projetando-lhes a imagem de si e do próprio destemor desperto no momento em que eram eles próprios aspergidos.

⁶⁴⁵ ORNELLAS, op. cit., p.97-109. "*Chicomo. Geografia. Região na área do distrito de Inharrime, província de Inhambane. História. 1893 - Constitui área do 'Comando Militar de Chicomo' com a sede na povoação de Coguno (Boletim Oficial 10, de 1893)...*". RAFAEL, op. cit., p.96.

⁶⁴⁶ ORNELLAS, op. cit., p.109-110. "*Coolela. Geografia. Pântano na área do distrito de Mandlakazi, província de Gaza. Carta Geográfica 1/250.000 (antiga)/23. Coordenada: lat. 24º 37'S / long. 33º 57'E. Carta Geográfica 1/250.000 (nova)/95*". RAFAEL, op. cit., p.141.

⁶⁴⁷ LIENGME, op. cit., p.133. (tradução livre) (XXXIV) A versão original desse trecho de documento citado se encontra no Anexo 2.

Eles se dispunham em meia lua, "*atiravam-se com um soberbo impulso, (...) lançando-se aos saltos*",⁶⁴⁸ mas o ataque supunha uma dispersão consequente ao arrebatamento do primeiro choque, com o canto, as varas, os dardos (e as armas obtidas nas minas) buscando induzir a perturbação de sentidos para daí se passar "*à luta corpo a corpo*" e ao golpe final. Nesse ponto, é que se abria o abdômen, perfurando o estômago e irrompendo o intestino, referido por Liengme.⁶⁴⁹ Sob o sol, o corpo inerte rapidamente incha, em função dos gases que se expandem. Os guerreiros acreditavam que aí se encontrava o espírito se esforçando para sair e que era seu o dever libertá-lo do instante e da consequência da morte, sob o risco de ele próprio contrair "*i-Zembe*", com o seu corpo inchando e levando-o à loucura.⁶⁵⁰ A cada morte, um vínculo se criava entre o guerreiro e aquele de quem tirava a vida e, por isso, a indução primeira à dispersão, com o golpe sendo o último estágio da aproximação.

A coluna que avançava para Mandlakazi, no entanto, há muito se organizava para evitar qualquer recuo que lembrasse aquele de 1886: a caminho, Ayres d'Ornellas comprou, no Cabo da Boa Esperança, um livro muito significativo - *A queda de Lobengula*, com o qual aprenderia, em meio a outros, "*a technica (...) [e] sobretudo o espirito de tão especial guerra africana em que iamos de facto iniciar o Exercito Portuguez*" e, entre os meses de março e abril de 1895, viajaria à Colônia britânica de Natal e à República do Estado Livre de Orange, adquirindo cavalos para a guerra em curso.⁶⁵¹ Essa não era uma força que se dispersaria facilmente.

⁶⁴⁸ ORNELLAS, op. cit., p.109-110. "*Coolela. Geografia. Pântano na área do distrito de Mandlakazi, província de Gaza. Carta Geográfica 1/250.000 (antiga)/23. Coordenada: lat. 24º 37'S / long. 33º 57'E. Carta Geográfica 1/250.000 (nova)/95*". RAFAEL, op. cit., p.141.

⁶⁴⁹ LIENGME, op. cit., p.113. (tradução livre)

⁶⁵⁰ KNIGHT, Ian. *The anatomy of the Zulu army: from Shaka to Cetshwayo (1818-1879)*. South Yorkshire: Frontlaine Books, 2015, p.226. Cf. capítulo 4.

⁶⁵¹ ORNELLAS, op. cit., p.10; 50; 60-61; 68-76. Cf. também ENNES, op. cit., p.273. O livro mencionado por Ayres d'Ornellas é *The downfall of Lobengula: the cause, the history and effect of the Matabeli*

Entre os guerreiros de Gungunhana que lutaram contra as tropas de Ayres d'Ornellas estavam os "*Zinhone Muchope* [Mhlophe]" - "*os pássaros brancos*", que Paiva de Andrada havia encontrado em 1885, de "*escudos feitos com peles de bois brancos, (...) [e de] carneiros de comprida lã branca*", trazidas igualmente do trabalho nas minas.⁶⁵² Eram eles "*a guarda imperial do Gungunhana*", "*a [sua] sombra*".⁶⁵³

Em 07 de novembro de 1895, "*os pássaros brancos*" de Gungunhana foram derrotados. E o *inkosi* se dirigiu para Chaimite.⁶⁵⁴ Aí estava enterrado o seu avô Manicusse, visto pelo capitão William Owen às margens do rio Tembe, em outubro de 1822: "*Sua aparência era guerreira e tinha um efeito impressionante porque a linha extensiva movia-se pelas sinuosidades do caminho. Estando a grama molhada, conservavam o especial cuidado de manter os seus escudos mais ao alto, pois a umidade os tornaria inutilizáveis; as lanças anexadas a eles, sendo elevadas, eram vistas, muitas vezes, brilhando ao sol acima do cume do monte*".⁶⁵⁵

war, escrito por Leonard Thomas Collingridge e William Arthur Will a partir de relatos das tropas da *British South African Company* e publicado, originalmente, em 1894. Cf. COLLINGRIDGE, Leonard Thomas; WILLS, William Arthur *The downfall of Lobengula*. Bulawayo: Books of Rhodesia, 1971 [Rhodesiana Reprint Library. Volume Seventeen. Facsimile reproduction of the 1894 edition].

⁶⁵² ORNELLAS, op. cit., p.112; ANDRADA, op. cit., p.24-25.

⁶⁵³ ORNELLAS, op. cit., p.112.

⁶⁵⁴ SANTOS (2007), op. cit., p.181; CHILENGUE, op. cit., p.19-22. "*Chaimite*. Toponímia. Povoação importante na área da Sede do distrito do Chibuto, província de Gaza. Fica na margem esquerda do rio Limpopo, entre as povoações comerciais Chibabel e Chalacuana, esta na margem direita do rio. Carta Geográfica 1/250.000 (antiga)/23. Coordenada: lat. 24º 30',0S / long. 33º 18',9E. Carta Geográfica 1/250.000 (nova)/95. C.S./1.147. História. 1905 - Criação da povoação por Portaria 736, de 25 de Outubro". RAFAEL, op. cit., p.70.

⁶⁵⁵ OWEN, op. cit., p.100 (tradução livre); cf. capítulo 1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre 1893 e 1895, durante a sua estada em Mandlakazi, o médico missionário suíço Georges Liengme fez uma série de fotografias, hoje guardadas na seção Fototeca do Arquivo Histórico de Moçambique. Em uma delas, contendo no verso a anotação à mão (e originalmente em francês): "*o exército de Gungunhana recebe a medicina de guerra. Mandlakazi. 1895*", é possível observar um grupo de cerca de vinte jovens guerreiros, alguns sentados nas primeiras fileiras enquanto outros, um pouco atrás, ajoelham-se e erguem um pouco o tronco para não perderem o que se passa à frente.⁶⁵⁶

Todos os jovens guerreiros estão de costas para Liengme, que os fotografou em atenção plena, com seus olhos voltados para o centro da imagem, no qual se distinguem outros dois homens mais velhos, em pé e à direita: Gungunhana e o "*feiticeiro[/médico]*" que Liengme indicou no documento transcrito no final do capítulo cinco.⁶⁵⁷ Como um tronco de árvore obstrui um pouco a visão do que se passa no centro, algumas cabeças estão também levemente inclinadas para a direita. Por fim, no campo oposto onde se encontram os jovens, encontra-se o "*exército de Gungunhana*" reunido, mas muito distante do alcance das lentes de Liengme.

Se a intenção de Liengme era fotografar os jovens atentos, as duas figuras no centro e à direita ou o próprio exército (que reaparece em posição de receber a

⁶⁵⁶ Arquivo Histórico de Moçambique. Fototeca. Icon. 3608. Arm.05. Gav.10-A. (tradução livre) A fotografia mencionada encontra-se no Anexo 1, item 1.8.

⁶⁵⁷ LIENGME (1901), op. cit., p.113.

"*medicina de guerra*" em outra foto, novamente ao longe e fora de foco⁶⁵⁸) não se pode saber com certeza porque seus escritos não mencionam suas fotografias.⁶⁵⁹ Talvez fosse-lhe interdito acompanhar de muito perto a distribuição da "*medicina da guerra*" e a posição mais aceitável fosse aquela, pouco atrás dos jovens guerreiros.

Como missionário, Liengme não resistiu à tentação de se apropriar por meio de imagem daquilo que se passava à sua frente, compondo um material que, gerado por "*processos puramente físicos da estrutura ocular*", seria lido e conjugado a "*códigos representacionais*"⁶⁶⁰ "[*enquanto parte de*] *múltiplas estratégias de inferiorização*" nas relações coloniais.⁶⁶¹

A questão central, no entanto, é que apesar do esforço de Liengme em absorver e fixar o conteúdo daquele instante, algo lhe escapou no momento exato do disparo fotográfico. As duas figuras no centro para a qual toda a atenção do observador se volta naturalmente (devido à curiosidade de se descobrir o quê os jovens olham) estão em movimento e, por isso, uma delas perde a nitidez no registro enquanto a outra fica quase completamente encoberta pelo corpo de um dos próprios jovens à frente da câmara de Liengme.

Tal como na foto de Liengme, os guerreiros desprendiam-se dos enquadramentos de dominação e de subordinação com sua movimentação

⁶⁵⁸ Arquivo Histórico de Moçambique. Fototeca. Icon. 3597. Arm.05. Gav.10-A. A fotografia mencionada encontra-se no Anexo 1, item 1.7.

⁶⁵⁹ Cf. LIENGME (1901), op. cit.; Le suicide parmi les noirs. In: *Bulletin de la Société Neuchateloise de Géographie*. Neuchatel: Attinger Freres, 1895, tomo VIII, p.177-179; Notice de géographie médicale: quelques observations sur les maladies des indigènes des provinces de Lourenço Marques et de Gaza. In: *Bulletin de la Société Neuchateloise de Géographie*. Neuchatel: Attinger Freres, 1895, tomo VIII, p.180-191.

⁶⁶⁰ BARRADAS, Carlos. "Descolonizando enunciados: a quem serve objectivamente a fotografia?". In: VICENTE, Filipa Lowndes (org.). *O império da visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, 2014, p.448.

⁶⁶¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Edições Afrontamento, 2006, p.170 apud BARRADAS, op. cit., p.454.

incessante, integrando-se e fluindo em processos históricos muito amplos. Em diferentes confluências e travessias, os guerreiros alargavam as fronteiras de Gaza, em casamentos conduzidos ou ressignificando o trabalho nas minas da África do Sul pelo qual podiam extrair peles e penas de animais ou armas de fogo, manipulando os símbolos em sua linguagem própria. Enquanto se posicionavam, comunicavam valores e um modo de interpretar o mundo, "*no caminhar solene*" como uma "*guarda de honra*";⁶⁶² na "*bulha de rodella no matto*" anunciando presença⁶⁶³ ou portando "*altos penachos nas cabeças*", em guerra.⁶⁶⁴

A potencialidade do ato violento acompanhava, igualmente, esses movimentos e se inscrevia no ar de sua passagem, mas não era, de qualquer modo, vazia de significado: o guerreiro tinha a percepção de seu ato como legítimo, porque, com o matar, percorria-se o caminho mais perigoso e fundo da abjeção, confrontando o próprio aniquilamento por "*i-Zembe*", até ascender à mais alta magnificência pela cerimônia de purificação. Cada ato devia ser, portanto, pleno de significado, dirigido a alvos específicos, definido segundo o resultado projetado.

Colonos, governos e missionários observavam, assim, com desconcerto o recuo de guerreiros após o êxito em ataques, como escreveu Erwin Richards, em 1886: "*é impossível entender por que o inimigo não seguiu para a vila de Inhambane. Não havia um rifle entre eles e aquele ponto, e nenhuma resistência teria sido encontrada se tivessem tentado. Mas por alguma razão, eles não apareceram...*".⁶⁶⁵

⁶⁶² MZIKI, op. cit., p.121; "Lettre du P. Croonenberghs. Gubuluwayo, 5 juin 1880". In: *TROIS*, op. cit., p.02. (tradução livre)

⁶⁶³ Relatório enviado pelo alferes de Infantaria, Antonio de Souza Teixeira, ao Governador do Distrito de Inhambane, Antonio Corrêa da Silva Leotte, em 23 de setembro de 1856. Arquivo Histórico de Moçambique. Seção de Microfilmagem. AHU.DGU. Pasta 17. Documento 04. Jacket 16.

⁶⁶⁴ ORNELLAS, op. cit., p.109-110.

⁶⁶⁵ The Missionary Herald. Vol. LXXXIII. - March, 1887. - Nº III. Affairs in East Africa. *THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign*

Consubstanciados no *inkosi*, os guerreiros intervinham na relação dos *trekkers* com os portugueses, questionavam Vincent Erskine, o "*comissário especial*" do governo britânico, pressionavam Theophilus Shepstone a buscar alternativas à escassez de mão-de-obra, impunham condições *sine qua non* para o retorno de missionários e, porque atravessavam linhas em múltiplos contatos, estabeleciam contrastes e induziam a recomposições identitárias.

Fluindo por diferentes espaços e tempos, da experiência dos guerreiros se pode extrair a compreensão de intrincados processos históricos, interseccionados por sua presença e agência. A despeito das distâncias, os guerreiros integravam campos de poder, sustentando alianças e aproximações que faziam convergir para o *inkosi*. Era ele a projeção maior do ideal de força guerreira, centrada nas conexões de morte e, sobretudo, de vida.

♦Arquivo Histórico de Moçambique - Maputo, Moçambique.

1. Colecção de Fontes Orais da História.

. Fundo Gaza. Caixa 01. Gz.001 a Gz.009.

. *Estado de Gaza. Musindo Nkomo; Carolina Macamo.* 26.05.1980.

. *Tradições das chefaturas chopi. Gabriel Muchongolo Baúle (Bahule).*

14.06.1980.

. *Entrevista com Simone Dumangane Munguambe e Júlio Dumangane Munguambe.* 14.06.1980.

. *Entrevista com Dingane.* 25.05.1980.

. Fundo Gaza. Caixa 02. Gz.10 a Gz.16.

. *Entrevista com Josefa Bila.* 18.06.1980.

. *Tradições do Reino de Gaza. Yotasse Ndzakanini Ndove; Mona Mukhavele.*

09.08.1969.

. *Entrevista com Tomazi Ndonga Fuele.* 28.07, 11 e 14.08.1969.

. *Entrevista com Machotilane; Filipe Xikonela; e José Manjengue.* 07.08.1969.

. Fundo Gaza. Caixa 03. Gz.17 a Gz.29.

. *Entrevista com Ngomakuyu Manave.* 27.01.1978.

. *Entrevista com Filimone Mayexane e Moisés C. Machel.* 22 e 27.11.1969.

. *Entrevista com um grupo de velhos em Madragoa.* 15.12.1969.

2. Seção de Microfilmagem.

- . AHM A.3 G.2. Caixa 162.
- . AHM A.3 G.4. Caixa 169.
- . AHM A.3 G.5. Caixa 178.
- . AHM A.3 G.5. Caixa 182.
- . AHM A.3 G.8. Caixa 197.
- . AHM A.3 G.9. Caixa 207.
- . AHU.DGU. Pasta 01; 02; 06; 17.
- . AHU.DGU. 2ª Secção. Moçambique. Pasta 17.

3. Fundo do Século XIX.

- . Sofala - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca3. Caixa 17.
- . Sofala - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Cc1. Caixa 1.
- . Sofala - Governo do Distrito. Códice 11-87.
- . Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca1. Caixa 30.
- . Inhambane - Governo do Distrito. Sala 8. Estante Ca4. Caixa 52.
- . Lourenço Marques - Governo do Distrito. Sala 8. Caixa 128.

♦ **University of South Africa. Archives and Special Collections. *Junod Archives* - Pretória, África do Sul.**

- . HA Junod Collection. Subject Files 9.3-9.8.

- . 9.5. Mozambique (1894-1920).

1. *Des causes de la Rebellion dans le District de Lourenço Marques (1896).*

2. Correspondence and historical notes (1894-1896).

♦ **Pietermaritzburg Archives Repository, National Archives of South Africa - Pietermaritzburg, África do Sul.**

. NASA. NAB. SNA. Miscellaneous papers. 1886-1889. Volume I/1/96.

Minute Papers 7(1) (1881-1889). Letters 1-100 (1882). Letters 101-200 (1882). Volume I/1/52.

. NASA. NAB. CSO. Letters 4201-4400 (1888) [F1]. Volume 1198.

♦ **Arquivo Histórico Ultramarino - Lisboa, Portugal**

. Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar. Direção Geral do Ultramar. Moçambique. Correspondência de Governadores. Caixa 1837-1933; Caixa 1862: Pasta 28 - Nv.1310; Pasta 29 Nv.1311.

. Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar. Direção Geral do Ultramar. Moçambique. Correspondência de Governadores. 1ª Repartição.

. Caixa 1884: nº de ordem: 1327 - unid. inst.: cx-6; Caixa 1885-1886: nº de ordem: 1329 - pasta 8; Caixa 1887: nº de ordem: 1330 - pasta 9; Caixa 1888: nº de ordem: 1331 - pasta 10; Caixa 1889: nº de ordem: 1332 - pasta 11; Caixa 1890: nº de ordem: 1333 - pasta 12; Caixa 1891: nº de ordem: 1334 - pasta 13; Caixa 1892: nº de ordem: 1335 - pasta 14; Caixa 1893 e 1894: nº de ordem: 1336 - pasta 15; Caixa 1895: nº de ordem: 1337 - pasta 16.

. Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar. Direção Geral do Ultramar. Moçambique. Correspondência de Governadores. 1ª Repartição. 2ª Repartição e 3ª Repartição. Expedições de Paiva de Andrada. Caixa 1881-1889: nº de ordem: 1349.

A GUERRA dos reis vátuas do Cabo Natal, do Maxacane da Matola, do Macassane do Maputo e demais reinos vizinhos contra o Presídio da Baía de Lourenço Marques. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1995.

ALBUQUERQUE, Joaquim Augusto Mousinho de. *Livro das campanhas.* Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1935.

_____. *Relatório sobre a prisão do Gungunhana.* Lourenço Marques: Typographia Nacional de Sampaio & Carvalho, 1896.

AMERICAN Board of Commissioners for Foreign Missions. *Explorations for the mission to Umzila's kingdom, Southeastern Africa.* Boston: The Board, 1882.

ANDRADA, Joaquim Carlos Paiva de. A Manica e o Musila. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1882, 3ª série, nº 01, p.57-64.

_____. *Relatório de uma viagem às terras dos landins feita nos mezes de dezembro de 1884 e janeiro e fevereiro de 1885.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.

ANDRADE, Alfredo Freire de. Explorações portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane. Relatórios da Comissão de Limitação da Fronteira de Lourenço Marques (1891). *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1894, 13ª série, nº 05, p.295-391.

ANNAES do Conselho Ultramarino - parte não official (série III - outubro de 1862; série IV - fevereiro, julho de 1863; série IV - agosto de 1863; série V - julho, dezembro de 1864; série VII - maio, novembro de 1866). Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

ARRIAGA, Visconde da. *Lourenço Marques. Exame sobre o tratado relativo à baía e*

território de Lourenço Marques concluído entre Portugal e a Inglaterra em 30 de maio de 1879 pelo Visconde da Arriaga deputado às Cortes e ex-Governador Geral da Província de Moçambique. Lisboa: J. Allemand Frères / Typographia Lisboa, 1881.

BERTHOUD, Paul. Lourenço Marques. In: *Bulletin de la Société Neuchateloise de Géographie.* Neuchatel: Attinger Freres, 1895, tomo VIII, p.100-111.

BOTELER, Thomas. *Narrative of a voyage of discovery to Africa and Arabia; performed in his Majesty's ships Leven and Barracouta, from 1821 to 1826. Under the command of Capt. W. F. W. Owen, R. N.* Londres: Richard Bentley, 1835, 02 vols.

BOTELHO, Sebastião Xavier. *Memoria estatistica sobre os dominios portugueses na Africa Oriental.* Lisboa: Typographia de José Baptista Morando, 1835.

BRYANT, Alfred Thomas. *A Zulu-English dictionary with notes on pronunciation, a revised orthography and derivations and cognate words from many languages; including also a vocabulary of Hlonipa words, tribal-names, etc., a synopsis of Zulu grammar and a concise history of the Zulu people from the most ancient times.* Natal: The Mariannhill Mission Press, 1905.

_____. *Olden times in Zululand and Natal containing earlier political history of the Eastern-Nguni clans.* Cape Town: Struik, 1929.

BULLETIN de la Mission Suisse dans l'Afrique du Sud. Lausanne: Imprimeries Réunis, mai-juin 1935, tomo XLI, nº538, p.251-255.

CAETANO, Marcelo. *As campanhas de Moçambique em 1895 segundo os contemporâneos.* Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1947.

- CAMPOS JÚNIOR, António. *Victorias d'Africa: a defeza de Lourenço Marques e as campanhas do valle do Incomati e do paiz de Gaza, 1894-1895*. Lisboa: Typ. Rua do Norte, 1896.
- CAPELA, José (prefácio e notas). *Memória sobre a Província de Moçambique por Manuel Joaquim Mendes de Vasconcellos e Cirne*. Maputo: Arquivo Histórico Nacional/Universidade Eduardo Mondlane, 1990.
- CARDOSO, Antonio Maria. Expedição às terras do Muzilla (1882). *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887, 7ª série, nº 03, p.153-240.
- CASALIS, Eugène. *Les Bassoutos, ou vingt-trois années d'études et d'observations au Sud de l'Afrique*. Paris: Société des missions évangéliques, 1859.
- CASTILHO, Augusto de. Acerca de Lourenço Marques: perigos e deveres. Comunicação feita à Sociedade de Geographia de Lisboa na sessão de 1 de abril de 1895. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895, 14ª série, nº 06, p.535-563.
- CLEMENTE, Francisco d'Assis. *Le droit vatoua*. Lisboa: Imprimerie Nationale, 1892.
- COELHO, Trindade. *Dezoito annos em África: notas e documentos para a biographia do Conselheiro José d'Almeida*. Lisboa: Typographia de Adolpho de Mendonça, 1898.
- COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE. *Território de Manica e Sofala e a administração da Companhia*. Lisboa: Typographia da Companhia Nacional Editora, 1902.
- COSTA, Gomes da. *Gaza, 1897-1898*. Lisboa: Typographia e Photogravura C. Branco & Alabern, 1899.
- DOCUMENTOS relativos aos acontecimentos de Manica (setembro a dezembro de 1890)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.

- ELLENBERGER, David Frédéric. *History of the Basuto, ancient and modern*. Londres: Caxton, 1912.
- ELTON, James Frederick. Journal of an exploration of the Limpopo river. *Journal of the Royal Geographical Society of London*. Londres: Royal Geographical Society, 1873, vol. 42, p.01-49.
- ENNES, Antonio. *A guerra d'África em 1895: memórias*. Lisboa: Typographia do "Dia", 1898.
- ERSKINE, David. A journey to Umzila, in South Eastern Africa. *Proceedings of the Royal Geographical Society of London*. Londres: The Royal Geographical Society with the Institute of British Geographers, 1875, vol. 19, nºs I to VII, p.110-134.
- ERSKINE, Vincent Whitshed. Journey of exploration to the mouth of the river Limpopo. *Journal of the Royal Geographical Society of London*. London: The Royal Geographical Society with the Institute of British Geographers, 1869, vol. 39, p.233-276.
- _____. Journey to Umzila's, South-East Africa, in 1871-1872. *Journal of the Royal Geographical Society of London*. Londres: The Royal Geographical Society with the Institute of British Geographers, 1875, vol. 45, p.45-128.
- _____; MANN, Robert James. Third and fourth journeys in Gaza, or Southern Mozambique, 1873 to 1874, and 1874 to 1875. *Journal of the Royal Geographical Society of London*. Londres: The Royal Geographical Society with the Institute of British Geographers, 1878, vol. 48, p.25-56.
- FELICIANO, José Fialho; NICOLAU, Victor Hugo (eds.). *Memórias de Sofala: etnografia e história das identidades e da violência entre os diferentes*

- poderes no centro de Moçambique (séculos XVIII e XIX)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
- FRIPP, Constance E.; HILLER, V. W. (eds.). *Gold and the Gospel in Mashonaland 1888 being the journals of I. The Mashonaland Mission of Bishop Knight-Bruce. II. The concession journey of Charles Dunell Rudd*. Londres: Chatto & Windus, 1949.
- FUZE, Magemma M. *The black people and whence they came: a Zulu view*. Pietermaritzburg: University of Natal Press/Durban: Killie Campbell Africana Library, 1979.
- GARDINER, Allen F. *Narrative of a journey to the Zoolu country in South Africa*. Londres: William Crofts, Chancery Lane, 1836.
- GILMORE, Parker. *Through Gasa land, and the scene of the Portuguese aggression: the journey of a hunter in search of gold and ivory*. Londres: Harrison and Sons, 1890.
- GRANDJEAN, Arthur. Excursion sur la côte orientale de l'Afrique. Traduction libre et abrégée d'une série de causeries, publiées dans le "*Natal Mercury*" en juillet et août 1893. In: *Bulletin de la Société Neuchateloise de Géographie*. Neuchatel: Attinger Freres, 1895, tomo VIII, p.80-99.
- _____. La cartographie de la Province de Lourenço Marques. In: *Bulletin de la Société Neuchateloise de Géographie*. Neuchatel: Attinger Freres, 1900, tomo XII, p.316-341.
- _____. Le bassin du Nkomati et sa communication avec le Limpopo. In: *Bulletin de la Société Neuchateloise de Géographie*. Neuchatel: Attinger Freres, 1900, tomo XII, p.306-315.

- _____. L'invasion des zoulou dans le sud-est africain: une page d'histoire inédite. *Bulletin de la Société Neuchateloise de Géographie*. Neuchatel: Paul Attinger, 1899, tomo XI, p.63-92.
- HAEVERNICK, Heinrich Andreas. Os terrenos auríferos e carboníferos na República da África Austral (Transvaal). *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886, 6ª série, nº 03, p. 171-177.
- JEANNERET, Philippe. Les ma-khoça. In: *Bulletin de la Société Neuchateloise de Géographie*. Neuchatel: Attinger Freres, 1895, tomo VIII, p.126-155.
- JUNOD, Henri-Alexandre. L'art divinatoire ou la science des osselets chez les ronga de la Baie de Delagoa. In: *Bulletin de la Société Neuchateloise de Géographie*. Neuchatel: Attinger Freres, 1896-1897, tomo IX, p.57-83.
- _____. Une course au Tembé. In: *Bulletin de la Société Neuchateloise de Géographie*. Neuchatel: Attinger Freres, 1895, tomo VIII, p.112-125.
- _____. *Usos e costumes dos bantu. Tomo I: vida social*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1996.
- _____. *Usos e costumes dos bantu. Tomo II: vida mental*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1996.
- LESLIE, David. *Among the Zulus and Amatongas: with sketches of the natives, their language, and customs; and the country, products, climate, wild animals, &c. being principally contributions to magazines and newspapers*. Edinburgh: Edmonston & Douglas; London: Macmillan & Co. Glasgow / J. Maclehouse, 1875.
- LIENGME, Georges-Louis. Le suicide parmi les noirs. In: *Bulletin de la Société Neuchateloise de Géographie*. Neuchatel: Attinger Freres, 1895, tomo VIII, p.177-179.

- _____. Notice de géographie médicale: quelques observations sur les maladies des indigènes des provinces de Lourenço Marques et de Gaza. In: *Bulletin de la Société Neuchateloise de Géographie*. Neuchatel: Attinger Freres, 1895, tomo VIII, p.180-191.
- _____. Un potentat africain: Goungounyane et son règne. In: *Bulletin de la Société Neuchateloise de Géographie*. Neuchatel: Attinger Freres, 1901, tomo XIII, p.99-135.
- LONGLE, Armando. De Inhambane a Lourenço Marques. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885, 6ª série, nº 01, p.13-37.
- JORDÃO, Levy Maria [Visconde de Paiva Manso]. *Memória sobre Lourenço Marques (Delagoa Bay) pelo Visconde de Paiva Manso*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870.
- MACHADO, Joaquim José. Caminho de ferro de Lourenço Marques à fronteira do Transvaal. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1880, 2ª série, nº 01, p.67-104.
- _____. O caminho de ferro de Lourenço Marques. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882, 3ª série, nº 01, p.05-20.
- _____. O território de Manica e Sofala sob a administração da Companhia de Moçambique. Comunicação à Sociedade de Geographia de Lisboa na sessão de 4 de março de 1895. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895, 14ª série, nº 06, p.491-533.
- MOIGNO, François Napoléon Marie. *Science Anglaise, son bilan au mois d'aout 1869: réunion a exeter de l'Association Britannique pour l'avancement des sciences*. Paris: Bureau du journal Les Mondes / Chez M. Gauthier-Villars, 1872.

- MORTON, William James. *South African diamond fields: and the journey to the mines. Paper read at the meeting of the American Geographical Society, March 13, 1877*. New York: American Geographical Society, 1877.
- MOURA, Francisco Izidoro Gorjão de Moura. Campanhas nas terras do Bire (1885-1886). *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888-1889, 8ª série, nº 07, p.359-389.
- MZIKI [Archibald Andrew Campbell]. *Mlimo: the rise and fall of the Matabele*. Pietermaritzburg: The Natal Witness, 1926.
- NEVES, Diocleciano Fernandes das. África Oriental Portuguesa: exploração do rio Bembe. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882, 3ª série, nº 06, p.336-347.
- _____. "Itinerário de uma viagem à caça dos elefantes". In: ROCHA, Ilídio. *Das terras do Império vátua às praças da República Bôer*. Lisboa: D. Quixote, 1987, p.15-165.
- NORONHA, Eduardo de. Lourenço Marques e as suas relações com a África do Sul. Conferências feitas na Sociedade de Geographia nas sessões de 2 de dezembro de 1895 e 13 de janeiro de 1896. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1896, 15ª série, nº 02, p.47-96.
- _____. *O Transvaal e o Estado Livre de Orange*. Lisboa: Companhia Nacional, 1899.
- ORNELLAS, Ayres de. *Cartas d'África. Campanha do Gungunhana, 1895*. Lisboa: Escola Tipográfica das Oficinas de S. José, 1930.
- _____. *Raças e línguas indígenas em Moçambique: memória apresentada ao Congresso Colonial Nacional*. Lisboa: A Liberal, Officina Typographica, 1901.

- ORPEN, Joseph Millerd. *History of the Basutus of South Africa*. Cape Town: Saul Solomon and C^o, 1857.
- OWEN, William Fitz William. *Narrative of voyages to explore the shores of Africa, Arabia and Madagascar; performed in H. M. ships Leven and Barracouta, under the direction of Captain W. F. W. Owen, R. N. by command of the Lords Commissioners of the Admiralty*. Londres: Richard Bentley, 1833, 02 vols.
- ROBERTS, R. S. (ed.). *Journeys beyond Gubuluwayo to the Gaza, Tonga and Lozi: letters of The Jesuit's Zambesi Mission, 1880-1883*. Harare: Weaver Press, 2009.
- RYCROFT, David K.; NGCOBO, A. Bhekabantu. *The praises of Dingana [Izibongo Zikadingana]*. Durban: Killie Campbell Africana Library / Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1988.
- SCHAEFLI-GLARDON, Ernest Honoré. De Valdezia a Lourenço Marques. *Bulletin de la Société Neuchateloise de Géographie*. Neuchatel: Société Neuchateloise d'Imprimerie, 1893, tomo VII, p.138-184.
- SERRANO, José António Matheus. Explorações portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane. Relatórios da Comissão de Limitação da Fronteira de Lourenço Marques. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894, 13^a série, n^o 06, p. 397-447.
- SOCIEDADE de Geografia de Lisboa. Caminho de ferro de Lourenço Marques ao Transvaal. Parecer. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, 2^a série, n^o 04, p.324-326.
- _____. Lourenço Marques. Primeira Conferência. O porto de Lourenço Marques. *Actas das sessões da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, vol. X, p.151-168.

_____. Lourenço Marques. Segunda Conferência. O caminho de ferro de Lourenço Marques. *Actas das sessões da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, vol. X, p.169-188.

_____. O Tratado de Lourenço Marques e a guerra do Transvaal. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, 2ª série, nº 04, p.328-331.

STUART, James. *The history of the Zulu rebellion*. Londres: Macmillan and Co., 1913.

THEAL, George McCall. *History of South Africa (1795-1834)*. Londres: S. Sonnenschein & Co., 1891.

_____. *Records of South-Eastern Africa collected in various libraries and archive departments in Europe*. Cape Town: The Government of the Cape Colony, 1903, vol. IX.

THE MISSIONARY Herald: containing the Proceedings of the American Board of Commissioners for Foreign Missions with a view of other benevolent operations, for the year 1884. Boston: Press of Stanley and Usher, 1884, vol. LXXX; 1885, vol. LXXXI; 1886, vol. LXXXII; 1887, vol. LXXXIII; 1888, vol. LXXXIV; 1889, vol. LXXXV; 1890, vol. LXXXVI; 1891, vol. LXXXVII; 1892, vol. LXXXVIII; 1893, vol. LXXXIX; 1894, vol. XC.

TREATIES entered into by Governors of the Colony of the Cape of Good Hope, and other British authorities, native chieftains, and other beyond the border of the Colony, between the years 1803 and 1854. Cape Town: Saul Solomon & Co., 1857.

TROIS ans dans l'Afrique Australe. Au pays d'Umzila. Chez les Batongas. La vallée des Barotsés. Débuts de la mission du Zambèze. Lettres des Pères H. Depelchin et Ch. Croonenberghs, S. J. 1879, 1880, 1881. Bruxelles: Polleunis, Ceuterick &

- Lefébure, Imprimeurs-Éditeurs, 1883.
- VALLE, Ernesto Torre do. *Diccionarios shironga-portuguez e portuguez-shironga*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1906.
- VAN LOOY, Henri (ed.). *Les régions africaines d'après les récits de voyageurs dans l'Afrique Centrale*. Rouen: Mégard et C^{ie}. Libraires-Éditeurs, 1883.
- VIEYRA, Anthony. *Dictionary of the Portuguese and English languages, in two parts: Portuguese and English, and English and Portuguese: wherein I. the words are explained in their different meanings, by examples from the best Portuguese and English writers; II. the etymology of the Portuguese generally indicated from the Latin, Arabic, and other languages. Throughout the whole are interspersed a great number of phrases and proverbs. A new edition, carefully corrected, greatly enlarged, and very considerably improved by J. P. Aillaud. With the Portuguese words properly accented to facilitate the pronunciation to learners*. Londres: Printed for Wingrave et alii, 1813.
- WALKER, Eric A. *A history of Southern Africa*. Londres: Longmans, Green & C^o, 1928.
- WEBB, Colin de Berri; WRIGHT, John Britten. *The James Stuart Archive of recorded oral evidence relating to the history of the Zulu and neighbouring peoples*. Pietermaritzburg: University of Natal Press and Durban: Killie Campbell Africana Library, vol. 01, 1976; vol. 02, 1979; vol. 03, 1982; vol. 04, 1986; vol. 05, 2001; vol. 06, 2014.
- WITWATERSRAND Chamber of Mines. *South African Republic. Seventh Annual Report for the year ending 31st December, 1895*. Johannesburg: Argus Printing and Publishing Company, 1896.

XAVIER, Alfredo Augusto Caldas. Província de Moçambique. Distrito de Inhambane.

O Inharrime e as guerras zavallas. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, 2ª série, nºs 07 e 08, p.479-528.

_____. Reconhecimento do Limpopo: os territórios ao sul do Save e os vátuas. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894, 13ª série, nº 03, p.129-176.

BIBLIOGRAFIA

- AIJMER, Göran; ABBINK, Jon (ed.). *Meanings of violence: a cross cultural perspective*. Oxford: Berg, 2011.
- ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (orgs.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- ALEXANDRE, Valentim. O liberalismo português e as colónias de África (1820-1839). *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1980, vol. 16, nº 61-62, p.319-340.
- _____. *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. Lisboa: Sá da Costa, 1979.
- _____. *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.
- AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia. *Au coeur de l'ethnie. Ethnie, tribalisme e État en Afrique*. Paris: La Découverte, 1999.
- _____; M'BOKOLO, Elikia. *Branchements: Anthropologie de l'universalité des cultures*. Paris: Flammarion, 2005.
- APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARMANDO RIBEIRO, C. M. *Dicionário gramatical changana*. Maputo: Paulinas Editora, 2010.

- ARTUR, Domingos do Rosário. *Manyika: breve história da cidade de Manica*. Maputo: Arquivo do Património Cultural - Instituto de Investigação Cultural, 2008.
- ATMORE, Anthony; MARKS, Shula (eds.). *Economy and society in pre-industrial South Africa*. Harlow: Longman, 1980.
- AUGUSTO, Jaime Maconha. *Machanga no século XIX em conflito com os portugueses e nguni: uma reconstituição da história político-social de uma região ao sul de Sofala*. Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura da Universidade Eduardo Mondlane. Faculdade de Letras, Departamento de História. Maputo, 2002.
- AXELSON, Eric. *Portugal and the scramble for Africa (1875-1891)*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1967.
- BADEROON, Gabeba. The provenance of the term "Kaffir" in South Africa and the notion of beginning. *Annual Review of Islam in Africa*. Cape Town: Centre for Contemporary Islam of University of Cape Town, 2004, p.01-09.
- BALLARD, Charles. Drought and economic distress: South Africa in the 1800. *The Journal of Interdisciplinary History*. Cambridge: MIT Press, 1986, vol. 17, nº 02, p.359-378.
- . "Trade, tribute and migrant labour: Zulu and colonial exploitation of the Delagoa Bay hinterland 1818-1879". In: PEIRES, Jeffrey B. (ed.). *Before and after Shaka: papers in Nguni history*. Grahamstown: Institute of Social and Economic Research of Rhodes University, 1981, p.100-124.
- . "Traders, trekkers and colonialists". In: DUMINY, Andrew and GUEST, Bill (eds.). *Natal and Zululand: from earliest times to 1910*. Pietermaritzburg: University of Natal Press/Shuter & Shooter, 1989, p.116-145.

- BANK, Andrew; BANK, Leslie J. *Inside African Anthropology: Monica Wilson and her interpreters*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- BARNES, J. A. *Politics in a changing society: a political history of The Fort Jameson Ngoni*. Londres: Oxford University Press, 1954.
- BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela. *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.
- BATES, Robert H.; MUDIMBE, Valentin Yves; O'BARR, Jean. *Africa and the disciplines: the contributions of research in Africa to the social sciences and humanities*. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- BEACH, D. N. As origens de Moçambique e Zimbabwe: Paiva de Andrada, a Companhia de Moçambique e a diplomacia africana (1881-1891). *Arquivo: Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, abr. de 1993, nº 13, p.05-80.
- BERNARDO, Luís Miguel. *Histórias da luz e das cores*. Porto: Editora da Universidade do Porto, 2007.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- BIBLIOGRAFIA publicada pelo Instituto de Investigação Científica de Moçambique*.
 Lourenço Marques: Centro de Documentação Científica/Instituto de Investigação Científica de Moçambique, 1972.
- BINNS, Charles Theodore. *The last Zulu king: the life and death of Cetshwayo*. Londres: Longmans, 1963.
- BONNER, Philip Lewis. *Kings, commoners and concessionaires: the evolution and dissolution of the nineteenth-century Swazi state*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- _____. "Swazi oral tradition and Northern Nguni historical archaeology". In:

- SWANEPOEL, Natalie; ESTERHUYSEN, Amanda; BONNER, Philip Lewis. (eds.). *Five hundred years rediscovered Southern African precedents and prospects*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 2008, p.239-255.
- _____. "The dynamics of late eighteenth century, early nineteenth century Northern Nguni society - some hypotheses". In: PEIRES, Jeff B. (ed.). *Before and after Shaka: papers in Nguni history*. Grahamstown: Institute of Social and Economic Research of Rhodes University, 1981, p.74-81.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOTELHO, José Justino Teixeira. *História militar e política dos portugueses em Moçambique de 1833 aos nossos dias*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921.
- BOXER, Charles Ralph. *O império marítimo português, 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRAIN, Joy. "Natal's Indians, 1860-1910: from co-operation, through competition, to conflict". In: DUMINY, Andrew; GUEST, Bill (eds.). *Natal and Zululand: from earliest times to 1910*. Pietermaritzburg: University of Natal Press / Shuter & Shooter, 1989, p.249-274.
- BRETES, Maria da Graça. Arqueologia de um mito: a derrota de Gungunhana e a sua chegada a Lisboa. *Revista Penélope: fazer e desfazer história*. Lisboa: Celta Editora, 1989, nº 02, p.76-95.
- BRIGNOLI, H. P.; CARDOSO, C. F. S. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

- BROOKES, Edgar Harry et alii. *A history of Natal*. Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1965.
- BROWN, Richard. "The external relations of the Ndebele kingdom in the pre-partition era". In: THOMPSON, Leonard (ed.). *African societies in southern Africa*. Londres: Heinemann, 1969, p.259-281.
- BULPIN, Thomas Victor. *Lost trails of the Transvaal*. Cape Town: Books of Africa, 1969.
- BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- BUTHELEZI, Mbongiseni Patrick. *Sifuna umlando wethu (we are searching for our history): oral literature and the meanings of the past in post-apartheid South Africa*. New York, 2012. Tese - Columbia University.
- CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- CARRUTHERS, Jane. The knowledge that is in names. *Environmental History*. Oxford: Oxford University Press on behalf of Forest History Society and American Society for Environmental History, abr. de 2007, vol. 12, nº 02, p.299-301.
- CARTON, Benedict; LABAND, John; SITHOLE, Jabulani (eds.). *Zulu identities: being Zulu, past and present*. Pietermaritzburg: University of KwaZulu-Natal Press, 2009.
- CASTELO, Cláudia; THOMAZ, Omar Ribeiro; NASCIMENTO, Sebastião; SILVA, Teresa Cruz e. *Os outros da colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2012.
- CENTRO de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane. *O mineiro*

- moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão-de-obra em Inhambane*.
Maputo: Imprensa Universitária, 1998.
- CHATTERJEE, Partha. *Colonialismo, modernidade e Política*. Salvador: Ed. UFBA, 2004.
- CHILENGUE, Inácio. *Chayimiti: a prisão de Ngungunyani*. Maputo: Arquivo do Património Cultural - Instituto de Investigação Cultural, 1995.
- CHRÉTIEN, Jean-Pierre et PRUNIER, Gérard. *Les ethnies ont une histoire*. Paris: Karthala, 1989.
- CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- COBBING, Julian. A tainted well. The objectives, historical fantasies and working methods of James Stuart. *Journal of Natal and Zulu history*. Pietermaritzburg: University of KwaZulu-Natal Press, 1988, vol. XI, p.115-154.
- _____. *The case against the mfecane*. Seminar Paper. University of Witwatersrand, 1984.
- _____. The *mfecane* as alibi: thoughts on Dithakong and Mbolompo. *The Journal of African History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, vol. 29, nº 03, p.487-519.
- _____. *The myth of the mfecane*. Seminar Paper. University of Durban-Westville, 1987.
- _____. *The Ndebele under the Khumalos, 1820-1896*. Lancaster, 1976. Tese - Universidade de Lancaster.

- COELHO, João Paulo Borges. Abrir a fábula: questões da política do passado em Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2015, nº 106, p.153-166.
- COHEN, Abner. *Custom and politics in urban Africa*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press, 1969.
- COHN, Bernard S. *Colonialism and its forms of knowledge*. Princeton: Princeton University, 1996.
- COLENBRANDER, Peter. "The Zulu kingdom, 1828-79". In: DUMINY, Andrew; GUEST, Bill (eds.). *Natal and Zululand: from earliest times to 1910*. Pietermaritzburg: University of Natal Press/Shuter & Shooter, 1989, p.83-115.
- COLLINGRIDGE, Leonard Thomas; WILLS, William Arthur. *The downfall of Lobengula*. Bulawayo: Books of Rhodesia, 1971.
- COMAROFF, Jean. *Body of power, spirit of resistance: the culture and history of South African people*. Chicago: University of Chicago Press, 1985.
- _____; COMAROFF, John. Etnografia e imaginação histórica. Trad. de Iracema Dulley e Olivia Janequine. *Proa: Revista de Antropologia e Arte*, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, nov. de 2010, vol. 01, nº 02. Disponível em:
<http://www.ifch.unicamp.br/proa/TraducoesII/comaroff.html>. Acesso em: 04.02.2016.
- _____. *Of revelation and revolution: christianity, colonialism and consciousness in South Africa*. Chicago: University of Chicago Press, 1991, vol. 01.
- _____. *Of revelation and revolution: the dialectics of modernity on a South African frontier*. Chicago: University of Chicago Press, 1997, vol. 02.

____; JAMES, Deborah. *Picturing a colonial past: the African photographs of Isaac Shapera*.

COOPER, Frederick. Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África. *Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, jul. de 2008, vol. 15, nº 27, p.21-73.

COPE, Richard. L. Written in characters of blood? The reign of king Cetshwayo kaMpande 1872-9. *The Journal of African History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, vol. 36, nº 02, p.247-269.

COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

COSTA, Inês Nogueira da. Apontamento sobre o Arquivo Histórico de Moçambique. *Arquivo: Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, abril de 1987, vol. 01, nº 01, p.04-10.

COSTA, Mário Augusto. *Do Zambeze ao paralelo 22º: monografia do território de Manica e Sofala sob a administração da Companhia de Moçambique*. Beira: Imprensa da Companhia de Moçambique, 1940.

COUTINHO, João de Azevedo. *O combate de Macequece*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1935.

COVANE, Luís António. *As relações econômicas entre Moçambique e a África do Sul (1850-1964): acordos e regulamentos principais*. Maputo: Arquivo Histórico Nacional/Universidade Eduardo Mondlane, 1989.

____. "Considerações sobre o impacto da penetração capitalista no Sul de Moçambique (1850-1876)". In: *I Reunião Internacional de História de África: relação Europa-África no 3º quartel do século XIX*. Lisboa: Centro de Estudos

- de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1989, p.01-19.
- _____. Fontes para o estudo da história e economia política de Gaza. *Arquivo: Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, out. de 1995, nº 18, p.231-258.
- _____. Lourenço Marques e o Transvaal (1852-1928). *Arquivo: Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, out. de 1987, nº 02, p.76-84.
- _____. *O trabalho migratório e a agricultura no sul de Moçambique (1920-1992)*. Maputo: Promédia, 2001.
- CREARY, Nicholas M. *Domesticating a religious import: the Jesuits and the inculturation of the Catholic Church in Zimbabwe, 1879-1980*. New York: Fordham University Press, 2011.
- CRUZ E SILVA, Teresa. *Igrejas protestantes e consciência política no sul de Moçambique: o caso da Missão Suíça (1930-1974)*. Maputo: Promédia, 2001.
- _____. ; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de (orgs.). *Como fazer Ciências Sociais e Humanas em África: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*. Dakar: CODESRIA, 2012.
- CUMBE, Mário José Chitaúte. *Os khokholo e a estrutura da etnia chope no século XIX: o problema da definição da cultura de uma população*. Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura da Universidade Eduardo Mondlane. Faculdade de Letras, Departamento de História. Maputo, 2000.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

- _____. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- DALGADO, Sebastião Rodolfo. *Glossário luso-asiático*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919.
- DARTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DAVA, Fernando Paulo. *As mudanças na estrutura política da autoridade tradicional de Bilene-Macia, c.1800-1974*. Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura da Universidade Eduardo Mondlane. Faculdade de Letras, Departamento de História. Maputo, 1997.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DELIUS, Peter. Migrant labour and the Pedi before 1869. *Collected Seminar Papers on the Societies of Southern Africa in the 19th and 20th centuries*. Londres: Institute of Commonwealth Studies, 1977, p.41-47.
- _____. *The land belongs to us: the Pedi polity, the Boers, and the British in the nineteenth-century Transvaal*. Johannesburg: Ravan Press, 1983.
- DIAS, Juliana Braz; LOBO, Andréia de Souza (orgs.). *África em movimento*. Brasília: Aba Publicações, 2012.
- DOREY, Anne. *The Victoria incident and the Anglo-Matabele war of 1893*. Salisbury: Central Africa Historical Association, 1966.
- DU BOIS, Duncan L. *Labourer or settler: colonial Natal's Indian dilemma (1860-1897)*. Durban: Just Done Productions - Publishing, 2011.

- DULLEY, Iracema. *Deus é feiticeiro: prática e disputa nas missões católicas em Angola colonial*. São Paulo: Annablume, 2010.
- DUMINY, Andrew. *Mapping South Africa: a historical survey of South African maps and charts*. Johannesburg: Jacana Media, 2011.
- _____; BALLARD, Charles (eds.). *The Anglo-Zulu war: new perspectives*. Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1981.
- DUMINY, Andrew; GUEST, Bill (eds.). *Natal and Zululand: from earliest times to 1910*. Pietermaritzburg: University of Natal Press/Shuter & Shooter, 1989.
- DU PLESSIS, Johannes. *A history of Christian missions in South Africa*. Londres: Longmans, Green and C^o, 1911.
- ELDREDGE, Elizabeth A. Sources of conflict in Southern Africa, ca. 1800-30: the "mfecane" reconsidered. *The Journal of African History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, vol. 33, p.01-35.
- _____. *The creation of the Zulu kingdom (1815-1828): war, Shaka and the consolidation of power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- _____; MORTON, Fred (eds.). *Slavery in South Africa: captive labour on the Dutch frontier*. Pietermaritzburg: University of Natal Press/Oxford: Westview Press, 1994.
- ELPHICK, Richard; DAVENPORT, Rodney (eds.). *Christianity in South Africa: a political, social, and cultural history*. Cape Town: David Philip Publishers, Berkeley: University of California Press, Oxford: James Currey Publishers, 1997.
- ETHERINGTON, Norman A. A tempest in a teapot? Nineteenth century contests for land in South Africa's Caledon Valley and the invention of the *mfecane*. *The*

Journal of African History. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, vol. 45, p.01-39.

_____. "Anglo-Zulu relations, 1856-78". In: DUMINY, Andrew; BALLARD, Charles (eds.). *The Anglo-Zulu war: new perspectives*. Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1981, p.13-52.

_____. "Christianity and African society in nineteenth-century Natal". In: DUMINY, Andrew; GUEST, Bill (eds.). *Natal and Zululand: from earliest times to 1910*. Pietermaritzburg: University of Natal Press / Shuter & Shooter, 1989, p.275-301

_____. Labour supply and the genesis of South African Confederation in the 1870s. *The Journal of African History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979, vol. 20, nº 02, p.235-253.

_____. "Old wine in new bottles: the persistence of narrative structures in the historiography of the Mfecane and the Great Trek". In: HAMILTON, Carolyn (ed.). *The mfecane aftermath: reconstructive debates in Southern Africa history*. Johannesburg: Witwatersrand University Press; Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1995, p.35-49.

_____. *The Great Treks: the transformation of Southern Africa (1815-1854)*. Londres: Longman, 2001.

_____. "The 'Shepstone system' in the Colony of Natal and beyond the borders". In: DUMINY, Andrew; GUEST, Bill (eds.). *Natal and Zululand: from earliest times to 1910*. Pietermaritzburg: University of Natal Press / Shuter & Shooter, 1989, p.170-192.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan; FORTES, Meyer. *Sistemas políticos africanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

- FABIAN, Johannes. *Out of our minds: reason and madness in the exploration of Central Africa*. Berkeley: University of California Press, 2000.
- FAGE, John Donnelly; VERITY, Maureen. *An Atlas of African History*. Londres: Edward Arnold Publishers, 1978.
- FAUVELLE-AYMAR, François. *L'invention du Hottentot: histoire du regard occidental sur les Khoisan (XV^e-XIX^e siècle)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2002.
- FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (orgs.). *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. Brasília: Ed. UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Ed. UNICAMP, 2003.
- FELICIANO, José Fialho. *Antropologia econômica dos thonga do sul de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998.
- FERRAZ, Guilherme Ivens. *Descrição da costa de Moçambique de Lourenço Marques ao Bazaruto*. Lisboa: Typographia Universal, 1902.
- FITZPATRICK, Percy. *The Transvaal from within a private record of public affairs*. New York: Frederick A. Stockes Company Publishers, 1900.
- FLORÊNCIO, Fernando. *Ao encontro dos mambos: autoridades tradicionais vaNdau e Estado em Moçambique*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2005.
- FORD, Clyde W. *O herói com rosto africano: mitos da África*. São Paulo: Summus, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

- FRERE, Batle. On temperate South Africa. *Proceedings of the Royal Geographical Society and monthly record of Geography*. Londres: The Royal Geographical Society, 1881, vol. 03, nº 01, p.01-19.
- FRY, Peter (org.). *Moçambique: ensaios*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.
- FYNN, Henry Francis. *Chaka: roi des zoulous*. Toulouse: Anacharsis, 2004.
- GALBRAITH, John S. *Crown and charter: the early years of the British South Africa Company*. Berkeley: University of California Press, 1974.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- GEFFRAY, Christian. *A causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento, 1991.
- GERDES, Paulus. *Teses de doutoramento de moçambicanos e sobre Moçambique*. Maputo: Ministério da Ciência e Tecnologia; Nampula: Universidade Lúrio, 2007.
- GILIOMEE, Hermann. *The Afrikaners: biography of a people*. Cape Town: Tafelberg / Charlottesville: University of Virginia Press, 2003.
- _____. "The beginnings of Afrikaner ethnic consciousness, 1850-1915". In: VAIL, Leroy (ed.). *The creation of tribalism in Southern Africa*. Oakland: University of California Press, 1991, p.21-54.
- GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Universidade Cândido Mendes, 2001.
- GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

- _____. "O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações". In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989, p.203-214.
- _____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.
- _____. "Saques rituais: preâmbulo de uma investigação em curso". In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989, p.143-167.
- GLUCKMAN, Max. *Order and rebellion in Tropical Africa*. Londres: Cohen & West, 1963.
- _____. The individual in a social framework: the rise of king Shaka of Zululand. *Journal of African Studies*. Los Angeles: University of California Press, 1974, nº 02, p.113-144.
- _____. The rise of a Zulu empire. *Scientific American*. New York: Holtzbrinck Publishing Holdings, 1960, vol. 202, p.157-168.
- GRANJO, Paulo. Dragões, régulos e fábricas: espíritos e racionalidade tecnológica na indústria moçambicana. *Análise social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2008, vol. 43, nº 187, p.223-249.
- GRINKER, Roy Richard; LUBKEMANN, Stephen C.; STEINER, Christopher. *Perspectives on Africa: a reader in culture, history and representation*. Chichester: Wiley-Blackwell Publishers, 2010.
- GUEST, Bill. "Colonists, confederation and constitutional change". In: DUMINY, Andrew; GUEST, Bill (eds.). *Natal and Zululand: from earliest times to 1910*. Pietermaritzburg: University of Natal Press / Shuter & Shooter, 1989, p.146-169.

- _____. "The war, Natal and confederation". In: DUMINY, Andrew; BALLARD, Charles (eds.). *The Anglo-Zulu war: new perspectives*. Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1981, p.53-77.
- _____. *Trek and transition: a history of the Msunduzi and Ncome Museums (incorporating the Voortrekker Complex), 1912-2012*. Pietermaritzburg: the Msunduzi (incorporating the Voortrekker Complex) and Ncome Museums, 2012.
- _____; SELLERS, John M. *Enterprise and exploitation in a Victorian colony*. Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1985.
- GUY, Jeff. A note on firearms in the Zulu kingdom with special reference to the Anglo-Zulu war, 1879. *The Journal of African History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971, vol. 12, n° 04, p.557-570.
- _____. *The destruction of the Zulu kingdom: the civil war in Zululand, 1879-1884*. Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1994.
- _____. *The Maphumulo uprising: war, law and ritual in the Zulu rebellion*. Scottsville: University of KwaZulu-Natal Press, 2005.
- _____. *Theophilus Shepstone and the forging of Natal: African autonomy and settler colonialism in the making of traditional authority*. Pietermaritzburg: University of KwaZulu-Natal Press, 2013.
- _____. "The role of colonial officials in the destruction of the Zulu kingdom". In: DUMINY, Andrew; BALLARD, Charles (eds.). *The Anglo-Zulu war: new perspectives*. Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1981, p.148-169.
- HAIGHT, Mabel Violet Jackson. *European powers and South-East Africa: a study of international relations on the South-East coast of Africa, 1796-1856*. Londres: Longmans, Green and Cº, 1942.

- HAMILTON, Carolyn Anne. Backstory, biography, and the life of the James Stuart Archive. *History in Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, vol. 38, p.319-341.
- _____. *James Stuart and "the establishment of a living source of tradition"*. Seminar Paper. University of the Witwatersrand, 1994.
- _____. *Terrific majesty: the powers of Shaka Zulu and the limits of historical invention*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.
- _____. The character and objects of Chaka: a reconsideration of the making of Shaka as "mfecane" motor. *The Journal of African History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992, vol. 33, nº 01, p.37-63.
- _____. *The mfecane aftermath: reconstructive debates in southern african history*. Johannesburg: Witwatersrand University / Pietermaritzburg: University of Natal, 1995.
- HAMMOND-TOOKE, William David. Descent groups, chiefdoms and South African historiography. *Journal of Southern African Studies*. Oxfordshire: Taylor & Francis, 1985, vol. 11, nº 02, p.305-319.
- _____. In search of the lineage: the Cape Nguni case. *Man*. Londres: Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, mar. de 1984, vol. 19, nº 01, p.77-93.
- _____. On the making of *The abundant herds*. *South African Journal of Science*. Pretória: Academy of Science of South Africa, nov. dez. de 2003, vol. 99, nºs 11 e 12, p.517-518.
- HAOUR, Anne; ROSSI, Benedetta (eds.). *Being and becoming Hausa: interdisciplinary perspectives*. Leiden: Netherlands, 2010.

- HARRIES, Patrick. *Butterflies & barbarians: Swiss missionaries & systems of knowledge in South-East Africa*. Ohio: Ohio University Press, 2007 [Junod e as sociedades africanas: impacto dos missionários suíços na África Austral. Maputo: Paulinas, 2007].
- _____. "Exclusion, classification and internal colonialism: the emergence of ethnicity among the Tsonga-speakers of South Africa". In: VAIL, Leroy (ed.). *The creation of tribalism in Southern Africa*. Oakland: University of California Press, 1991, p.82-117.
- _____. Labour migration from the Delagoa Bay hinterland to South Africa: 1852-1895. *Collected Seminar Papers*. Londres: Institute of Commonwealth Studies, 1977, p.61-76.
- _____. Plantations, passes and proletarians: labour and the Colonial State in nineteenth century Natal. *Journal of Southern African Studies*. Oxford: Oxford University Press, 1987, vol. 13, nº 03, p.372-399.
- _____. "Slavery amongst the Gaza Nguni: its changing shape and function and its relationship to other forms of exploitation". In: PEIRES, Jeff B. (ed.). *Before and after Shaka: papers in Nguni history*. Grahamstown: Institute of Social and Economic Research of Rhodes University, 1981, p.210-229.
- _____. Slavery, social incorporation and surplus extraction: the nature of free and unfree labour in South-East Africa. *The Journal of African History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981, vol. 22, p.309-330.
- _____. The Anthropologist as historian and liberal: H-A. Junod and the Thonga. *Journal of Southern African Studies*. Oxford: Oxford University Press, 1981, vol. 08, nº 01, p.37-50.
- _____. The roots of ethnicity: discourse and the politics of language construction in

- South-East Africa. *African Affairs*. Oxford: Oxford University Press, 1988, vol. 87, nº 346, p.25-52.
- _____. *Work, culture and identity: migrant labourers in Mozambique and South Africa, c.1860-1910*. Portsmouth: Heinemann; Johannesburg: Witwatersrand University Press; Londres: James Currey, 1994.
- HAVIK, Philip J.; SARAIVA, Clara; TAVIM, José Alberto (orgs.). *Caminhos cruzados em História e Antropologia: ensaios de homenagem a Jill Dias*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2010.
- HEDGES, David William. *Trade and politics in Southern Mozambique and Zululand in the eighteenth and early nineteenth centuries*. Londres, 1978. Tese - Universidade de Londres.
- HERBERT, Robert K.; HUFFMAN, Thomas N. A new perspective on Bantu expansion and classification: linguistic and archaeological evidence fifty years after Doke. *African Studies*. Londres: Routledge, 1993, vol. 52, p.53-76.
- HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- HEYDE, Nicki von der. *Field guide to the battlefields of South Africa*. Cape Town: Struik Travel & Heritage, 2013.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HONWANA, Alcinda Manuel. *Espíritos vivos, tradições modernas: possessão de espíritos e reintegração pós-guerra no sul de Moçambique*. Lisboa: Ela por Ela, 2003.
- HONWANA, Raul Bernardo Manuel. *Memórias*. Maputo: Marimbique, 2010.
- HOULE, Robert J. *Becoming amakhola: revival and the formation of group identity*

on the stations of the American Zulu Mission, 1890-1910. History and African Studies - Seminar Paper. University of Natal, 2001.

JANSEN, Paulos Cornelis Maria; MENDES, Orlando. *Plantas medicinais: seu uso tradicional em Moçambique*. Maputo: Minerva Central, 1984.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira. *Livros brancos, almas negras: a "missão civilizadora" do colonialismo português (c.1870-1930)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2009.

JOSÉ, Alexandrino Francisco; MENESES, Paula Maria G. (eds.). *Moçambique: 16 anos de historiografia*. Maputo: CEGRAF, 1991.

JUNOD, Henri Philippe. A contribution to the study of Ndaue demography, totemism, and history. *Bantu studies*. Johannesburg: University of the Witwatersrand, 1934, vol. VIII, p.17-37.

KAHN, Ellison. The history of the administration of justice in the South African Republic. *South African Law Journal*. Cape Town / Johannesburg: JUTA & C^o, 1958, vol. 75, p.294-317.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. *Entre as memórias silenciadas*. Maputo: Alcance Editores, 2013.

_____. *Ualalapi*. Maputo: Alcance Editores, 2008.

KLIEMAN, Kairn A. *"The Pygmies were our compass": Bantu and Batwa in the history of West Central Africa, early times to c.1900 C.E.* Portsmouth: Heinemann, 2003.

KLOPPER, Roelie J. *Border crossings: life in the Mozambique/South Africa borderland*. Pretória, 2005. Tese - University of Pretoria.

_____. *The history and the representation of the history of the Maputu Tembe*. Stellenbosh, 2003. Dissertação - Stellenbosch University.

- KNIGHT, Ian. *The anatomy of the Zulu army: from Shaka to Cetshwayo (1818-1879)*. South Yorkshire: Frontlaine Books, 2015.
- _____. *The Zulu war*. Londres: Pan Books, 2004.
- KOOPMAN, Adrian. *Zulu plant names*. Pietermaritzburg: University of KwaZulu-Natal Press, 2015.
- KRIGE, Eileen Jensen; KRIGE, Jacob Daniel. *The realm of a rain queen: a study of the pattern of Lovedu society*. Londres: International Institute of African Languages & Cultures / Oxford University Press, 1947.
- KRUGER, Alet; GREARSON, Penny (eds.). *Afrikaans-English, English-Afrikaans dictionary: with over 28.000 entries*. Glasgow: Geddes & Grosset, 2014.
- KUPER, Hilda. *Indian people in Natal*. Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1960.
- _____. *The Swazi: a South African kingdom*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1986.
- KYED, Helene Maria; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de; ARAÚJO, Sara. *A dinâmica do pluralismo jurídico em Moçambique*. Maputo: Centro de Estudos Sociais Aquino de Bragança, 2012.
- LABAND, John. *Zulu warriors: the battle for the South-African frontier*. New Haven/Londres: Yale University Press, 2014.
- _____; THOMPSON, Paul. "The reduction of Zululand, 1878-194". In: DUMINY, Andrew; GUEST, Bill (eds.). *Natal and Zululand: from earliest times to 1910*. Pietermaritzburg: University of Natal Press / Shuter & Shooter, 1989, p.193-232.
- _____; WRIGHT, John. *King Cetshwayo kaMpande (c.1832-1884)*. Pietermaritzburg: Shuter & Shooter, 1980.

LANNI, Dominique. *Fureur et barbarie: récits de voyageurs chez les Cafres et les Hottentots, 1665-1721*. Paris: Cosmopole, 2003.

LIESEGANG, Gerhard Julius. "A survey of the 19th century stockades of Southern Mozambique: the *khokholwene* of the Manjacaze area". In: *IN MEMORIAM António Jorge Dias*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura / Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974, p.303-320.

_____. *Beiträge zur geschichte des reiches der Gaza nguni im südlichen Moçambique (1820-1895)*. Colônia, 1967. Tese. Faculdade de Filosofia da Universidade de Colônia.

_____. Dingane's attack on Lourenço Marques in 1833. *The Journal of African History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969, vol. 10, nº 04, p.565-579.

_____. Dzovo e os seus descendentes: a história da família de Eduardo Mondlane, c.1800-1945, na zona de Khambani e Mandlakazi: alguns problemas de investigação local. *Cadernos de História de Moçambique: Revista Científica do Departamento de História*. Maputo: Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, 2011, vol. 01, p.01-24.

_____. Lourenço Marques antes de 1895. *Arquivo: Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1987, nº 02, p.19-75.

_____. "Mozambique: Nguni/Ngoni incursions from South". In: SHILLINGTON, Kevin (ed.). *Encyclopedia of African history*. New York: Taylor & Francis, 2005, p.1033-1034.

_____. Notes on the internal structure of the Gaza kingdom of Southern Mozambique (1840-1895). In: PEIRES, Jeff. B. (ed.). *Before and after Shaka:*

- papers in Nguni history*. Grahamstown: Institute of Social and Economic Research of Rhodes University, 1981, p.178-209.
- _____. *Ngungunyane: a figura de Ngungunyane Nqumayo, rei de Gaza, 1884-1995 e o desaparecimento do seu Estado*. Maputo: Arquivo do Património Cultural - Instituto de Investigação Cultural, 1996.
- _____. Nguni migrations between Delagoa Bay and the Zambezi, 1821-1839. *African Historical Studies*. Boston: African Studies Center of Boston University, 1970, vol. 03, nº 02, p.321-322.
- _____. Vassalagem ou Tratado de Amizade: história do Acto de Vassalagem de Ngungunyane nas relações externas de Gaza. Maputo: Arquivo Histórico Nacional, Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane, 1986.
- _____. (introd. e notas). *Resposta das Questões Sobre os Cafres ou Notícias Etnográficas Sobre Sofala do Fim do Século XVIII*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1966.
- LINDGREN, Björn. Power, education, and identity in post-colonial Zimbabwe: the fate of king Lobengula of Matabeland. *African Sociological Review / Revue Africaine de Sociologie*. Dakar: Council for the Development of Social Science Research in Africa (CODESRIA), 2002, vol. 06, nº 01, p.46-67.
- LODGE, Tom (ed.). *Resistance and ideology in settler societies*. Johannesburg: The African Studies Institute of University of the Witwatersrand, 1986.
- MACAGNO, Lorenzo. Fragmentos de uma imaginação nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, 2009, vol. 24, nº 70, p.17-35.
- MACGONAGLE, Elizabeth. *Crafting identity in Zimbabwe and Mozambique*. Rochester: University of Rochester Press, 2007.

- _____. Living with a tyrant: Ndaу memories and identities in the shadow of Ngungunyana. *The International Journal of African Historical Studies*. Boston: African Studies Center of Boston University, 2008, vol. 41, nº 01, p.29-53.
- MACKEURTAN, Graham. *The cradle days of Natal (1497-1845)*. Londres: Longmans, Green & Cº, 1930.
- MacKINNON, Aran S. *The making of South Africa: culture and politics*. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2004.
- MAGGS, Tim. "The Iron Age farming communities". In: DUMINY, Andrew and GUEST, Bill (eds.). *Natal and Zululand: from earliest times to 1910*. Pietermaritzburg: University of Natal Press/Shuter & Shooter, 1989, p.28-48.
- MALCOLM, Daniel McKinnon; STUART, James (eds.). *The diary of Henry Francis Fynn (1803-1861)*. Pietermaritzburg: Shuter & Shooter, 1950.
- MANGANHELE, Agostinho Rafael. *Poder tradicional e sua legitimidade no contexto histórico de Gaza: estudo de caso no distrito de Chibuto (1897-1996)*. Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura da Universidade Eduardo Mondlane. Faculdade de Letras, Departamento de História. Maputo, 1997.
- MANGHEZI, Alpheus. *Macassane: uma cooperativa de mulheres velhas no sul de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 2003.
- _____. *Trabalho forçado e cultura obrigatória do algodão: o colonato do Limpopo e o reassentamento pós-independência, c. 1895-1981*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 2003.

MAPA das povoações criadas até 31 de dezembro de 1959 e sua situação legal.

Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1960.

MARTINEZ, Esmeralda Simões. *O trabalho forçado na legislação colonial portuguesa: o caso de Moçambique (1899-1926)*. Lisboa, 2008. Dissertação - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

_____. *Uma justiça especial para os indígenas: aplicação da justiça em Moçambique (1894-1930)*. Lisboa, 2012. Tese - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MARTINS, Ferreira. *João Albasini e a colónia de S. Luís: subsídio para a história da Província de Moçambique e das suas relações com o Transval*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1957.

MARTINS, Olga. *Va ka Mpfumu, Lourenço Marques e Maputo: uma inter-relação problemática*. Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura da Universidade Eduardo Mondlane. Faculdade de Letras, Departamento de História. Maputo, 1995.

MASHASHA, Francis J. The Swazi and land partition (1902-1910). *Collected Seminar Papers on the Societies of Southern Africa in the 19th and 20th centuries*. Londres: Institute of Commonwealth Studies, 1974, p.87-107.

MATSEBULA, Jabulane S. Mkhulunyelwa. *A history of Swaziland*. Cape Town: Longman Penguin Southern Africa, 2000.

MAÚNGUE, Sérgio Armando. *Baixo Maputo: meio ambiente, ocupação humana e história política pré-colonial (1550-1896)*. Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciatura da Universidade Eduardo Mondlane. Faculdade de Letras,

Departamento de História. Maputo, 2001.

_____. *Território vivido e o mapa colonial: migração, colonialismo e identidades no sul da baía de Maputo*. Salvador, 2012. Dissertação - Universidade Federal da Bahia.

MAVHUNGA, Clapperton Chakanetsa. *Transient workspaces technologies of everyday innovation in Zimbabwe*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 2014.

MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, jan. jun. de 2001, ano 23, nº 01, p.171-209.

McALLISTER, Patrick (ed.). *Culture and the commonplace: anthropological essays in honour of David Hammond-Tooke*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1997.

McCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2010.

MELLINO, Miguel. *La crítica poscolonial: descolonización, capitalismo y cosmopolitismo en los estudios poscoloniales*. Buenos Aires: Paidós, 2008.

MONTERO, Paula (org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006.

MONTEZ, Caetano. *Descobrimento e fundação de Lourenço Marques, 1500-1800*. Lourenço Marques: Minerva Central, 1948.

MORRELL, Robert (ed.). *Political economy and identities in KwaZulu-Natal: historical and social perspectives*. Durban: Indicator Press, 1996.

MOTA, Carlos Teixeira da. *Presenças portuguesas na África do Sul e no Transvaal durante os séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989.

- MTHETHWA, Dingani. *The mobilization of history and the quest for the Tembe chieftaincy in Maputaland: 1896-1997*. Durban, 2002. Dissertação - University of Natal.
- MUDIMBE, Valentin Yves. *A invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Luanda: Edições Pedago, 2013.
- MUSCALU, Ivana Pansera de Oliveira. *"Donde o ouro vem": uma história política do reino do Monomotapa a partir da fontes portuguesas (século XVI)*. São Paulo: Intermeios, 2015.
- MYBURGH, A. C. *The tribes of Barberton district*. Pretoria: The Government Printer, 1949.
- NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.
- NEWITT, Malyn. Drought in Mozambique, 1823-1831. *Journal of Southern African Studies*. Oxfordshire: Taylor & Francis, 1988, vol. 15, nº 01, p.15-35.
- NGUBANE, Harriet. *Body and mind in Zulu medicine: an ethnography of health and disease in Nyuswa-Zulu thought and practice*. Londres: Academic Press, 1977.
- NGUNGA, Armindo; SIMBINE, Cítia Simbine. *Gramática descritiva da língua changana*. Maputo: Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, 2012.
- NHANCALE, Orlando; MALUANA, Saute; LOPES, Sónia. *Magigwani e Mbuyiseni: alguns subsídios para a reinterpretação da historiografia de resistência à ocupação colonial portuguesa do Estado de Gaza*. Maputo: Arquivo do Património Cultural - Instituto de Investigação Cultural, 2009.
- NHAPULO, Telésforo. *Atlas histórico de Moçambique*. Maputo: Plural Editores, 2012.

- OMER-COOPER, John D. "The Nguni outburst: the African peoples of South Africa, c.1800". In: FLINT, John E. (ed.). *Cambridge History of Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976, vol. 05, p.319-352.
- _____. Has the *mfecane* a future? A response to the Cobbing critique. *Journal of Southern African Studies*. Oxford: Oxford University Press, 1993, vol. 19, n° 02, p.273-294.
- _____. *History of Southern Africa*. Londres: James Currey Publishers; Portsmouth: Heinemann; Cape Town: David Philip Publishers, 1994.
- _____. *The Zulu aftermath: a nineteenth century revolution in Bantu Africa*. Londres: Longmans, Green & C^o, 1966.
- O'ROURKE, Kevin H. The worldwide economic impact of the French Revolutionary and Napoleonic Wars, 1793-1815. *Journal of Global History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, vol. 01, p.123-149.
- OWNBY, Carolan Postma. *Early Nguni history: the linguistic evidence and its correlation with archaeology and oral tradition*. Los Angeles, 1985. Tese - University of California.
- PARKER, Philip M. *Webster's Zulu-English Thesaurus Dictionary*. San Diego: ICON Group International, 2008.
- PARSONS, Neil. "Prelude to *Difaqane* in the interior, c.1600-c.1822". In: HAMILTON, Carolyn (ed.) *The mfecane aftermath: reconstructive debates in Southern Africa history*. Johannesburg: Witwatersrand University Press; Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1995, p.323-349.
- PEIRES, Jeff. B. (ed.). *Before and after Shaka: papers in Nguni history*. Grahamstown: Institute of Social and Economic Research of Rhodes University, 1981.

- _____. Paradigm deleted: the materialist interpretation of the *mfecane*. *Journal of Southern African Studies*. Oxford: Oxford University Press, 1993, vol. 19, nº 02, p.295-313.
- _____. *The house of Phalo: a history of the Xhosa people in the days of their independence*. Johannesburg: Jonathan Ball Publishers, 2003.
- PÉLISSIER, René. *História de Moçambique: Formação e Oposição (1854-1918)*. Lisboa: Estampa, 2000, vol. 01; 1998, vol. 02.
- PIKIRAYI, Innocent. "Research trends in the historical archaeology of Zimbabwe". In: JONES, Siân; HALL, Martin; FUNARI, Pedro Paulo A. (eds.). *Historical Archaeology: back from the edge*. Londres: Routledge, 2009, p.67-84.
- PINHO, Osmundo. A antropologia na África e o lobolo no sul de Moçambique. *Afro-Ásia*. Salvador, 2011, nº 43, p.09-41.
- POLAND, Marguerite. Celebrating the Nguni cattle of the Zulu people. *South African Journal of Science*. Pretória: Academy of Science of South Africa, nov. dez. de 2003, vol. 99, nºs 11 e 12, p.518-519.
- _____; HAMMOND-TOOKE, William David; VOIGT, Leigh. *The abundant herds: a celebration of the Nguni cattle of the Zulu people*. Cape Town: Fernwood Press, 2003.
- POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, tupi e tapuia no Brasil colonial*. Bauru: EDUSC, 2003.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Unesp, 1998.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.
- PRADIER, Jean-Marie. Etnocenologia: as encarnações do imaginário. *Revista de*

- Antropologia*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013, vol. 56, nº 02, p.99-136.
- RAFAEL, Saul Dias. *Dicionário toponímico, histórico, geográfico e etnográfico de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 2001.
- RAFTOPOULOS, Brian; MLAMBO, Alois (eds). *Becoming Zimbabwe: a history from the pre-colonial period to 2008*. Harare: Weaver Press, 2009.
- RANGLES, William Graham Lister. *L'empire du Monomotapa du XV au XIX siècle*. Paris: Mouton et École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1975.
- RAPER, Peter Edmund; MÖLLER, Lucie A.; DU PLESSIS, L. *Theodorus. Dictionary of Southern African place names*. Johannesburg/Cape Town: Jonathan Ball Publishers, 2014.
- RASMUSSEN, R. Kent. *Migrant kingdom: Mzilikazi's Ndebele in South Africa*. Cape Town: Rex Collings / David Philip, 1978.
- REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- RIBEIRO, C. M. Armando. *601 provérbios changanas*. Lisboa: Silvas, 1989.
- RIBEIRO, Marily Simões. *Arqueologia das práticas mortuárias: uma abordagem historiográfica*. São Paulo: Alameda Editorial, 2007.
- RICHNER, Jürg Emil. *The historiographical development of the concept "mfecane" and the writing of early Southern African history, from the 1820s to 1920s*. Grahamstown, 2005. Dissertação - Rhodes University.
- RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010, vol. 1.
- RITA-FERREIRA, António. *Bibliografia etnológica de Moçambique (das origens a 1954)*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1961.

- _____. *Etno-história e cultura tradicional do grupo angune (nguni)*. Lourenço Marques: Memórias do Instituto de Investigações Científicas de Moçambique, 1974.
- _____. *Fixação portuguesa e história pré-colonial de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1982.
- _____. *O movimento migratório de trabalhadores entre Moçambique e a África do Sul*. Lisboa: Junta de Investigações de Ultramar, 1963.
- _____. *Pequena história de Moçambique pré-colonial*. Lourenço Marques: Fundo de Turismo, 1975.
- _____. *Povos de Moçambique: história e cultura*. Porto: Afrontamento, s/d.
- _____. *Presença luso-asiática e mutações culturais no sul de Moçambique até 1900*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1982.
- RITTER, Ernest Augustus. *Shaka Zulu: the rise of the Zulu empire*. Londres: Longman, 1977.
- ROCHA, Ilídio. *A imprensa de Moçambique: história e catálogo (1854-1975)*. Lisboa: Livros do Brasil, 2000.
- ROSENBERG, Scott; WEISFELDER, Richard F.; FRISBIE-FULTON, Michelle. *Historical dictionary of Lesotho*. Lanham: Scarecrow Press, 2013.
- RYCROFT, David K.; NGCOBO, A. Bhekabantu. *The praises of Dingana [Izibongo Zikadingana]*. Durban: Killie Campbell Africana Library / Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1988.
- SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- SANSONE, Lívio (org.). *Memória da África: patrimônios, museus e políticas das identidades*. Salvador: Ed. UFBA, 2012.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Elaine Ribeiro da Silva dos. *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Luanda (1884-1888)*. São Paulo: Alameda Editorial, 2013.
- _____. *Sociabilidades em trânsito: os carregadores de longa distância na Lunda (1880-1920)*. São Paulo, 2016. Tese - Universidade de São Paulo.
- SANTOS, Gabriela Aparecida dos. "Memórias vivas no tempo: (re) visita à *Aldeia Comunal 1ª de Maio*, distrito de Chokwé, Província de Gaza, Moçambique". In: *Anais do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP*. São Paulo: Associação Nacional dos Professores de História, 2014, p.01-15.
- _____. *Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do sul de Moçambique (1821-1897)*. São Paulo, 2007. Dissertação - Universidade de São Paulo [*Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do sul de Moçambique (1821-1897)*. São Paulo: Alameda Editorial, 2010].
- _____. Tempos passados em *James Stuart Archive*: recontando histórias, entrelaçando narrativas [Resenha de WEBB, Colin de Berri; WRIGHT, John B. *The James Stuart Archive of recorded oral evidence relating to the history of the Zulu and neighbouring peoples*. Pietermaritzburg: University of Natal Press and Durban: Killie Campbell Africana Library, vol. 06, 2014]. *Topoi. Revista de História*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, jul. dez. de 2016, vol. 17, nº 33, p.648-653. Disponível em:

http://www.revistatopoi.org/topoi33/R33_01_648.pdf.

SANTOS, Patricia Teixeira. *Fé, guerra e escravidão: uma história da conquista colonial do Sudão (1881-1898)*. São Paulo: Fap-Unifesp, 2013.

SAUNDERS, Christopher; SOUTHEY, Nicholas; SUTTIE, Mary-Lynn. *Historical dictionary of South Africa*. Lanham: Scarecrow Press, 2000.

SERRA, Carlos (coord.) *História de Moçambique*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane/Tempo, 1982, vol. 01; 1983, vol. 02.

SILVA, Juliana Ribeiro da. *Homens de ferro: os ferreiros na África central no século XIX*. São Paulo: Alameda Editorial, 2011.

SILVA, Angela Fileno da. *"Amanhã é dia santo": circularidades atlânticas e a comunidade brasileira na Costa da Mina*. São Paulo: Alameda Editorial, 2014.

SIMÃO, Abílio Santos. *Gwaza Muthini (1895-2000)*. Maputo: Arquivo do Património Cultural - Instituto de Investigação Cultural, 2000.

SITOE, Bento. *Dicionário changana-português*. Maputo: Texto Editores, 2011.

SLATER, Henry. *Transitions in the political economy of South-East Africa before 1840*. Brighton, 1976. Tese - University of Sussex.

SMITH, Alan K. "The trade of Delagoa Bay as a factor in Nguni politics, 1750-1835".

In: THOMPSON, Leonard (ed.) *African societies in Southern Africa*. London: Heinemann, 1969, p.171-189.

_____. The peoples of Southern Mozambique: an historical survey. *The Journal of African History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973, vol. 14, nº 04, p. 565-580.

_____. *The struggle for control of Southern Mozambique (1720-1835)*. Los Angeles, 1970. Tese - University of California.

- SOUTO, Amélia Neves de. *Guia bibliográfico para o estudante de História de Moçambique*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, s/d.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- SUBRAHMANYAN, Sanjay. *Impérios em concorrência: histórias conectadas nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2012.
- SUTER, Franziska. *John Forbes (1799-1823): the role of the Royal Navy in promoting scientific exploration*. Basel, 2010. Tese - University of Basel.
- SWANEPOEL, Natalie; ESTERHUYSEN, Amanda; BONNER, Philip Lewis. (eds.). *Five hundred years rediscovered Southern African precedents and prospects*. Johannesburg: Wits University Press, 2008.
- SWAZILAND Oral History Project; HAMILTON, Carolyn (ed.). *In pursuit of Swaziland's precolonial past: Kulandza Umlandvo*. Manzini: Macmillan Boleswa Publishers, 1990.
- SWAZILAND Oral History Project; WESTCOTT, Michael; HAMILTON, Carolyn (ed.). *In the tracks of the Swazi past: a historical tour of the Ngwane and Ndwandwe kingdoms*. Manzini: Macmillan Boleswa Publishers, 1992.
- SWIEGERS, Gertrude Maylene. *Britain and the labour question in South Africa: the interaction of state, capital, labour and colonial power, 1867-1910*. Bloemfontein, 2014. Tese - University of The Free State.
- TABLER, Edward C. *Pioneers of Natal and Southeastern Africa (1552-1878): 244 authoritative biographies of hunters, traders, explorers, missionaries,*

sportsmen. Natal, Swaziland, Transvaal lowveld, Southern Mozambique.

Glossary and bibliography. Cape Town: A. A. Balkema, 1977.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular Tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Leonard (ed.). *African societies in Southern Africa.* Londres: Heinemann, 1969.

_____. *A history of South Africa.* Johannesburg/Cape Town: Jonathan Ball Publishers, 2006.

_____. "Co-operation and conflict: the Zulu kingdom and Natal". In: WILSON; THOMPSON, Leonard (eds.). *The Oxford History of South Africa.* Oxford: The Clarendon Press, 1969, vol. 01, p.334-390.

TILLY, Charles. *Contentions performances.* Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

TRAJANO FILHO, Wilson (org.). *Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos.* Brasília: Aba Publicações, 2012.

TURNER, Victor. *Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu.* Niterói: Ed. UFF, 2005.

TURRELL, Robert Vicat. *Capital and labour on the Kimberley diamond fields, 1871-1890.* Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

VAIL, Leroy (ed.). *The creation of tribalism in Southern Africa.* Oakland: University of California Press, 1991.

VALE, Maíra Cavalcanti. *Prosa que tece a vida, estórias de mulheres em KwaZulu-Natal, África do Sul.* Campinas, 2013. Dissertação - Universidade de Campinas.

- VALE, Peter; HAMILTON, Lawrence; PRINSLOO, Estele H. (ed.). *Intellectual traditions in South Africa: ideas, individuals and institutions*. Pietermaritzburg: University of KwaZulu-Natal Press, 2014.
- VALLE, Ernesto Torre do. *Diccionarios shironga-portuguez e portuguez-shironga*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1906.
- VAN DER MERWE, Petrus Johannes. *Die Matabeles en die Voortrekkers*. Pretória: Staatsdrukker, 1986.
- VICENTE, Filipa Lowndes (org.). *O império da visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, 2014.
- VILHENA, Maria da Conceição. *Gungunhana: grandeza e decadência de um império africano*. Lisboa: Edições Colibri, 1999.
- _____. *Gungunhana no seu reino*. Lisboa: Edições Colibri, 1996.
- VANSINA, Jan. *La tradición oral*. Barcelona: Labor, 1968.
- WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- WAGNER, Roger. Zoutpansberg: some notes on the dynamics of a hunting frontier. *Collected Seminar Papers on the Societies of Southern Africa in the 19th and 20th centuries*. Londres: Institute of Commonwealth Studies, 1976, p.32-41.
- WALKER, Eric A. *A history of Southern Africa*. Londres: Longmans, Green & Co, 1928.
- WARHURST, Philip Robert. *Anglo-Portuguese relations in South-Central Africa (1890-1900)*. Londres: Royal Commonwealth Society by Longmans, 1962.
- WEBB, Colin. "Great Britain and the Zulu people, 1879-1887". In: THOMPSON, Leonard (ed.). *African societies in Southern Africa*. Londres: Heinemann, 1969, p.302-323.

- WEBSTER, David J. *A sociedade chope: indivíduo e aliança no sul de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2009.
- WELSH, David. *The roots of segregation: native police in Natal, 1843-1910*. Cape Town: Oxford University Press, 1971.
- WEST, Harry G. *Kupilikula: o poder e o invisível em Mueda, Moçambique*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2009.
- WHEELER, Douglas L. Gungunyane the negotiator: a study in African diplomacy. *The Journal of African History*. Cambridge: Cambridge University Press, out. de 1968, vol. 09, nº 04, p.585-602.
- WILSON, Monica. *Divine kings and the "breath of men"*. Cambridge: Cambridge University Press, 1959.
- _____. "Nguni markers". In: PEIRES, Jeff B. (ed.). *Before and after Shaka: papers in Nguni history*. Grahamstown: Institute of Social and Economic Research of Rhodes University, 1981, p.145-159.
- WRIGHT, John B. Making the James Stuart Archive. *History in Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, vol. 23, p.333-350.
- _____. *Mfecane* debates. *Southern African Review of Books*. Cape Town: South African Writers, 1995, p.18-19.
- _____. Political mythology and the making of Natal's *mfecane*. *The Canadian Journal of African Studies*. Toronto: Canadian Association of African Studies, 1989, vol. 23, nº 02, p.272-291.
- _____. Pre-Shakan age group formation among the Northern Nguni. *Natalia*. Pietermaritzburg: Natal Society Foundation, 1978, nº 08, p.22-30.

- _____. Socwatsha kaPhaphu, James Stuart and their conversations on the past, 1897-1922. *Kronos: Southern African histories*. Cape Town: University of Western Cape, 2015, vol. 41, p.142-165.
- _____; HAMILTON, Carolyn. "Traditions and transformations: the Phongolo-Mzimkhulu region in the late eighteenth and early nineteenth centuries". In: DUMINY, Andrew and GUEST, Bill (eds.). *Natal and Zululand: from earliest times to 1910*. Pietermaritzburg: University of Natal Press/Shuter & Shooter, 1989, p.49-82.
- _____; MANSON, Andrew. *The Hlubi Chiefdom in Zululand-Natal: a history*. Ladysmith: Ladysmith Historical Society, 1983.
- XAVIER, Ângela Barreto. *A invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2015.
- ZAMPARONI, Valdemir Donizette. *De escravo a cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique*. Salvador: Ed. UFBA, 2007.
- ZIEGLER, Philip. *Legacy: Cecil Rhodes, the Rhodes Trust and Rhodes Scholars*. Yale: Yale University Press, 2008.
- ZWINOIRA, Robert T. "Some toponyms and ethnonyms of Swaziland". In: *African ethnonyms and toponyms: reports and papers of the meeting of experts organized by Unesco in Paris, 03-07 July 1978*. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organizations (UNESCO), p.23-38.

1.1.

"Os de Gungunhana vinham de zagaia, perto assim... antes de chegar, onde eu estou, eu atiro nele... por isso que é esse nome de tchópi... é o [som do] tiro [de flecha]...". Entrevista com Júlio Banze (à esquerda). Cidade de Maputo, Província de mesmo nome, Moçambique.

Fonte: foto da autora. Julho de 2013.

"Ali, em Mandlakazi há aquela árvore... era a sombra de Gungunhana... não conseguiram tirar, os portugueses... não sei, esse Ntondo... não conseguiram... uma sombra grande... quando chegares, lá na [sede da] administração [da vila de Mandlakazi], há de ver... era a sombra de Gungunhana esse Ntondo... não sei..."*. Entrevista com João Mucavele (à direita). Cidade de Maputo, Província de mesmo nome, Moçambique. Fonte: foto da autora. Julho de 2013.

**Ntondo*. Nome científico: *Cordyla Lour*. Árvore da família *Fabaceae*. Usa-se as raízes para fins medicinais. QUATTROCCHI, Umberto. *CRC World Dictionary of medicinal and poisonous plants: common names, scientific names, eponyms, synonyms, and etymology*. Londres: Taylor & Francis Group, 2012, p.1128.

1.2.

Vila de Mandlakazi, sede do Distrito de mesmo nome. Província de Gaza, Moçambique.

Fonte: foto da autora. Julho de 2013.

1.3.

Lagoa Sule. Área da primeira povoação de Gungunhana, após a sua transferência para o sul. Vila de Mandlakazi, no Distrito de mesmo nome. Província de Gaza, Moçambique.

Fonte: foto da autora. Julho de 2013.

1.4.

A "árvore do Gungunhana", segundo João Mucavele, próxima à lagoa Sule. Área da primeira povoação de Gungunhana, após a sua transferência para o sul.

Vila de Mandlakazi, no Distrito de mesmo nome. Província de Gaza, Moçambique. Fonte:

foto da autora. Julho de 2013.

1.5.

Escrito à mão, no verso da foto: "*Foto tirada pelo Drº. G. Liengme. Exército no fundo. Os Indunas usam o seu shidlalo [xidlodlo/isi-Coco, a coroa de cera], sinal de sua alta hierarquia e dignidade. 1893-95. Mandlakazi*". Fonte: Arquivo Histórico de Moçambique.

Fototeca. Icon. 3593. Arm.05. Gav.10-A. (tradução livre)

1.6.

Escrito à mão, no verso da foto: "*O exército de Gungunhana reunido. Mandlakazi. 1895. Foto do Drº. G. Liengme*". Fonte: Arquivo Histórico de Moçambique. Fototeca. Icon. 3595.

Arm.05. Gav.10-A. (tradução livre)

1.7.

Escrito à mão, no verso da foto: "*O exército reunido. 1895. Mandlakazi. Foto do Drº. G. Liengme*". Fonte: Arquivo Histórico de Moçambique. Fototeca. Icon. 3597. Arm.05. Gav.10-

A. (tradução livre)

1.8.

Escrito à mão, no verso da foto: "*Mandlakazi. 1895. O exército de Gungunhana recebe a medicina de guerra. Foto: Drº. G. Liengme*". Fonte: Arquivo Histórico de Moçambique.

Fototeca. Icon. 3608. Arm.05. Gav.10-A. (tradução livre)

Capítulo 1

(I). "Their appearance was warlike, and had a striking effect as the extensive line moved through the various windings of the path. The grass being wet, they were observed taking particular care to keep their shields above it, as the damp would render them unserviceable; the spears attached to them, being thus elevated, were often seen glittering in the sun above the brow of the hill".

(II). "their occupations, modes of subsistence, &c. the nature of the soil, and also of the productions of the surrounding country".

(III). "marching along the bank in large and regular parties".

(IV). "to the southward of Mapoota there exists a tribe of warlike Kaffers, called Zoolos, but by the Portuguese Vatwas, being the same as the ancient term Batwa, or Butwah: the people of Delagoa call them Hollontontes, doubtless a corruption from Hottentots, as they come from the south, which is considered their country; this name they must have become acquainted with when the Dutch first settled on English River, about a hundred and twenty years back".

(V). "were shy, and kept away from us, until the Temby people, who appeared to be their allies, prevailed upon them to approach by assurances of our friendly disposition".

(VI). "they appeared to have a better idea of the value of arms in troubled times than the Temby people, for, on being pressed to part with theirs for trinkets, they pertinently silenced the proposer by requesting the interpreter to ask if 'when a white man was in an enemy's country he ever sold his arms?'".

(VII). "The thick clouds that overcast the heavens rendered the night dark and gloomy; all was hushed in the deepest tranquillity, when, a few minutes before midnight, the attention of one of the sentries, who was placed in the advance, was attracted by a white object, that appeared as if rising and slowly moving towards him from the long grass and bushes; he instantly gave the alarm, and at the same moment received two assagayes in the thigh, and, as he retreated, was pierced by another in the back, which, being barbed, remained in the flesh. Lieutenant Vidal had been occupied in observing the stars, and was in the act of replacing his instruments to return when the sentry's cry reached his ears; he started up, and at the instant a band of Hollontontes, with their shields and spears, rushed towards the tents uttering the most hideous yells. The appalling idea that the people would be massacred in their sleep flashed across his mind, and he rushed to the to the encampment with his utmost speed, crying loudly, 'to arms! to arms!'. It was enough; the alarm was reechoed, the rise instantaneous, and the murdering band were received at the entrance of the tents with volleys of balls and bayonet points. The constant flash and roar of the muskets, with the horrid yells of the assailants, breaking upon the still dark gloom, produced a terrific scene; an occasional groan however, as a ball found its fleshy bed, and the falling of some, soon intimidated the barbarians, and, after a short but desperate struggle, the cries of war and defiance were changed into shrieks of terror and dismay, followed by a precipitous retreat, not, however, forgetting their wounded, whom they carried off. It would not have been prudent to pursue them, as their number was not known, or what succour they had at hand: but the firing was kept up through the bushes as long as they could be seen or heard. (...) The suddenness of this attack, as may be

supposed, created some confusion, but did not in any respect check the courage of the people, or paralyze their efforts, which were prompt and decisive".

(VIII). "there was now on every face in Temby the most lively satisfaction at our demonstrations of friendship, which they had before some reason to doubt, as one of their princes was with Chinchigany and his Zoolos when they attacked Mr. Vidal and his party, and as the place was in the territories of Temby, they naturally expected to be treated as enemies; these fears once removed they were always ready to take advantage of our friendship".

Capítulo 3

(I). "It was just after Tshaka had sent his forces [they had to go on without coming home] on after Sotshangana that he was put to death. (...) It was then that they [Shaka's brothers] plotted and killed him, the impi at the time being away at Sotshangana's. It returned to find Shaka dead and it returned dying too along the way, for it was attacked by malaria. The men returned in ones, two, fives, etc. at a time. (...) My father (Nongila) left the Sotshangana campaign, and returned ill with malaria and nearly died"

(II). "I knew Dingana well. (...) I got my name of Tununu from him. At the time of my birth there was a dearth of food. Izitununu went about hungry to various parts of the country, carrying food or seeking for it. They suffered. One morning, hearing my father's wives laughing, Dingana emerging from his ilawu, asked (...) what was the matter. They told him one of the women had just been delivered of a child, a boy. That boy was myself. Dingana thereupon gave me the name of Tununu".

(III). "This is the country which is described by old geographical writers as the land of Sofala (or Ophir) and Monomotapa, and as being very rich in gold: the quantity of gold exported thence in former days by the Portuguese is stated to have amounted to millions annually, and large and wealthy cities are described as having existed there".

(IV). "killing all the men unfit, from age or otherwise, for going to battle".

Capítulo 4

(I). "In August of 1870, a deputation or embassy to Natal arrived from Umzila, King of Gasa (who ruled all the country from the Umkomogazi, or King George's River, at Delagoa Bay, to the Zambezi), making certain political representations, and requesting the Natal Government to send one of their officers to confer with him. The Lieut.-Governor, Mr. Keate, asked me whether I would undertake the mission, to which I readily consented. He informed Umzila's embassy that they could return to their own country, and that I should be sent thither, as I had formerly travelled in the southern part of his country, and did not dread the local fevers, or the necessity of travelling on foot; and as I was the son of the one of the higher officers of his Government, I was fit to represent them".

(II). "that my dark friend the Governor of Lorenzo Marques, had written to say that he had taken the responsibility of refusing me leave to proceed on my mission; and that therefore the Governor at Inhambane must not exercise his own prerogative in the matter. However, the latter told me that he would certify that I had presented my passport, which would enable me to travel anywhere within his district of Inhambane. He said that it extended a considerable distance, waving his hand around 180° of the horizon. The sea bounds it to the east. He added with a

cynical smile, that if I went among the independent native states he would not be responsible for my safety. At this was all the permission I wanted, I made preparations for a start".

(III). "He came that night, but did not speak to me till next day. I told him the purpose for which I had come, and that Mr. Dubois and the goods had gone up the Umkomogazi with the intention of coming here, and asked if he had heard anything of them. He said he knew nothing of my mission or of Mr. Dubois. I was rather astonished at this, as we had been directed to come to his kraal to obtain bearers from him for the goods. I had noticed along the road that none of Umzila's people had received any intimation of the expected arrival of a mission of white people from Natal; but I conceived that the great man of the Biyin (as this country is called) would know all about it when I got there. He admitted next day that he did know about the expedition, but that it was not sent through him; that he had nothing to do with it; and that if it was true that Umzila wanted to make friends with white men, he did not".

(IV). "On Thursday, the 18th of July, at 8.37 a.m., an earth-quake from the north-west passed by to the south-east. The ground did not shake much, but there was a loud rumbling noise. It lasted three minutes. The next morning, at 4.41 the shock was repeated. We were asked by Umzila if we caused it; I wished to say it was the growl of the Government at our waste of time, but my companion advised otherwise. I therefore replied that I knew no more about it than he did. (...) I announced my wish to return to Natal via Zoutpansberg, and asked for carriers. The King consented; and it was arranged that Mr. Dubois, with the ivory, should pass out via Inhambane and the sea route, whilst I returned by land...".

(V). "...when, in August 1870, a deputation or embassy from Umzila, King of Gasa, who rules from King George's River, at Delagoa Bay, to the Zambezè, arrived at Natal, apologizing for the ill-treatment Mr. Erskine had met with from his people on the Limpopo, and begging that he or some other person might be sent to establish friendly relations with them for trade and labour, and particularly that a ship with goods should be sent into the Limpopo, when he would 'load it down' with ivory, Mr. Erskine had never ceased to regard the blank in the map north of the Limpopo as his property, and jumped at the opportunity when offered the mission by Lieutenant-Governor Keate, supplying a great portion of the goods required himself, the coast of which was afterwards paid by the Government. He sailed in a schooner in June, 1871, with Mr. Robert Dubois...".

(VI). "On the ninth day he came to a chief, called Umveomus, who spoke Zulu, and when he heard that Erskine was going to Umzila's on a mission he said it was good. "And is it true that the British Government is going to take the country? That will be good; there will be no more running into the bush to avoid the asegai". He was sorry to have to disabuse him of the idea, and said he was come to arrange for the people to go and to come from Natal to labour and trade in safety. He said that was good; but that the English must take the country (...). He asked him why they did not like the Portuguese? to which he replied, that they shut themselves up in their walled towns and did not govern; but they wanted powerful white chiefs to live among them, strong to punish and reward, and who could protect themselves and their subjects".

(VII). "...complaint was, that the Natal Government had not sent him the guns he asked for, and powder, although it was explained to him that we could not arm him

against the Portuguese, with whom we were in friendly terms, and this although they themselves sell guns to the natives in any numbers".

(VIII). "These messengers have twenty attendants to wait on them.

Umzila, king of the country between the rivers which empty themselves into the Bay of Delagoa and the Zambesi, has sent us to the Government of Natal, to ask to be accepted as its ally, friend and tributary.

Umzila has plenty of ivory and other things which the subjects of the Government of Natal value and he has heard that Natal possesses many things which he and his people require and have no means of obtaining; he also finds that some tribes benefit largely by their people going to the Colony to work for what they may desire to possess, and he wished his people to have the same advantages, but he says this latter cannot be had without peace and he sends to ask for peace.

He begs in the first place, that the Government of Natal will send an officer with a ship to enter the mouth of the Imiti (Limpopo) River, he has directed that Dubule shall be left here to accompany such officer in the ship, and the moment the vessel has entered the river, to send intelligence to the King of its arrival, when every necessary assistance will be afforded to the officer to convey him to the King, who is anxious to prove the sincerity of his request to be allowed to become a tributary of this Government, by sending it a present of ivory, which the ship alone can carry.

Umzila desired us to represent that some years back, a dispute between himself and his brother Mawewe about the succession to his father's chieftainship, caused a civil war, which resulted in the defeat of Mawewe and his flight to the Amaswazi, that the latter took up Mawewe's cause and made an attack upon Umzila and carried off large numbers of his people's cattle, in consequence of which he has been obliged to withdraw his people from their old country and place them further

north; he begs this Government to signify its wish to the Amaswazi to refrain from interfering with a quarrel that does not concern them, and which has been settled by an appeal to arms, so that Umzila's people may re-occupy in peace their old country.

Umzila requests that the Government will place eyes of its own in some part of the territory between the country occupied by the Amaswazi and Umzila, to see whether the wishes of the Government are obeyed or not, and if not, by whom?

Umzila suggests that the Chief Sotondozi, who is a subject of the Government of Natal and who is related to Umzila, may be selected for this service; he would then be a medium of communication between Umzila and Natal, and people going to Natal to seek for work, would feel safe after passing him on their way to the Colony.

Umzila ordered us to be earnest and pressing in own representations; he is anxious for peace and this Government alone can give it, by proclaiming its word. It is hard to be always at war or ready for war, death from the assegai is invariably followed by worse death from fever; for these two kinds of death are the constant companions one of the other. He also desired us not to delay in our mission, but to accomplish the object of it as soon as possible, and return immediately and bring him good tidings leaving Dubule son of Umandela to bring the ship with the officer".

(IX). "I asked how they thought it possible, that this Government being so far off, could give them peace? They replied, the Zulus are your neighbors, they are the most powerful and most warlike of all black nations, they are ranked by us and by themselves as tributary to you, they do nothing serious without first reporting to you, - the Amaswazi are next to them in position and power, - the Zulus used to

attack the Amaswazi every year, until you expressed your wish that they should not do so, and the Amaswazi have since enjoyed peace and have the protection which calling themselves your vassals, gives them. - We ask for that same protection and that the Amaswazi may be told that we have been accepted, we shall then have peace too; why should they forget the source of their safety? why, when they have received peace and quiet at your hands, should they destroy our peace?".

(X). "...He saw the things and said he was disappointed because there was not a shipload of guns and that all the things we had brought he could extract as tribute from the Portuguese at Sofala and Tete - He then said he wanted guns and and nothing else. He heard the messages read and the replies given and asked if I had been entrusted with anything further from the Government - I told him that if he showed himself worthy of their friendship by ameliorating the condition of that portion of his people, called 'Tongas', - or conquered inhabitants whom his armies had overthrown and those who his father had conquered before him, - so that the rights of property could be screwed to them and if he allowed unfettered intercourse between them & Englishmen both in trading transactions and for the purpose of engaging them to proceed to Natal to work on the sugar plantations when such engagements were voluntarily made by themselves then would be no difficulty in removing Mawewe from being a "stump in the path" -Umzila required a decided answer whether the Government would get Mawewe killed!!! I gave him a decisive answer that he would not, - but that he might be removed from his present proximity to him and a country set aside for his use so near to the Natal Government that he could easily be looked after and kept in check. I asked him whether he intended to issue proclamations amongst his people to the effect that

any who chose to go out to Natal with me could do so and promulgating generally the object which had brought me into his country - He replied that when all diplomatic relations were on a satisfactory footing he would be prepared to do so, - but not now (...) he said that there was a stump in the road and until that could be removed nothing could be done - I pointed out that the stump only stood in one pathway but that there were numerous others. He reiterated the same excuse - I then saw that the more I impressed upon him the importance of the subject the more he thought that he had something that the Government valued and would do anything to obtain - Thinking perhaps that if a few of his people went now, no power could control the rest from going hereafter and (...) imagining that the Government were willing to promise anything so as to obtain this first emigration and would then failed to fulfil their promises, - he probably determined to obtain his political views first carried out before he furthered their desires, - (...) the main section of the inhabitants are those held in abject subjection by the so called Umgonis or Zulus - These people cannot leave their districts without the permission of their chiefs & all their property is at the mercy of any Zulu that chooses rob them. These are the people that it is so desirable to obtain as they are not used in war and consequently are not so liable to break their engagement, - return to their country, - on rumors of war, - as experience has taught us, some other tribes are. (...) The mere expression of Umzila's wish that they should accompany me to Natal and a proclamation that the rights of property would be conceded to them would have caused a large exodus towards this Colony - (...) He declined to send any communication so he said I must return and make my report - His people when they returned to Natal must hear something definitive about Mawewe - He said there will be plenty of time to discuss Sotondosi and the other

affairs when Mawewe is gone and my country is at peace. I then presented all the goods I had with me, - both those already paid for by the Government and those obtained on my personal credit, - in the name of the Natal Government - He did not order them to be removed but left and returned to his kraal. Days passed by and to our repeated enquires and requests as to when he would conclude the bussiness and send for the "present" he made numberless excuses, (...). Thus July nearly came to a close before the matter was settled. At last he sent down one large tusk as a greeting to yourself and ten others as part of that to the Governement - (...). In about four days time the Indunas came down and talked very much about the power and strenght of the 'King of Gasa' and said that he acknowledged the power of the English and their Natal kafirs but he was not afraid of them - the Zulus were a good shield between him and them (...). That he did not care for the Swazis as they could not fight in his bush closed country. (...) I told Umzila that I considered that I had been badly treated by him but he denied it and said that no other white men had ever had beasts slanghtered for them and that when I returned again I should be accomodated in his own kraal which privilege no other white man had hitherto enjoyed. That we had been playing at cross purposes - He said 'messenger always made mischief but that now I could come straight to him wherever I liked without hindrance and that things would go more smoothly in future' (...) When the messengers returned with the guides they reported the route (...) I preferred going out via Lydenburg - Umzila consented to this and I accordingly started on the 29th of July last...".

(^{xl}). "why I had said that Umzila wished to Conza (that is servue or became subject) to the Natal Government - He did not wish to Conza to anyone he wished to be

friend with all and only to Beka-isandhla (that is, curry favour) with the Natal Government - that was all".

(XII). "In the afternoon a number of drunken councillors came down, and gave me two goats and much insolence, saying the King could not see us until his messenger arrived..."

(XIII). "In delivering the message Umzila said that he wished to Bega-zandhla not Conza to the Government. I said yes that I knew it had formerly translated it improperly as Conza".

Capítulo 5

(I). "I went to Mzila's to fetch skins of blue monkey, genet, leopard and otter, and gunpowder, caps, and lead when about to fight against white people. Cetshwayo asked for these things".

(II). "The native at the diamond mines belongs to a superior and dominant type called, in general, Kaffirs, who have overrun and conquered the territory south of the Zambesi river (...) from a region of teeming population, between 16° and 22° of south latitude - that is to say, from the country between the Zambesi and Limpopo rivers, beyond the northern border of the Transvaal Republic".

(III). "These natives have been pouring in crowds into the diamond fields for seven years, at the rate of 30,000 a year; each gang of from thirty to forty men, after a journey on foot often of 1,000 miles, during which many of them die from starvation and cold, remaining and working only just long enough to supply each member of it with gun and ammunition - i.e., about three months - and then returning to their land. They carry back no money, but simply a gun; and they come for nothing else".

- (IV). "A person coming from Zululand would be made an induna of a regiment".
- (V). "obtenir du roi Lo Bengula la permission de résider dans ses états".
- (VI). "une troupe de (...) Abagasas, qui venaient conduire solennellement au souverain des Matabélés la fille du roi Umzila".
- (VII). "Le Gasa-Land ou pays des Abagasas sur lequel domine actuellement Umzila et ses Zoulous, est limité, dit-on, au nord par le Zambèse; au sud par le cours inférieur de l'Umkomati ou St-Georges-River, qui se jette dans la baie Delagoa; par le Transvaal et le royaume des Matabélés à l'ouest, et par la mer à l'est. Les Portugais, maîtres autrefois de toute la côte et d'un territoire considérable dans l'intérieur, ne conservent actuellement que les localités de Sofala, Chiloane (ou Chuluwan), Inhambane et plus au sud Lorenzo-Marquès".
- (VIII). "l'un de nos deux guides matabélés vient de mourir de la fièvre; presque tous les hommes du cortège envoyé par Lo Bengula ont souffert des attaques de la malaria; et cependant, je dois le supposer, c'est l'époque saine de l'année".
- (IX). "Lo Bengula, le 30 juillet dernier, a envoyé au kraal de son beau-père Umzila une ambassade composée d'une vintaine de chefs matabélés".
- (X). "Ce chef ne veut pas que nous ayons des rapports avec les Portugais; or, la voie la plus courte pour nous approvisionner, c'est évidemment la côte de Sofala. Umzila déteste les Portugais".
- (XI). "Jugez de la joie que nous avons éprouvée en les revoyant après plus d'une année de séparation, et quando nous les croyions à peu près perdus. Leur présence nous rappelait en même temps les deux vaillants missionnaires que nous pleurons, les RR. PP. Law et Wehl. Cette expédition nous a coûté bien cher, et ne nous a ouvert, du moins pour le moment, aucune perspective favorable pour

l'évangélisation de ces contrées...". "Lettre du P. Croonenberghs. Gubuluwayo, 21 octobre 1881".

(XII). "one Induna, his only body guard, sitting under a tree not far from his kraal. My boy spread a fine blue blanket before the king for him to sit on, but he refused, saying the ground was accustomed to him. The Induna saluted us all for Umzila, and immediately I began laying the business of our coming before the king. (...) Umzila gave excellent attention to all that was said from first to last. (...) I began by stating where I came from and who sent me, and called his attention to the Natal mission (...). Then I mentioned the good which it was hoped would accrue, both spiritually and temporally, from a mission in his land, and that I had been sent on purpose to take back his permission for the missionary to come and begin labors among his people. Umzila then asked the name of our king, and of the Indunas who sent me. I gave the name of President Garfield, and described our government; and for Indunas gave the names of the officers of the A. B. C. F. M. (...) . The king could not understand how I knew so much of Natal, but the matter was duly explained. He then inquired after Cetewayo. I reported him well and safe, and that I hoped to see him soon returned to Zululand. The sun had now set and the king reminded me that it was time to go. So I bade him good-by, shaking hands with him, and he promising to call me again as soon as his chief Induna, Magajou, should come".

(XIII). "the king asked me to repeat what I had previously told him, so that Magajou, who was now present, should hear. I did so. Then many questions were put on many subjects. (...) Could I cure various diseases? Could I make powder? This latter question he discussed at length. I finally agreed to tell them how it was made, but they must find the ingredients and do the work themselves. Magajou was quite imperious about the powder, and made it a sine qua non of our returning. He said

he must be taught to make powder first, then we could go on with our ordinary work".

(XIV). "he did not insist on our bringing powder so much as on bringing our wives. He wished us to come to stay, if we came at all"; "an old copy of the Testament, much used by Mr. Pinkerton on his expedition".

(XV). "I am sent by my Chief to this Government as the last time I was here, was shortly before the Zullo war. I am directed by my Chief to ask how the Transvaal and Zulu people now stand towards the English Government".

(XVI). "The Transvaal people are still under the rule of Her Majesty as Supreme Chief, but the Queen has been graciously pleased to allow them to manage their own affairs (...) their own country, but everything respecting their relations to people outside their boundaries is to be done through the Queens officer who lives at Pretoria. The Zulus are friends of the English and the Queen has placed an officer in Zululand to counsel the thirteen chiefs who won rule there, and to be the eyes and the ears of the British Government. The Governor of Natal says that the English now as always are friends of Umzila and of his people. The Governor thanks Umzila for the three tusks and begs Umzila to accept a present from the British Government".

(XVII). "The Lieutenant Governor is glad to hear that a number of natives belonging Umzila's tribe are now employed in useful and profitable labour in Natal. If a much larger numbers came they will meet with no difficult in finding similar employment and good treatment. The Lieutenant Governor will always be glad to receive any message Umzila may wish to send to this Government".

(XVIII). "our natives were drawn up in five lines, with several forces intervening. The Mangani came on in regular Zulu custom, a solid phalanx, which immediately took

crescent form and began to surround the Kasadora, or our natives. The first line of Kasadora fired and fled, the second and others followed their example, and after the first volley from each line not a shot was fired".

(XIX). "about 300 braves appeared with all their war-trappings on. They came in small squads, making a good deal of noise, singing Manjova's praises, etc., till after they were saluted by the chief".

(XX). "confederates through intermarriage".

(XXI). "A little to the northwest of Umzila's old kraal is the now famous region known as Mashonaland, which has recently come under the control of the British South Africa Company. This is the new 'Eldorado', about which marvelous stories are told as to the salubrity of its climate, the fertility of its soil, the diversity of its products, and above all as to its mineral wealth".

(XXII). "leader of the British South Africa Company"; "The Wesleyans have many converts in South Africa, who have gone northward as colonists and miners, and this fact gives them an advantage in efforts for the evangelization of the natives".

(XXIII). "It had been proposed that a deputation from the mission should visit King Gungunyana at his present capital, near the mouth of the Limpopo River, and ask his consent for the establishment of a mission station near Umzila's old kraal, where Messrs. Bates and Wilder found Gungunyana in 1888. But from information received from persons who well understood the situation, it was decided that Mr. Wilcox and Dr. Thompson should proceed at once, by way of Beira and the Pungwé River, to select a suitable location, anticipating Gungunyana's consent. On the steamer which they took north they met Sir Cecil Rhodes, the South African Premier, who gave them every assurance of protection and the promise of a tract

of 3,000 acres on the plateau above Umzila's old kraal. This district is now said to be under British protection".

(XXIV). "It seems that the Lord has thrown the door open for us which was closed by Gungunyana's reply to Messrs. Wilder and Bates in 1888, refusing them admission to his country".

(XXV). "Une autre cause de mécontentement des indigènes, ce furent les travaux de corvée, dit "chibalou", que les autorités portugaises réclamèrent d'eux, coup sur coup, durant ces dernières années. La ville de Lourenço Marques se développait: la municipalité avait fait de beaux plans pour macadamiser les rues. Dans il fallait des travailleurs. On s'adressait aux chefs pour les fournir. Le gouvernement payait généralement ces manœuvres à raison d'un shilling par jour. Mais comme les indigènes gagnent jusqu'à deux à trois shillings au service [...] davantage encore à Johannesburg, ces travaux de corvée n'étaient plus pas populaires. Du reste ils devenaient si fréquents, surtout à Zihlahla e Matola, pays proche voisins de la ville, que les indigènes en étaient (...) [fatigués]. Ils refusaient à leurs chefs de s'y vendre, déclarant qu'ils n'avaient plus le temps de réparer leurs propres maisons. (...) Un beau samedi les blancs firent saisir Sigaulé, leur chef, sa mère et d'autres grands e les amenèrent en ville disant: "nous le garderons prisonniers jusqu'à ce que des travailleurs viennent les libérer. S'il n'en vient pas, on les enverra à Moçambique". Le Mercredi suivant, des hommes d'âge mûr, des hommes à couronne (c.a.d. ceux qui portent la couronne de cire de notables) arrivèrent, e s'offrirent pour délivrer leur chef. Les jeunes gens avaient persisté à refuser en disant: "nous venons de la corvée, comment pourrions-nous y retourner déjà" (témoignage de l'indigène Ch. G.). Il arrivait assez souvent qu'on saisissait en pleine rue des hommes pour les mettre de force aux travaux du gouvernement. (porter de l'eau, faire divers

services à la maison de la Pointe Vermeille, occupée par les autorités, aller casser de pierre au Lebombo, porter des paquets pour les résidents de Gaza). Enfin, un grand travail de corvée, fut imposé à tout le pays durant la première moitié de 1894: celui de pratiquer de grandes routes d'un bout à l'autre du pays, pour réunir directement les capitaux de chacun de petits royaumes au poste militaire de Angoana. Cet ordre fut refusé par le gens de Mapoute. Tous y virent une mesure stratégique, comme si les blancs leur intimaient l'ordre d'ouvrir eux-mêmes les portes de leur pays aux canons qui iraient les soumettre. (...). Mais une autre cause de la rebellion, la grande cause, celle qui, à elle seule, aurait suffi à expliquer comment la paix du district fut troublée, c'est la conscription forcée, autrement dit = l'arrestation dans les rues d'indigènes qui étaient ensuite déportés dans d'autres pays comme soldats. (...) Disons, pour éviter tout malentendu, que beaucoup de criminels ont été ainsi déportés cas tout différent. Lorsque la faute était très grave, les indigènes reconnaissaient que cette punition était juste et convenable. Lorsqu'elle n'avait été que légère, ils auraient préféré que le coupable fût emprisonné puis relâché à l'expiration de la peine, comme ils le voyaient faire au Transvaal, chez les Boers. (...) Ces déportations, cette conscription forcée était un épouvantail terrible pour les indigènes (...). "La raison pour laquelle nous sommes fatigués des blancs, c'est qu'ils nous saisissent, en grand nombre, et nous envoient dans d'autres pays. Il y en a beaucoup de notre peuple qui ont été ainsi déportés. Ils nous appellent pour leurs travaux, en ville. Nous y allons, et voilà qu'ils nous prennent! Moi aussi, ils m'ont dit qu'il me saisiraient et me déporteraient". Ces paroles nous révèlent encore une autre cause de la guerre, ou plutôt de la résistance de indigènes en 1894: c'est la manière en laquelle leurs chefs furent traités ou menacés. (...) Le chef pour ces divers clans, est le centre

vivant de la nation, la représentation de l'unité nationale. Lui disparu, le peuple demeurent comme un troupeau sans berger".

(XXVI). "La crainte d'être saisi en tribunal et déporté, l'assurance que l'on trancherait le litige d'un manière contraire à ce qu'il envisage comme la justice, l'engagèrent à rester chez lui dans son village de l'autre côté du Nkomati".

(XXVII). "les soldats blancs de la police, au nombre d'une soixante furent envoyés à Angoane. La guerre était décidée. Le gouvernement avait résolu de punir Mahazoule: mais il est évident que cette petite troupe ne suffisait pas et l'on s'adressa, par conséquent aux autres régules, pour obtenir des auxiliaires".

(XXVIII). "'Quel mal Mahazoule a-t-il fait?' disaient les gens. 'Si nous lui reconnaissons une faute, nous irions volontier, comme lorsque nous accompagnons les blancs pour forcer Chirindja, Manyisa et Ntimane à payer l'impôt. Aujourd'hui nous ne voyons pas quelle est la faute pour laquelle nous irions tuer Mahazoule'. Les conseillers de Nouamantibyane étaient décidés à refuser absolument. Quant au chef lui-même, il comprenait, malgré sa jeunesse, le granté de la situation. Ne pas se rendre a l'appel du gouvernement, c'était se constituer révolte. C'était la guerre, et il la craignait beaucoup".

(XXIX). "C'est en 1892 que nous fîmes notre première visite à Goungounyane. Il y avait une année qu'il était arrivé du Mosapa, à l'extrémité septentrionale du royaume de Gaza soumis à son autorité, pour se fixer près du lac Soulé, au Nord de l'embouchure du Limpopo. Sa première résidence était à peine terminée qu'il l'abandonnait pour s'en faire construire une plus convenable à quelques kilomètres au Nord-Ouest de ce lac. Mais plusieurs de ses femmes étant décédées tôt après, il décida d'abandonner ses nombreuses huttes, pour se soustraire aux mauvais esprits. Les osselets lui désignèrent un endroit plus favorable, à 40

kilomètres plus au Nord-Est, sur une colline de sable entourée de vastes forêts et d'une plaine marécageuse appelée Mangwaniane. C'est là que nous l'avons rencontré".

(XXX). "afin d'y recevoir ses ordres et être aspergée d'une médecine destinée à donner à chaque guerrier force et courage afin d'être vainqueur".

(XXXI). "the Portuguese authorities began to show signs of more active and extensive operations in Gazaland".

(XXXII). "the Eastern border of the Transvaal was guarded by armed bodies of natives belonging to Gungunyana, who were instructed to prevent all natives from leaving the country".

(XXXIII). "Le sorcier entra dans le cercle, un paquet de branches à la main, suivi de deux de ses acolytes dont l'un portait un grand pot indigène rempli de la fameuse médecine. Le médecin plongeait son espèce de balai dans le pot et, suivi aussi de son second serviteur qui agitait un hochet fait avec une courge, il aspergeait tous les guerriers en leur demandant: 'L'as tu vu? L'as tu vu?' A cette question, les aspergés répondaient: 'Dzou! Dzou!' On répétait l'aspersion de la même façon à l'intérieur du cercle, puis le médecin recommençait sa tournée, mais cette fois en tenant les mains élevées du côté de l'armée, dans l'attitude du pasteur qui bénit les fidèles. (...) Les chefs étaient aspergés à part, au centre même du cercle. Après cela, le roi donnait à tous des ordres généraux. Chaque régiment était ensuite appelé par son nom et devait, en courant, sortir des rangs et entonner le chant de guerre. Il faisait une ou deux fois le tour de Goungounyane qui profitait de cette occasion pour donner aux chefs de file des instructions spéciales qu'eux seuls entendaient. L'armée se dispersait, pour se réunir en un point fixé secrètement. Seulement alors, les ordres du roi étaient connus de tous. Ceux qui devaient attaquer les

premiers étaient désignés d'avance ainsi que le régiment de réserve qui devait être prêt à se porter au secours de ceux qui faiblissaient. Quand l'ennemi était en vue, tous entonnaient un chant de guerre; arrivés à courte distance, ils jetaient au milieu de l'armée ennemie des bâtons frottés d'une médecine destinée à la mettre en déroute. L'attaque commençait avec l'assagaie, dite 'chidyula', espèce de javelot destiné aux ennemis choisis comme point de mire. Pour la lutte corps à corps, chacun choisissait son adversaire et se servait d'une assagaie plus grande du nom de 'nlekwana'. Une troisième, 'honboula', était destinée à ouvrir le ventre de l'ennemi terrassé et à lui broyer les intestins".

(XXXIV). "le médecin de l'armée l'aspergeait d'une médecine destinée sans doute à donner la victoire à sa troupe".